

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

RENDA DA TERRA, TRABALHO, ESPAÇO E CAPITAL  
- Os "tiradores" de leite de Catuçaba - SP -

Orientanda:

Aparecida Maria Perdigão Rodrigues

Orientador:

Prof. Dr. Armando Corrêa da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

À meus queridos pais e  
à Maira e Felipe,  
na esperança de que este traba-  
lho contribua para a construção  
de um mundo melhor, e que ainda  
haja tempo para que me ensinem  
a viver e a sonhar ...

## Í N D I C E

PREFÁCIO	I
INTRODUÇÃO	
- Proposta de trabalho .....	01
- O trabalho de campo .....	10
- Agradecimentos .....	15
PARTE I	
CAPÍTULO 1	
GÊNESE HISTÓRICA DO PEQUENO PRODUTOR MERCANTIL (ou de uma das formas em que o proprietário trabalha) .....	23
- A natureza do povoamento paulista .....	26
- A unidade contraditória de um trabalhador - proprietário - o pequeno produtor mercantil de leite .....	52
CAPÍTULO 2	
A RENDA DA TERRA COMO A MEDIAÇÃO QUE VINCULA O TRABALHO DO PEQUENO PRODUTOR MERCANTIL AO CAPITAL .....	66
- A conversão da terra em equivalente de capital .....	70
- A renda da terra como barreira ao capital - o caráter social da renda .....	73
- A subordinação da agricultura à indústria .....	88
- A renda da terra como mediação das relações de troca..	91
CAPÍTULO 3	
O PROCESSO DE PRODUÇÃO MERCANTIL .....	97
- Esclarecimentos .....	97
- Introdução .....	98
- A força de trabalho familiar .....	99
- As práticas de solidariedade .....	110
- A força de trabalho assalariada .....	113
- O trabalho acessório do produtor mercantil .....	118
- A propriedade da terra .....	122

- As propriedades dos meios de produção .....	139
- A indústria doméstica de derivados de leite .....	147
- A produção direta da subsistência .....	150
- O comércio de gado .....	154
- Características da produção propriamente dita .....	158
- Jornada de trabalho .....	182
- A reprodução simples da produção mercantil .....	188

#### CAPÍTULO 4

A TROCA COMO A MEDIAÇÃO QUE SUBORDINA A RENDA DA TERRA E O TRABALHO DO PEQUENO PRODUTOR MERCANTIL AO CAPITAL ....	212
- Introdução .....	212
- Um rápido histórico da indústria leiteira no Vale do Paraíba .....	214
- As relações produtor mercantil-indústria .....	232
- As condições de compra do leite .....	244
- O resultado da troca .....	257
- As crises do leite e as crises do processo de produção mercantil .....	260

#### PARTE II

#### CAPÍTULO 5

A TERRITORIALIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E DE TRABALHO EXCEDENTE DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL PARA O CAPITAL .....	268
- O espaço contraditório .....	268
- A região do Alto Paraíba e a crise .....	289

#### CAPÍTULO 6

ESPAÇO E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO .....	305
- Catuçaba e a territorialização das diferenças .....	305
- A crise e as condições de reprodução da força de trabalho .....	321

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	381
----------------------------	-----

## ANEXOS

MERCADO DE TERRAS - ALGUMAS TENDÊNCIAS ATUAIS .....	400
NORMAS PARA PRODUÇÃO E BENEFICIAMENTO DE LEITE PASTEURIZADO DE CONSUMO DIRETO (TIPO "C" ESPECIAL) .....	402
MODIFICAÇÕES DA DOCTRINA COOPERATIVA .....	405
A ADMINISTRAÇÃO DE PREÇOS E O ESTADO .....	406
OS TRABALHADORES DE CATUÇABA E O LAZER .....	410
OS EX-PRODUTORES DE LEITE DE CATUÇABA .....	419
BIBLIOGRAFIA .....	422

## PREFÁCIO

Este trabalho teve como ponto de partida a preocupação antiga com a questão social, mais especificamente com a questão das condições de vida da classe trabalhadora. Esta preocupação com as condições em que se dá a reprodução da força de trabalho, tem orientado minha pesquisa teórica e empírica dentro e fora da Universidade.

As indagações se dirigiam em torno da questão social, da busca de sua essência, de quais as relações entre o social e o espacial, de qual seria a questão social nos dias de hoje; onde melhor trabalhá-la.

Particularmente essas questões foram se definindo, de um lado, a partir de estudos e da intuição imediata e prática da realidade que acabou se tornando nosso campo de observação - O Vale do Paraíba<sup>(1)</sup>. Por outro lado, aquelas indagações foram se definindo pela pesquisa teórica dentro da Universidade.

Na experiência profissional, especialmente nos trabalhos do Macro-Eixo Paulista - Condicionantes Sociais - ficou evidente em muitos casos uma interligação profunda entre o processo de acumulação de capital e o aumento dos problemas sociais, que começamos a investigar. Especificamente quanto às questões ligadas às precárias condições de subsistência das classes trabalhadoras, notamos que elas tendiam, num certo sentido, a se "homogeneizar" tanto na cidade como no campo.

---

(1) Devido à participação no Projeto Macro-Eixo Paulista, SEP-CAR, São Paulo, 1978

Outro aspecto que chamou nossa atenção, refere-se à participação também bastante desigual das diferentes unidades territoriais na apropriação do produto social, segundo seu papel no processo global de acumulação de capital.

O caráter desigual no desenvolvimento econômico evidenciava-se ao nível dos processos sociais e territoriais. Só que as verdadeiras relações estabelecidas ainda estavam muito obscuras. Havia todo um processo de fetichização das relações sociais e do espaço, imanente ao nosso trabalho desenvolvido dentro de um órgão de Estado, que não dávamos conta, de início. A reflexão crítica dessa experiência, nos revelou limitações fundamentais, não só em termos teórico - metodológicos como em termos políticos. Pelo fato de desenvolvermos trabalhos dentro e para o aparelho de Estado, os estudos sobre a questão social, especialmente sobre a questão da apropriação desigual, sofriam uma limitação básica, a de não poderem explicitar, no melhor dos casos, o modo real como as relações sociais foram produzidas e a origem e o desenvolvimento das relações sociais de exploração econômica e de dominação política. De certa forma essa limitação, levada ao extremo, coincide com a argumentação dos economistas burgueses, que tratam a questão da apropriação desigual do produto social como um resultado natural inerente à participação diferente entre trabalhador e capitalista. O último entrando com o capital e o primeiro não, "só" com o trabalho (que por sinal é tudo, pois é justamente a substância geradora de valor, portanto, de capital). Na verdade para essa linha de argumentação os elementos básicos da sociedade capitalista figuram como separados, para garantir a ilusão de que cada grupo recebe uma parte determinada da "renda" global da



sociedade que lhe cabe. E para encobrir o fato de que é unicamente devido à sua ação comum, que se produz tal riqueza. Mais do que isso, para encobrir ainda o fato de que essa riqueza social nada mais é do que a mais valia global.

Redefinindo nosso caminho, orientamos nossos estudos procurando explicar a questão da apropriação desigual no marco da sociedade capitalista, das suas contradições e tensões. Portanto, a partir do desvendamento das contradições fundamentais dessa sociedade, o que se pode dizer que coincidiu também com a nova orientação dentro da geografia. Desse modo, nossos estudos sobre a reprodução da força de trabalho iam ganhando dimensões novas, sendo que cada vez mais o espaço ia revelando-se também com significações novas. Assim, sob a aparência de uma neutralidade, de uma independência com as relações sociais e históricas, vai se desvendando aos poucos o fetiche do espaço. E junto com a questão da segregação social começou a caminhar a questão da segregação espacial. Indagávamos sobre qual sua gênese, o que a explicava, o que a produzia e a mantinha, o que ela encobria e ao mesmo tempo revelava.

Parafraseando MARX (1977 (b): 88), de fato, o misterioso de toda forma espacial, como de toda mercadoria, é que projeta ante os homens o caráter social de seu próprio mundo, isto é, de suas próprias relações sociais, como independentes das condições sociais e históricas de exploração em que vivem. Quando na verdade, também a forma espacial, sua apropriação pelos homens, é resultado dessas condições reais, só que aparece de modo invertido e dissimulado.

Assim, começou a interessar-nos a compreensão da segregação espacial no Vale do Paraíba, particularmente da re-

gião das "cidades mortas", como a denominou LOBATO<sup>(1)</sup>, que corresponde ao Alto Paraíba. Interessá-va-nos saber o que as mantinha aparentemente tão periféricas ao processo de acumulação de capital que se realiza tão intensamente no Vale do Paraíba, especialmente ao longo do eixo da rodovia Pres. Dutra. Qual seria sua participação nesse processo de acumulação de capital; como se definem as relações entre elas, o que é determinante e o que é determinado, o que escondem e o que desvendam, e qual a inserção da classe trabalhadora nisso tudo. Até onde as condições precárias de subsistência dos trabalhadores da mencionada região são um resultado e um pressuposto das relações sociais capitalistas de produção, portanto as reproduzem, e até que ponto as negam.

Desse modo, optou-se por estudar as condições de vida dos trabalhadores rurais vinculados à produção de leite, com a vontade de se entender as raízes do processo de exploração a que tem sido submetidos, como um dos possíveis ângulos de análise e interpretação dos fenômenos que ocorrem no processo de reprodução das relações sociais capitalistas de produção.

É preciso que fiquem claros alguns pontos sobre a natureza deste trabalho, onde se pretende romper criticamente os limites autoritários que impõem máximas - as estabilidades obtidas, desejadas e mantidas - para o conhecimento, para a vontade e para a ação. Isto é, a fetichização do quantitativo, das classificações, dos ofícios e das profissões, do urbano e de suas instituições, da sociedade, dos conceitos, das virtudes, da linguagem. Esse dogmatismo que filtra os sentimentos. Pois acredita-se, como Antônio Cândido "que o interesse pelos

---

(1) Monteiro Lobato, Cidades Mortas. São Paulo, Ed. Brasileira Ltda., Obras Completas, 1ª série, vol. 2.

casos individuais, pelos detalhes significativos, constitui elemento fundamental neste estudo, elaborado na certeza de que o senso do qualitativo é condição de eficiência das disciplinas sociais, e que a decisão interior do (...) "pesquisador", desenvolvida pela meditação e contato com a realidade viva dos grupos é tão importante quanto a técnica de manipulação dos dados" (MELLO E SOUZA 1979:19). Aliás, pensamos mesmo que o discurso científico também pode dizer e dizer tudo, transformar tudo em linguagem, como diz LEFEBVRE (1969:7). Inclusive as emoções. Acreditamos que fato e valor podem estar juntos. Nem uma linguagem de informação, fria, uma exposição de motivos e argumentos, dos fatos e das informações; nem uma linguagem de decisão, dogmática, onde fato e valor confundem-se<sup>(1)</sup>. Pretendíamos recuperar o visível e o invisível, o substantivo, e acima de tudo, o vivido, o qualitativo. Embora exista uma distância entre o que pretendíamos e o que conseguimos realizar.

Quanto às influências intelectuais, foram fundamentais as leituras e discussões no curso realizado no Departamento de Filosofia, sobre "Filosofia e Política no Jovem Marx", e dos cursos dados pelo Prof. José de Souza Martins, no Departamento

---

(1) Sobre esse ponto ver Henri Lefebvre - "Introdução à Modernidade", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, capítulo 1 ; especialmente pp.31-37,

de Ciências Sociais, na cadeira de Sociologia Agrária. Este último também, baseado nas obras de Marx. Além de nos ensinar a estudar, a compreender o pensamento de Marx, Martins nos encaminhou a fazer uma leitura sociológica de Marx, mais do que uma leitura econômica. O que nos proporcionou, até onde nossos limites o impediram, uma reflexão sobre as questões de método. A reflexão de como aquele grande pensador produzia seus conhecimentos, de como elaborava a análise dialética, de como fazia explicação e generalização científicas, estavam sempre presentes, e marcaram sua postura (a de Martins) em todos os cursos.

Outra influência marcante foram as leituras e reflexões de alguns trabalhos de Lefebvre. E em termos específicos, na determinação do capítulo 3 deste estudo foi decisivo o trabalho de José Vicente Tavares dos Santos intitulado "Os Colonos do Vinho", dada a preocupação e a abordagem comuns com alguns pontos marcantes de nosso trabalho.

## INTRODUÇÃO

### Proposta de Trabalho

Este trabalho tem como preocupação principal o estudo das condições reais de vida dos trabalhadores rurais vinculados à produção de leite - especificamente o pequeno produtor mercantil do Vale do Paraíba Paulista -; visando desvendar o modo real como as relações sociais travadas entre eles foram produzidas, assim como a origem e o desenvolvimento das relações sociais de exploração econômica e de dominação política a que estão submetidos. Em primeiro lugar, como um dos possíveis ângulos de análise e interpretação da questão da reprodução das relações sociais (capitalistas) de produção, pela via da descontinuidade. Isto é, da reprodução do capital, ou melhor da relação social capitalista através da sobrevivência e mesmo da reprodução pelo capital das relações sociais não capitalistas de produção. Em segundo lugar, com a preocupação de se esclarecer até onde as precárias condições de subsistência desses trabalhadores são um resultado e um pressuposto das relações sociais capitalistas de produção, portanto, as reproduzem, e até que ponto as negam.

Parte-se da crença de que o fato da satisfação das necessidades e o modo como os homens produzem os meios de subsistência para satisfazê-las, é fundamental para se entender a realidade social. Já que o sistema de laços materiais e espirituais que se estabelece entre os homens é condicionado pelas necessidades e pelo modo determinado (portanto histórico) de

produção. O que por sua vez implica em um modo de cooperação-permanente ligado a esse estágio de desenvolvimento da produção -, que por sua vez é em si mesmo uma força produtiva. Portanto, isso pressupõe o estudo da realidade social através da estreita correlação entre a "história dos homens" e a "história da produção e das trocas" (MARX/ENGELS, s/d:18-35).

Assim, procurou-se conduzir este trabalho a partir da compreensão do modo como o pequeno produtor mercantil do Vale do Paraíba produz sua existência, para satisfazer suas necessidades e de sua família. Do modo como se organizam, do modo como se perpetuam, englobando não só o modo de produzir material. O modo de vida num sentido mais amplo que o de produzir coisas, mas inclusive o aspecto das relações e formas sociais. Isto é, as relações familiares, as relações de vizinhança, a produção espiritual, enfim, as relações sociais em sua totalidade.

"Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

A forma como os homens produzem esses meios depende em primeiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir; mas não devemos considerar esse modo de produção deste único ponto de vista, isto é, enquanto mera reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção" (MARX/ENGELS, s/d: 19)-  
Grifos dos autores.

Portanto, o problema é de compreender as relações sociais em suas determinações históricas, mais do que resolver uma combinação dialética de conceitos.

Há um modo de produção, que é a relação dos sujeitos com os sujeitos através dos instrumentos de produção. E há relações sociais determinadas no processo de produção, que determinam o conjunto das relações sociais fora do local de trabalho. A relação, entretanto, não vem depois, mas junto. A questão é justamente reconstituir as conexões reais<sup>(1)</sup>.

Buscou-se, então, apreender o conjunto das relações envolvidas no processo de produção de vida desse trabalhador, o pequeno produtor mercantil do Vale do Paraíba paulista, de sua articulação com o capital, uma vez que não se trata de sua produção individual, isolada, independente, mas ao contrário, de uma produção historicamente determinada, com um caráter eminentemente social. Trata-se de compreender como se dá concretamente a reprodução das relações sociais capitalistas no conjunto da sociedade brasileira. Especificamente de compreender qual o lugar social e territorial que o setor agropecuário

---

(1) Pois é "da forma específica da produção material que surge, em primeiro termo, uma estrutura específica da sociedade, e em segundo lugar uma relação específica dos homens com a natureza. Seu Estado e sua concepção espiritual estão determinados por ambas. Portanto, também o tipo de sua produção espiritual" (MARX, 1974, vol.1: 241).

(ou que o conjunto das relações sociais definidas pela produção agropecuária) ocupa dentro da divisão do trabalho: sua articulação e subordinação. Assim como, onde se localiza nesse caso o "ponto de não-regresso" (LEFEBVRE, 1976:7). Isto é, onde e quando não se dá a reprodução das relações sociais de produção.

Trata-se de pensar teoricamente a questão agrária e suas relações com o processo de acumulação de capital em condições históricas concretas, para se compreender o papel e o lugar de São Luís do Paraitinga, de Catuçaba, dentro do espaço social de reprodução do capital. Assim como quais as correlações entre este processo e a reprodução da força de trabalho dos trabalhadores rurais e sua família. Trata-se de compreender as conexões reais entre os diversos elementos do real. Não são as várias interferências do capital no seu movimento, em que vai invadindo e incorporando cada relação social, cada particular; mas também de se considerar, tanto quanto possível, as outras dimensões do real - o individual, o psíquico, o vivido. Mas até que ponto nos damos conta de como as nossas coraças nos impedem de captarmos o invisível, de sentirmos o vivido? O que sabemos da interferência do amor, das necessidades sexuais no processo de produção de nossa existência, do cotidiano e da história. É claro que elas não chegam para explicá-los, não são suficientes; mas necessárias. Preocupação relegada para o psicólogo, para o assistente social? Ou será mais um limite autoritário que mantemos naturalmente, porque subestimamos e desconhecemos essas dimensões?



Quando MARX nos Grundrisse<sup>(1)</sup> (e uma leitura atenta indicará outros textos), estuda a reprodução do capital, transparece que já não se trata mais da reprodução dos meios de produção (materiais e humanos), mas da reprodução das relações sociais.

A passagem das considerações sobre a reprodução dos meios de produção para a reprodução das relações sociais requer um esforço difícil e ainda incompleto. Mas desde já a reflexão sobre as relações sociais têm que passar pela totalidade das dimensões da existência humana, desmunidas de desprezo, tabus e sarcasmo. De ironia, sim, no sentido que LEFEBVRE tão bem lhe atribui (1962: 11-58), para não cairmos num ato de fé.

O texto reproduzido abaixo mostra bem o ponto que queremos acentuar:

"A problemática emergente, a da reprodução das relações sociais de produção, só tardiamente se descobre, e justamente na obra de um aberrante pensador "marxista", duplamente herético, psicanalista que faz voltarem contra a psicanálise "ortodoxa" os seus próprios dogmas: Wilhelm Reich. Pretende ele ver, nas relações sexuais e familiares, as homologias com as relações sociais. A família corresponde à empresa. O pai é também o patrão, e vice-versa; a paternidade, pela gestão do patrimônio, por meio da autoridade e do poder, corresponde à prosperidade capitalista dos meios de produção; a mulher, os

---

(1) Karl Marx - Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858, 9a.ed., México, Siglo Veintiuno, 1977, vol. I e II.

filhos, os empregados domésticos, são, portanto, simultaneamente explorados e dominados. Wilhelm Reich não vê na família burguesa uma consequência, uma "mímese" (imitação) da sociedade global capitalista. Ele inverte esta perspectiva: no "lar" familiar entrevê o centro onde se produzem e reproduzem as relações globais. É uma tese que não recua perante algumas extrapolações (...), mas que tem o mérito de equacionar, em toda a sua extensão, o problema fundamental. As gerações passam; os homens mudam; as relações "estruturais" permanecem. Como é que isso é possível? Onde se produz a reprodução? Embora Reich conclua apressadamente da parte para o todo, ele não deixa de compreender, por isso, o problema e uma parte da resposta". (LEFEBVRE, 1973: 224) (grifos meus).

Na verdade, sobre a questão da reprodução das relações sociais o que se pode dizer no mínimo, é que é extremamente complexa e que incide sobre a totalidade. Como passar dos aspectos particulares, em que ficaram muitas análises, e elevar-se até ao geral ao movimento de nossa sociedade no nível global? Como reunir ao invés de separar?

Lefebvre, com razão, chama a atenção para a importância da noção de quotidiano. "O quotidiano, e não já o econômico em geral, é a base sobre a qual se pode estabelecer o neocapitalismo. Ele estabeleceu-se no quotidiano como solo, isto é, em terra firme, substância social conservada por instâncias políticas". (1973: 230). É preciso reter, pois, o quotidiano e desvendá-lo melhor, captando o vivido que se realiza através dele e se confunde com ele. Não satisfazem mais as considerações que se reduzem ao saber puro, à coerência, às conclusões rigorosas, na compreensão do social tal como ele é.

Assim, sobre a questão da reprodução das relações sociais, o que se deve reter, é que ela comporta a consideração de um grupo de fenômenos muito vastos. A compreensão do global e da relação deste com os particulares em seu movimento. O saber, a cultura, as instituições correspondentes, os lazeres, o cotidiano, todas essas "banalidades", como ironiza Lefebvre, precisam ser redefinidos, repensados; "para reconstituir, coisa que será menos banal, o processo seguido pelo capitalismo no decurso da sua transformação. (...) O grande capitalismo transformou esses elementos da sociedade, apropriando-os para o seu uso. (...) Este vasto processo, como sempre, reveste-se de aparências e mascara-se, com ideologias". (1973: 246-247) que ainda estão por se desvendar. Abrange o concreto e o abstrato, o visível e o invisível. Mas não sem modificações, sem rupturas. Se é verdade que a sociedade e o espaço se tornam o lugar da reprodução das relações de produção, não é menos verdadeiro que esse processo não produza a sua negação. As contradições, a contestação, o desejo insatisfeito, as diferenças, etc.

O que se pretendia com esse parêntese, era polemizar contra as estabilidades adquiridas e mantidas, e, mais do que possa parecer, era chamar atenção para alguns aspectos da questão do conhecimento, da apropriação do real, da totalidade, ainda tão mal concebida (e tão pouco sentida) por nós. Não evitei este compromisso com o vivido, embora saiba que não o realizei satisfatoriamente.

Um outro ponto que queria acentuar é o da importância do estudo da realidade do pequeno produtor mercantil como um dos fios condutores a se considerar no emaranhado dos fatos humanos. Em primeiro lugar porque remete a uma concepção de processo

de conjunto - o estudo da totalidade do processo social e de suas leis. É a possibilidade de se contribuir para se recuperar a unidade, o movimento unitário do processo, que acima de tudo é o processo da diferença<sup>(1)</sup>. E em segundo lugar, porque justamente ajuda a desvendar as formas específicas em que o capital vai subordinando o trabalho no campo. Ajuda a desvendar como se dá a interação das diferentes estruturas, sua coexistência, etc. Ajuda a desvendar as contradições e as sobrevivências. "Indicar a diferença específica constitui aqui tanto um desenvolvimento lógico como a chave para a compreensão do desenvolvimento histórico". (MARX, 1977 (a) vol.2: 194).

O problema é captar o novo, a transformação<sup>(2)</sup>. Isto é, a reconstituição das sobrevivências sobre uma base técnica econômica e política completamente novas<sup>(3)</sup>.

---

(1) Como nos dizia o Prof. José de Souza Martins em seus cursos na cadeira de Sociologia Agrária, "sem a interpretação das diferenças, das contradições, não se consegue ultrapassar o caráter de fetiche das categorias mais gerais. Estas não dão conta da complexidade da realidade. Daí a importância fundamental de se estudar o campesinato", a reprodução das relações não capitalistas de produção dentro da economia burguesa.

(2) A riqueza de se estar envolvida com este tema é muito grande, pois o tempo todo se está em contato com as diferenças, com o relativo, com o que é e não é ao mesmo tempo. Temos consciência disso. Mas também temos das limitações desse primeiro trabalho.

(3) Sobre a questão das discontinuidades ver também Henri Lefebvre, especialmente o trabalho "Problemas de Sociologia Rural" in Introdução crítica à sociologia rural / J.S. Martins Org., São Paulo, HUCITEC, 1981.

Cabe ainda um esclarecimento quanto às categorias sociais de análise. Como já foi mencionado, este estudo procura focalizar uma forma específica de produção, o que implica em relações sociais também específicas, baseadas na vida do pequeno produtor mercantil de leite C no interior de São Paulo, numa das áreas típicas tradicionalmente da cultura caipira. E, portanto, numa área onde as relações com o mundo da mercadoria, com o urbano, eram por natureza, pouco intensas. O pequeno produtor de leite C<sup>(1)</sup>, representa um dos grupos, senão o mais estabilizado e íntegro quanto à vida social e econômica do homem do campo, no que diz respeito à reprodução das discontinuidades dentro do processo global de produção capitalista. E apesar de sua descaracterização parcial como caipira, ainda se prende a cultura tradicional do interior paulista. Desse modo analisamos através de sua vida de relações, como se travam as relações entre o rural e o urbano, tendo como base a atividade pecuária.

Mas preocupada com a questão da subsistência do trabalhador rural e de sua família, de repente se tornou imprescindível um estudo sobre os trabalhadores assalariados (só proprietários de sua força de trabalho) da área de pesquisa. O que tornou evidente níveis distintos de satisfação das necessidades básicas, os quais se enquadram bem no que Antônio Cândido chamou de "níveis mínimos de vida" (MELLO e SOUZA, 1979:27).

---

(1) Trata-se do leite C "tipo especial", também mencionado como leite E (especial), que veio a substituir o antigo leite tipo C (comum), conforme esclareceremos adiante.

Além disso, o estudo desses dois grupos sociais foi de grande importância para relativizar certas noções — até certo ponto falsas ou incompletas, por serem unilaterais — que se tinha adquirido dos contatos com elementos de cada um dos grupos. A questão da exploração dos pequenos produtores de leite foi reavaliada, e até certo ponto desmistificada.

Um outro ponto é que, toda vez que se falar em pequeno produtor de leite, estamos pensando no pequeno produtor mercantil em geral. E, reciprocamente, quando falamos no pequeno produtor mercantil temos como base para a indução o pequeno produtor de leite C do grupo estudado.

#### O trabalho de campo

Como não poderia deixar de ser, a pesquisa de campo foi fundamental na realização deste trabalho, na apropriação do concreto, na sua reprodução como concreto pensado.

Marx<sup>(1)</sup> enfatiza bem, que no movimento das categorias, o impulso do exterior é imprescindível e é o que define, portanto, a reprodução do concreto (e não produção). O método que consiste em ir do abstrato ao concreto é para o pensamento apenas a maneira de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como concreto pensado, espiritual. A síntese, isto é, a unidade do diverso que aparece na mente, nasce com a própria sociedade.

---

(1) Karl Marx, El método de la economía política in Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política - (Grundrisse) 1857-1858, México, Siglo XXI, 1977, vol.1 , pp.20-30.

Neste trabalho, o método de investigação utilizado foi o estudo de caso, uma vez que permite, através da apreensão do movimento da realidade, e da compreensão das categorias elementares (básicas do ser) do fenômeno em estudo - portanto que já contém o todo - considerar o caso (unidade social de análise) como totalidade (SILVA 1982 (a) 2: 51).

O suporte empírico fundamental foi o núcleo rural de Catuçaba, distrito de São Luís do Paraitinga na região conhecida como Alto Paraíba ou Alto Vale (vide Figura 1), região típica de pecuária bovina de leite C, pertencente à região geomorfológica do domínio de mares de morros do Vale do Paraíba (AB'SABER, 1970: 20-25).

O que se propôs através do estudo dos produtores de leite de Catuçaba foi chegar às generalizações "que se alcança desvendando como o caso se configura a partir das mediações que estruturam a totalidade concreta" (MARTINS, 1973:40).

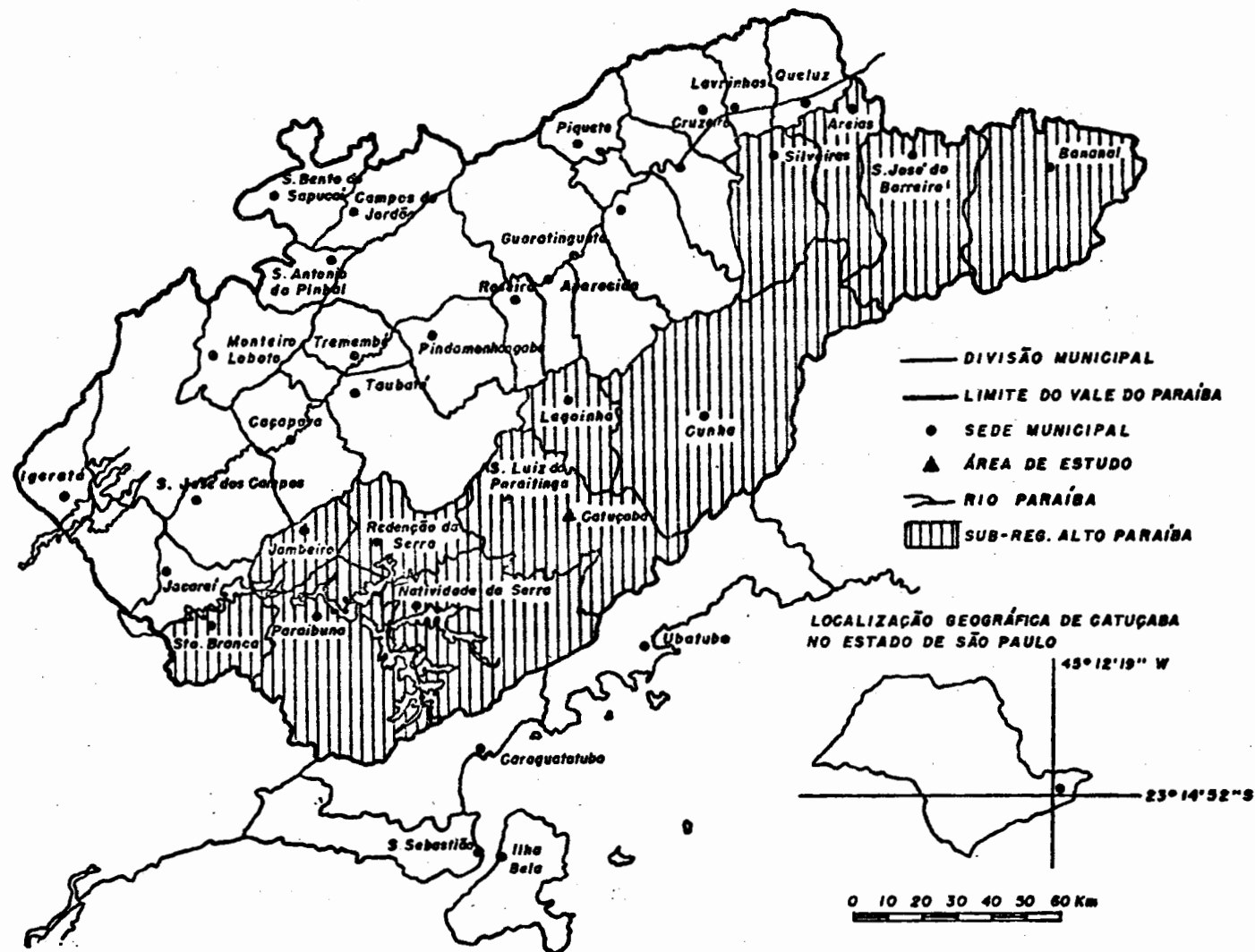
De início, fêz-se um levantamento bibliográfico preliminar sobre o tema e sobre a região, iniciado em meados de 1978. Mais tarde, foram realizadas algumas pesquisas exploratórias<sup>(1)</sup>, percorrendo-se o município de São Luís do Paraitinga, fazendo-se entrevistas informais com a população - produtores de leite, comerciantes, técnicos da Casa da Agricultura, prefeito, professores, moradores antigos, assim como com pessoas que trabalhavam na usina de leite existente em São Luís (VIGOR). Além disso, foram consultadas algumas fontes primárias e continuou-se o levantamento bibliográfico da região.

---

(1) Essa investigação foi feita com irregularidade em fins de semana ou algum dia da semana, em julho de 1980, janeiro e abril 1981.

# REGIÃO DO VALE PARAÍBA E SUB-REGIÃO DO LITORAL NORTE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

FIGURA 1





A partir de setembro de 1981, iniciou-se uma outra fase de nossa investigação, em que nossos contatos se tornaram mais vivos e intensos, uma vez que se pode ficar, durante a semana na região<sup>(1)</sup>. Percorreu-se grande parte do município de São Luís com um técnico da Casa da Agricultura, assim como quase todas as "linhas de leite" de São Luís (eventualmente parte de Lagoinha e Natividade da Serra) nos caminhões da VIGOR e da COMEVAP, ora fazendo-se entrevistas assistemáticas durante os percursos, ora só observando, anotando.

Depois de percorrido o município, e de conhecido o bairro rural de Catuçaba, sempre mencionado pela população local, como o bairro mais antigo de produtores de leite e típico de pequenos produtores, resolveu-se elegê-lo como "caso" para estudo, pois julgou-se que confirmavam tais características, e pela homogeneidade da situação social de tais produtores, frente à propriedade da terra e à força de trabalho familiar principalmente, conforme se discutirá no capítulo 3.

Além disso, não se pode negar a facilidade de trabalho que este núcleo rural nos proporcionou, principalmente porque Catuçaba (sede do distrito) transformou-se no local de moradia de muitos produtores de leite, o que facilitava muito nossos contatos, e convívio com tais produtores.

Em março de 1982, com a ajuda de estudantes de graduação em Geografia, e de alguns familiares<sup>(2)</sup>, foram entrevista-

---

(1) Ficava a semana inteira e voltava para São Paulo no fim de semana (1 semana em setembro, 1 em novembro, 2 em dezembro de 1981, 1 em janeiro de 1982).

(2) Depois de devidamente instruídos sobre a natureza do trabalho, e de discutido o questionário em si.

das todas as famílias residentes em Catuçaba<sup>(1)</sup>, através de um longo e minucioso questionário aplicado para os produtores de leite, e de um segundo questionário menos abrangente, aplicado para as famílias restantes. O 1º levou de 50 a 90 minutos de duração e o 2º de 20 a 40 minutos.

Procurou-se preservar a espontaneidade do entrevistado, registrando o quanto possível a sua própria linguagem. A obtenção das informações foi, salvo exceções, bastante facilitada pelos entrevistados, e em muitos casos identificou-se inclusive um contentamento de sua parte, por serem alvo de entrevistas, de atenção, e por outro lado, uma certa expectativa de mudança a partir de nosso trabalho.

Como dias antes da entrevista geral, distribuimos, com a ajuda de um menino interessado, que morava em Catuçaba, um panfleto informativo sobre o evento, em nome da Casa da Agricultura local— que apoiando nosso trabalho solicitava a disponibilidade da população—estávamos sendo aguardados com uma certa ansiedade.

Depois de feitas estas entrevistas, voltou-se ainda à área em estudo, para complementar ou "corrigir" algumas informações das entrevistas e para manter um contato com a área.

Os relatos dos entrevistados (tanto nas partes mais livres dos questionários, como nas entrevistas mais sistemáticas), foram fundamentais, tanto enriquecendo a utilização dos próprios questionários quanto como fonte básica de infor-

---

(1) Depois de realizar 9 pré-testes (questionários aplicados em produtores de leite do município, que forneciam para 5 linhas de leite diferentes).

mação, especialmente nos casos de ausência ou não disponibilidade de dados registrados sobre o assunto, como no caso da tentativa de reconstituição da história de Catuçaba. Por isso, recorreu-se em vários momentos do texto, à transcrição de trechos desses relatos.

Por outro lado, por influência do trabalho de TAVARES DOS SANTOS, também "tentou-se realizar uma análise de conteúdo das entrevistas com a perspectiva teórica da abordagem ideológica do discurso do camponês" (1978: 9), recorrendo à transcrição de tais relatos.

#### Agradecimentos

Muitas pessoas contribuíram para a elaboração deste trabalho, as quais eu desejo agradecer, começando por meus pais, José Carlos Martins Perdigão e Luz Cândida Foresti Perdigão, que sem o apoio, respeito e efetiva ajuda incansável que me deram, não seria possível a realização deste estudo. A Delio de Macedo Costa Rodrigues, pelos "efeitos adversos de uma tese, que enfrentou" em nossa casa, mas acreditando na oportunidade que ganhamos de nos revermos enquanto pais; assim como de nos revermos enquanto casal e ao mesmo tempo como indivíduos.

A José Carlos Perdigão, irmão também de tantas idéias, especialmente pela contribuição como agrônomo, nas discussões sobre a pecuária leiteira.

A Armando Correa da Silva, meu orientador na elaboração deste trabalho, sou grata pela orientação, pelas contribui-

ções vindas de sua rica formação, especialmente metodológica, pelas críticas, ao mesmo tempo pelo respeito, atributo imanente à sua pessoa.

Quero agradecer ao Prof. Pasquale Petrone não só pelas discussões e sugestões tão ricas, mas sobretudo pelo apoio e confiança na realização deste trabalho. Da mesma forma sou grata a Kunitomo Watanabe pelo respeito e valor com que encara um trabalho de mestrado, sem o qual esta não teria condições de ser concluído.

Os dois deram exemplo de reconhecimento e estímulo ao trabalho intelectual.

A Amélia Luisa Damiani, companheira de antigas discussões, sou grata pelas leituras e contribuições sempre ricas e vivas, e pelo carinho com que acompanhou este trabalho.

À Tereza Cabral Jahnel, pelas discussões e leituras conjuntas, e pela disponibilidade em que tanto me auxiliou no fim deste trabalho.

A Maria Elena Ramos Simielli, pela grande colaboração, especialmente na discussão e elaboração do material gráfico e cartográfico.

A Lana Araújo Lopes pelo carinho e pela contribuição que me deu por tanto tempo, enquanto estive em São Paulo.

A José Antonio Ronchezel pela companhia e apoio com que me ajudou a enfrentar as dificuldades das primeiras viagens ao campo.

A Ana Maria Marques Camargo Marangoni, pelas discussões, sugestões, e contribuição fundamental para a realização do tra-

balho de campo, bem como pela bibliografia indicada.

A Ariovaldo Umbelino de Oliveira, e à Odette Carvalho de Lima Seabra, pelas discussões que tanto enriqueceram este trabalho, especialmente devido a seus envolvimento profundos e pela postura humilde e grande com que se colocaram.

A Ana Fani Alessandri Carlos e a Paulo Cesar Xavier Pereira, também pelas discussões e críticas com que contribuíram para meu amadurecimento.

A Moacir Marques, leitor sutil e crítico sensível de nosso tempo.

A Adilson Avansi de Abreu, quero agradecer a sua orientação e firmeza numa época em que me faltou muita clareza na redefinição deste trabalho.

A José de Souza Martins pela disponibilidade em me ajudar a esclarecer pontos fundamentais deste trabalho, e pelas sugestões para melhorá-lo, sem dúvida ainda não satisfatoriamente incorporadas.

A José Luiz Bendicho Beired (na época aluno de graduação de história) e aos alunos de geografia que me acompanharam em muitas das viagens ao campo quero expressar meus agradecimentos pela dedicação e contribuição: à Marise Carrari Chamani Teixeira especialmente, pelos momentos especiais que vivi em sua companhia, e pela importante colaboração; à Adriana de Campos Mota, tão especial; à Cláudia Maria Fontana, tão rigorosa em sua contribuição; à Denise de Souza Elias; Elenir Pires Martins; Regina Maria Lima de Mendonça; Pilar Martin Pi Lopez; Denis Rossi Mora; Carlos Eduardo Guimarães do Nascimento ; Vanderli Custódio; Carlos Alberto Vezza; Sueli Vicentina de

Oliveira; Odette Maria de Fátima da Conceição Cabral de Mello; Rosana Cognolato; Paulo Fernando Mourão; Marconi Afonso Longo Salvador; Carlos Alberto Muniz.

Agradeço também a colaboração de Silvia Sansoni.

A Pedro Jação, gerente da Usina da Vigor em São Luís do Paraitinga, na época das intensas pesquisas de campo, pelo apoio à realização deste trabalho. A José Francisco Saad, pelos conhecimentos e explicações que nos transmitiu sobre beneficiamento de leite.

A Reinaldo Alencar, da Vigor de São Paulo, pela atenção e pelas informações que pôs à nossa disposição.

Da mesma forma à José Moacyr Andrade Basso (diretor da COMEVAP) e a Valdir Ferreira Barbosa, pela preciosa contribuição.

Quero registrar a colaboração imprescindível dos motoristas de caminhão de leite da Vigor e da COMEVAP, pela riqueza de informações e sensações que me proporcionaram.

Desejo ainda agradecer a Valdenir Martins Moreira e a Dalmir Lopes Guedes, veterinário e agrônomo da Casa da Agricultura de São Luís do Paraitinga, respectivamente, pelas informações, material e apoio prestados. Assim como quero agradecer a Marco Antônio Ferreira Pinto, da mesma casa, pela solicitude com que me levou a percorrer o município de São Luís, por estradas para mim inacessíveis.

Sou muito grata a Gilmar, de São Luís do Paraitinga, pela mesma solicitude com que me acompanhava à Catuçaba.

Agradeço também à Da. Florize pelas "dicas" que me dava.

Não posso deixar de lembrar a importante contribuição de Da. Sinira dos Santos, pelos relatos e pela acolhida sempre especial.

Agradeço também à Yuly Ivete Miasaki de Toledo e Nilda Teresa Cardoso de Mello, do Instituto de Economia Agrícola, pela colaboração na discussão, no fornecimento de dados e indicação de textos importantes para esse estudo.

A José Maurício Soares e José Albertino Rodrigues, do DIEESE, agradeço a atenção com que discutiram alguns pontos deste trabalho sobre as condições de vida da classe trabalhadora, e as importantes sugestões que fizeram.

À SUNAB encaminho meus agradecimentos à Karin Leihmert Portela Cerveira, e especialmente à Ney José Fortuna Frões, pelo material enviado e por sua gentileza.

Agradeço também ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelos dados e cartas que me forneceram, especialmente sobre os setores censitários de São Luís do Paraitinga.

A Wilson Soares de Macedo Jr. pela dedicação com que elaborou a arte final dos gráficos, mapas e cartogramas.

Agradeço também à Fumiko Ono, à Vitória Brandão Machado e Noel Alves de Souza pelo empenho e qualidade dos serviços de datilografia prestados.

A Ana Maria Vieira e a Maria do Carmo Bracco Carramenha, pelo apoio nos últimos momentos deste trabalho.

Por fim, agradeço imensamente aos produtores de leite e aos demais moradores de Catuçaba, pelos relatos e pelo que nos ensinaram dessa vida humilde e humilhada, na esperança de

que este trabalho contribua de alguma forma, para o tempo de um mundo melhor, onde não tenha mais lugar a opressão do homem pelo homem.

Que seja como o canto. "Porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz"<sup>(1)</sup>.

Aparecida Maria Perdigão Rodrigues

São Paulo, dezembro de 1983.

---

(1) Trecho de Ferreira Gullar, extraído da capa do disco "Milton Nascimento ao vivo", 1983.



PARTE I

## Capítulo 1

### GÊNESE HISTÓRICA DO PEQUENO PRODUTOR MERCANTIL

## GÊNESE HISTÓRICA DO PEQUENO PRODUTOR MERCANTIL

(ou de uma das formas em que o proprietário trabalha)

A gênese do pequeno produtor mercantil de São Luís do Paraitinga, deve ser buscada na natureza dos primeiros povoa-mentos da região do Vale do Paraíba no período colonial. (fins do séc.XVII - começo do séc.XVIII).

Isto é, através de um exame breve da formação sócio-econômica da região, da natureza das classes sociais que aí se estabeleceram, de sua função (da região) na Divisão Social do Trabalho enquanto personificação das classes e grupos so-ciais que representa, ou seja, enquanto representa forças so-ciais. Da compreensão da participação desses grupos sociais na Divisão Regional do Trabalho e de suas transformações, sob o controle hegemônico da produção capitalista.

É importante um parênteses aqui, para esclarecermos uma noção fundamental.

A noção de região que trabalhamos está bem próxima da de OLIVEIRA (1). Isto é, acreditamos que há uma especificidade a nível da região, portanto territorial, dada pela reprodução do capital, isto é, pelo modo de produção dominante, definida pela tensão entre as formas específicas de reprodução local dos meios de produção e das relações sociais capitalistas de produção; definida pela estrutura de classes peculiares a essas formas e, pelas formas peculiares da luta de classes, dos conflitos sociais. E inclusive de outras formas não tão aparentes da não-produção das relações sociais de produção (da sociedade existente), isto é, de sua negação. Pensamos que há

---

(1) "Privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamen-ta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de clas-ses peculiar a essas formas e, portanto, também nas for-mas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral" (1977:27).

uma especificidade territorial dada não só pela diferenciação dos processos assinalados, ao nível da forma (enquanto matéria, aparência), mas especialmente ao nível do conteúdo (do significado). Mas não só do significado criado junto com a forma, e que a reproduz, mas daquele que surge a partir dela. Portanto, que a nega. Por exemplo, do significado novo que um bairro rural de assalariados que passam fome vai assumindo ao nível da contestação (no seio da reprodução do capital), quando resolvem saquear as vendas da localidade. Ou quando um grupo de pequenos produtores de leite de um determinado bairro rural se organizam para reivindicar a instalação de uma Usina de Recepção de leite mais próxima deles. O que diminuiria as perdas de leite por acidez (muito comuns quando as distâncias até a Usina são grandes) além de reduzirem o custo do 1º carreto do leite. O fato desse movimento ser controlado politicamente, não nega a nova qualidade que poderia imprimir ao lugar, a região. Apenas vincula o significado novo ao desenvolvimento da luta de classes.

É importante acrescentar que a dimensão política da região sobressairá ou não, de acordo com o grau de desenvolvimento econômico, político ou ideológico, das classes ou grupos que a compõe. Assim, dependendo do momento, esses grupos ou classes preencherão ou não as virtualidades que encerram enquanto tais. E do mesmo modo a região.

Portanto, a especificidade territorial é pensada não só como lugar de localização diferenciada de atividades econômicas, mas também como lugar do vivido em toda sua plenitude. Enquanto locus da reprodução das relações sociais de produção como um todo, ao mesmo tempo que locus de sua negação.

Para entendermos a pequena produção mercantil, a consideração de alguns aspectos sobre a história da mineração no Brasil se faz necessária.

Com a perda de controle do mercado açucareiro pelos portugueses, e a conseqüente desorganização da produção assentada na empresa açucareira, empobrecimento da colônia brasileira, e frente aos gastos crescentes de manutenção da colônia, a busca de metais preciosos aparece como a grande saída encontrada para Portugal<sup>(1)</sup> e para o Brasil.

---

(1) O governo português reconhece desde o início a importância do conhecimento, que os homens do planalto de Piratininga tinham no interior do país, e atraídos pelo novo Eldorado, forma-se em Portugal "pela primeira vez uma grande corrente migratória com destino ao Brasil" (FURTADO, 1968: 80).

A estrutura sócio-econômica da colônia se transformaria bastante. Estabelece-se uma nova redivisão territorial do trabalho, com o deslocamento do eixo econômico do país, do nordeste para o sul.

Ao contrário da economia açucareira - que interessava somente a homens de maiores recursos (1) -, a economia mineira oferecia possibilidades a indivíduos de recursos limitados, pois no Brasil o que se explorava era o metal de aluvião e não o extraído em grandes minas. Se não podia organizar uma lavra de pequenas proporções, trabalhava ele mesmo como "fiscador". Sem contar a possibilidade de tornar-se empresário em pouco tempo, se a sorte lhe favorecesse. Assim, vão se estabelecendo as condições para o desenvolvimento do trabalhador autônomo.

Outro aspecto que também diz respeito às relações de trabalho e que diferencia as duas economias, refere-se ao trabalho escravo. Apesar da economia mineira também utilizá-lo, a mão-de-obra escrava não representa a maioria da população como no caso da economia açucareira. Além disso, o escravo passa a ter maior iniciativa e autonomia dentro da economia mineira, chegando até a trabalhar por conta própria.

---

(1) Dado o seu desenvolvimento se dar através de um pequeno número de grandes empresas - os engenhos de açúcar.

Organiza-se um embrião de atividades introvertidas, estimuladas pela extração mineira<sup>(1)</sup>.

Vão se criando, assim, as condições para o desenvolvimento das formas em que o trabalho é proprietário ou o proprietário trabalha.

Outro ponto que nos interessa, refere-se à incerteza e conseqüente mobilidade da empresa mineradora, dada a vida curta e incerta de uma lavra. Estes traços vão perdurar na sociedade caipira a que pertence o pequeno produtor mercantil paulista, contribuindo para definir níveis mínimos a que acostumarão a conviver, e que serão discutidos mais adiante.

#### A natureza do povoamento paulista

A economia mineira tinha como base geográfica imediata uma vasta região que abrangia a região das Minas Gerais, e a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando por Goiás.

---

(1) Este fato, preocupando Portugal, leva-o a ordenar em 1785, "a abolição das indústrias e das fábricas do país, para não tirar os braços necessários à cultura e para assegurar uma diferenciação do produto entre a colônia e a metrópole" a fim de garantir a exportação dos produtos industriais de Portugal. In DAWBOR, L. - A formação do Capitalismo Dependente no Brasil, Lisboa, Prelo, 1977. p.75.

Assim, essa região das minas passa a ter um grande destaque nesta nova divisão territorial do trabalho que se configura<sup>(1)</sup>. Como desde o início a exportação de ouro era a grande meta, estabeleceram-se caminhos que levaram o metal até os portos para daí serem distribuídos para o exterior. Desse processo iniciou-se o reconhecimento e a exploração da região do Vale do Paraíba paulista, base geográfica das vias de circulação do ouro, e de paulistas que lá iam na busca de índios. E foi em fins do século XVII e começos do século XVIII que a região de São Luís do Paraitinga foi utilizada para levar o ouro cunhado em Taubaté (no Vale do Paraíba) até o litoral, em Ubatuba, de onde embarcava para Portugal (PETRONE, 1959: 249).

---

(1) SINGER, Paul (1974:21) comentando sobre as dimensões espaciais da economia colonial - cuja dinâmica dependia do setor de mercado externo -, afirma que os frequentes deslocamentos no espaço, tratavam-se no fundo "de ajustamentos da produção colonial às condições do mercado mundial e ao rápido esgotamento dos fatores naturais de produção (terra, riquezas minerais) decorrente da própria técnica de exploração extensiva característica deste modo de produção. (...) Na realidade esta produção [de artigos para o mercado mundial] quase sempre se encontrava concentrada numa área restrita do território - no Nordeste durante os séculos XVI e XVII, na região das minas no século XVIII, em São Paulo a partir do fim do século XIX, de acordo com o tipo de produto solicitado pelo mercado mundial e das possibilidades geoeconômicas de cada região".(grifos meus)

Dá-se assim a ocupação dessas terras até então muito pouco atraentes para a fixação de qualquer povoamento. Situada na área típica do domínio de "mares de morros"<sup>(1)</sup> no Estado de São Paulo a região fisiográfica de São Luís do Paraitinga se localiza no primeiro de seus compartimentos, os Planaltos do Paraitinga. Formada por espigões muito recortados em morros e colinas com declividades superiores a 40%, e contrastes altimétricos acentuados, solos fortemente intemperizados (erosão química), os vales labirínticos ou então apresentando superfícies planas mas periodicamente inundáveis, os cursos d'água interrompidos por corredeiras ou quedas d'água<sup>(2)</sup>; essas condições naturais aliadas à situação marginal em relação à grande via natural de comunicação - ao longo do médio vale do rio Paraíba -; o isolamento quanto ao litoral de Ubatuba; além do desconhecimento de riquezas minerais ou de condições favoráveis para as culturas na época desenvolvidas, contribuíram para que a região permanecesse despovoada e isolada por quase 3 séculos (PETRONE, 1959: 239-247).

Só então, com a necessidade de escoamento da produção do ouro, é que essa, como outras regiões marginais do vale do rio Paraíba foram penetradas.

---

(1) AB'SABER, A.N. (1966) - Domínio dos "Mares de Morros" no Brasil. São Paulo, I.G., Geomorfologia nº 2 e (1970) - Províncias Geológicas e Domínios Morfoclimáticos no Brasil. São Paulo, I.G., Geomorfologia nº 20.

(2) Essas características são comuns não só ao rio Paraitinga, principal da região, como a seus afluentes.



A ocupação inicial da terra não foi diferente do resto da região do Paraíba. "Faziam-se petições à Coroa portuguesa , para a doação de sesmarias - enormes concessões de terras de 1 légua quadrada (cerca de 36 km<sup>2</sup>)" (SHIRLEY, 1971: 41). As primeiras sesmarias da região de São Luís do Paraitinga foram concedidas em 1688 pelo Capitão-Mor de Taubaté, Filipe Carneiro de Alcaçouva e Sousa, ao Capitão Mateus Vieira da Cunha e a João Sobrinho de Moraes. Abandonadas depois por seus requerentes, fato comum na época, a ocupação das terras da região se deu durante um 1º momento, através de posseiros, muitos dos quais se tornaram seus proprietários com o tempo.

A decadência da exploração do ouro, além de problemas com a defesa do território colonial, levaram Portugal a uma nova política econômico-administrativa, começando pela nomeação, em 1765, de um governador para São Paulo, o Morgado de Mateus, que autorizou a fundação de aproximadamente 30 povoados, entre eles São Luís do Paraitinga.

Nessa época, aliás, a importância daqueles posseiros é atestada pelo conteúdo de uma ordem emitida em 1771, dois anos depois de nomeado o governador de São Luís, segundo a qual "os senhorios seriam obrigados a comprar as benfeitorias dos que já tivessem arranchados em terras alheias"<sup>(1)</sup>. Esses segundos ocupantes não eram a princípio muito prósperos, mas foram todavia, o embrião da elite dos latifundiários da localidade, o que pode ser verificado pelo grande número de escravos que al-

---

(1) Adolfo Augusto Pinto , A província de São Paulo , 1888, p.504, citado por PETRONE, op. cit., p. 251.

guns possuíram. É importante lembrar ainda, que a existência deles está diretamente ligada a um aspecto relevante da economia da mineração, que era a proporção maior da população livre em relação à economia açucareira (FURTADO, 1968: 86). Pois é dessa população livre que vão sair muitos elementos que formarão a estrutura social da nova sociedade emergente. Inclusive muitos dos posseiros da região em estudo, os quais por sua vez formarão a base do "campesinato" caipira paulista.

Antes porém de nos aprofundarmos no que será a ocupação propriamente dita da região do Alto Paraíba, vinculada a um movimento mais amplo de retorno à produção agrícola que ocorreu com a crise da economia da mineração, achamos importante algumas considerações sobre as novas bases em que se constituirá a economia brasileira - o neocolonialismo -, e dentro dele o povoamento da região em estudo.

O esgotamento rápido da riqueza em ouro e diamantes (na região das minas), e o desenvolvimento da indústria têxtil inglesa (acelerado com as descobertas mecânicas), vão assegurar o enfraquecimento da metrópole portuguesa. Neste processo, a própria natureza que assume o fluxo de ouro para Portugal é decisivo no que será o fim da "fase portuguesa"; "enquanto nos outros países da Europa esta riqueza se transformava em acumulação capitalista e em capacidade de produção maior, em Portugal ela vinha apenas reforçar a aristocracia parasita, que podia importar uma quantidade maior de bens manufaturados, enfraquecendo assim a sua própria base produtiva e retardando a passagem para o capitalismo industrial". Tudo isso preparava "a eliminação de Portugal do seu papel de intermediário e a tomada de contato direto do capitalismo inglês com a economia

brasileira" (DAWBOR, 1977: 75-76). Assim, será sobre novas bases que se dará a ocupação da região.

Além das circunstâncias já mencionadas, outras com caráter mais político contribuíram para romper o monopólio português sobre o comércio com o Brasil: o bloqueio continental - que muito favoreceu os ingleses num momento em que aumentavam sua produção; e a invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão, em 1808, que foi o golpe final de Portugal no cenário internacional.

Daí para a frente se estabelecem os fundamentos do neocolonialismo inglês<sup>(1)</sup>.

---

(1) A própria independência do Brasil - proclamada por portugueses que permaneceram no Brasil apoiados pelos grandes plantadores, que queriam reprimir a aristocracia portuguesa desejosa de retomar o seu papel - não foi o resultado de um movimento nacionalista contra o sistema colonial. Mas das classes dirigentes brasileiras em ascensão, que afastavam Portugal num momento em que este se mostrava incapaz de gerir a própria colônia, frente a potência crescente da Inglaterra. Assim, como mostra DAWBOR era necessária a independência jurídica para ratificar uma nova forma de dependência econômica do Brasil ao sistema capitalista, refletindo a superação do capitalismo mercantilista e a decadência da Península Ibérica, e o avanço do capitalismo industrial e da potência da Inglaterra. Portanto, esse movimento, não põe em questão a própria relação colonial, em busca de um desenvolvimento econômico autocentrado. Aliás, a não constituição de uma classe camponesa, a fraqueza do mercado interno e das atividades comerciais e artesanais locais, fruto da própria orientação econômica essencialmente extrovertida aplicada à colônia; estas condições objetivas dadas, tornam pouco viável a reconversão da colônia para um modelo autodinâmico, observa DAWBOR (1977: 76-79). Os interesses imediatistas da classe dirigente local se apoiaram na antiga orientação extrovertida, solidarizando-se com a presença direta da dominação inglesa.

Os efeitos da herança colonial e da dependência neocolonial (invasão dos produtos manufaturados ingleses, etc.), vão impedir o desenvolvimento de atividades introvertidas, ligadas às necessidades internas do país. O que se dá é o reforço das atividades agrícolas extrovertidas, bastante reduzidas durante o período da mineração.

Entretanto, essa retomada às atividades agrícolas, se dá de modo desigual. De um lado, tem lugar o desenvolvimento de uma economia de subsistência, e de outro um retorno às atividades agro-exportadoras que se dará cada vez mais intensamente. Esse processo também é diferenciado no espaço. Em áreas que combinavam menos condições favoráveis ao desenvolvimento daquela produção voltada para o mercado externo (fraco desenvolvimento da troca portanto, fraqueza do mercado interno; solos menos propícios; maior distância em relação às praças de comercialização, etc.), predominará a economia de subsistência, pelo menos num primeiro momento. É o que se verifica com a região do Alto Paraíba, objeto de nosso estudo.

Como com o declínio da mineração, muitos núcleos urbanos entram em decadência, dispersa-se grande parte de seus elementos, isolados em grupos, e que virão a formar um dos contingentes populacionais importantes que moverão essa economia de subsistência. "Neste caso como no da economia pecuária do Nordeste, a expansão demográfica se prolongará num processo de atrofiamento da economia monetária" (FURTADO, 1968:92-93). Esse processo nos interessa de perto, porque vai explicar a ocupação inicial da região do Alto Paraíba, definindo características fundamentais especialmente do que chamaremos de produção camponesa de leite C, e contribuindo para definir algu-

mas mesmo da produção mercantil do mesmo leite, conforme discutiremos adiante.

De fato, essa primeira fase do povoamento da região, que se prolongou até o começo do século XIX foi marcada pela policultura de subsistência, onde a troca era muito pouco desenvolvida.

Ao que tudo indica, essa população desenvolveu um núcleo agrícola voltado quase que exclusivamente para a subsistência dos próprios agricultores e de povoações vizinhas. São Luís principalmente, com culturas variadas, especialmente milho, feijão, arroz e fumo. Raramente mantinha comércio com outras áreas, a não ser, esporadicamente, com Taubaté ou Ubatuba. Caracterizava-se por roças modestas - que cada posseiro ou proprietário mantinha junto à sua casa -, pelo uso de técnicas e processos rudimentares, que levaram a uma agricultura itinerante, que foi pouco a pouco destruindo parte da cobertura vegetal natural da região (PETRONE, 1959: 251-252). Aliás é significativo mencionar que desde o início o povoamento paulista foi condicionado de um lado, pela atividade nômade e predatória das bandeiras e de outro, pelo emprego de técnicas de orientação e utilização do meio emprestadas dos indígenas (MELLO e SOUZA, 1979: 41). Fatores que irão condicionar as características da produção na sociedade caipira, tanto a pequena produção camponesa, como a pequena produção mercantil, no marco dessa sociedade.

Nessa primeira fase de povoamento ligada ao que se costumou denominar ciclo de subsistência, não havia lutas pela terra, porque a maioria dos ocupantes eram parentes, e a terra era abundante e de pouco valor comercial. A terra ainda não

havia sido redefinida pelo capital numa forma adequada à sua reprodução, isto é, em equivalente de mercadoria.

A fraqueza geral do setor agrocomercial, a pequena intensidade da troca, permitiu o desenvolvimento de um "campesinato"<sup>(1)</sup> que se mantém por muito tempo isolado nos sertões da região, reproduzindo-se em condições muito precárias, embora persistam até hoje, aparentemente de uma forma residual.

Por outro lado, pelos fins do século XVIII, a produção de mercadorias destinadas à exportação tinha começado nas ricas planícies do Vale do Paraíba, cuja história será em grande parte, a história de uma produção comercial de vários produtos, que definirão momentos importantes no desenvolvimento

---

(1) Do ponto de vista do modo de produção, entendemos a produção camponesa como sendo aquela voltada basicamente para a produção de sua subsistência, portanto para a produção de valores de uso, eventualmente ou não consorciada com a produção mercantil, baseada no trabalho familiar não-assalariado, e na propriedade (muitas vezes formal) da terra e dos meios de produção. Ao contrário da pequena produção mercantil, as trocas que esse grupo estabelece com um grupo econômico maior - sejam de natureza econômica ou não -, servem para complementar a produção para o auto-consumo. Não o contrário. (Ver desenvolvimento posterior da noção no 2º item deste capítulo).

do capitalismo no Brasil<sup>(1)</sup> e que irão imprimir especificidades a nível da região, isto é, uma especificidade territorial que a incluirá de maneiras diferenciadas na divisão social do trabalho e no processo de reprodução das relações sociais de produção da sociedade existente.

Dois produtos agrícolas foram responsáveis por um novo período que iria introduzir transformações profundas em todos os aspectos: o algodão e o café. Ambos produzidos num esquema de monocultura, tinham as mesmas características gerais, apesar de que o café teve efeitos muito mais profundos.

Sob a pressão da procura inglesa (matéria-prima para indústria têxtil em franca expansão), desenvolve-se rapidamente a produção algodoeira.

Do algodão o município de São Luís do Paraitinga ganhou a localização da fábrica de tecidos Santo Antônio, uma das empresas pioneiras instaladas no Brasil em 1880. Apesar de sua duração efêmera seu papel na economia regional parece não ter sido pequeno. Hoje encontramos como reminiscência, o bairro da "Fábrica" ao sul de São Luís (PETRONE, 1959: 254).

Se o algodão teve uma influência local em São Luís, foi entretanto, com o café que se deram as grandes transformações. Produto relativamente novo, cujas características de

---

(1) É o caso da produção do café, por exemplo, de sua importância no desenvolvimento do valor de troca, criando as condições do desenvolvimento do trabalho assalariado, ampliando as condições da acumulação de capital - não só comercial, mas criando ao mesmo tempo as condições do desenvolvimento do capital industrial e financeiro.

produção correspondiam às condições ecológicas do país, assume importância comercial no fim do século XVIII, quando ocorre a alta de preços causada pela desorganização do grande produtor que era a colônia francesa do Haiti (FURTADO, 1968: 121).

Ao transformar-se rapidamente em produto de exportação, a produção do café se concentrou na região montanhosa próxima da capital do país<sup>(1)</sup>, na época o Rio de Janeiro. Introduzido no Vale do Paraíba na última década do século XVIII, através do município de Areias pelo ano de 1830 essa cultura provou ser tão lucrativa que rapidamente se expandiu. Por volta de 1836 a região de São Luís ("distrito") já possuía, segundo PETRONE (1959: 253-254), 3 fazendas de café, pioneiras da região na cultura que iria dominar a produção agrícola sobrepondo-se como monocultura comercial, à policultura antes existente.

Assim como em outros lugares por onde passou, essa cultura imprimiu grandes transformações, dando margem a verdadeira euforia econômica. Cria fazendeiros de posses, literalmente "os barões do café". Estes "não eram apenas ligados à economia nacional; num sentido real, eles possuíam a economia nacional" (SHIRLEY, 1971: 49). Surgem os sobrados nas cidades, assim como suntuosas sedes nas fazendas. Altera-se a composição demográfica da população, assim como retoma vigor o traba-

---

(1) Fato que vem reforçar o deslocamento do centro dinâmico da economia do nordeste para o sudeste.



lho escravo<sup>(1)</sup>. Segundo PETRONE (1959: 255) "no decorrer do século XIX, o município de São Luís destacou-se, no vale do Paraitinga como um dos maiores centros de escravos negros". Organizada, inicialmente, com base no trabalho escravo (estoque de mão-de-obra subutilizada da economia mineira), a empresa cafeeira caracterizava-se por custos monetários menores que os da empresa açucareira - equipamentos mais simples e quase sempre de fabricação local. O que explica também seu desenvolvimento tão intenso.

A valorização acentuada da produção agrícola compeliu à uma concorrência em relação à terra, que culminou com um fato relevante: a criação da Lei de Terras em 1850, a qual institucionalizou a terra como equivalente de mercadoria no Brasil, regulando a partir daí a sua apropriação privada através da compra<sup>(2)</sup>. É através dessa mediação, que o capitalismo invade o campo, instituindo a partir daí, a propriedade capitalista da terra, realizada através da renda territorial capitalizada (MARTINS, 1971:25). Assim, apesar desse meio de produção fundamental que é a terra para a produção agrária, ser um bem natural, não reproduzível, - isto é, que não é fruto do trabalho, e consequentemente não tem valor -, cria-se uma for-

---

(1) "Constata-se pois, em pleno século XIX, sob a impulsão do mercado capitalista mundial e a supervisão da estrutura neocolonial inglesa no Brasil, uma retomada vigorosa das relações de produção escravagistas. A herança colonial, longe de ser abandonada, é reproduzida e modernizada" (DAWBOR, 1977:113).

(2) Lei nº601 de 18/9/1850, art.1º Apud LOPES, Wellington dos M. & ROSA; Bercino V. da - Direito Agrário: leis, decretos e regulamentos. Rio de Janeiro, Ed. Brasília (s.d.), pp.21/5.

ma adequada da propriedade fundiária para o capital. "Forja-se" um valor de troca para a terra que por natureza não tem valor. Com isso, cria-se não só mais uma forma de extração de mais-valia, como uma das formas (de reprodução das relações sociais capitalistas ou ) da reprodução ampliada do capital, que não seja necessariamente pelo modo de produção mas "pelo conjunto das relações da sociedade capitalista" (MARTINS, 1971: 25). Assim, toda e qualquer atividade produtiva passa a ser determinada por essa mediação que é renda capitalizada. Desta forma ampliam-se as bases para a reprodução das relações sociais capitalistas de produção.

Um resultado imediato disto na área em estudo, foi na época, um movimento em direção à normalização da posse legal da terra, por parte especialmente dos grandes fazendeiros produtores de café.

SHIRLEY, comentando o mesmo processo em Cunha, acrescenta que "a 'posse' da terra (...) não é um elemento intrínseco da propriedade em si (...) mas, na realidade, é baseado mais uma vez, nos padrões de autoridade, na aceitação pela sociedade dos direitos exclusivos que um indivíduo tem sobre certos recursos. A natureza desta aceitação é, em grande parte, determinada (...) pelas instituições legais e políticas" (1971:137). A Lei de Terras atesta<sup>como</sup> o sistema legal do Estado, instituindo a propriedade capitalista da terra, toma gradativamente sobre si o papel de comandar o processo de acumulação de capital<sup>(1)</sup>.

---

(1) Até configurar o que Francisco de Oliveira chama, da "Grande coalisão internacional-capital monopolista nacional e o Estado" (s/d: 163).

Outro fato em parte decorrente da valorização da terra foi a lei brasileira da herança por partilha, responsável em grande parte pela enorme fragmentação de nosso território. "A lei brasileira da herança divisível especifica que quando um homem morre, sua propriedade é dividida de maneira que uma metade vai para a esposa e a outra é dividida em partes iguais entre os filhos. Por sua vez, quando a esposa morre, o restante é repartido igualmente entre os filhos. Este padrão de herança é tão profundamente enraizado na população brasileira(...), que torna inconcebível qualquer outro padrão como a primogenitura" (SHIRLEY, 1971: 152)<sup>(1)</sup>.

Com a expansão da economia cafeeira predominou, entretanto, o movimento contrário, isto é, de anexação de terras, através do qual formaram-se imensos latifúndios. Pequenos proprietários foram então expulsos<sup>(2)</sup>, e desenvolveu-se uma aristocracia rural dominante, consolidando na mesma pessoa as figuras de capitalistas e proprietários de terra. Essa aristocracia, base da nova classe empresária dominante, que investirá crescentemente seus lucros excedentes extraídos da produção do café, desempenhará papel fundamental no país, quer econômica quer politicamente. Aliás, o processo de formação das clas-

---

(1) Só que essa lei não garantiu a apropriação da renda da terra pelo proprietário de terra, conforme veremos com o estudo do pequeno produtor de leite C.

(2) "O café, sendo uma planta de produção retardada, exige para a sua cultura um investimento maior de capital. Esta cultura é, pois, menos acessível ao pequeno proprietário e ao produtor médio" (DAWBOR, 1977: 106).

ses dirigentes na economia cafeeira é bem distinto do da açucareira. Na primeira, sua vanguarda era formada por homens de experiência comercial, que desde o começo mantiveram entrelaçados os interesses da produção e do comércio. "Desde cedo compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica (...). Mas não é o fato de haverem controlado o governo o que singulariza os homens do café. É sim que hajam utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos" (FURTADO, 1968: 124). De fato, é ao nível das relações de troca "que o fazendeiro mantinha fora da fazenda com os emissários de café e, mais tarde, já no final do século XIX com os exportadores" (MARTINS, 1979: 14), que se realizam as práticas capitalistas do fazendeiro. E não ao nível da produção, realizada com o trabalho do escravo negro. É importante frisar também que é com a oligarquia exportadora do café, que se ameniza a ruptura entre a fase comercial e a produtiva (a comercialização se realiza no próprio Brasil e não como antes em Portugal). Assim, a captação de uma parte da mais valia realizada ficava nas mãos dessa oligarquia.

E foi justamente a dificuldade de importar o escravo negro - a escassez crônica de trabalho - uma das principais razões do declínio da produção de café do Vale

do Paraíba após 1860<sup>(1)</sup>. Com a abolição da escravatura em 1888, muitos fazendeiros permitiram a ex-escravos que continuassem morando em suas terras, em troca de uma parte da produção como pagamento (renda em espécie). Dessa forma garantiram mão-de-obra ao mesmo tempo que os gêneros alimentícios de primeira necessidade. E às vezes, quando a colheita era favorável, comercializavam o excedente, realizando e apropriando-se do lucro advindo do trabalho do agregado. Segundo MELLO e SOUZA (1979: 6) essa relação deu origem mais tarde a 2 classes de caipiras: os sitiantes que viviam sem maiores compromissos com um proprietário e os parceiros.

Aliás, é preciso ficar claro o vínculo entre a modernização das relações de produção, com a modernização da dependência econômica a que o Brasil estava submetido. Isto é, os interesses do capitalismo dominante e da burguesia dependente do país, impunham o aumento da produção, dentro da orientação extrovertida da economia. Surgem questões novas como a da terra e da mão-de-obra escrava. Esta já não tinha uma racionalidade econômica como no quadro da primeira fase do café. Os elevados preços do tráfico de escravos immobilizavam capitais significativos, que poderiam ser aplicados mais produtivamente.

---

(1) Não se quer com isso generalizar a questão da falta de mão-de-obra ao conjunto da produção cafeeira. Mesmo porque se DAWBOR (1977: 122) tem razão, o abandono progressivo das relações de exploração escravistas está intimamente ligado à própria evolução do sistema agro-exportador. A falta de mão-de-obra para a produção cafeeira no Rio de Janeiro e São Paulo, foi segundo o autor mencionado, abusivamente generalizada ao Brasil na sua totalidade.

A corrente modernizadora estende-se à infra-estrutura, com modernas instalações para agilizar o processo de reprodução do capital: estradas-de-ferro, os portos, casas de exportação, instituições de crédito, etc. O eixo Rio-São Paulo, no Vale do Paraíba, foi extremamente privilegiado nessa época. Há que se ressaltar o papel importante dos britânicos, na modernização das infra-estruturas. O fato é que "o esforço de modernização é (...) um esforço de modernização da economia exportadora", que na verdade apenas é uma resposta às necessidades do capitalismo dominante (DAWBOR, 1977: 102-118).

Essa modernização também se estendia à produção industrial, e da mesma forma também estava vinculada aos interesses do capital internacional. "O Brasil lançava as suas primeiras e modestas empresas industriais com muitas proclamações nacionalistas, mas partia na realidade com uma decalagem que o levava a ocupar os terrenos à medida que iam sendo já abandonados pelo capitalismo dominante. Ao comprar máquinas para satisfazer um mercado que já não interessava à Inglaterra (...) o Brasil permitia ao capitalismo dominante manter a relação neocolonial em dia com o desenvolvimento das suas forças produtivas e renovar as bases técnicas da dependência sem questioná-la" (DAWBOR, 1977: 136).

O período áureo do café em São Luís chega até 1918. PETRONE (1959: 254-255) apresenta uma descrição muito expressiva desta fase áurea, em que o café vai se apossando das terras, escalando morros, inclusive vertentes úmidas e sombrias, deixando atrás de si solos esgotados, bastante sujeitos à erosão, devido às técnicas

rudimentares<sup>(1)</sup> que presidiram seu plantio.

Mas "os rendimentos baixaram continuamente, as crises econômicas se sucederam, até que em 1918, a grande geada que afetou profundamente toda a cafeicultura paulista, veio contribuir em definitivo para a decadência da lavoura cafeeira em São Luís" (PETRONE, 1959: 255). Muitos fazendeiros deixaram a região. Frequentemente vendiam a terra a outros de fora (da região), mas às vezes ela era simplesmente abandonada e ocupada por parceiros locais que se estabeleciam como sitiantes autônomos.

Este processo já se instaura sobre uma nova fase do processo de desenvolvimento econômico brasileiro<sup>(2)</sup> e da dependência econômica, que já começa a se alterar

---

(1) O que não implica em nenhum juízo de valor, pelo contrário, há que se reconhecer que essas técnicas - mesmo as tomadas do indígena pelo conquistador -, resultaram de uma elaboração fruto da experiência, de um conhecimento satisfatório dos recursos naturais que, da melhor maneira possível, tinham os produtores na época. Conhecimento esse que permitiu estabilizar as relações do grupo com o meio.

(2) " O período que se estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital industrial. Mais que isto, o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as condições de sua negação, ao engendrar os pré-requisitos fundamentais para que a economia brasileira pudesse responder criativamente à "Crise de 29" . (MELLO, 1975: 114).

no fim do século XIX<sup>(1)</sup>.

Se de um lado o problema central da economia brasileira era a inadequada oferta de mão-de-obra, que acabou por engendrar a modalidade de trabalho que superaria o trabalho escravo, isto é, o trabalho livre (MARTINS, 1979: 12); por outro lado a crise do cativo vivenciada pelos fazendeiros de São Luís, não levou à substituição do escravo pelo imigrante, como em outras partes, e nem mesmo pelo trabalhador livre nacional num primeiro momento.

Já havíamos mencionado a presença de uma população livre significativa, que se forma na economia da mineração, embrião dos trabalhadores-proprietários da nova sociedade emergente. Assim como nos referimos a um campesinato que se reproduziu isolado nos sertões especialmente depois da crise da mineração; além dos ex-escravos que se transformaram em agregados de grandes fazendeiros e em sitiantes autônomos. " Tal procedência, porém, não deve ser confundida com o trabalho livre produzido diretamente na crise do ca-

---

(1) Segundo DAWBOR essa nova fase da dependência econômica, se define com o declínio do domínio inglês e a ascensão de uma nova potência - os Estados Unidos. A proclamação da república pode ser tomada como a libertação em relação à Inglaterra, mas apesar de seu caráter nacionalista, dada a predominância das estruturas de produção voltadas para o exterior sustentada pela burguesia nacional que não tomou parte do movimento, o caráter dependente da burguesia brasileira, foi mantido. Daí para o deslocamento do poder para os Estados Unidos, e para a passagem ao estágio monopolista do capitalismo, as condições foram favoráveis (DAWBOR, 1977: 137-148).



tiveiro (...). O trabalho livre gerado pela crise do cativo diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado, pois era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador (...). Diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra" (MARTINS, 1979: 12).

O que ocorreu de modo geral em São Luís do Paraitinga, com a crise do café, não foi a substituição do trabalho escravo por este trabalhador livre acima mencionado. Mas num primeiro momento, o reflorescimento da agricultura de subsistência, recobrando os destroços do café baseada no trabalho familiar, não assalariado. Esse trabalho familiar já vinha sendo desenvolvido: a) por descendentes de antigos posseiros e proprietários, do primeiro período de povoamento da região que se estende até o século XIX. Produziam tradicionalmente uma policultura de subsistência, mantida isolada por muito tempo nos sertões da região; b) praticado também por descendentes de ex-escravos que se tornaram sítiantes autônomos em alguns casos raros, e que seriam melhor definidos como posseiros. Na verdade, esse grupo acaba se segregando, mas aculturando-se dentro dos padrões da sociedade caipira. Nesse sentido, desempenham um papel significativo na preservação dessa cultura.

O que esses dois personagens tem em comum, é o fato de serem ambos autônomos, isto é, viveram à custa de seu próprio trabalho e, de modo geral terem a propriedade da terra e dos meios de produção. Às vezes tem somente a posse da terra, pagando uma renda em espécie ao proprietário. Muitas vezes não pagam nada, comportando-se como verdadeiros proprietários.

Nesses casos, fica nítido que suas relações são regidas pelas leis da "sociedade caipira".

Como a terra fosse o fator mais abundante na época (relativamente aos outros) funcionava para esses personagens muito mais como seu laboratório natural de trabalho do que como equivalente de capital. As leis que regiam o seu mundo - as leis da sociedade caipira, baseada na economia de subsistência, estavam voltadas para a satisfação das necessidades imediatas do trabalhador-proprietário e de sua família. Eram regidas pelo valor de uso, ao contrário das leis da produção capitalista, movidas pelo valor de troca. Para tanto, a "roça" - base da economia de subsistência -, deveria encarregar-se da produção de alimentos para cada unidade familiar. O que não quer dizer que se limitavam a viver da roça. O homem da economia de subsistência, está ligado a um grupo econômico maior, dentro do qual desempenha funções de natureza monetária ou não, e com o qual vende seus excedentes, recebendo assim uma "pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos necessários mínimos. Ao nível da roça o sistema é exclusivamente de subsistência; ao nível da unidade maior é misto, variando a importância da faixa monetária de região para região, e de ano para ano numa região" (FURTADO, 1968: 128).

Com a extinção dos cafezais, a agricultura de subsistência da região de São Luís é retomada<sup>(1)</sup> basicamente por

---

(1) O fato é que mesmo com a modernização da dependência - que se costuma chamar "a segunda fase do café" (DAWBOR, 1977: 114), marcada principalmente pela substituição do trabalho escravo -, há um reforço da extroversão econômica, não se rompendo com os impedimentos a um desenvolvimento capitalista introvertido, capaz de ampliar o mercado interno.

esses dois personagens, através dos cultivos do milho e feijão em primeiro plano e secundariamente o da cana-de-açúcar, do fumo e do arroz. A criação de suínos ganha destaque, enquanto que os cavalos, burros e bovinos são criados em pequena escala, especialmente como animais de trabalho (PETRONE, 1959: 259).

Esse retorno à policultura de subsistência, considerado por PETRONE (1959: 259) como fase de transição<sup>(1)</sup> entre o período cafeeiro e o período atual (dominado pela criação conforme veremos), foi marcado pela subdivisão de propriedades por herança<sup>(2)</sup> e subdivisão devido à própria crise da cafeicultura.

Os dados das tabelas abaixo evidenciam bem as proporções que o parcelamento da terra tomou, assim como são a expressão das transformações ocorridas nas relações sociais de produção:

"Em 1920 eram 268 as propriedades, assim distribuídas:

Menos de 41 hectares .....	101	propriedades
De 41 a 100       " .....	99	"
De 101 a 200     " .....	43	"
De 201 a 400     " .....	13	"
De 401 a 1000   " .....	<u>12</u>	"
Total .....	268	"

---

(1) E isto devido a que não conseguem competir com a produção agro-exportadora e nem mesmo praticar uma agricultura comercial para o mercado local, dada a fraqueza do mesmo, contrariamente ao que ocorreu na Europa.

(2) "A importância dessa lei é enorme, já que ela contribui para a desintegração das grandes fazendas, bem como dos grupos caipiras de vizinhança" (SHIRLEY, 1971: 152).

Em 1934 a divisão já era a seguinte, em um total de 1240 propriedades:

Menos de 24,2 hectares .....	862	propriedades
De 24,3 até 60,5 " .....	215	"
De 60,6 até 121 " .....	100	"
De 122 até 242 " .....	45	"
De 243 até 605 " .....	11	"
De 606 até 1210 " .....	6	"
De mais de 2420 " .....	<u>1</u>	"
Total .....	1240	propriedades"

Fonte: PETRONE, 1959: 259.

Assim, paralelamente à decadência do café se deu a fragmentação das propriedades, e o conseqüente domínio da policultura basicamente de subsistência. Entretanto, essa policultura também teve um caráter comercial, sendo que por volta de 1934, o município de São Luís chegou a se destacar no Estado como produtor de abacates, mangas, feijão e peras, evidenciando uma diversificação da lavoura (PETRONE, 1959: 261).

Nesse período a criação era ainda pouco expressiva, sendo numerosos apenas os animais de trabalho. O gado leiteiro teve, entretanto, um discreto desenvolvimento (PETRONE, 1959: 262).

Mas foi efetivamente após "1930-40 que as propriedades com rebanho bovino, particularmente leiteiro, começaram a se multiplicar. De então para cá a criação introduziu no panorama econômico da região de São Luís radicais transformações somente comparáveis às decorrentes no século passado, da introdução do café. As pastagens vieram substituir antigos cafezais, canaviais algumas vezes, roças ou então capoeiras .

Não raramente vieram contribuir também para a derrubada de matas" (PETRONE, 1959: 271).

Além da decadência da lavoura cafeeira e do esgotamento dos solos, o desenvolvimento da pecuária leiteira só pode ser explicado se considerarmos além desses dois fatos, a penetração em toda a região, de migrantes mineiros, a partir de 1930 basicamente, que com raras exceções não se dedicaram à pecuária de leite. Tradicionalmente criadores, esses mineiros vieram atraídos pelos baixos preços das terras desvalorizadas após a crise do café e o esgotamento dos solos - pouco atrativas do ponto de vista de uma racionalidade capitalista imediata, mas muito atraentes para os que procuravam melhores condições de vida em terras próprias, contando com o esforço de seu próprio trabalho. Além disso, a disponibilidade de terras, foi fator determinante na vinda desses mineiros, que arremataram com relativa facilidade grandes áreas exigidas por uma criação de caráter extensivo. O que não parecia ser tão fácil no estado de Minas Gerais, onde predominavam as grandes propriedades, não havendo quase sítios pequenos para se comprar (PETRONE, 1959: 274).

Graziano da Silva (1981: 90) comenta que " a existência ou não de terras disponíveis pode condicionar o desenvolvimento extensivo/intensivo da produção agropecuária. E é basicamente essa determinação que orienta a incorporação do progresso técnico na agricultura, cujo significado último é o de justamente criar 'novas terras' onde elas não forem disponíveis".

Na verdade a questão que está por trás dessa discussão das terras disponíveis é por um lado a questão da renda da

terra, ou seja, da realização da propriedade capitalista da terra. Por outro, a necessidade imperiosa de realização do lucro médio. Na medida em que não se tem condições de investir em uma determinada terra de modo que tal inversão gere uma renda, no caso de arrendatários capitalistas (determinação imposta pela forma da terra no modo capitalista de produção) ou um lucro médio, ela não tem valor para o capital, tornando-se portanto disponível. Essa disponibilidade de terras pode propiciar o desenvolvimento da pequena produção mercantil<sup>(1)</sup> em moldes extensivos, o qual não requer maior desenvolvimento das forças produtivas.

Um outro aspecto a ser mencionado que também contribuiu para o desenvolvimento da produção leiteira, é o relacionado às estradas e companhias de laticínio. "A abertura da estrada de Ubatuba, antes somente transitável por tropas; a melhoria de estradas vicinais, permitiram a penetração dos caminhões. Com estes, companhias de laticínios, particularmente a VIGOR, puderam "tirar" leite de vários pontos do município, garantindo a compra do produto e incentivando a criação de gado leiteiro" (PETRONE, 1959: 275).

Define-se a partir daí, uma outra divisão inter-regional do trabalho, na qual a região do Alto Paraíba, e dentro dela São Luís do Paraitinga, particularmente coloca-se como região de produção de leite C, principalmente, movida por um

---

(1) Uma vez que esse tipo de produtor não se comporta como um capitalista, isto é, não visa a apropriação da renda (lucro extraordinário), nem do lucro médio.

processo de produção mercantil, configurado por relações de produção não tipicamente capitalistas, mas subordinadas ao capital. Subordinação essa que viabiliza um processo de transferência de renda da terra e de trabalho excedente do pequeno produtor mercantil para fora do setor, dando forma ao processo de acumulação urbano-industrial. E assim, reproduzindo e ampliando as diferenças, as contradições. Tanto as sociais como as espaciais.

O migrante mineiro, criador por tradição, surge, então, como um personagem muito importante na redefinição das relações de produção da região, de sua ambiguidade inclusive. De um lado, contribuindo para consolidar a pecuária de leite sob bases familiares, artesanais, apoiada na produção direta da subsistência. De outro reforçando (e movendo-se sobre) a base jurídica da propriedade da terra, e em certo sentido (sobre) a racionalidade capitalista com vistas ao lucro.

Esse novo personagem vai coexistir com os anteriores já - mencionados - descendentes de antigos posseiros e de proprietários, e descendentes de ex-escravos que se tornaram sítiantes -, formando a matriz da força de trabalho que desenvolverá um processo de produção específico. Aquele movido pelo produtor mercantil de leite C.

O que os identifica como tais, é o fato de serem homens livres que detêm a propriedade da terra e dos instrumentos de produção, o que lhes confere uma autonomia (mesmo que relativa) frente às condições objetivas de trabalho. Outro ponto comum é o fato de trabalharem diretamente na própria terra, além de produzirem diretamente parte de sua subsistência. Esses trabalhadores proprietários surgiram como força de trabalho em

meio às "tensões do processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre" (TAVARES DOS SANTOS, 1978: 20), só que como outra modalidade de trabalho. Aquela definida pela "brecha" camponesa que as condições materiais históricas de produção ofereceram aos sitiantes dos sertões paulistas.

A unidade contraditória de um trabalhador-proprietário:  
o pequeno produtor mercantil de leite

Tentamos mostrar até aqui, as condições históricas que permitiram a formação e o desenvolvimento: a) de uma das formas em que o trabalho é proprietário ou o proprietário trabalha, personificado pelo pequeno produtor mercantil de leite de São Luís do Paraitinga; b) assim como de uma região - o Alto Paraíba -, cuja especificidade é dada pelo modo de produção concebidos aqui a partir de uma dupla especificidade: a unidade de produção e a formação social. Isto é definido pela tensão entre as formas específicas da reprodução local dos meios de produção da pequena produção mercantil, assim como pelas formas que assumem: a) a reprodução das relações sociais capitalistas de produção a que a pequena produção mercantil está subordinada, e b) a sua não-reprodução. Em outras palavras, enquanto um específico processo de trabalho - do pequeno produtor mercantil -, que não é um processo capitalista de produção mas está subordinado ao capital, se não no momento da produção propriamente dita, no da troca (e cada vez mais no do consumo). Portanto, a especificidade da região do Alto Paraíba é dada não através do processo de produção particular da-



quele trabalhador isolado; mas desta forma de produção histórica e socialmente determinada - a pequena produção mercantil de leite. Logo, como um processo social de trabalho determinado a produzir trabalho excedente.

A questão, então, é resolver teoricamente a contradição necessária de como o capital no seu movimento, isto é, na sua reprodução, engendrou na região do Alto Paraíba, um processo de trabalho mercantil familiar não tipicamente capitalista. E a partir daí explicar a relação entre a lógica interna da unidade produtiva familiar e a formação social capitalista.

Aliás, essa tendência geral de desenvolvimento do capitalismo através da generalização da produção mercantil familiar, na agricultura e não da empresa capitalista, - conforme os supostos clássicos da relação social capitalista -, já tem sido apontada por vários autores<sup>(1)</sup>.

De fato os supostos clássicos do comportamento do trabalho com o capital pressupõe a dissolução de todas as formas em que o trabalho é proprietário, ou o proprietário trabalha. Portanto, pressupõe a separação entre o trabalhador e as condições objetivas do trabalho, explicitadas por Marx atra-

---

(1) Entre outros:

José de Souza Martins - Expropriação e Violência. São Paulo, HUCITEC, 1980, pp.22-37.

Kostas Vergopoulos - Capitalismo Disforme - O caso da agricultura no capitalismo. In A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp.49-174.

José Vicente Tavares dos Santos - Os colonos do vinho. Op. cit., pp. 21-23.

vés das seguintes condições: " 1) dissolução do comportamento para com a terra - solo - como uma condição natural da produção com a qual o trabalhador se comporta como com sua própria existência inorgânica, como com o laboratório de suas forças e o domínio de sua vontade. Todas as formas nas quais está presente esta propriedade supõem uma entidade comunitária, cujos membros, quaisquer que sejam as diferenças formais que possam existir entre eles, como membros da mesma, são proprietários (...) 2) Dissolução das relações nas quais ele aparece como proprietário do instrumento. Assim como a forma acima citada, da propriedade da terra supõe uma entidade comunitária real, do mesmo modo, esta propriedade do instrumento por parte do trabalhador supõe uma forma particular do desenvolvimento do trabalho manufatureiro como trabalho artesanal; (...) 3) Implícito em ambos os casos, que o trabalho antes da produção - em consequência durante a produção, antes da finalização da mesma - tem em sua posse os meios de consumo necessários para viver como produtor. Como proprietário da terra, ele aparece provido diretamente do fundo de consumo necessário (...) 4) Por outro lado, dissolução, igualmente das relações nas quais os trabalhadores mesmos, as capacidades vivas de trabalho estão ainda imediatamente incluídas entre as condições objetivas de trabalho e como tais são apropriadas e são portanto escravos ou servos. Para o capital, o trabalhador não é condição alguma da produção, mas que só o é o trabalho. (...) E o capital não se apropria do trabalhador mas de seu trabalho, não imediatamente, mas mediado pela troca" (MARX, 1977(a) vol.1: 458-459).

A questão que se coloca é de que até que ponto a complexidade da realidade é reduzida ao trabalho assalariado e ao

capital?

A análise das condições históricas em que se desenvolve o processo do trabalho do pequeno produtor mercantil de leite C, mostra que seus supostos não se verificam conforme os da relação clássica capitalista de produção<sup>(1)</sup>.

Assim: 1) O pequeno produtor mercantil de leite não se comporta com a terra como com uma condição natural de produção, uma vez que sua relação com a terra é medida pelo conjunto das relações sociais capitalistas de produção, através da renda da terra, ainda que não tenha consciência disso. Só se comporta com a terra como com o laboratório de seu trabalho no plano subjetivo. Do mesmo modo, a base de sua produção não é a entidade comunitária real, no sentido que lhe atribui Marx, a não ser idealmente, subjetivamente. Aliás, a família e o bairro aparecem para o pequeno produtor mercantil como personificação dessa entidade comunitária. Portanto, esse suposto não se verificou totalmente, pois ainda não houve a dissolução no plano ideal, subjetivo, apenas no real, objetivo; 2) o pequeno produtor mercantil é proprietário dos meios de produção, não se verificando assim a dissolução dessa forma de propriedade. O que supõe no processo de trabalho mercantil, uma "forma particular do desenvolvimento do trabalho manufatureiro como trabalho artesanal" (MARX, 1977(a) vol.1:458); 3) o processo de trabalho mercantil implica na posse (de parte) dos meios de

---

(1) Assim como não se verificam inteiramente os da produção camponesa de vinho demonstrados por José Vicente Tavares dos Santos, 1978, op. cit.

subsistência de que necessita, pois como proprietário da terra ele pode prover-se diretamente do fundo de consumo necessário. Potencialmente o pequeno produtor mercantil tem a posse desses meios de subsistência, mas de fato não os tem, obtendo-os primordialmente através do mercado. O que pensamos ser fruto muito mais de um processo ideológico que transfigura essa condição possível - da produção direta de sua subsistência -, ou em outras palavras, esse tempo de trabalho necessário em tempo de não-trabalho. Na unidade da produção mercantil verifica-se uma tendência crescente à compra de parte do fundo de consumo;

4) o pequeno produtor mercantil não está incluído imediatamente entre as condições objetivas de trabalho, mas por outro lado, não se apresenta como trabalhador livre, uma vez que se comporta com as condições objetivas de seu trabalho como com sua propriedade. O processo de trabalho mercantil é baseado em trabalho familiar.

Assim, verifica-se, até certo ponto, a unidade do trabalho com seus supostos materiais e não sua separação.

Do ponto de vista do indivíduo, ele se comporta consigo mesmo como proprietário, como senhor das condições de sua realidade, ao mesmo tempo que como trabalhador. Quanto à terra, idealmente, eles se comportam de modo geral "ingenuamente" com ela, tratando-a como o grande laboratório que proporciona o trabalho. É só num segundo plano que ela aparece carregada de seu caráter social, embora não claramente. É na medida em que o pequeno produtor mercantil sabe que sua terra se valoriza e que pode vendê-la mais tarde por "um bom dinheiro". É quando poderá se apropriar da renda da terra sob a forma de preço da terra, embora não tenha consciência disso (ilu-

são necessária, para a relação de exploração se concretizar). Mas ao mesmo tempo é através da propriedade da terra que o pequeno produtor mercantil se vincula às relações da sociedade capitalista, conforme discutiremos no próximo capítulo.

Quanto à posse dos meios de subsistência, na medida em que ele deixa de produzi-los diretamente, e passa a comprá-los com maior frequência, acreditamos ser este fato o resultado de um tipo de determinação que se dá inicialmente pelo modo de pensar e posteriormente pelo modo de vida. Isto é, ainda que o produtor mercantil possa produzir sua subsistência - o que pode até ser mais compensador -, ele prefere não produzir por razões que ainda não são claras<sup>(1)</sup>. Portanto, ainda não são as suas razões, mas as do capital. O que acontece é que cada vez mais aumenta sua dependência em relação ao mundo da mercadoria, uma vez que suas relações passam com cada vez maior frequência pela mediação do mercado. E na medida em que as razões são formuladas mais no plano subjetivo que objetivo, parece tratar-se de uma ilusão necessária através da qual as razões do capital aparecem como as razões do pequeno produtor mercantil, esse proprietário que trabalha. E que através dessa ilusão, uma ilusão mediadora, vai perdendo aos poucos a propriedade sobre seu trabalho, ou melhor, sobre as condições objetivas de seu trabalho.

---

(1) As razões não pareceram ser decorrentes de uma maior intensidade de seu trabalho, em outras palavras de uma diminuição do tempo de trabalho necessário e aumento do tempo de trabalho excedente. Mas em muitos casos como decorrente da penetração de uma ideologia do consumo e de uma ideologia do ócio, no interior da ideologia (exaltação) do trabalho.

Portanto, é dentro dessa ambiguidade que tem que ser apresentado o pequeno produtor mercantil, para se apreender as tensões em que vive, traçadas pelos limites reais que a sociedade lhe impõe. É por essa unidade contraditória de trabalhador-proprietário que consideramos o seu processo de trabalho como não tipicamente capitalista, apesar de reproduzido pelo modo de produção do capital.

Daí que se reveste da forma das relações predominantes; se não pelo modo de produção, pelo modo de pensamento, e daí conforme mostramos um aspecto, pelo modo de consumo.

A reprodução pelo capital das relações de produção não capitalistas, remetem à discussão das contradições inerentes a esse processo, logo necessárias. Assim, essas relações não-capitalistas de produção que antes pertenciam à história de sua origem, agora são seu resultado, na medida em que não foram abolidas, nem permaneceram como resquício de uma forma passada, mas foram redefinidas pelo próprio capital. Isto é, estão incluídas na esfera do modo de produção que o capital serve de suposto. Ou seja, estas relações de produção não-capitalistas só "sobrevivem" na sua história contemporânea, na medida em que se convertem em capital por meio da sujeição da renda e do trabalho dos pequenos produtores mercantis. Por que uma vez que ele é proprietário da terra, só se submete seu sobre-trabalho depois que se sujeitar sua renda.

Por outro lado, acreditamos que a questão da abolição dessas relações não capitalistas de produção, que se reproduzem na história contemporânea do regime de produção do capital, sua dissolução pode ser pensada no sentido de que "as condições atuais da produção se apresentam como abolindo-se a si

mesmas e portanto como pondo os supostos históricos para um novo ordenamento da sociedade" (MARX, 1977(a) vol.1:422). Ou seja, acreditamos que na medida em que a permanência das relações não-capitalistas de produção se dá pela reprodução pelo próprio capital implica em que são um resultado seu, e não um resquício do passado, explicado, por alguns autores, pela debilidade ou fraco desenvolvimento do capital<sup>(1)</sup>. E que, portanto, no seu desenvolvimento, as relações sociais capitalistas de produção, reproduzem não só os supostos clássicos, base de sua sustentação (separação do trabalhador com relação às condições materiais de produção/forma assalariada do trabalho/etc.) mas também condições que na sua forma (aparência), ou melhor, na sua origem, não foram um resultado do capital, mas condições encontradas por ele e que teve que resolvê-las. Não foram postas originariamente pelo capital, mas posteriormente foram sendo redefinidas e subordinadas a ele.

Resta ainda insistir sobre um ponto que julgamos fundamental, porque revela um traço específico do processo de produção mercantil de leite C, ao mesmo tempo que o distingue do processo de produção camponês do mesmo leite.

---

(1) Esta interpretação está ligada a uma visão do capital não como uma relação social no sentido pleno desta noção, mas ao capital visto como um agente acima de todas as coisas; logo, à uma visão mecanicista de sua reprodução. E, portanto, a um problema de método, por não se trabalhar com a noção de contradição. Leva a uma interpretação linear do desenvolvimento do modo de produção.

O que os relatos desses produtores, e a pesquisa de campo, de modo geral, nos pareceu evidenciar, através de suas condições materiais de existência, foi de início uma origem social diferente entre esses dois personagens. De modo geral, a gênese do pequeno produtor camponês estava ligada aos primeiros momentos do povoamento da região do Alto Paraíba, identificando-se frequentemente como descendentes de a) antigos posseiros, b) até mesmo de ex-escravos que se tornaram autônomos, embora diziam-se proprietários da terra. Mas que na maioria dos casos, mantinham-se bastante isolados, quase que segregados nos sertões da região, ligados a um passado, a uma história de vida - tanto sua como de seus descendentes - à produção agrícola de subsistência. Provavelmente afeta à própria história da produção agrícola da região, descrita anteriormente, na qual a produção para a subsistência floresceu nos interstícios das grandes propriedades.

Já os que denominamos pequenos produtores mercantis de leite C, pela sua história de vida, como de seus descendentes, tinham uma certa tradição no ramo da pecuária de leite, mesmo que pertencentes à história recente da produção de leite na região, caso dos migrantes mineiros e seus descendentes. Mas de qualquer forma, diferentemente dos primeiros, o caráter mercantil de sua produção, parece que sempre foi predominante, onde através da troca se objetivava e se garantia a obtenção dos meios fundamentais de subsistência.

Em ambos os casos, desses dois personagens proprietários da terra, de modo geral, a relação com a terra é semelhante, isto é, no plano objetivo é mediada pelo valor de troca, ainda que no plano subjetivo seja diferente. O mesmo aconte-



tecendo com a entidade comunitária, conforme comentado. Isto é, a vida em organismos semi-autônomos - os bairros rurais, no caso específico da sociedade caipira a que pertence o produtor em estudo -, e a cultura específica das pequenas "comunidades" rurais - a cultura caipira, neste caso -, fruto em grande parte da segregação, não são um suposto da apropriação das condições objetivas de sua vida; isto é, o que vai regular a auto reprodução e a objetivação desta. Os bairros, aos poucos, produto de uma história mais dinâmica, vão perdendo essa natureza, à medida que vão sendo invadidos pelo valor de troca, que vai transfigurando tudo. Quanto aos meios de produção, a condição é idêntica: ambos são proprietários, ambos realizam um trabalho em bases artesanais. E os dois processos de trabalho são baseados em trabalho familiar.

Mas quanto à produção direta de sua subsistência, acreditamos se verificar algumas diferenças. Na unidade de produção camponesa o fundo de consumo é praticamente todo produzido pelo produtor, sendo que somente uma pequena parcela é adquirida no mercado. Assim, apesar de em alguns casos ocorrer até uma especialização da produção, a unidade de produção camponesa não perde as características - base de uma economia de subsistência - de ser encarregada de produzir seus alimentos. Desse modo, nas unidades de produção camponesa de leite encontradas na área em estudo, o leite era comercializado somente como excedente de sua cesta de consumo e como excedente dos fatores de produção que, segundo MARTINS (1972: 12), de outra forma ficariam sem uso. Quer dizer o leite não é produzido como mercadoria. E a diferença da unidade de produção mercantil de leite "o dinheiro do leite" é que suplementa a produção pa-

ra o auto-consumo. Enquanto que na pequena produção mercantil de leite, a produção para o auto-consumo é de caráter totalmente secundário em relação à produção (mercantil) de leite. Às vezes até inexistente. Geralmente a atividade de subsistência, quando existe, é quase sempre destinada ao mercado. Isto é, os produtos são produzidos como mercadorias, ou seja, tem idealmente valor de troca. Assim, ao contrário da produção camponesa na unidade de produção mercantil pode-se dizer que a produção para o auto-consumo é que suplementa a receita recebida com o leite ("o dinheiro do leite")<sup>(1)</sup>.

Se essa diferenciação se dá num primeiro aspecto pela quantidade da produção para o auto-consumo, será que essa diferença de quantidade não esconde uma diferença de qualidade? Na medida em que se estreitam os vínculos com o mercado, tanto para compra como para venda, na medida em que a produção é mediada pelo valor de troca, - embora essa mediação não apareça sempre explicitamente<sup>(2)</sup> - como no caso da produção dita mercantil, não há uma mudança qualitativa importante?

---

(1) Ver sobre essa questão da diversidade desses dois tipos de produtores, entre outros: Juarez R. Brandão Lopes - Do capitalismo à empresa. Unidade e diversidade do capitalismo no campo. São Paulo, Brasiliense, 2a.ed., Caderno Cebrap nº 26.

(2) Às vezes tem-se a impressão de que essa mediação não existe, devido à sensação de displicência ou de descontrole com que alguns produtores falam de seu processo de produção, parecendo não se preocupar muito com o estabelecimento da cota de leite nos meses de entressafra. Na verdade ele se preocupa, só que não sob a forma burguesa do cálculo, mas a seu modo.

Na medida em que o pequeno produtor mercantil deixa de produzir a maior parte de seus meios de subsistência, passando a adquirí-los (com cada vez mais avidez) através do mercado, o que antes se poderia considerar como necessidades está representando agora pelo consumidor. E mais do que isso, aos poucos vai deixando de encontrar em si mesmo e de maneira natural as condições de sua própria produção. Estas começam a existir fora dele, autônomas a ele, e com este existir-fora-dele acabam sendo absorvidas por uma conexão geral, mediada pelo valor de troca, que o induz, sem que ele se aperceba disto, a comprar o que poderia produzir, e a consumir o que antes aparecia como luxo, agora como necessário. Aliás, "a tendência do capital é precisamente esta de retirar o fundamento natural sob a base de cada indústria, de transplantar suas condições de produção fora da mesma, a uma conexão geral e daí a conversão daquilo que figurava como supérfluo em algo necessário, em uma necessidade gerada historicamente" (MARX, 1977(a) vol.2:17).

As implicações do fato de o pequeno produtor de leite produzir diretamente parte cada vez menor de seu fundo de consumo, a partir da discussão das necessidades - de sua natureza mutável quando mediada pelo valor de troca, de seu caráter de fetiche -, contribui bastante para desvendarmos essa provável mudança qualitativa, que pelo menos virtualmente, acreditamos que se fundamenta.

É, portanto, com base nesses pontos que achamos que se revela a diferenciação entre esses dois tipos de produtores personagens carregados de tanta ambiguidade.

Embora encontrando os dois tipos na área observada concentraremos nosso estudo sobre o primeiro, o pequeno pro-

dutor mercantil, pois a análise empírica nos evidenciou que a produção de leite da região se caracteriza por sua natureza mercantil. O que não quer dizer que certos mecanismos, definidos por relações pessoais, por relações que não são mediadas pelo valor de troca, são importantes para a reprodução deste grupo de produtores.

Assim, acreditamos que a distinção entre pequena produção camponesa e pequena produção mercantil existe, e que não é didática teórica (classificativa), mas histórica.

Revela não um problema, mas as contradições do processo de reprodução do capital<sup>(1)</sup>, que acima de tudo é o processo da diferença, assim como as contradições secundárias no seio do próprio campesinato.

---

(1) Comentando sobre a articulação do capital com a pequena produção mercantil, LIPIETZ tenta recuperar a especificidade desta última, rompendo a abordagem unilateral que leva à proletarização absoluta, e ressalta o fato de que "o modo de produção capitalista não domina e não explora do mesmo modo todo o campesinato" (1977: 28).

## Capítulo 2

A RENDA DA TERRA COMO A MEDIAÇÃO QUE VINCULA O TRABALHO DO  
PEQUENO PRODUTOR MERCANTIL AO CAPITAL

A RENDA DA TERRA COMO A MEDIAÇÃO QUE VINCULA O TRABALHO DO PEQUENO PRODUTOR MERCANTIL AO CAPITAL

A análise da propriedade da terra sob sua forma histórica moderna, isto é, como uma forma produzida pelo capital, nos interessa porque é através da renda da terra que o campo moderno é explorado pelo capital. Apesar de nem sempre pagar renda, a renda da terra surge como a mediação que determina o trabalho do pequeno produtor mercantil de leite, ao conjunto das relações da sociedade capitalista de produção<sup>(1)</sup>.

Partimos, portanto, do suposto de que o processo de produção mercantil de leite C apesar de configurado por relações de produção não tipicamente capitalistas<sup>(2)</sup>, se acha determinado ao regime capitalista de produção.

Trata-se de desvendar as formas específicas em que o campesinato (no caso o pequeno produtor mercantil) se constitui e se redefine pela mediação de exploração do capital. Ou

---

(1) Estas reflexões se apoiaram basicamente nos textos de MARX e MARTINS mencionados ao longo deste trabalho, dos quais dois trechos foram fundamentais para desencadear a explicação e a argumentação: K.Marx - Elementos Fundamentais para la crítica de la economía política (Borrador), 1977, op.cit., vol.1, pp.218-221 e J.S.Martins - A emigração e a crise do Brasil agrário, São Paulo, Pioneira - Introdução, 1971.

(2) Porque nem todos os supostos clássicos da relação social capitalista se verificam, como se verá mais tarde.

em outras palavras, de se estudar uma das formas específicas em que se dá a exploração do trabalho pelo capital, sem a subordinação do processo direto de produção, isto é, sem a transformação das relações de produção em relações capitalistas. Mas desde já, trata-se de compreender esse processo não capitalista de produção do capital como subordinado à reprodução (capitalista) do capital.

A maioria dos produtores de leite de Catuçaba é proprietária de terras<sup>(1)</sup>. Dos 24 entrevistados apenas 2 não eram proprietários, mas rendeiros. Como observa OLIVEIRA (1982: 191-200)"(...). O que ocorre é que são os camponeses sem terra ou com pouca terra que arrendam terras para a prática da produção camponesa. Na realidade são rendeiros e não arrendatários. Pagam, portanto, por esse uso renda em produto, trabalho ou dinheiro, o que configura a reprodução mediada pelo capital da reprodução de formas de renda pré-capitalista da terra"<sup>(2)</sup>.

"Tanto por sua natureza como historicamente, o capital é o criador da moderna propriedade da terra, da renda da terra; portanto, sua ação se apresenta além disso como dissolução da velha forma de propriedade da terra. A nova surge em consequência da ação do capital sobre a velha" (MARX, 1977(a) vol.1: 217).

---

(1) Ver quadro 9 "Condição de propriedade e área das unidades de produção mercantil", capítulo 3.

(2) Esse ponto está mais desenvolvido no item "A propriedade da terra" no capítulo 3, pp. 122-126.

Historicamente a propriedade capitalista da terra é posta pelo capital como sua condição ao mesmo tempo que sua antítese. Isto é, é só através da moderna propriedade da terra que o capital põe o trabalho assalariado em toda sua amplitude, ou seja, através da propriedade da terra enquanto valor criado pelo capital mesmo. "Daí que a propriedade da terra nos leva de volta ao trabalho assalariado. Se trata de um ponto de vista, simplesmente da transferência do trabalho assalariado das cidades até o campo, ou seja do trabalho assalariado estendido à superfície inteira da sociedade" (MARX, 1977(a) vol.1 : 218).

Assim, a propriedade da terra aparece como uma manifestação puramente transitória, mas necessária à ação do capital sobre as velhas relações de propriedade da terra, ao mesmo tempo que como produto da dissolução dessas relações. Mas uma vez alcançado esse objetivo, a propriedade da terra aparece agora como uma barreira à livre movimentação do capital, uma vez que permite que o proprietário de terras se aproprie de uma parte do sobretabalho que constituiria um lucro excedente constante, transferido das mãos do capitalista para as suas. O capital, então, procura como tendência, dissolver a propriedade da terra através de vários mecanismos.

Por exemplo: transferindo-a ao Estado, nesse caso dissolvendo-a enquanto propriedade privada; ou redefinindo a pequena produção mercantil determinando, principalmente através da política de preços mínimos, a que o pequeno produtor mercantil não se aproprie de seu trabalho excedente e o transfira para o capital (setor urbano-industrial). Desse modo transferindo a propriedade da terra enquanto propriedade privada



para o capital<sup>(1)</sup> e em consequência eliminando-a em termos econômicos, para o pequeno produtor mercantil.

Este é o aspecto da negação da propriedade da terra, em que o capital procura eliminar o proprietário de terras, e no caso em estudo, o pequeno produtor mercantil enquanto tal. Só que como mostra Marx, quando o capital chegou a este ponto, também o trabalho assalariado foi tão longe que tenta de um lado eliminar o proprietário de terras com vistas a simplificar a relação, (reduzir os impostos, etc.); por outro lado o trabalho exige o parcelamento da grande propriedade para livrar-se do trabalho assalariado e converter-se em produtor independente - para o uso direto -. "De modo que a propriedade da terra se a nega de dois lados; a negação por parte do capital é tão só modificação formal, com vistas a sua dominação exclusiva (...). A negação por parte do trabalho assalariado é meramente uma negação encoberta do capital, e portanto de si mesmo. (...) Desta maneira há uma dupla transição:

- 1) transição positiva a partir da moderna propriedade da terra, ou do capital por meio da propriedade da terra em direção ao trabalho assalariado geral;
- 2) transição negativa: negação da propriedade da terra pelo capital, ou seja, pois negação do valor autônomo pelo capital, ou seja negação do capital por si mesmo. Porém a negação deste é o trabalho assalariado. (...) Ou seja, o trabalho assalariado procura por-se como independente". (MARX, 1977(a) vol.1: 221)

---

(1) Através da apropriação do lucro excedente obtido da venda dos derivados de luxo (danones, etc.), por exemplo.

A conversão da terra em equivalente de capital

A propriedade da terra é anterior ao capital. E como tentamos mostrar foi através da renda capitalizada da terra que o capital criou as condições dele invadir velhas relações de propriedade da terra no seu afã de apoderar-se dessa esfera da produção (a produção agrícola) para extrair cada vez mais valor excedente.

Isto é, partindo da propriedade da terra como um monopólio de algumas pessoas sobre determinadas porções do território, o que implica em exclusão de todos os demais, trata-se de valorizar este monopólio à base da produção capitalista. (MARX, 1978: 574-575). Mas a terra, o meio de produção fundamental para a produção agrícola, diferentemente dos outros meios de produção, é um bem natural, limitado, não reproduzível, isto é, que não é fruto do trabalho. Portanto, não tem valor. No entanto, cria-se uma forma adequada de propriedade fundiária para o capital, forjando-se um valor de troca para a terra, que por natureza não tem valor<sup>(1)</sup>. Com isso se cria a possibilidade de proprietário de terras receber uma quantia de dinheiro em troca de sua autorização para que se utilize sua terra, não só em virtude de seu direito de propriedade (como nas outras formas primitivas de renda), mas enquanto

---

(1) "A renda do solo (...) é uma categoria tão irracional como a lei do preço do trabalho, uma vez que a terra não é produto do trabalho nem pode, portanto, ter um valor. Por outro lado, por trás desta forma irracional se esconde uma relação real de produção" (MARX, 1977(b): 581).

prestamista de um capital. Essa quantia é a renda da terra, isto é, a forma em que no regime de produção capitalista se realiza economicamente a propriedade da terra, quantia esta considerada como se fosse juros pagos a um capital (MARX, 1978 : 743)<sup>(1)</sup>.

Cabe um parênteses nesse ponto, no que se refere à aquisição de terras a baixo preço, pois foi um ponto que suscitou muitas discussões e dúvidas.

Vejamos concretamente essa questão a partir do caso em estudo.

Pelo fato das terras serem adquiridas pelos pequenos produtores mercantis a baixo preço, relativamente a outras áreas, fato que atraiu muitos mineiros para a região, conforme mencionamos no capítulo 1, e pelo fato da moderna propriedade da terra, enquanto renda capitalizada, pressupor o encarecimento artificial da terra, o que enquanto tal exclue a utili-

---

(1) Devido à essa forma nova, essa quantia de dinheiro que terá que ser paga ao proprietário da terra, não só em virtude de seu direito de propriedade como na renda em dinheiro na sua forma metamorfoseada de renda em produtos, mas no conceito de prestamista de um capital, é que a renda capitalizada da terra pressupõe um encarecimento do preço da terra, representado pelo acréscimo do preço comercial em relação ao preço de produção.

zação direta da terra pelos indivíduos<sup>(1)</sup>, acreditamos que do ponto de vista de sua determinação substancial - isto é, enquanto valor de uso, matéria, e com os interesses<sup>daí</sup> correspondentes -, o preço da terra nestes casos não constitui a renda capitalizada da terra. Mas renda em dinheiro, antecipada, transferindo apenas o direito de se usufruir da terra.

Mas, na verdade, isso é apenas a exterioridade e só um lado do processo.

O fato é que a determinação formal é que é o aspecto essencial. Pois, do ponto de vista do preço da terra enquanto equivalente de capital em relação à forma, mesmo que os sujeitos no ato da troca não tenham consciência disso, portanto, independentemente deles, está dada a determinação pelo capital. Assim, o preço da terra pago pelo pequeno produtor mercantil constitui para ele um capital virtual, e para o proprietário que vendeu a terra constitui a renda capitalizada, antecipada. Do mesmo modo que o pequeno produtor mercantil ao vender sua propriedade, essa renda antecipada com o preço da terra que se apropria "não pode ser outra coisa que uma parte do trabalho excedente antecipado do camponês depois de cobrir o trabalho indispensável para sua subsistência" (MARX, 1978: 746).

---

(1) Sobre esse ponto ver Marx, em especial Elementos Fundamentais para la crítica de la economía política-(Borrador) op. cit. p. 220 e Teorias sobre la plusvalia op. cit. Tomo II, p. 132 onde comenta em particular o caso de terras vendidas a baixo preço pelo Estado, a cultivadores, em cujo preço não está integrada a renda da terra.

O fato é que as determinações são múltiplas. E também é certo que a determinação geral é dada pelo capital. Mas por outro lado há que se recuperar as diferenças, aquilo que foge à explicação geral, num dado momento, ou num certo sentido.

Por isso achamos importante incluir esse parênteses.

A renda da terra como barreira ao capital - o caráter social da renda

Mas se a renda da terra (na sua forma capitalista da propriedade da terra) é a condição do capital investir nesse campo especial de produção, com vistas à apropriação de trabalho excedente aí gerado, ela se põe ao mesmo tempo como obstáculo ao capital. Assim, o capital a cria e a nega ao mesmo tempo. Indicamos, no começo, um duplo aspecto dessa negação : por parte do capital, e por parte do trabalho assalariado - que no fundo é a negação encoberta do próprio capital. Aqui nos interessa ver de perto a negação por parte do capital, uma vez que no caso particular que estudamos, o trabalho que move a pequena produção mercantil de leite é o trabalho em bases familiares - movido pelo produtor-proprietário e sua família . Isto é, o trabalho já está posto como independente para livrar-se do trabalho assalariado<sup>(1)</sup> .

---

(1) A transição negativa por parte do trabalho está formalmente resolvida (embora não realmente).

O produtor mercantil, enquanto proprietário da terra, se opõe ao capital pelo direito que tem de se apropriar de seu próprio trabalho excedente (embora não tenha consciência disso) e que o capital quer a todo custo lhe extorquir, em parte sob a forma de renda.

Então, é no momento em que a propriedade territorial, graças a seu monopólio sobre a terra, se desenvolve enquanto capacidade de se apropriar de parte crescente da mais-valia para aumentar a sua renda e o preço da terra mesma - (MARX, 1978: 594-595), que o capital procura negá-la. E à medida que se desenvolve o trabalho social, se desenvolve essa capacidade da propriedade territorial. "De um lado, se vão estendendo o mercado e a demanda de produtos agrícolas; de outro cresce diretamente a demanda da terra mesma, como condição de produção que compete com todos os ramos produtivos, inclusive não agrícolas. Ao mesmo tempo a renda e com ela o valor da terra, (...) se desenvolvem à medida que se estende o mercado para os produtos da terra e, portanto, à medida que aumenta também a produção não agrícola (...)" (MARX, 1978: 593).

Portanto, os dois movimentos são importantes, para se entender a renda da terra: o desenvolvimento da troca, da mercadoria até a produção agrícola, junto com o desenvolvimento da capacidade da propriedade da terra de converter em renda do solo uma parte crescente da mais-valia. Ou em outras palavras, há um conjunto de condições dadas pelo desenvolvimento do trabalho social que explicam a existência da renda. Daí o caráter social da renda.

Vejamos de perto a importância da particularidade histórica da agricultura que consiste na composição orgânica de

seu capital inferior à média.

Apesar da agricultura ser mais antiga que a indústria, e de até poder-se admitir que de modo geral em outros modos pré-capitalistas de produção tenha sido mais produtiva que a indústria, sobre a base capitalista de produção a agricultura é menos produtiva, isto é, a capacidade produtiva do trabalho é menos desenvolvida que na produção industrial. Essa diferença não é inerente à produção agrícola, mas uma diferença histórica que, portanto, poderá desaparecer<sup>(1)</sup>.

Há que se considerar ainda que a própria base científica do desenvolvimento da agricultura, se dá em períodos distintos, em prejuízo da mesma: "a mecânica, a base em verdade científica, da indústria em grande escala, chegou a certo grau de perfeição durante o século XVIII. O desenvolvimento da química, da geologia e da fisiologia, as ciências que constituem de maneira direta a base específica da agricultura, diferentemente da indústria, só se produz no século XIX, e em especial nas últimas décadas" (MARX, 1974: 93).

---

(1) Ao estudarmos o processo de produção mercantil de leite C (capítulo 3), ficam nítidas as limitadas condições materiais e humanas em que se desenvolve tal ramo de produção, determinadas basicamente pelos baixos preços do leite pagos ao produtor (discutidos no capítulo 4), que repercutem tanto num limitado desenvolvimento de tecnologia (relativamente à produção de leite A e B, por exemplo), quanto em limites à modernização das relações de produção. Ver Quadro 2 "Estimativa de custo operacional da pecuária leiteira".

Além disso, a própria circunstância de que a fase produtiva na agricultura inclui interrupções ou pausas naturais no tempo de trabalho (o que faz com que o tempo de duração do processo produtivo seja bem maior que o tempo de trabalho) implica já que a agricultura não poderia ser a esfera em que o capital estabeleceria sua sede de origem. Essa própria circunstância contraria as primeiras condições básicas da produção industrial. O prolongado período em que o produto permanece no processo de produção sem que se inverta nele nenhum trabalho, essa limitação à extensão do tempo de trabalho, implica na geração de uma proporção menor de mais-valia (massa) na agricultura relativamente à indústria. Tudo isso explica porque só por reação, a esfera da produção agrícola e particularmente a produção de leite C é reivindicada pelo capital<sup>(1)</sup>.

Bem, por todas essas circunstâncias a capacidade produtiva do trabalho agrícola é mais limitada que a do trabalho industrial e em consequência a proporção entre a parte do capital variável que se emprega é bem maior que a sua parte constante, em relação àquele. E se a composição orgânica do capital de um ramo de produção, isto é, se o capital investido em salários, é maior que o capital investido em condições objetivas de trabalho, "o valor de seu produto será necessariamente superior a seu preço de produção. Isto é, este capital ,

---

(1) Sobre tempo de produção e tempo de trabalho na produção agrícola ver Karl Marx - Elementos Fundamentales para la crítica de la economía política (Borrador) 1857-1858. México Siglo XXI, 9a. ed., 1977, pp. 108-109 e 190-191; Karl Marx - Teorias sobre la plusvalia. Buenos Aires, Cartago, 1974, Tomo II, p. 17.



por empregar mais trabalho vivo produzirá com a mesma exploração do trabalho mais mais-valia e, portanto, mais lucro, que uma parte alíquota igual do capital médio da sociedade" (MARX, 1978: 704). Assim, ainda que pelas razões antes mencionadas (restrições à extensão do tempo de trabalho, etc.) a massa de mais-valia é relativamente menor do que seria com o emprego da mesma quantidade de pessoas na indústria, a taxa de lucro pode ser maior na agricultura que na indústria<sup>(1)</sup>.

Repetindo: o suposto do valor<sup>(2)</sup> dos produtos agrícolas ser maior que seu preço de produção<sup>(3)</sup> é a especificidade da composição orgânica do capital agrícola, de ser mais baixa que um capital da mesma magnitude e de composição social média.

Mas essa especificidade por si só não explica a existência da renda. Mesmo porque o preço de produção e a taxa geral de lucro, implícita na determinação do preço de produção,

---

(1) Na agricultura, um aumento da inversão de capital altera a produtividade, mas numa proporção muito pequena em termos relativos. As condições especiais da produção agrícola que excepcionalmente absorvem muito trabalho vivo em relação ao capital constante, essas economias nas condições de produção - que ainda prescindem da divisão do trabalho e da maquinaria - resultam em que o lucro poderia crescer ainda que a mais-valia (e a taxa de mais-valia) se mantivesse igual (MARX, 1974: 132-133). Assim, uma inversão de capital neste ramo de produção por estas razões não teria o mesmo efeito que na indústria.

(2) valor =  $kc + kv + pv$  ou  $kc + \text{salário} + \text{lucro}$

(3) preço de produção = elementos de custo ( $kc + kv$ ) + lucro médio  
lucro médio  $\gg$  ou  $\ll$  lucro individual

pressupõem a distribuição da mais-valia total, depois de repostos os capitais investidos, não na proporção em que foi produzida, mas em proporção à magnitude dos capitais investidos. É assim que surge o lucro médio e o preço de produção das mercadorias. Os capitais tentam, portanto, por meio da concorrência impedir que não haja essa compensação geral da mais-valia que forma o lucro médio. Onde não houver essa compensação, o excedente do valor das mercadorias sobre seu preço de produção geraria um lucro excedente (MARX, 1978: 705-706). Essa possibilidade é fortuita no caso da produção industrial, mas na produção agrícola os lucros excedentes se convertem em características permanentes, devido à propriedade da terra na sua forma moderna que se confronta com o capital. A propriedade territorial se ergue como uma barreira exigindo o pagamento de uma renda, mesmo que as condições particulares em alguma terra seja inferior às condições sociais médias de produção e portanto não permita que ela perceba renda diferencial<sup>(1)</sup>.

A barreira que impõe a propriedade da terra faz o preço comercial subir até que se dê uma diferença entre ele e o preço de produção, isto é, um lucro excedente que poderá se converter em renda absoluta da terra. A possibilidade da renda absorver toda a diferença entre valor e preço de produção ou uma parte só, dependerá das condições de mercado. Sempre que

---

(1) A renda diferencial tem como substância o lucro excedente gerado da diferença entre preço de produção individual e o preço geral de produção da sociedade, ou o preço de produção que regula o mercado.

não for igual à diferença entre valor e preço de produção, o remanescente fará parte da corrente de compensação e distribuição proporcional da mais-valia<sup>(1)</sup>.

Fica claro que devido à propriedade da terra o preço comercial não é mais como com a renda diferencial, o preço de produção, mas que este sofrerá um acréscimo. Portanto, é a propriedade da terra que provoca o aumento no preço, isto é, é a renda que faz aumentar o preço das mercadorias, e não o contrário<sup>(2)</sup>.

---

(1) Sobre mecanismos de distribuição da mais-valia ver Marx - Como se converte o lucro excedente em renda da terra. in El Capital crítica de la economía política, 13a.ed., México, Fondo de Cultura Económica, 1978, esp. pp. 705-707.

(2) Aparentemente, o preço se apresenta como o desencadeador do processo, invertendo-se a determinação. Mas não se pode pensar o preço fora das relações sociais que o criaram, e nem mesmo fora das transformações dessas relações ao longo do tempo. É preciso discernir a transição da renda em dinheiro como forma normal da mais-valia e do trabalho excedente até a sua conversão "no remanescente deste trabalho excedente sobre a parte do mesmo que o capitalista explorador se apropria sob a forma de lucro" (MARX, 1978:740), para compreendermos também a nova expressão que o preço assume na renda em dinheiro em sua forma capitalista, diferente de sua forma primitiva enquanto metamorfose da renda em produtos. Entre uma forma e outra, o conteúdo das relações de classe mudou-se.

É claro que é a partir da realização do produto no mercado, que terá que ter um preço para ser trocado por um equivalente, que se poderá pagar os salários, o lucro e a renda do proprietário. E que dependendo das condições de troca, ligadas aos avanços e recuos da luta de classes, os salários, o lucro e a renda serão maiores ou menores e se constituirão em forma normal ou não. O fato é que o preço é a expressão formal das relações sociais que lhe deram origem. Daí que, embora a renda surja do preço do produto agrícola, este é determinado por ela. E não o contrário, como se nos aparece.

É importante frisar também, que tanto a renda absoluta que nasce da diferença entre valor e preço de produção é uma parte da mais-valia absorvida pela propriedade territorial e metamorfoseada em renda; como a renda diferencial que nasce também da transformação do lucro excedente em renda só que à base da lei da concorrência, isto é, das leis gerais do mercado, são para Marx as duas formas normais de renda. Isto é, em que o preço de monopólio é determinado pelo valor e pelo preço de produção. Daí que no caso da renda absoluta o lucro excedente não pode nunca ser maior que a diferença entre valor e preço de produção<sup>(1)</sup>. No caso em que for maior se trata de renda de monopólio que não é um caso normal, porque não é determinada nem pelo preço de produção nem pelo valor. Mas pelas necessidades e solvência dos compradores (MARX, 1978: 708-709).

Outro ponto a se ressaltar é que a determinação da renda diferencial se dá com base na lei da concorrência. A propriedade da terra apenas retém para si o lucro excedente ou parte dele. No caso da renda absoluta a propriedade da terra, ao contrário, permite que o preço comercial seja maior que o preço de produção "rompendo" portanto com a lei da concorrência, ou da taxa geral de lucro.

Assim, é que a renda absoluta revela a relação entre o capital e o monopólio da terra em geral, independentemente de qualidades diferentes de terra, na qual a propriedade da terra

---

(1) Sergio Silva no seu trabalho "Valor e Renda da Terra" se faz essa pergunta de porque o preço comercial não pode ultrapassa o valor da mercadoria.

afeta a ação dos capitais (concorrência) no momento em que a lei da concorrência começa a regular a determinação dos valores das mercadorias agrícolas.

Mas por outro lado, o arrendatário capitalista só vai se conformar em pagar um lucro excedente, justamente porque está acostumado a raciocinar em termos de lucro médio<sup>(1)</sup>.

Como se vê, então, a negação por parte do capital, tem como motivo a renda da terra. Isto é, tentar impedir que a propriedade da terra se aproprie da mais-valia que através do mecanismo de compensação, normalmente entraria na corrente de distribuição da mais-valia (perequação da taxa de lucro).

É precisamente este o ponto que nos interessa, para entendermos o mecanismo de subordinação da pequena produção mercantil (de leite C) ao capital.

Até aqui temos tratado da produção agrícola em geral. Só que nesse ponto há algumas particularidades no caso da pecuária, e principalmente na produção de leite C, que temos que considerar.

1º. Como a pecuária exige menos força de trabalho que na indústria, as despesas com este ítem são bem menores que as

---

(1) "É precisamente a concorrência dos capitais entre si o que permite que o terrateniente exija a cada capitalista que se conforme com 'um lucro médio' e lhe pague o excedente do valor sobre o preço que permite esse lucro" (MARX, 1974: 283).

com capital constante nela investido<sup>(1)</sup>. Logo, nesse ramo particular da produção agrícola, a composição orgânica do capital é o inverso do restante. Isto é, é igual, ou superior, à média do conjunto da produção industrial. Além disso, no caso específico da pecuária de leite, as despesas com os itens instalações, máquinas (ordenha mecânica<sup>(2)</sup>, picadeiras, pulverizador costal, etc.) acentuam mais ainda a maior proporção do capital constante em relação ao capital variável. Quanto mais desenvolvidas forem as forças produtivas, mais se acentua a proporção do capital constante.

Entretanto, essa característica da composição orgânica na pecuária não prejudica a tese de que na produção agrícola se utiliza uma proporção maior de força de trabalho, em relação ao capital médio social não agrícola. Isto porque a referência ao se estudar a renda é o meio de subsistência fundamental, decisivo dos povos civilizados - "é o trigo que domina a todas as outras rendas agrícolas. A esta altura não examinaremos a interessante exposição de Smith a cerca de como a renda do principal alimento vegetal domina a todas as outras rendas estritamente agrícolas (pecuária, produção de madeira, cultivos industriais), porque cada um destes ramos da produção pode con-

---

(1) "(...) Com exceção de certos ramos da agricultura tais como a pecuária, a criação de ovelhas, etc., em que a população é expulsa por inteiro da terra, a quantidade de pessoas empregadas, em comparação com o capital constante usado, segue sendo maior (...) que na indústria". (MARX, 1974: 17).

(2) Este item da despesa só entra no cálculo da produção do leite tipo A e B.

verter-se com facilidade em um dos outros. Adam Smith exclue o arroz, sempre que este é o principal alimento vegetal, já que os arrozais (ou pântanos) não são conversíveis em campos de pastoreio, trigais etc., e o inverso" (MARX, 1974: 292). Isto quer dizer que nesses casos como o da pecuária, o preço do produto se determina não só tendo em vista a remuneração do trabalho que se utiliza, mas a remuneração da mesma renda que essa terra (utilizada para pasto) daria se fosse cultivada<sup>(1)</sup>. Assim, também partimos do suposto de que a renda das terras do principal alimento agrícola contribuiria de um modo determinante na formação do preço do leite. A propriedade da terra pode fazer então subir artificialmente, do modo acima mostra, o preço do leite (MARX, 1978: 712), independentemente da composição orgânica do capital neste ramo particular da produção. Isto é, não é mesmo a possibilidade individual de se realizar um lucro excedente alto ou baixo que vai determinar o preço do leite ,

---

(1) "A. Smith já demonstrou - e é um de seus méritos - que na pecuária, e em geral no produto de todos os capitais investidos na terra que não se destinam à produção dos meios fundamentais de subsistência do trigo por exemplo, o preço se determina (...), concretamente, pelo fato de que o preço do produto da terra empregada, por exemplo, como pasto artificial para o gado e que o mesmo poderia converter-se em terra agriculturável de determinada qualidade, tem que subir o suficiente para perceber a mesma renda que uma terra de trabalho de qualidade igual" (Karl Marx - Como se converte la ganancia extraordinária en renda del suelo . In El Capital - Crítica de la economía política 13a.ed. , México, Fondo de Cultura, 1978, Sección Sexta, pp. 711-712 . Essa discussão também aparece em Karl Marx - Teoría sobre la Plusvalía, Buenos Aires, Cartago, 1974, Tomo II, pp. 286, 292, 303, 305 e 315.

mas é a renda que dariam as terras utilizadas para a atividade pecuária, se fossem cultivadas nelas o principal produto agrícola.

Então, a questão da renda da terra, ou antes da barreira que a propriedade da terra opõe ao capital, se coloca como a questão central na relação pequena produção mercantil - empresa de laticínios. Isto é, para que o capital possa subordinar o trabalho de pequeno produtor mercantil e de sua família, extorquindo-lhes seu trabalho excedente, terá que subordinar a renda da terra que como proprietário da terra este pequeno produtor teria o direito de se apropriar. Caso contrário, o valor de troca do produto do trabalho do pequeno produtor mercantil, do leite, subiria substancialmente. E, poderia se compor não só da parte que remuneraria as despesas do mínimo necessário para a sua subsistência, mas se comporia também da parte que remuneraria seu trabalho excedente, e que corresponderia além do lucro médio de uma parte excedente que formaria o lucro extraordinário.

E, se o valor de troca ou preço de mercado do leite for composto não só do equivalente dos salários do trabalho empregado para criar este produto, mas também do lucro e da renda (por causa da capacidade da propriedade da terra em aumentar o preço das mercadorias), teria algumas implicações: a) do ponto de vista do empresário, este aumento do preço do leite in natura provocaria um aumento significativo do custo de produção do leite (já que a matéria-prima é o item que pesa mais neste caso<sup>(1)</sup>), assim como no custo de produção de derivados ;

---

(1) Ver quadro 10, " Composição do custo industrial do leite", capítulo 4.



b) do ponto de vista do consumidor este aumento rebaixaria o nível da alimentação de imensas parcelas da população, especialmente da classe trabalhadora, o que repercutiria na necessidade de se elevar o custo de reprodução da força de trabalho já que o leite é um alimento de caráter essencial.

Portanto, o capital tenta eliminar a propriedade da terra, em termos econômicos, para que esta não faça subir o preço do leite, isto é, não se aproprie de valor excedente, o que provocaria a queda da taxa de lucro da produção em geral. Assim, através, básica e fundamentalmente, da política de preço mínimo, se redefine a pequena produção mercantil determinando-a a transferir seu trabalho excedente para o capital. O papel do Estado neste processo é fundamental, pois trata-se de impedir que a renda integre o preço de mercado do leite. Trata-se de impedir que a propriedade da terra exista em termos econômicos<sup>(1)</sup>.

O resultado é um preço de mercado (do leite) tão baixo que não ofereça um excedente acima do preço de custo (preço de produção), portanto, que elimine a renda absoluta. O excedente então só poderá surgir de uma diferença entre preço individual de produção e preço de mercado (preço de produção médio). Isto

---

(1) E não só isso. Trata-se de impedir também que os outros meios de produção existam em termos econômicos, para se impedir que o equivalente do lucro médio integre também o preço de mercado do leite C. No entanto, a ênfase dada neste capítulo é sobre a subordinação da renda ao capital, dada a unidade contraditória do pequeno produtor mercantil enquanto trabalhador e proprietário da terra.

é, só poderá haver renda diferencial, derivada de condições especiais mais favoráveis de produção. Assim, o lucro excedente só poderá existir em casos fortuitos, e não mais como deveria ser - devido à propriedade da terra -, de forma permanente.

Historicamente, o leite C e agora o Especial tem assumido esse papel de rebaixar o custo da reprodução da força de trabalho urbana e de rebaixar o custo de produção das empresas de laticínios. Daí que este produto tem mostrado a tendência de ser preferencialmente produzido por pequenos proprietários de terra que não raciocinam segundo a lógica capitalista com vistas ao lucro. A um preço de mercado tão baixo, nenhum capitalista se interesse em aplicar seu capital, porque não será gerado nenhum excedente, nem mesmo lucro médio. Só o proprietário de terras pode se interessar em utilizar sua terra, e em especial um tipo particular de proprietário - o pequeno produtor mercantil<sup>(1)</sup>. Mas neste caso, a propriedade da terra não lhe outorga poder algum sobre o capital - apesar de que de certa forma, se dá a anulação da resistência que a terra oferece a outros capitalistas (MARX, 1974: 289). A propriedade da terra não existe para ele, porque ele mesmo é o proprietário de terras. Isto é, do ponto de vista do capital ela existe (e esse tenta, então, negá-la), mas do ponto de vista do trabalhador que é ao mesmo tempo proprietário, ela não existe, num certo sentido, porque não tem que pagar renda por sua

---

(1) Há um conjunto de razões objetivas e subjetivas que explicam sua persistência nesse ramo de produção.

utilização, e também porque não lhe aparece como equivalente de capital<sup>(1)</sup>, embora virtualmente o seja. Isto é, enquanto forma.

Assim, acostumado a reproduzir-se como um trabalhador (o que faz com que muitos o vejam como um assalariado), que não visa lucro nem renda da terra, dedica-se à produção do leite Especial, reproduzindo-se como explorado.

---

(1) " A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesses caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro de capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebe lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos do capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho (...). A propriedade capitalista é um regime distinto de propriedade. Baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista. Nesse caso, a propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada, que dela se distingue porque é propriedade que tem direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração. Por isso não podemos confundir a propriedade capitalista com a propriedade familiar, ainda que propriedade privada" (MARTINS, 1980: 58-59).

Desse modo, a pequena produção mercantil nas palavras de VERGOPOULOS (1977: 47), "é sustentada pelo capital para impedir a passagem e um capitalismo agrário. O motivo da operação é sempre a renda. Esta operação cria ao mesmo tempo, na agricultura, a situação surpreendente de um capitalismo sem capitalistas. Os maiores capitalistas são o Estado, os monopólios de comercialização e o capital bancário; a originalidade deste capitalismo (...) é que o camponês integra-se ao sistema explorando o seu trabalho e o dos membros de sua família. Seu investimento desenfreado não é mais do que o conduto principal que assegura sua submissão através da auto-exploração.

Enfim, a agricultura camponesa está longe de encontrar-se em vias de desaparecimento. O capital e o Estado zelam, ao contrário, pela sua consolidação".

#### A subordinação da agricultura à indústria

Essa penalização da produção mercantil de leite não é única no conjunto da produção agrícola, nem recente. A baixa do rendimento monetário dos produtos agrícolas já tem sido preconizada e praticada, como um caminho para se realizar a transferência de renda e recursos para subsidiar a produção

industrial do país, desde o nascimento desta<sup>(1)</sup>. Não se trata pois de uma crise da produção mercantil, ou melhor, de uma "crise circunscrita ao meio rural, embora aí se tenha abrigado o seu ponto nevrálgico. Trata-se de uma crise inerente ao padrão de realização do capitalismo no Brasil" (MARTINS, 1973 : 13-14). Caracterizado historicamente segundo tal padrão de realização<sup>(2)</sup>, pode-se afirmar que uma das características básicas de seu desenvolvimento, foi a crescente dependência da agricultura à indústria, nas 3 últimas décadas. O papel do Estado neste processo tem sido fundamental, cabendo-lhe favorecer a transferência de renda do setor agrícola para o setor urbano-industrial, viabilizando um tipo particular de acumulação capitalista. E é nesse sentido, que as políticas de preços mínimos, as políticas de crédito, de incentivos fiscais, de

---

(1) "A agricultura desempenharia (...) duas importantes funções no desenvolvimento: fornecer divisas e recursos via confisco cambial. Daí a dupla função de transferir renda do setor cafeeiro para o resto da economia e de assegurar a política de defesa de preços no mercado externo". PERSA-GRI, Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola - Suplan Ministério da Agricultura, 1979, p. 50

(2) "Isto é, constituído pela contradição entre a produção social e a apropriação privada dos meios de produção de um lado, e pela exploração e expropriação sucessivas de setores econômicos e camadas sociais para suportar a acumulação de capital e a efetivação dos seus resultados sociais nos centros hegemônicos internos". José de Souza Martins - A Imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo, Pioneira, 1973, p.14

estímulo às exportações e de assistência técnicas, entre outras, tem desempenhado um papel estratégico.

Sem pretender estendermos no problema, consideramos importante ressaltar algumas particularidades desse processo de subordinação da agricultura à indústria, no Brasil, que nos interessam mais de perto.

Um deles é quanto às diferentes formas de participação do setor agrícola no circuito de reprodução do capital, isto é, as desigualdades desse processo. Porque não se trata só da participação do setor agrícola via aplicação de capitais de origem industrial e financeira, que se verifica tanto através do controle da produção como através de investimentos especulativos em terras (fato muito significativo na última década). Mas trata-se também da subordinação da agricultura à indústria através das relações comerciais, isto é, do controle da comercialização dos produtos agro-pecuários pelo capital industrial, do controle do beneficiamento, sem a subordinação formal do trabalho (não-generalização do trabalho assalariado no campo) ao capital. Assim, ao lado da organização da produção agrícola por capitalistas agrícolas arrendatários e capitalistas agrícolas proprietários de terra - caracterizadas "pelo predomínio da força de trabalho assalariada temporária, em substituição ao antigo trabalhador permanente morador do estabelecimento agrícola" (PERSAGRI, 1979: 263); encontramos também o desenvolvimento da agroindústria não produtora de sua matéria-prima (caso do leite que estudamos), que realiza seu suprimento através da dependência de pequenos produtores proprietários, configurando a reprodução de relações não capitalistas de produção movidas pelo trabalho familiar. Nessa forma de organização da

produção agrícola, em que se dá a redefinição da pequena produção mercantil ao capital, sem a aplicação de capital produtivo pela indústria no processo direto de produção, instaura-se um processo de transferência de trabalho excedente da agricultura para a indústria.

É nessa perspectiva que tem que ser pensada a pequena produção mercantil, sua manutenção e/ou reprodução gerada pelas necessidades do capitalismo.

#### A renda da terra como mediação das relações de troca

Mas, como tentamos mostrar a questão da subordinação da pequena produção mercantil ao capital, ou do trabalho excedente do pequeno produtor mercantil ao capital não é da mesma natureza que a subordinação do trabalhador assalariado ao capital.

Com a institucionalização da propriedade privada da terra (Lei de Terras de 1850) e com a implantação completa do trabalho livre (Lei Áurea em 1888), e com as implicações decorrentes daí<sup>(1)</sup> a existência do pequeno produtor mercantil

---

(1) Basicamente o confronto (separação) entre a propriedade dos meios de produção e a propriedade da força de trabalho, e principalmente a implicação de que a passagem de uma posição a outra se daria unicamente através do trabalho e da poupança, conforme MARTINS, 1973, op.cit., pp. 14-15.

passa a se determinar pelo conjunto das relações da sociedade capitalista. Como evidencia MARTINS (1973: 15) as próprias "concepções do trabalhador passaram a fundar-se diretamente nos pressupostos burgueses da acumulação da riqueza", em que a ideologia burguesa da propriedade privada é reproduzida contraditoriamente pelo camponês, que tenta combinar os dois componentes que o capital tenta separar: a propriedade dos meios de produção e a propriedade da força de trabalho. Isto é, o trabalho tenta por-se como proprietário independente (ideal burguês<sup>(1)</sup>). Essa ambiguidade é o limite da expressão do pequeno produtor mercantil. E ao mesmo tempo é um limite à livre movimentação do capital. Por isso, a relação entre ambos não se dá sem tensões e contradições. Isto é, de um lado a pequena produção mercantil aparece com a condição para o capital suprir a agroindústria não produtora de sua matéria-prima, assim como de rebaixar o custo de reprodução da forma de trabalho sem que o capital assuma os riscos de produzir esse elemento essencial à alimentação das classes trabalhadoras que é o leite (C, no caso em estudo) a taxas negativas ou quase nulas de lucro. Daí a manutenção da produção não capitalista do capital para que se dê com um mínimo de problemas, a reprodução do capital.

Mas de outro lado, a pequena produção mercantil aparece como um obstáculo ao capital, uma vez que em toda sua ambiguidade o pequeno produtor mercantil enquanto proprietário da terra e dos outros meios de produção e enquanto trabalhador, não faz desaparecer os três representantes das classes que de-

---

(1) Isto é, a determinação pelo modo de pensamento e não apenas pelas relações estritamente econômicas.



finem a relação social capitalista: o proprietário, o capitalista e o proletário. Assim, como acentua MARTINS (1973:15-16) "o capital não se liberta dos outros componentes para se reproduzir autonomamente segundo a taxa corrente. E não se liberta porque um ou mais desses componentes não estão de fato remunerados. A libertação desvendaria a exploração de uns setores econômicos sobre outros e de umas classes sociais sobre outras".

O ponto que nos interessa nesse momento ressaltar, é o do pequeno produtor mercantil enquanto personificação do proprietário de terras, para entendermos o caráter determinado de sua existência ao conjunto das relações sociais capitalistas de produção, dado pela mediação da renda da terra. E é por isso que junto com a questão da subordinação de seu trabalho ao capital, está a questão da subordinação da renda da terra ao capital<sup>(1)</sup>.

MARTINS (1981: 176) diz que "onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda".

Só que como mostraremos nos capítulos seguintes, o produtor de leite C, de modo geral, tem transferido para o capital não só a renda da terra que teria o direito de se apro-

---

(1) " A expansão de capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra" (MARTINS 1981. 177)

priar, como a parte de seu trabalho excedente que corresponderia ao lucro médio. E isto é possível porque "como a sua terra é terra de trabalho, (...) não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura de tipo camponês" (MARTINS, 1981: 176 - 177). Os dados sobre a contabilidade nas unidades de produção mercantil e sobre a evolução dos preços do leite C em relação à evolução do índice de custo de vida, podem evidenciar esse processo.

Assim, o pequeno produtor mercantil está determinado a produzir trabalho excedente, mas a não se apropriar dele; a transferi-lo sob a forma de trabalho não pago na sua troca com o capital. Isto é, quando vende o leite abaixo de seu preço de produção, ou melhor, abaixo de seu preço de custo (como acontece na maioria dos casos). Trata-se de mais-valia (trabalho não pago do produtor direto e de sua família) que ele está determinado a transferir para o capital, contribuindo assim para aumentar a taxa geral de lucro do sistema, na medida que transfere a parte do valor de seu produto que corresponderia ao lucro médio e ao lucro excedente (renda da terra).

Nas partes seguintes tentaremos mostrar, emprestando as palavras de Martins, os vínculos extralocais gerados pela produção e circulação da mercadoria, assim como as objetivações produzidas pela mediação das relações de troca com o capital.

## Capítulo 3

### O PROCESSO DE PRODUÇÃO MERCANTIL

"Toda crítica da pequena propriedade territorial se reduz em última instância a uma crítica da propriedade privada como valadar e obstáculo que se opõe à agricultura. E o mesmo ocorre com toda característica da grande propriedade territorial.... Em ambas formas vemos como a exploração racional e consciente da terra como eterna propriedade coletiva e condição inalienável de existência e reprodução da cadeia de gerações humanas que se sucedem umas às outras, é suplantada pela exploração e dilapidação das forças da terra (prescindindo de que a exploração se submeta não ao nível do desenvolvimento social já alcançado, mas às circunstâncias fortuitas e desiguais dos distintos produtores". (Karl Marx)

## O PROCESSO DE PRODUÇÃO MERCANTIL

(A contradição — as relações não capitalistas de produção e seus vínculos com a reprodução das relações sociais da sociedade capitalista)

### Esclarecimentos

Na parte anterior procuramos mostrar como o pequeno produtor mercantil está imediatamente vinculado às leis do modo de produção do capital, pelo fato de ser proprietário de terras. Tentamos mostrar que essa determinação é dada por uma mediação, a da renda da terra, a nosso ver uma das categorias fundamentais do processo de produção mercantil. Nos ativemos, portanto, ao estudo do pequeno produtor mercantil enquanto proprietário de terras, preferencialmente.

Agora, nos ateremos mais ao estudo de como se dá o processo de produção propriamente dito, do leite C especial, de suas condições materiais e humanas de produção. Ou melhor, procuraremos esclarecer quais os supostos do processo de produção mercantil, suas bases e limites — objetivos e subjetivos — concretos, seu movimento contraditório, para termos mais claro a partir daí, como se dá o processo de subordinação do produtor mercantil ao capital. Assim como para contribuirmos para o entendimento de como vai se configurando o espaço de reprodução do capital.

## Introdução

A análise do processo de produção mercantil de leite dos produtores que residem em Catuçaba (sede)<sup>(1)</sup> evidencia que se trata de um processo configurado por relações não capitalistas de produção, que apesar de apresentar algumas diferenciações<sup>(2)</sup>, nos leva a caracterizá-lo como movido por produtores proprietários de seus meios de produção, inclusive a terra, e por sua família. Produzem para sua própria subsistência e ao mesmo tempo para o mercado. Trabalhador e proprietário dos meios de produção, produtor de sua própria subsistência ao mesmo tempo que produtor de mercadorias - de um lado, a unidade do trabalho com seus supostos materiais; de outro, a subordinação às leis do capital dadas pelas mediações da renda da terra, da troca, da mercadoria<sup>(3)</sup>. De um lado, a dignidade

---

(1) e que trabalham em suas propriedades localizadas nos bairros rurais do Pinga, Chapéu, Graminha, Riacho Grande, Rio das Flores, Palmital, Poruba, Cachoeirinha, - distrito de Catuçaba.

(2) que expressam a tensão entre as formas específicas da reprodução local dos meios materiais e humanos de produção, e a reprodução das relações sociais capitalistas de produção - a que estão subordinadas -, assim como as formas específicas de sua negação.

(3) Martins (1973:39) falando sobre o campesinato na sociedade capitalista afirma que "ainda que as relações na sociedade local sejam relações face a face, entre um homem e outro se interpõem as objetivações e as relações produzidas pela mediação da renda capitalizada, do capital, e dos vínculos extralocais gerados pela produção e circulação das mercadorias".

da vida dada pelo trabalho, de outro os interesses egoístas dados pela propriedade privada<sup>(1)</sup>.

### A força de trabalho familiar

O primeiro elemento da análise do processo de trabalho mercantil a se considerar é a força de trabalho familiar que o movimento.

As famílias dos produtores de leite de Catuçaba são famílias em sua maioria compostas por 5 membros e mais: há uma alta concentração de famílias com 5 membros (41,7%) e de 5 a 7 membros (74,9%) (Quadro 1). Comparando esses dados com as famílias restantes, que numa caracterização geral denominamos como de não produtores de leite, observam-se algumas diferenças significativas: 60,9% das famílias de não produtores compõe-se de 1 a 4 membros apenas, contra 45,8% de famílias de 4 a 7 membros. Portanto, as famílias de não produtores

---

(1) "O direito à propriedade é pois, o direito de desfrutar de seu patrimônio e dele se dispor arbitrariamente (à son gré), sem se preocupar com os outros homens, independentemente da sociedade; é o direito do egoísmo. É esta liberdade individual, com sua aplicação, que constituem o fundamento da sociedade burguesa. Ela faz com que todo homem encontre noutros homens, não a realização de sua liberdade, mas, acima de tudo a limitação de sua liberdade". (Karl Marx, A questão judaica, São Paulo, Ed. Moraes, s/d, p. 43).

## Quadro 1

## Catuçaba

## TAMANHO DAS FAMÍLIAS

Março, 1982

Nº DE MEMBROS	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS				TOTAL DE FAMÍLIAS (1 + 2)	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
	NÃO PRODUTOR <sup>(1)</sup>		PRODUTOR <sup>(2)</sup>			
	Nº	%	Nº	%		
1 membro	7	11,9	-	-	7	8,4
2 membros	10	16,9	1	4,2	11	13,3
3 membros	10	16,9	2	8,3	12	14,5
4 membros	9	15,2	2	8,3	11	13,3
5 membros	8	13,6	10	41,7	18	21,7
6 membros	6	10,2	2	8,3	8	9,6
7 membros	6	10,2	4	16,6	10	12,0
8 membros	-	-	2	8,3	2	2,4
9 membros	2	3,4	1	4,2	3	3,6
13 membros	1	1,7	-	-	1	1,2
TOTAL	59	100%	24	100%	83	100%

Fonte: Pesquisa de Campo

são predominantemente menores que as dos produtores de leite. Se associarmos esses dados com os de migração nestas mesmas famílias, verifica-se que a migração é maior entre estes do que entre os produtores de leite<sup>(1)</sup>. A diferença de

(1) Apesar do predomínio de famílias de não-produtores residentes na vila de Catuçaba.



suas situações materiais objetivas de produção - isto é, o fato dos não-produtores de leite serem trabalhadores rurais assalariados em sua grande maioria, só proprietários de sua força de trabalho, e conseqüentemente as diferenças quanto à sua participação no produto social retratadas na última parte desse trabalho<sup>(1)</sup>, reservando-lhes uma reprodução permeada pela miséria e a fome, nos permite, sem dúvida, dizer que a pressão para migrar é maior entre os não-produtores - os assalariados -, do que entre os trabalhadores-proprietários - os produtores de leite - e seus familiares<sup>(2)</sup>.

Mas apesar das famílias dos produtores de leite serem relativamente numerosas, e apesar do processo de trabalho mercantil ser basicamente movido por força de trabalho familiar, o número de membros da família que participa de tal processo é menor do que se esperava. O quadro 3 ilustra a relação tamanho da família - unidades de força de trabalho ou em outras palavras a relação consumidor/trabalhador<sup>(3)</sup>.

O que o quadro 3 nos mostra é que o número de consumidores é mais do que o dobro do número de trabalhadores em 19 unidades produtivas, e igual ou superior a 4 em 9 delas, chegando a atingir uma relação de 6 para 1 em dois casos, e o máximo de

---

(1) Suas precaríssimas condições de alimentação, habitação, etc..

(2) É interessante ressaltar o significativo aumento da migração a partir do fim da década de 60, especialmente a partir de 1969 ( Ver quadro 2).

(3) Utilizamos os mesmos critérios empregados por TAVARES DOS SANTOS, in Colonos do Vinho - Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, HUCITEC, 1978, pp. 27 a 30.

Quadro 2

Catuçaba

Nº DE MIGRANTES POR ANO DE OCORRÊNCIA

ANO	PRODUTOR	NÃO PRODUTOR	TOTAL
1951	-	1	1
1958	-	1	1
1964	-	2	2
1966	1	2	3
1969	-	8	8
1970	-	3	3
1971	2	7	9
1972	-	2	2
1973	3	4	7
1974	2	4	6
1975	1	3	4
1976	1	6	7
1977	4	3	7
1978	5	8	13
1979	2	6	8
1980	4	9	13
1981	-	4	4
NÃO INFORMARAM	-	5	5
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>78</b>	<b>103</b>

Fonte: Pesquisa de Campo

Quadro 3

Catuçaba

RELAÇÃO CONSUMIDOR-TRABALHADOR

Unidades de produção Mercantil.

Março de 1982

Nº UPM	UNIDADES DE FORÇA DE TRABALHO (1)	UNIDADES DE CONSUMIDO RES (2)	RELAÇÃO CON- SUMIDOR/TRA- BALHADOR
1	2	5	2,5
2	1	5	5,0
3	1	6	6,0
4	5	5	1,0
5	1	5	5,0
6	1	2,5	2,5
7	1	4	4,0
8	2	7	3,5
9	1	2	2,0
10	3	4	1,33
11	3	6	2,0
12	1	3	3,0
13	2	4,5	2,25
14	3	7,5	2,5
15	2	6	3,0
16	1	5	5,0
17	2	7	3,5
18	1	8	8,0
19	1	6	6,0
20	4	7	1,75
21	1	4	4,0
22	2	5	2,5
23	2	5	2,5
24	1	4,5	4,5

Fonte: Pesquisa de Campo

(1) Unidades de força de trabalho:

até 14 anos = 1/2 unidade

mais de 14 anos = 1 unidade

(2) Unidades de consumidores

até 9 anos = 1/2 unidade

mais de 9 anos = 1 unidade

8 para 1 em uma das unidades produtivas. Do que se conclue que apenas uma parte restrita dos membros da família participa do processo de trabalho nas unidades de produção estudadas.

Vejamos, então, como se constitui a força de trabalho considerada.

Basicamente a força de trabalho na unidade de produção mercantil de leite é constituída pelo pai e filhos (homens) maiores de 14 anos, conforme mostra o Quadro 4<sup>(1)</sup>.

Há um fator fundamental que explica tal constituição da força de trabalho. É que em todos casos, o local de trabalho não coincide com o local de moradia. Isto é, os produtores de leite trabalham em suas propriedades "na roça", para onde vão cedo, ficando geralmente lá o dia todo, voltando para Catuçaba só no fim do dia, para jantar e dormir<sup>(2)</sup>. Assim, com algumas exceções, às mulheres ficam reservadas as tarefas domésticas de cuidar da casa, ajudadas pelas filhas. "A gente se alevanta cedo, lá pelas 5 horas. Faço armoço prá eles (pai e filho mais velho) levarem pra roça e fico em casa com as criança. Faço limpeza, cuido das coisa, lavo roupa e aí vô prepará a janta.... As menina me ajuda no serviço de casa. A mais velha já faz crochê".

Um outro fator importante é a valorização dada à educação. Enquanto os filhos (homens) estudam, ajudam pouco "na roça".

---

(1) Quadro inspirado em J.V. Tavares dos Santos, op.cit., p. 30.

(2) Alguns ou porque a propriedade é mais distante, ou quando o "trabaio aperta", dormem "na roça". Os que trabalham mais perto de Catuçaba costumam voltar para almoçar e depois retornam ao trabalho.

Só quando o "serviço aperta", nas épocas em que as tarefas exigem mais força de trabalho, como na época de limpeza do pasto, é que são chamados a trabalhar "na roça". "Eu (esposa) levanto às 5 e meia, faço café, lavo a lôça da noite, varro a cozinha, o quintal. Daí o meu marido acorda, chama os dois menino pra trabaiá. Um vai com ele e fica inté uma hora e depois vorta pra casa pra í pra escola, que é bõo pra êle. O outro trabalha pra quem tem na roça. Vem armoçá às 11 e volta a trabaiá até às 4".

Mas desde cêdo as crianças participam no trabalho da família. As meninas em casa ajudando a mãe, e os meninos esporadicamente na roça ajudando o pai. O fato do local de trabalho ser distante do local de moradia, reforça essa divisão de trabalho. "Com 7-8 anos as criança começa a ajudá um pouquinho. Toca a vaca, pega animal no pasto, ajunta um bezerro". "Eles pode partá a vaca, limpá a manguera, serviço mais leve". "Com 4 a 5 anos já começam a ajudá: ajuntá vaca, tocá boi, levá comida pros que tão na roça". Uns mais cedo do que outros, o fato é que desde cedo aos meninos cabe participar da divisão social do trabalho na unidade de produção mercantil<sup>(1)</sup>. Só que de modo geral essa participação tem se reduzido, frente à crescente valorização dada ao estudo, além de um notado desejo de querer poupar as crianças - os filhos mais

---

(1) A pecuária aparece como a experiência primeira dos produtores mercantis e de seus filhos, o que indica a antiguidade da atividade na região e a familiaridade com a mesma. Desde pequenos os meninos acompanham os pais, incorporando de maneira informal a experiência destes, assim como seus conhecimentos, tradições, código moral.

novos, do trabalho. Isso foi bastante frequente em famílias com filhos de 14 anos e mais. É interessante notar ainda, que comparando com a história de vida de seus pais, os filhos começaram a trabalhar em quase todos os casos uns 2 anos mais tarde que os pais. (Ver Quadro 5). Provavelmente o que permeia esse "cuidado" com os filhos mais novos é a penetração de uma ideologia da classe média urbana, que valoriza o aprendizado formal (escola) em detrimento do aprendizado informal (participação na divisão do trabalho familiar).

#### Quadro 5

#### Catuçaba

#### IDADE EM QUE OS PRODUTORES COMEÇARAM A TRABALHAR

Março de 1982

IDADE	PRODUTORES
NÃO INFORMARAM	5
6 ANOS	4
7 ANOS	2
10 ANOS	9
12 ANOS	3
15 ANOS	1
TOTAL	24

Fonte: Pesquisa de Campo

Quanto aos ascendentes, sua presença é muito reduzida na família, e em nenhum caso formam parte da força de trabalho, geralmente pela idade já avançada. Em relação aos descendentes (filhos casados que moram na casa dos pais), não encontramos nenhum caso, assim como não houve ocorrência de irmãos. As condições limitadas de reprodução da unidade de produção mercantil coloca esses membros como população excedente, que não tem outra alternativa senão migrar<sup>(1)</sup>. O fato é que, como observara Kautsky, quanto mais se desagregava a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês - o que no caso deste trabalho aconteceu com a produção de queijo e manteiga -, e quanto mais "caía sob a dependência do mercado, quanto mais tinha necessidade de dinheiro, quanto maior era por conseguinte o excesso de gêneros que devia colher e vender, tanto mais tinha necessidade de terra proporcionalmente ao tamanho de sua família, para cobrir as despesas. Ele não podia modificar à sua vontade o modo de produção já estabeleci-

---

(1) Marx afirma que "a superpopulação e população tomadas em conjunto, são a população que determinada base de produção pode gerar" (1977(a) Vol. II:112). Expõe ainda que em modos de produção diferentes ou em estágios diferentes da produção social, existem leis diferentes que regem o aumento da população e a superpopulação. Essas leis são diferentes maneiras em que o indivíduo se relaciona com as condições de produção (op. cit.). É justamente o caso dos membros citados da família do produtor mercantil, que se vêm colocados à margem das condições que reproduzem as bases da produção mercantil, na qualidade de superpopulação. Daí que essa população acaba sendo aproveitada pelo capital na forma de sub-emprego, trabalho informal como dizem uns, i.e., executando trabalho necessário, mas não conseguindo reproduzir sua subsistência suficientemente.

do, não podia aumentar a extensão de sua terra. Mas possuía no caso de família muito numerosa, o recurso de diminuí-la" (KAUTSKY, 1968: 29-30).

A família camponesa se reduz, assim, ao mínimo. A própria idade dos filhos que compõem a força de trabalho (média de 18 anos) assim como a dos pais (média de 48 anos) evidencia que os filhos que ficaram são os que substituem os irmãos mais velhos que migraram; assim como a idade pouco avançada de seus pais, indica que também são os mais novos de suas famílias e que casaram provavelmente por último<sup>(1)</sup> permanecendo.

Como vimos, a força de trabalho na unidade produtiva mercantil é basicamente masculina, cabendo aos homens a responsabilidade de todas as atividades produtivas - ordenha, trato do gado, trato do pasto, lavoura, etc. -, dividida entre eles respeitando a idade, as condições específicas de cada um, de acordo com as condições naturais de cada atividade. A cooperação é portanto, um suposto do processo de produção mercantil, configurando-se como associação de cada trabalho individual, particular. O chefe, que personifica a autoridade máxima, acumula as tarefas de controle do processo produtivo e de fazer os "negócios" na cidade.

Assim como observou TAVARES DOS SANTOS (1978:33-34) na unidade produtiva mercantil "a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada

---

(1) Ver a mesma situação retratada por J.V. Tavares dos Santos, op.cit., p.29, no caso da produção de vinho no Sul.



membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador, nem a consequente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família (...) desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade".

Assim, um dos elementos fundamentais do processo de produção mercantil é a força de trabalho familiar, sendo a família quem desencadeia as outras relações de produção - as práticas de ajuda mútua, o trabalho assalariado, o trabalho acessório. (TAVARES DOS SANTOS, 1978:34).

#### As práticas de solidariedade

Além do trabalho familiar a produção mercantil de leite conta também com o trabalho dos produtores vizinhos, que organizados em grupos, executam tarefas que só a força de trabalho familiar levaria dias para realizar. Essas práticas coletivas de ajuda mútua ainda fazem parte da vida do produtor mercantil de leite de Catuçaba, apesar da acentuada individualização entre seus moradores, o que as torna pouco frequentes e pouco vigorosas. A mais frequente encontrada em Catuçaba é o mutirão.

Raramente foram mencionadas pelos entrevistados, mas sabe-se que ainda ocorrem e de modo geral com um caráter de cooperação e não de coação. O mutirão geralmente é organizado pelo produtor necessitado, que precisa de mais braços para realizar em poucos dias a limpeza dos pastos. Os trabalhadores

se reúnem todos os dias até terminar a tarefa, sendo que cabe ao organizador oferecer comida e bebida (inclusive "uma pinguinha") durante todos os dias, enquanto durar o mutirão. Dessa forma se agradece aos participantes e se reforçam os laços de solidariedade.

Essa prática, entretanto, parece ser muito pouco frequente e bem menos vigorosa que no passado, não só em Catuçaba, mas na região do Alto Paraíba como um todo<sup>(1)</sup>. A verdade é que não só as práticas de ajuda mútua, mas as disciplinas coletivas de modo geral, vão adquirindo conteúdos e formas novas<sup>(2)</sup>. Em Catuçaba a solidariedade é maior do que estamos acostumados nas grandes cidades. Mas a crescente intensidade da troca de mercadorias, o crescente predomínio do dinheiro nas transações locais, portanto, o crescente predomínio da economia monetária - cada vez mais presentes na vila de Catuçaba, e mais do que isso, nas várias dimensões da existência de seus moradores -, vão dissolvendo as velhas relações. "O comércio, desde cedo, retroage em maior ou menor grau sobre as entidades comunitárias entre as quais se lhe pratica. Submeterá cada vez mais a produção ao valor de troca; relegará cada vez mais o valor de uso

---

(1) Shirley (1971:161) comenta que em Cunha, os habitantes de Rochedo "embora seja um verdadeiro bairro de sitiante(...), há anos que não tomam parte num mutirão, de maneira que as instituições rurais tradicionais mais características e importantes" vão perdendo a importância que tinham.

(2) Antonio Cândido menciona como a comercialização da cooperação, nas relações ligadas à obtenção dos recursos, vem-se tornando prática comum entre os produtores rurais. (Os parceiros do Rio Bonito, 5a. ed., São Paulo, Duas Cidades, 1979, Cap. 15).

a um segundo plano, ao fazer que a subsistência dependa mais da venda que do uso imediato do produto" (MARX, 1977(a) Vol. 2: 433). Essa ação dissolvente do comércio, resulta em relações mais tênues entre os produtores de leite de Catuçaba, marcadas já pela exterioridade recíproca deles, pelo individualismo<sup>(1)</sup>. A solidariedade vai se tornando, se é que se pode dizer assim - menos orgânica<sup>(2)</sup>. As práticas de ajuda mútua, em muitos casos estudados, já não são mais inseparáveis da organização geral da produção mercantil. Assim como as outras formas de solidariedade e as outras relações antes tradicionais no modo de vida do homem do campo, já não estão intimamente ligadas à organização geral de sua "comunidade".

Apesar disso, não se pode negar que as práticas de ajuda mútua sejam um elemento componente do processo de produção mercantil. O que achamos importante é relativizar sua importância.

---

(1) LEFEBVRE (1970:152) afirma também que "ali, onde predominam a troca de mercadorias, o dinheiro, o individualismo, a comunidade se dissolve, sendo substituída pela exterioridade recíproca dos indivíduos e pelo "livre" contrato de trabalho". E de fato o "livre" contrato entre os trabalhadores assalariados (os não-produtores de leite de Catuçaba), não tem sido os termos estabelecidos pelos produtores de leite?

(2) LEFEBVRE (1970:152-153) faz uma distinção entre "solidariedade mecânica" de elementos individuais, ligados exteriormente um aos outros e "solidariedade orgânica que reúne organicamente não indivíduos, mas comunidades parciais e subordinadas, famílias".

### A força de trabalho assalariada

Por outro lado, um elemento presente no processo de produção mercantil de leite em Catuçaba, é a força de trabalho assalariada, que complementa a força de trabalho familiar. A primeira questão que se coloca, é a da compreensão do assalariamento na unidade de produção mercantil, uma vez que afirmamos que se trata de um processo de trabalho configurado por relações não capitalistas de produção, "marcado" pela força de trabalho familiar. Isto é trata-se de verificar porque ocorre o assalariamento, quem são os assalariados, e qual o seu significado junto ao processo de produção assinalado<sup>(1)</sup>.

Dos 24 produtores entrevistados, 11 afirmaram que utilizam força de trabalho assalariada (sendo que num desses casos se trata de dois filhos de produtores que são remunerados pelo pai). Praticamente metade dos produtores emprega, portanto, força de trabalho assalariada.

O quadro 6 nos mostra o tipo de assalariados, por tarefas executadas segundo a época de ocorrência.

---

(1) Essas questões foram mencionadas já por J.V. TAVARES DOS SANTOS (1978: 39-44), pelos mesmos motivos.

Quadro 6

Catuçaba

FORÇA DE TRABALHO PERMANENTE E TEMPORÁRIA NAS  
UNIDADES DE PRODUÇÃO MERCANTIL

1991

A T I V I D A D E S	TRABALHADORES PERMANENTES	T R A B A L H A D O R E S			T E M P O R Á R I O S			T O T A L
		SECAS: MAIO, JUNHO, JULHO	FEVEREIRO A AGOSTO	SETEMBRO A MARÇO	FIM DAS ÁGUAS	NOVEMBRO	NÃO IN- FORMOU ÉPOCA	
Pecuária de modo geral	5	-	-	-	-	-	-	5
Lavoura	-	-	-	2	-	-	1	3
Limpeza de pasto	-	-	1	-	1	1	2	4
Lavoura e pecuária	-	1	-	-	-	-	-	1
Segurança e manutenção <sup>(1)</sup>	1	-	-	-	-	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>14</b>

Fonte: Pesquisa de Campo

(1) Trabalhador contratado para tomar conta do imóvel (denominado habitualmente por "caseiro"), e para realizar serviços gerais de manutenção.

Como se vê, o engajamento de braços auxiliares, de força de trabalho assalariada se faz necessária, para complementar a força de trabalho familiar, geralmente durante o tempo de serviço mais pesado, dispensados logo não se tenha mais necessidade deles.

De modo geral se utiliza trabalhadores temporários, contratados por dia, nas tarefas que exigem mais braços e que são as mais demoradas, como por exemplo nas épocas de limpeza de pasto, em que só a família não dá conta de realizar todas as tarefas, ou na lavoura. Em todos os casos as informações

que recebemos era de que se tratava de trabalhadores livres, em sua maioria volantes, e que esta era sua atividade principal, não acessória.

No caso dos trabalhadores permanentes verifica-se que sua ocorrência é praticamente restrita às atividades ligadas à produção de leite (são os "leiteiros" ou "retireiros"). Já tínhamos esclarecido que dos 5 trabalhadores dessa categoria, 2 eram filhos do próprio produtor, remunerados por este<sup>(1)</sup>. Dois deles, ainda, eram menores, estudantes, contratados para trabalhar de 3 a 4 horas por dia, recebendo Cr\$ 2000,00/mês (salário base em outubro/81). Resta o último caso, que se trata de um "leiteiro", contratado por Cr\$ 14000,00 por 8 horas/dia. Como se vê, esses trabalhadores eram contratados por um prazo fixo, mensal ou anual, de modo geral como força de trabalho auxiliar, no manejo do gado, mais especificamente.

Um fato muito importante que contribui para explicar a ocorrência do assalariamento é que das 11 famílias de produtores que o utilizam, se constatou que se tratava de famílias sem filhos (homens) em idade de trabalhar, ou famílias que só tinham filhas, ou ainda (2 casos) de famílias em que os filhos migraram. Portanto, fica evidente que o trabalho assalariado, tem sua ocorrência ligada a determinados momentos da existência da família, onde é a variável tamanho da família "que provoca a necessidade de contratação dos trabalhadores" (TAVARES DOS SANTOS, 1978:41), tanto dos diaristas como dos perma-

---

(1) Recebiam em outubro/81, Cr\$ 12000,00, portanto acima do salário mínimo vigente na época que era de Cr\$ 8489,61.

nentes<sup>(1)</sup>.

Outro fato significativo, é que essa força de trabalho assalariada é predominantemente constituída de trabalhadores livres, que vivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho. Apesar de não identificarmos nessa força de trabalho assalariada, nenhum caso de trabalhadores membros das famílias

---

(1) Chamou-nos a atenção o depoimento de um produtor - que por sinal se destaca dos restantes pelo volume de sua produção (120 l/média diária/águas e seca; cuja cota foi de  $\pm$  50 l porque vendeu 30 vacas -, mas que de modo geral tira mais leite na sêca porque trata o gado nessa época). Como os demais produtores que contratam trabalhadores assalariados, também a sua família está num momento que é insuficiente para mover o processo de trabalho (seu filho menor só tem dez anos). "Seu" Pedro contou que levanta às 6 horas, "tomamo café e vou pro terreno. Tiramo leite, eu e mais um empregado. Lidamo com o gado depois de tirá o leite. Almoçamo lá pela 1 hora. Aí eu fico a tarde toda em Catuçaba". Esse produtor tem 2 trabalhadores contratados. Um permanente, mensalista que "cuida do leite" e outro diarista que "cuida da roça". Achamos que há 2 fatores que contribuem para explicar tal comportamento. De um lado, a margin de lazer, que é uma característica da cultura caipira. (MELLO e SOUZA, 1979: la. parte, ítem 5) a qual tem um pêso determinante no processo de produção mercantil e nas outras dimensões da vida dos produtores de leite de Catuçaba e de sua família. Como veremos no ítem referente à jornada de trabalho, é comum a volta para Catuçaba (local de moradia) lá pelas 4 horas da tarde. Por outro lado, o que esse comportamento parece mostrar, é a evidência de uma racionalidade capitalista com vistas ao lucro, e que nesse caso estamos diante de um empresário potencial, ou de um personagem pequeno-burguês corrente, nas palavras de Lenin (1979:162-167).

dos produtores mercantis de leite em trabalho acessório, sabe-se que essa prática ainda ocorre, apesar de ser pouco frequente, como mostraremos no ítem seguinte.

Portanto, da parte do trabalhador assalariado, o que se verifica é que estamos diante de um trabalhador expropriado de seus meios de vida e de trabalho, e que portanto, quando o assalariamento ocorre, se configura uma relação de oposição entre o assalariado e o produtor mercantil<sup>(1)</sup>.

Da parte do produtor mercantil, mesmo no caso citado daquele produtor que contrata o "leiteiro" permanente para desempenhar grande parte das tarefas requeridas por êle (em seu lugar), o que se constata é que em nenhum caso, o que se obtém da venda da produção, seja do leite, como da lavoura, é capitalizada, isto é, é consumida produtivamente. "Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho (...). Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar". (TAVARES DOS SANTOS, 1978:43).

Por essas considerações achamos que a ocorrência de assalariamento não prejudica a tese de que o processo de produção

---

(1) Ao contrário do que se verifica na produção camponesa de vinho estudada por J.V. Tavares dos Santos, op. cit., pág. 39-44, em que os trabalhadores assalariados são os próprios camponeses que realizando trabalho acessório se transformam nesses momentos em assalariados.



mercantil é configurado por relações não capitalistas de produção.

Sua presença, no entanto, evidencia a diferenciação no seio do próprio "campesinato", haja visto que de modo geral esses trabalhadores livres de toda propriedade a não ser de sua própria força de trabalho, foram no passado "camponeses", muitos deles ex-produtores de leite. Evidencia, ainda, que "o antagonismo de classes existentes entre o explorador e o explorado, entre o possuidor e o proletário, penetra na aldeia, no próprio lar do camponês, e destrói a antiga harmonia e a antiga comunidade de interesses". (KAUTSKY, 1968: 31).

#### O trabalho acessório do produtor mercantil

O trabalho acessório é praticado pelo produtor de leite de Catuçaba e seus filhos, para suprir a necessidade crescente de dinheiro, e apesar de sua pequena ocorrência evidencia fatos muito significativos.

Como mostra o quadro 7 ele é mais frequente nas famílias dos não-produtores de leite, na sua maioria trabalhadores livres, do que entre as famílias do produtor mercantil.

Acreditamos que sua baixa ocorrência deve estar ligada a fatores culturais, entre os quais a margem de lazer tem um lugar muito importante. Mas principalmente pela sobrecarga de trabalho entre os membros da força de trabalho familiar, já tão reduzida, como mostramos anteriormente.

O importante, no entanto, é compreendermos a ocorrência do

## Quadro 7

## Catuçaba

## QUANTIDADE DE PESSOAS QUE PRATICAM TRABALHO ACESSÓRIO POR CONDIÇÃO FAMILIAR

Março de 1982

CONDIÇÃO FAMILIAR	PRODUTOR	NÃO PRODUTOR
CHEFE	1	7
ESPOSA	-	2
DESCENDENTES	5	1
IRMÃO	-	1
TOTAL	6	11

Fonte: Pesquisa de Campo

## trabalho acessório.

Em 1º lugar, o que constatamos é que nas famílias em que é praticado, se verifica - ao contrário dos casos de ocorrência de trabalho assalariado no interior das unidades de produção mercantil -, a existência de um contingente maior de força de trabalho familiar, isto é, um contingente "suficiente para a realização das tarefas da unidade produtiva" (TAVARES DOS SANTOS, 1978:38), o que permite a liberação de um ou alguns de seus membros, temporariamente, nos momentos em que o processo de produção de leite exige menos braços. Assim, nesses momentos, como suas condições de produção são insuficientes para pro

ver suas próprias necessidades, vendem sua força de trabalho, transformando-se temporariamente em trabalhador assalariado.

Em todos os casos, o motivo citado pelos entrevistados que praticam trabalho acessório, foi a necessidade objetiva de complementar a renda familiar<sup>(1)</sup>.

A título de comparação indagamos sobre a ocorrência de trabalho acessório entre as famílias dos não produtores de leite residentes em Catuçaba (sede), e constatamos que é mais frequente entre estes inclusive entre as mulheres (Quadro 8)<sup>(2)</sup>.

Entre os homens, o trabalho acessório se encontra predominantemente nas atividades agrícolas<sup>(3)</sup>. Entre os produtores de leite que o praticam, 3 se empregam na lavoura, 2 para limpar pasto e 1 na ordenha, como mostra o quadro 8. Entre os não produtores, dos 5 que trabalham de forma acessória na lavoura, um é assalariado diarista, que "quando tá de forga trabalha prá quarqué um ... prá tê um dinheirinho a mais". Fica

---

(1) Mostraremos adiante que seu rendimento é insuficiente para reproduzir sua atividade assim como para reproduzir-se enquanto força de trabalho e à sua família.

(2) Algumas destas, aproveitam seu tempo livre, como é o caso de Manoelina, para fazer trabalhos manuais "para vender pro pessoal da vila.... Sempre que aparece serviço ela faz prá ganhá um dinheirinho prá ela... nas horas vaga do serviço de casa". Encontramos também um caso de uma senhora que trabalhava algumas vezes por ano como empregada doméstica "na vila mesmo, pras familia que precisa". Além de uma outra, aposentada, que cria no quintal de sua casa (na sede do distrito de Catuçaba), pequenos animais para vender também na vila.

(3) Dada sua própria natureza de requerer grande esforço físico e trabalho intenso em épocas específicas.

## Quadro 8

## Catuçaba

## ATIVIDADES EXERCIDAS NO TRABALHO ACESSÓRIO

1981

ATIVIDADES	PRODUTOR	NÃO PRODUTOR
Lavoura	3	5
Ordenha	1	-
Limpeza de pasto	2	-
Serviços de reparação (mecânica)	-	1
Transporte do leite	-	1
Crochê-tricô	-	2
Serviços domésticos	-	1
Criação de pequenos animais	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>11</b>

Fonte: Pesquisa de Campo

difícil conceber um lavrador diarista desempenhando algumas vezes por ano uma atividade acessória também "na roça". Expropriado de seus meios de produção, como não tem produtos agrícolas para vender no mercado, a única mercadoria que pode vender é sua própria força de trabalho. E assim, depois de arrancarem-lhe o ganha-pão, a terra, arrancam-lhe o suor até a última gota. As precárias condições da grande maioria das famílias dos trabalhadores assalariados da vila de Catuçaba, discutidas no capítulo 6, explicam por sí sós o significado do trabalho acessório entre eles.

Como diz KAUTSKY (1968:30) "a mesma evolução que, de um lado, suscitou a procura de operários assalariados, criou de outro esses operários. Ela proletariza muitos camponeses, reduz a família de outros (...) e atira ao mercado do trabalho o excedente de sua força de trabalho familiar (seus filhos)" assim como o "excedente"<sup>(parte)</sup> de sua própria capacidade de trabalho<sup>(1)</sup>. Cria entre os produtores mercantis assim como entre os trabalhadores assalariados rurais, a necessidade de ganhos acessórios, porque os frutos de seus trabalhos ao invés de ser usufruído por eles, lhes é extorquido na surdina. As leis da sociedade capitalista regulam e garantem este estado de coisas.

#### A propriedade da terra

Os produtores mercantis de leite de Catuçaba são com exceção de dois casos, todos proprietários da terra onde trabalham . (Quadro 9)

Já tínhamos nos referido no capítulo 2, a esses dois casos de produtores que não eram proprietários, mas rendei-

---

(1) "A capacidade de trabalho não é igual ao trabalho vivo que pode realizar, não é igual ao quanto de trabalho que pode executar; este, é seu valor de uso. É igual ao quanto de trabalho mediante o qual ela mesma tem que ser produzida e pode ser reproduzida" (MARX, 1977(a) Vol. 2:75).

Quadro 9

Catuçaba

CONDIÇÃO DE PROPRIEDADE E ÁREA DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO  
MERCANTIL

Alqueires

1981

Nº DO QUES TIONÁRIO	PROPRIETÁRIO ÚNICO	PARCEIRO	ARRENDA TÁRIO	CONDÔ MINO
1	28	-	-	-
2	20	-	-	-
3	2	-	-	-
4	30	-	-	-
5	-	-	10	-
6	-	-	-	NI
7	-	-	-	9
8	15	-	-	-
9	57	-	-	-
10	NI	-	-	-
11	NI	-	-	-
12	136	-	-	-
13	50	-	-	-
14	-	-	30	-
15	10	-	-	-
16	65	-	-	-
17	14	-	-	-
18	36	-	-	-
19	NI	NI	NI	NI
20	27	-	20	-
21	36	-	-	-
22	30	-	-	-
23	42	-	-	-
24	31	-	30	-

Fonte: Pesquisa de Campo

NI = Não informou

ros<sup>(1)</sup> (e não arrendatários). Tanto um como o outro pagam a renda em produtos (22 l/leite e 15 l/leite por dia). "Ponho no nome dele (do proprietário), na Vigor e ele vai recebê lá". De modo que estamos diante de uma forma de renda pré-capitalista da terra. Não encontramos o arrendamento da terra a capitalistas arrendatários que se interpõem como intermediários entre o agricultor e o proprietário de terras. No nosso caso o rendeiro é ao mesmo tempo o trabalhador. E ainda não se dá a separação da mais-valia e do trabalho excedente sob a forma de lucro (que no caso do arrendatário capitalista este apropriaria), nem sob a forma de remanescente do trabalho excedente sobre este lucro (que seria o que o proprietário de terras se apropriaria sob a forma de renda capitalista da terra). No caso do rendeiro, como já afirmou Marx conforme mostramos na nota anterior, este transfere seu trabalho excedente por inteiro ao proprietário de terras.

Além disso, o proprietário mesmo, não trava uma relação meramente contratual, indiferente e exterior, com o rendeiro.

---

(1) "Em todas as formas de renda do solo estudadas anteriormente: a renda em trabalho, a renda em produtos e a renda em dinheiro (como forma simples transfigurada da renda em produtos), damos por suposto que o rendeiro é o verdadeiro cultivador e possuidor da terra, cujo trabalho excedente não retribuído passa diretamente às mãos do proprietário de terras. Inclusive na última destas tres formas, a da renda em dinheiro - sempre e quando se apresenta em sua forma pura, isto é, como simples forma transfigurada da renda em produtos -, isto não só é possível, mas acontece de um modo real". (Marx, 1978:743).

A própria forma dos contratos "de boca e" na confiança" mostra o caráter ainda primitivo desta forma de renda, como forma de transição à renda capitalista (em que predomina a relação monetária e contratual).

Outro esclarecimento importante é que esses 2 rendeiros são ex-proprietários de terra que a venderam porque precisavam de dinheiro, e porque achavam que com esse dinheiro poderiam melhorar as condições de subsistência de sua família. Um deles vendeu a terra que herdou do pai, para comprar a casa em que mora na vila de Catuçaba para que ficasse mais fácil para os filhos estudarem em São Luís do Paraitinga (sede do município). O que demonstra que não foi o caso de uma racionalidade capitalista com vistas à uma aplicação mais produtiva do "capital" representado pela terra. Mas da separação em relação à esta num momento no ciclo de existência da família em que, o rendimento da atividade leiteira era insuficiente para satisfazer o acréscimo de necessidades<sup>(1)</sup> criadas pelas novas exigências da formação e educação de seus filhos<sup>(2)</sup>.

Quanto ao outro rendeiro, não conseguimos informações sobre os motivos da venda de sua propriedade, mas que só produziu leite até fins de 1981<sup>(3)</sup>, sendo que era o único caso em que a

---

(1) "Esta família, que é inicialmente a única relação social, transforma-se numa relação subalterna quando o acréscimo das necessidades engendra novas relações sociais e o crescimento da população dá origem a novas necessidades".  
(MARX-ENGELS, s/d:34).

(2) Sobre essas questões ver em especial K. Marx, El Capital..., México, Siglo XXI, 1973, ítem 3.

(3) Abandonou a atividade "porque o serviço era bastante e não compensava".



produção de leite não era uma atividade principal.

Portanto, essas duas exceções de produtores mercantis não-proprietários de terra, fora o fato de evidenciarem diferenciações no seio da categoria social em estudo, e evidenciarem algumas tendências à "expropriação sucessiva"<sup>(1)</sup> a que muitos estão determinados, não prejudicam a tese de que no processo de produção mercantil de leite C especial, a propriedade da terra é um elemento fundamental.

Vejamos em seguida, como se dá a reprodução da propriedade privada da terra, isto é como o produtor mercantil transmite a seus filhos esse meio de produção fundamental para a reprodução do processo de produção mercantil<sup>(2)</sup>.

Como já havíamos mencionado no capítulo 1, é a lei da herança divisível que vigora na região em estudo. Segundo essa lei, quando o pai morre, sua propriedade é dividida ficando metade com a esposa e a outra metade é dividida em partes iguais entre os filhos. Por sua vez quando a mãe morre, o restante é repartido igualmente entre os filhos (SHIRLEY, 1971:152).

Todos os produtores mercantis de leite (sem exceção) começaram a trabalhar em terras do pai, parte das quais herdaram. Alguns a venderam, mas a maioria preserva o patrimônio até hoje. Assim, como se vê no quadro 10 a herança é a forma pre-

---

(1) J.S. Martins, Capitalismo e tradicionalismo, São Paulo, Pioneira, 1975, Introdução e Cap. 1.

(2) "Tendo em vista o nível do desenvolvimento das forças produtivas que se encontra na produção camponesa, a terra ainda é o meio de produção fundamental" (TAVARES DOS SANTOS, 1978:47-48).

dominante de reprodução da propriedade privada da terra. A compra ocorre, entre os que conseguem acumular algum dinheiro, como uma forma de complementar a parcela de terra obtida por herança, ou então como troca de propriedades (com o dinheiro da venda da propriedade herdada, compra-se outra).

Pelo que constatamos a partilha é feita também durante a vida do pai, no caso de um filho casar ou migrar. Isto ocorre porém, sempre que há disponibilidades de terras. O que costuma ocorrer é, no caso de algum filho casar, continuar trabalhando na propriedade do pai em sociedade - condomínio - e morar em casa independente na vila de Catuçaba.

#### Quadro 10

Catuçaba

FORMA DE OBTENÇÃO DA TERRA

Março de 1982

FORMA DE OBTENÇÃO	PRODUTORES
Não informaram	3
Comprou	7
Herdou	7
Herdou e comprou	5
Não tem terra	2
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>

Fonte: Pesquisa de Campo

Mas se de um lado, constata-se que a herança é a forma predominante pela qual se dá a reprodução da propriedade privada da terra, por outro, na medida em que a terra é equivalente de mercadoria o que faz com que o produtor mercantil tenha que dispendir de dinheiro para complementar a parcela de terra herdada, cresce a necessidade de comprá-la, e na maioria das vezes de pagar preços elevados pela terra, i.e., de pagar a renda territorial capitalizada.

Assim, o sistema de herança por partilha começa a ser alterado, crescendo a necessidade do dinheiro no processo de reprodução da propriedade privada. Os que não conseguem, tem diante de si a alternativa limitada de reproduzir-se como condôminos (até que a unidade de produção não tenha sua capacidade de reprodução ameaçada pelo aumento das unidades de consumo na família), ou a alternativa de migrar, transformando-se em trabalhadores assalariados, na maioria das vezes.

Quanto ao tempo em que são proprietários, as informações que obtivemos referem-se ao tempo em que se tornaram independentes do pai. Mas sabe-se da antiguidade da atividade pecuária, coincidindo em Catuçaba com o surgimento da mesma na região (na década de 30, conforme mencionamos no capítulo 1. Catuçaba é um dos setores mais tradicionais de produtores de leite do município, tendo uma das primeiras linhas de leite de São Luís do Paraitinga).

É preciso considerar ainda quando se analisa o tempo em que os produtores são proprietários (Quadro 11), que a idade média deles é de 48 anos, incluindo produtores ainda jovens. Daí os casos de proprietários menos antigos.

## Quadro 11

Catuçaba

TEMPO EM QUE SÃO PROPRIETÁRIOS

Março de 1982

TEMPO EM PERÍODOS <sup>(1)</sup>	NÃO PRODUTOR	PRODUTOR
Não informaram	1	7 <sup>(2)</sup>
Até 4 anos	3	1
6 a 10 anos	2	5
12 a 16 anos	-	3
20 a 25 anos	1	2
30 a 36 anos	-	4
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>22</b>

Fonte: Pesquisa de Campo

(1) Os intervalos não incluídos não contém nenhum caso (conjunto vazio).

(2) Dos que não informaram 3 casos são Produtores Chefes-de-Família que trabalham nas terras do pai como condôminos, e não souberam precisar a data.

O quadro 12 evidencia que a forma de ocupação das terras na área foi basicamente a legal, ou reconhecida como tal. Como já havíamos afirmado no capítulo 1, a luta pela terra foi pouco intensa na região, devido entre outras coisas, a seu sítio e sua situação pouco favoráveis. O grande período voltado para a pequena produção de subsistência, que tinha no valor de uso a base de suas relações sociais, propiciou a formação de

uma superestrutura, de modo geral denominada por cultura "caipira"<sup>(1)</sup>. As leis da sociedade caipira garantiram inclusive que formas não legais de ocupação - como a posse, que ocorreu com grande frequência no passado - fossem redefinidas segundo as normas da sociedade capitalista, ganhando assim um "status" legal de propriedade privada. Hoje, a maior parte das terras já está quitada e registrada em cartório.

Quadro 12

Catuçaba

SITUAÇÃO LEGAL DAS TERRAS PRÓPRIAS OU SITUAÇÃO DA PROPRIEDADE QUANTO AO REGISTRO

Março, 1982

SITUAÇÃO DAS TERRAS	PRODUTORES
Não informaram	2
Em pagamento e registro em cartório	1
Quitado sem registro em cartório	1
Quitado com registro em cartório	16
Outro	2

Fonte: Pesquisa de Campo

(1) Ver principalmente sobre o assunto A. Cândido, Os parceiros do Rio Bonito, 5a. edição, São Paulo, Duas Cidades, 1979.

A maioria dos produtores mercantis de leite tem apenas um imóvel, mas há casos de produtores que conseguiram acumular uma certa fortuna e além da propriedade herdada, adquiriram outra

Quadro 13

Catuçaba

QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS RURAIS DO PRODUTOR

Março de 1982

NÚMEROS DE ESTABELECIMENTOS	PRODUTORES
Não informaram	1
1 estabelecimento	17
2 estabelecimentos	3
3 estabelecimentos	1

Fonte: Pesquisa de Campo

através da compra, convertendo-se em virtuais capitalistas. "Deste modo, vai formando-se entre os antigos possuidores da terra que a trabalhavam por sua conta um viveiro de arrendatários capitalistas, cujo desenvolvimento se acha condicionado pelo desenvolvimento geral da produção capitalista fora do campo e que brota com especial rapidez ali onde, (...), se vê favorecida sua eclosão por fatores propícios" (MARX, 1978:740), como o baixo preço das terras na região.

Como mostrou PETRONE (1959:298-299) "a evolução dos preços na região, acompanhou as vicissitudes econômicas". Mas apesar da valorização ocorrida primeiramente com o cultivo do ca

fê e mais tarde com o próprio desenvolvimento da atividade leiteira (Quadro 14), os preços são baixos, relativamente a outras.

Quadro 14

São Luís do Paraitinga

PREÇO DAS TERRAS

- Último quartel séc. XIX <sup>(1)</sup>	: Cr\$ 250,00/alq. (terra de 1a.)
	Cr\$ 150,00/alq. (terra de 2a.)
	Cr\$ 30,00/alq. (terra de 3a.)
- 1920 (decadência café)	: Cr\$ 100,00/alq. <sup>(2)</sup>
- Década 20 a 30 <sup>(3)</sup>	: Cr\$ 100,00/alq. <sup>(2)</sup>
- 1935	: Cr\$ 350,00/alq. <sup>(2)</sup>
- 1937	: Cr\$ 4300,00/alq. <sup>(4)</sup>
- 1941	: Cr\$ 5000,00/alq. <sup>(4)</sup>
- 1952	: Cr\$ 8000,00/alq. <sup>(4)</sup>

Fonte: Pasquale Petrone

Obs: Este quadro foi montado a partir dos dados apresentados por PETRONE, op.cit., p. 298-299

(1) Preço médio das terras para cultivo do café

(2) Preço médio das terras

(3) Nessa década os preços se mantêm. "Data justamente do início da década de 30 a penetração de criadores mineiros, que se aproveitaram dos baixos preços das terras" (PETRONE, 1959:299).

(4) Preço máximo de mercado relatado na época.

Não tem dúvida porém de que a criação valorizou as terras. Entretanto, o mercado de terras na região parece ser pouco intenso<sup>(1)</sup>.

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos das unidades de produção mercantil de leite especial, elas variam de 2 a 65 alqueires, sendo o tamanho médio de 30 alqueires (Quadro 9), ou 65 ha aproximadamente<sup>(2)</sup>. Se verificarmos o tamanho médio dos estabelecimentos da região nos anos de 1960, 1970 e 1975 (Quadro 15), veremos que estes são maiores que as unidades de produção mercantil tanto se tomarmos só os dados referentes à condição única "próprias", como quanto ao "total" destas: 61, 80 e 90 ha (1960, 70, 75) e 70, 103 e 109 ha (1960, 70, 75), respectivamente<sup>(3)</sup>. O que se pode observar do quadro é que houve um movimento em direção a um decréscimo do número de estabelecimentos próprios, arrendados e total, junto com um aumento da área destes estabelecimentos, evidenciando assim, uma tendência à concentração das propriedades. Por outro lado, percebe-se um movimento em direção ao aumento das terras ocupadas acompanhado de um decréscimo de sua área média (56.5 ha em 1960 e 39.8 ha em 1975).

---

(1) Ver algumas observações em Anexo sobre "Mercado de Terras".

(2) 1 alqueire = 24200 m<sup>2</sup> e 1 hectare = 10000 m<sup>2</sup>.

(3) Sem dúvida o processo de partilha, já mencionado, contribuiu para o tamanho menor dos estabelecimentos dos produtores mercantis de leite em relação ao tamanho médio dos estabelecimentos da região.



15

Município de Paraitinga

ESTABELECIMENTOS E ÁREAS, SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS

Ú		N		I		C		A		M		I		S		T		A	
PRÓPRIAS		ARRENDADA		OCUPADA		TOTAL		PRÓPRIAS E ARRENDADAS		PRÓPRIAS E OCUPADAS		PROP. ARR. E OCUPADAS		ARRENDADAS E OCUPADAS		TOTAL			
ESTAB	ÁREA (ha)	ESTAB	ÁREA (ha)	ESTAB	ÁREA (ha)	ESTAB	ÁREA (ha)	ESTAB	ÁREA (ha)	ESTAB	ÁREA (ha)	ESTAB	ÁREA (ha)	ESTAB	ÁREA (ha)	ESTAB	ÁREA (ha)	ESTAB	ÁREA (ha)
554	39.216	129	3.226	35	1.979	718	44.421	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
77	88	18	7	5	4	100	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
495	49.966	172	7.418	91	3.157	748	60.541	41	5.250	6	537	-	-	1	12	48	5.798		
65	92	23	12	12	5	100	100	05	09	0,8	0,9	-	-	0,1	0,02	0,6	10		
399	43.763	103	4.662	61	2.427	563	50.852	99	9.880	10	806	1	44	10	471	120	11.150		
41	86	18	9	11	5	100	100	17	19	2	1	0,2	0,1	2	1	21	22		

Fonte: IBGE (Censo Agrícola 1980 e 1970 e Censo Agropecuário 1975)

A sinopse do Censo Agropecuário de 1980 não inclui estes dados

Observando ainda os dados do quadro 16, que mostra a evolução da estrutura fundiária por estratos de área, observa-se a mesma tendência: diminuição do número de estabelecimentos nos estratos de área menores (menos de 10 ha até 50 a 100 ha), mais acentuada de 1975 a 1980; aumento do número de estabelecimentos maiores que 100 ha (com exceção da faixa de 100 a 999 ha em 1980).

Quadro 16

São Luís do Paraitinga

GRUPOS DE ÁREA TOTAL

ANO	1 9 6 0				1 9 7 0				1 9 7 5				1 9 8 0	
GRUPOS DE ÁREA (ha)	ESTAB		ÁREA (ha)		ESTAB		ÁREA (ha)		ESTAB		ÁREA (ha)		ESTAB	ÁREA (ha)
Menos de 10	195		883		185		779		135		581		58	310
%	26		0,1		20		0,1		20		1		12	1
10 a 19	118		1770		83		1262		82		1206			
%	16		03		10		02		12		2			
20 a 49	209	434	7022	16390	226	463	7860	20228	153	376	5449	16924	304	14116
%	28	58	12	28	28	57	12	31	22	54	9	27	64	31
50 a 99	107		7598		154		11106		141		10269			
%	14		13		19		17		20		16			
100 a 199	73		10534		104		14724		107		14710			
%	10		18		13		22		16		24			
200 a 499	33	117	9413	27242	37	145	10290	27794	51	169	14899	37002	112	24212
%	04	15	16	46	5	18,5	15	41	7	25	24	60	23	54
500 a 999	11		7295		4		2780		11		7393			
%	01		12		0,5		4		2		12			
1000 a 1999	02		2		2420		1		1384		-		-	
%	0,3		0,3		04		0,1		02		-		-	
2000 a 4999	-	-	-	2420	1	2	2904	4288	3	3	7497	7497	4	6242
%	-	-	-	04	0,1	0,2	4	6	0,5	0,5	12	12	1	14
5000 a 9999	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10000 a 99999	1		12666		-		-		-		-		-	
%	0,1		21		-		-		-		-		-	
100000 e +	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	749		59601		798		66339		683		62002		478	44990
%	100		100		100		100		100		100		100	100

Fonte: IBGE - Censos Agrícolas 1960, 1970;  
Censo Agropecuário 1975 e

O confronto dos dados dos quadros 9, 15 e 16, relativizam o tamanho dos estabelecimentos das unidades de produção mercantil, isto é, nos mostram que elas pertencem aos estratos de área menores do município, estrato esse que até 1975 correspondia a 50% dos estabelecimentos. Se de 1975 a 1980, acentua-se o processo de concentração das propriedades, esse processo parece não atingir a produção mercantil de leite C especial, a não ser excepcionalmente. O fato é que o processo de concentração de propriedades se dá ao lado do desenvolvimento das pequenas unidades de produção, evidenciando a força destas. O que nos leva a confirmar as palavras de KAUTSKY de que "não deveríamos esperar, na agricultura, nem o fim da grande, nem o da pequena exploração. Tínhamos aqui, num dos polos, a tendência universalmente justa para a proletarização. No outro polo, verificávamos uma oscilação constante entre os progressos da pequena e os da grande exploração". (1968:12). E se é verdade que a concentração de terras ocorre entre os produtores mercantis de leite, isso só evidencia a diferenciação entre eles, através de um de seus aspectos. Diferenciação essa, que nada mais é do que as próprias contradições econômicas<sup>(1)</sup> tão vivas entre eles.

Os dados do quadro 17, que mostram uma tendência a um aumento crescente da força de trabalho familiar ao mesmo tempo que de uma redução da força de trabalho assalariada em São Luís do Paraitinga, especialmente os trabalhadores temporá-

---

(1) "O conjunto de todas as contradições econômicas existentes no seio dos camponeses constitui o que nós chamamos diferenciação destes". (LENIN, 1979:163).

Quadro 17

São Luís do Paraitinga - município

PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA E SEXO

	1 9 6 0				1 9 7 0				1 9 7 5															
	H O M E N S		M U L H E R E S		H O M E N S		M U L H E R E S		H O M E N S		M U L H E R E S													
	TOTAL	%	14 ANOS E MAIS	%	TOTAL	%	14 ANOS E MAIS	%	TOTAL	%	14 ANOS E MAIS	%												
Total (homens + mulheres)																								
			1939	100%								2196	100%											
Sub-total	1619	93,5	1503	77,5	320	16,5	262	13,5	1808	82,3	1663	75,7	399	17,7	332	15,1	1978	81,2	1453	45,0	1253	39,8	913	29,2
Responsável e membros não remunerados da família	1047	54,0	965	49,8	299	14,9	232	12,0	1293	58,4	1143	52,0	375	17,1	320	14,6	1615	50,0	1110	34,3	1176	37	762	24,8
Empregados em trabalho permanente	212	11,0	205	10,6	10	0,5	9	0,5	295	13,0	280	12,7	4	0,2	3	0,1	218	6,7	205	6,3	22	0,7	19	0,6
Empregados em trabalho temporário	352	19,0	325	16,8	21	1,1	21	1,1	216	9,9	216	9,8	7	0,3	7	0,3	92	2,8	90	2,8	29	0,9	29	0,9
Parceleros	3	0,1	3	0,1	-	-	-	-	22	1	22	1	-	-	-	-	35	1,1	35	1,1	-	-	-	-
Outra condição	5	0,2	5	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,1	2	0,1	19	0,5	-	-	7	0,2	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agrícola 1960, 70; Censo Agropecuário de 1975

Obs: A Sinopse do Censo Agropecuário de 1990 não contém estes dados

rios, evidenciam entre outras coisas<sup>(1)</sup>, o vigor e a importância crescentes da força de trabalho familiar, e consequentemente da pequena produção familiar, no interior do modo capitalista de produção. Evidenciam ainda a especificidade da região, no sentido do modo como participa no processo de divisão do trabalho. Assim, ao mesmo tempo que se desenvolve a grande indústria, verifica-se um movimento em direção à reprodução da pequena exploração familiar, mostrando acima de tudo as contradições do modo de produção e reprodução do capital de como estes processos são marcados pela diferença.

Em síntese, procuramos mostrar como a terra ainda é o elemento fundamental do processo de produção mercantil em estudo, e de que a propriedade privada da mesma é a forma como ela tem sido preservada, seja através da herança (forma predominante), seja através da compra (forma secundária, mas que contribui entre outros fatores, para a diferenciação da categoria social em estudo).

---

(1) A redução da força de trabalho assalariada denuncia não a redução do processo de expropriação, mas o aumento da migração entre os expropriados oriundos da região, ao mesmo tempo que a sua não absorção pela própria região. Outra evidência que o quadro 17 nos mostra através do aumento do número de parceiros é de que ao mesmo tempo que cresce a procura pela terra, e não crescem as oportunidades de acesso à ela, aumentam as formas veladas de exploração do trabalhador.

### A propriedade dos meios de produção

Além da propriedade da terra, os produtores de leite de Catuçaba são proprietários também dos outros meios de produção. Com exceção da parte do rebanho que se reproduz naturalmente<sup>(1)</sup> e de parte do alimento dado ao gado, o restante é adquirido no mercado. Entram, portanto, como mercadorias tanto os meios de trabalho (balde, latões de leite, pulverizador costal<sup>(2)</sup>, picador de cana, arame, pregos, parte das estacas, enxada, foice, machado, cavadeira, enxadão, penado, arado, trator, "máquina de plantá de mão" (matraca), ferro de marcação de gado, martelo, trotéis, etc.), como as matérias-primas utilizadas (remédios para o gado, remédios para o combate às formigas e fertilizantes; alimentos para o gado tais como sal mineral e farelos).

Depois da terra o gado é o meio de produção mais importante. A formação do plantel geralmente começa com a compra de umas poucas vacas ou novilhas. Raramente o touro é comprado, devido a seu preço muito elevado. O costume é adquirir bezerro raçado (HPBPC, isto é, holandês, preto e branco, puro por cruza) normalmente proveniente de fazendas especializadas em produção de leite. A partir daí, com a reprodução natural da espécie<sup>(3)</sup>, começa a ampliação e aperfeiçoamento do rebanho:

---

(1) Crescimento vegetativo

(2) Máquina manual de pulverizar o gado usada principalmente contra proliferação de carrapatos.

(3) Cobertura a campo.

vendem-se os machos, compra-se mais vacas, etc..

O cavalo é também um meio de produção importante, especialmente na tarefa de apartar o gado. É também utilizado como meio de transporte da vila de Catuçaba até a "roça" (unidade de produção mercantil), mas somente em alguns casos. Apesar de não termos feito uma investigação mais sistemática sobre sua utilização, parecem haver algumas evidências de que sua ocorrência diminuiu bastante, e nem sempre por se tornar desnecessária (ser substituído pelos veículos motorizados por exemplo). Pelo contrário, em muitos casos sua ausência implica numa utilização mais intensa da força de trabalho familiar.

Do alimento fornecido ao gado<sup>(1)</sup>, grande parte da comida fornecida no cocho é produzida na própria unidade de produção, constituindo-se de capim (geralmente napiê) e cana picados, e milho triturado. Mas a alimentação complementar - o sal mineral e o "farelinho" é comprado ou na Cooperativa (COMEVAP) ou na Vigor, sendo descontados na folha de pagamento.

Os outros insumos tais como as vacinas e outros remédios para o gado, os remédios para combater as formigas e os adubos (para as pastagens), são adquiridos no mercado, e tem um uso bastante restrito (ver <sup>implicações no</sup> quadro 25). Já os fertilizantes, também são só empregados por uma minoria, mas exclusivamente na lavoura comercial.

Quanto aos instrumentos de trabalho são basicamente comprados também por todos, salvo uns poucos que não assumem a

---

(1) Ver adiante no quadro 30, "FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR SEGUNDO ANIMAL E ÉPOCA".

forma de mercadoria, tais como parte dos mourões utilizados para as cercas. Mas já a madeira utilizada para montar o "retiro" (estábulo), e o tronco de contenção (corredor para prender o gado para vacinar), é praticamente toda comprada.

Um outro meio de produção que também é produzido pelo produtor mercantil são os cochos, talhados no próprio tronco das árvores.

A picadeira de cana, utilizada por 21 dos 24 produtores entrevistados<sup>(1)</sup>, é o meio de produção mais mecanizado que aparece nas unidades de produção mercantil, intensivamente usada por eles, sendo considerada um dos meios de produção que mais facilitou o manejo do gado.

A trituradora (manual) de milho só foi encontrada em 8 casos, sendo que dos 9 produtores que fornecem "milho torturado", apenas um o compra no mercado.

Assim, os dados descritos mostram que a mecanização é muito pouco utilizada nas unidades de produção mercantil de Catuçaba, o que leva à caracterização de que os meios de produção dessas unidades não passam de "simples extensão do braço humano" (TAVARES DOS SANTOS, 1978:59). Por outro lado, a utilização dos insumos se restringe ao necessário, e seu emprego se dá de uma forma intermitente, de acordo com a disponibilidade

---

(1) Ver adiante quadro 35, "CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DAS INSTALAÇÕES E EXISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS BÁSICOS".



de dinheiro<sup>(1)</sup>. O quadro 18 mostra que a forma de reposição dos instrumentos e máquinas se dá através do mercado e de modo geral à vista. Os empréstimos financeiros cobriram apenas 16% dos casos. Aliás é para este fim que se concentram a maior parte de suas aplicações entre os produtores mercantis de

#### Quadro 18

##### Catuçaba

##### FORMAS DE REPOSIÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO (INSTRUMENTOS E MÁQUINAS)

Março, 1982

FORMAS DE REPOSIÇÃO	PRODUTORES
Não informaram	2
Dinheiro próprio à vista	16
Dinheiro próprio a prazo	2
Empréstimo em instituição pública	4

Fonte: Pesquisa de Campo

(1) As vacinas, por exemplo, a partir do momento em que a Casa da Agricultura eximiu os veterinários de fiscalizarem sua aplicação (por volta de 1980) deixaram de ser empregadas por muitos pecuaristas, o que aumentou a ocorrência de febre aftosa na região.

Catuçaba<sup>(1)</sup>.

Para termos uma idéia do nível limitado em que se move o processo de produção mercantil do ponto de vista de suas condições técnicas, especialmente do limite restrito de decisões do produtor quanto ao emprego de métodos e meios de produção empregados no processo de produção, procuramos analisar a composição monetária das despesas nas unidades de produção mercantis. Para não supervalorizarmos o valor das despesas gastas com os elementos constantes que entram no processo de produção de leite e com os meios materiais de produção, incluímos no cálculo das despesas o preço que seria correspondente à força de trabalho familiar em termos de salários mínimos regionais correspondentes às diversas categorias de trabalhadores. Apesar dos dados serem hipotéticos, consideramos que seus resultados nos permitem deduções importantes.

---

(1) Dos nove produtores que receberam empréstimo, além desses 4 que aplicaram o dinheiro na compra de meios de trabalho, 1 o aplicou na compra de gado, outro não especificou em que gastou, e um terceiro utilizou ("para interá a renda") para a reprodução da força de trabalho da família. Os empréstimos variaram de Cr\$ 9000,00 a Cr\$ 300000,00, enquanto que os maiores valores de referência (MVR) no ano de 1981 foram de: janeiro-abril = Cr\$ 2996,10; maio-outubro = Cr\$ 4071,70 e novembro-dezembro = Cr\$ 5733,00. O que mostra que além do reduzido acesso do pequeno produtor mercantil ao crédito, a exiguidade das quantias solicitadas em alguns desses casos evidencia os níveis mínimos em que se reproduz. Os prazos variaram de acordo com o tipo de solicitação a juros de 45% ao ano.

Quadro 19

Catuçaba

COMPOSIÇÃO MONETÁRIA DAS DESPESAS

Unidade de produção mercantil

1981

Nº UPM	DESPESAS COM ÍTENS DA REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (1)	OUTRAS DESPESAS (2)
1	77.5	22.5
2	57.1	42.9
3	60.9	39.1
4	53.2	46.8
5	30.2	69.8
6	85.3	14.7
7	70.8	29.2
8	47.3	52.3
9	61.3	38.7
10	84.8	15.2
11	62.9	37.1
12	67.3	32.7
13	54.4	39.3
14	57.4	42.6
15	45.5	54.5
16	66.8	33.2
17	75.8	24.2
18	44.0	56.0
19	*	*
20	71.4	28.6
21	58.3	41.7
22	52.4	47.6
23	34.0	66.0
24	50.6	53.4

Fonte: Pesquisa de Campo

(1) Sindicato + FUNRURAL + mão-de-obra variável e permanente + equivalente da remuneração do responsável e membros da família.

(2) Carretos + capitalização cooperativa + alimentos comprados para gado + medicamentos gado, defensivos, etc. + sementes e mudas + compra animais + juros + despesas com arrendamento (pastos) + impostos + taxas + reparos e conservação de máquinas

(\*) Não informou

Como vemos, verifica-se <sup>uma</sup> proporção maior dos gastos necessários à reprodução da força de trabalho em relação às despesas com os outros itens do custo de produção, na maioria das unidades estudadas (18 dos 24 produtores estudados). Sendo que nos 6 casos em que a proporção das despesas com o equivalente do salário é menor que as despesas equivalentes aos custos dos meios materiais de produção, essa proporção em quatro desses casos é próxima dos 50%. De um lado, isso evidencia que apesar da pecuária exigir menos força de trabalho que os outros ramos da produção agrícola, dadas as condições internas limitadas em que se desenvolve esse processo de produção, os custos de produção são muito reduzidos. Daí que mesmo calculando os gastos mínimos necessários à reprodução da força de trabalho envolvida, - que certamente subestimam o valor dessas despesas -, estes gastos foram superiores aos gastos equivalentes aos outros elementos dos custos de produção. O que mostra, entre outras coisas, o limitado emprego de métodos e técnicas assim como de meios de produção mais avançados.

Podemos adiantar aqui que há um conjunto de fatores, objetivos (e subjetivos, sem dúvida) que determinam a pequena produção mercantil de leite a reproduzir-se como um processo de produção simples de mercadorias. E que esse processo de produção tem como característica permanente a não remuneração dos fatores de produção. Os rendimentos negativos da atividade repercutem numa limitação da faixa de decisões para o produtor, e portanto numa redução dos custos de produção. Neste quadro, portanto, fica muito limitada a adoção de práticas modernas, que apesar de serem rentáveis, aumentariam o custo uni

tário do leite<sup>(1)</sup>. Assim, tanto a modernização técnica, quanto a modernização das relações sociais de produção tem limites concretos. O resultado financeiro negativo, portanto, determina a pequena produção mercantil de leite a reproduzir-se como um processo de reprodução simples de mercadorias, do ponto de vista da produção. Do ponto de vista do consumo, ou da reprodução da força de trabalho familiar, determina, níveis mínimos de reprodução, como veremos no capítulo 6.

Assim se explica, portanto, a proporção maior das despesas equivalentes aos salários em relação aos gastos com os outros itens do custo de produção nas unidades de produção mercantil de leite. O que por sinal define seu próprio caráter mercantil de produção<sup>(2)</sup>.

Quanto às unidades em que a composição monetária das despesas apresentaram um resultado inverso, possivelmente este resultado pode ser a expressão formal de uma maior racionalidade capitalista, ou em outras palavras de um maior desenvolvimento do valor de troca no seu interior.

De qualquer forma, o que se verifica de modo geral como característica da pequena produção mercantil é a redução dos custos de produção, que explica em grande parte não só os limites à modernização técnica, quanto à modernização das rela-

---

(1) Sobre essa discussão ver José de Souza Martins - Capitalismo e Tradicionalismo, São Paulo, Pioneira, 1975, Cap. II, esp. pág. 41-42.

(2) Em que os baixos preços de mercado do leite C especial contribuem para que este produto, ou que o gado seja criado quase como um produto da natureza, pois não compensa se investir muito trabalho.

ções de produção; e que no que aqui nos interessa mais de perto, explica a peculiar composição monetária das despesas na unidade produtiva mercantil de leite C especial, que, ao contrário do que se podia esperar, é mais baixa que na produção pecuária média da sociedade.

### A indústria doméstica de derivados de leite

Entre os produtores mercantis de Catuçaba a produção de derivados de leite tem sido cada dia menos comum. Como se verá no quadro 39 (Receita das UPM), encontramos apenas um "queijeiro" entre eles.

Essa prática que já foi bastante intensa na região, e uma das vias mais importantes pelas quais os produtores mercantis conseguiam se apropriar de parte de seu trabalho excedente<sup>(1)</sup> - e experimentar vivamente momentos de lazer, regalias e felicidade resultante de uns pequenos lucros que assim obtinham - , essa prática foi praticamente dissolvida a partir do momento em que o Ministério da Agricultura estabeleceu a partir de 1967, normas para a produção de derivados<sup>(2)</sup>.

---

(1) "Antes quando a gente podia fazê queijo, manteiga as coisa iam bem melhor, porque a gente conseguia um preço melhor que o do leite. Agora só com o leite, e com os preço baixo desse jeito, tá apertado".

(2) Ministério da Agricultura - Normas higiênico-sanitárias e tecnológicas para leite e produtos lácteos. Brasília, DDIA, SIPAMA, 1967 e Ministério da Agricultura - Normas higiênico-sanitárias e tecnológicas para leite e produtos lácteos. Brasília, DILEI, SIF, 1978.

Estas normas implicavam em despesas com instalações e instrumentos de trabalho elevadas, as quais esses produtores se viam impossibilitados de assumir. Daí que essa indústria tem sido eliminada, pois a fiscalização é rigorosa. Onde sobrevive, tem sido sob a forma clandestina, restringindo-se basicamente à produção de queijo, manteiga, às vezes requeijão, vendidos para uma clientela da região, geralmente constituída pelos estabelecimentos comerciais.

A questão que se coloca é a da dissolução da pequena indústria dos camponeses de modo geral e a sua determinação a se transformarem em produtores especializados - fornecedores de leite exclusivamente, ou agricultores puros. Enfim, determinados a produzir a baixo custo o que interessa para o processo de acumulação de capital: tanto as matérias primas para as indústrias, como os alimentos. Portanto, exclusivamente produtos que a indústria urbana não produzia (KAUTSKY, 1968:28) e ainda não se interessava em investir em sua produção.

Esse processo de dissolução da pequena indústria dos camponeses como um todo, tem se estendido a todos os seus ramos de produção, desde os instrumentos de trabalho antes produzidos na própria unidade de produção, até as roupas, os sapatos manufaturados por eles mesmos.

"Quanto mais tal processo avança, e mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade de dinheiro, não apenas para a compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro" (KAUTSKY, 1968:27).

Assim, fica claro que essa dissolução da pequena indústria dos camponeses aparece como um dos pressupostos de sua subordinação ao capital, pela qual "o camponês foi finalmente forçado a tornar-se o que se entende hoje por camponês, coisa que absolutamente não foi no início: um agricultor puro. Mas quanto mais se chegava a esta situação, tanto mais a indústria e a agricultura se separavam uma da outra (...). O camponês caíra agora sob a dependência do mercado, que era para ele ainda mais caprichoso e mais incerto que a temperatura. Contra as perfídias desta última podia ao menos premunir-se até certo ponto (...). Mas não tinha recursos com que impedir a baixa dos preços e tornar vendáveis os grãos invendáveis" (KAUTSKY, 1968:28). Do mesmo modo os produtores de Catuçaba se vêm às voltas com problemas de baixos preços do leite, ao mesmo tempo que vigoram os preços exorbitantes dos insumos à pecuária leiteira.

Assim, ao mesmo tempo que diminui a produção doméstica de derivados de leite entre os produtores mercantis de leite C especial, crescem os seus vínculos com a economia capitalista, cresce a sua necessidade de dinheiro, desenvolve-se e cresce a sua exploração pelo capital (ou desenvolvem-se e crescem as formas de sua exploração pelo capital<sup>(1)</sup>).

---

(1) "Juntamente com a sua necessidade de dinheiro, desenvolvia-se e crescia igualmente a das forças que exploravam o camponês (...)" (KAUTSKY, 1968:28)



### A produção direta da subsistência

O pequeno produtor mercantil de leite possui ainda diretamente em seu produto, uma parte de sua subsistência. Portanto, nem o conjunto de sua atividade, nem todo o seu produto são dependentes da troca. Como se vê no quadro 20, parte da produção de leite é consumida na própria unidade de produção.

Aliás tem sido através da produção direta do leite e de outros meios de subsistência<sup>(1)</sup> (especialmente milho, feijão e abóbora) que, como observou TAVARES DOS SANTOS (1978:66), "absorvem os rendimentos negativos de sua produção mercantil".

Observando o quadro 21, nota-se que a produção agrícola é generalizada em todas as unidades produtivas mercantis destacando-se o milho, feijão e abóbora como culturas comerciais ao mesmo tempo que atendem o consumo familiar<sup>(2)</sup>. O restante é produzido exclusivamente para a subsistência da família, o que só vem expressar a utilização extensa e intensa da força de trabalho familiar (que como já vimos está reduzida aos homens, no processo de produção estudado, devido à não coincidência entre o local de trabalho e o de moradia).

---

(1) Por uma questão de clareza de exposição abordaremos a produção dos outros meios de produção que não o leite, neste mesmo ítem, uma vez que o seu significado é o mesmo, na reprodução do processo de produção mercantil.

(2) Não conseguimos dados sobre o volume da produção comercializada, mas sabe-se que é bastante reduzida tanto em quantidade quanto em variedade. A área da lavoura era menor que 1 alqueire em 11 casos, de 1 a 3 em 7 casos, sendo que 6 produtores de leite não nos deram essa informação.

Quadro 20

Catuçaba

CONSUMO E PRODUÇÃO DE LEITE

Unidades de produção mercantil

1981

Nº UPM	CONSUMO DIÁRIO DE LEITE POR FAMÍLIA <sup>(1)</sup> (1)	CONSUMO ANUAL DE LEITE POR FAMÍLIA (1)	PRODUÇÃO ANUAL DE LEITE (1)
1	2.0	730	7450
2	2.0	730	7130
3	2.4	876	5226
4	1.0	3650	19850
5	2.0	730	5440
6	1.0	365	7565
7	1.6	584	8234
8	2.8	1022	8762
9	0.8	292	18892
10	1.6	584	12464
11	2.4	876	22476
12	1.2	438	29238
13	1.8	657	12897
14	3.0	1095	16935
15	2.4	876	17076
16	2.0	730	21130
17	2.8	1022	16622
18	3.2	1168	20068
19	2.4	876	⌘
20	2.8	1022	24422
21	1.6	584	31184
22	2.0	730	24130
23	2.0	730	60730
24	1.8	657	58257

Fonte: Pesquisa de Campo

⌘ Não informou

(1) média de leite por pessoa = 0,4 l/dia com exceção do produtor nº 4 que é "queijeiro"

Quadro 21

Catuçaba

PRODUÇÃO AGRÍCOLA POR PRODUTOR DE LEITE

1981

Nº UPM	MILHO		FEIJÃO		ABÓBORA		COU VE	AL FA CE	CE DO LA	CHU CHU	TO MA TE	OU- TROS LEGU MES	LI- MÃO	BA NA NA	MA- MÃO	IA- RAN JA	OU- TRAS FRUI- TAS	GA- LI- NHA	POR CO	PA TO	OU' TRAS AVES
	CON- SUMO	CONSU MO E MERCADO	CON- SUMO	CONSU MO E MERCADO	CON- SUMO	CONSU MO E MERCADO															
1	-	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	X	-	X	-	-	-
2	X	-	X	-	X	-	X	X	X	X	-	-	-	X	-	X	-	X	-	-	-
3	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4	X	-	-	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	X
5	-	X	-	X	-	X	-	-	-	-	-	X	-	X	-	-	-	X	-	X	X
6	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7	X	-	X	-	X	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	X	-	X	-
8	X	-	X	-	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-
9	-	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	X	-	X	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-	X	-	X	X	-	-
11	X	-	X	-	X	-	-	X	X	X	-	X	-	-	X	X	X	-	-	-	-
12	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13	X	-	-	X	X	-	X	X	-	X	-	-	-	X	-	X	X	X	X	X	-
14	X	-	X	-	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	-
15	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16	X	-	X	-	X	-	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-
17	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18	X	-	X	-	X	-	-	-	-	X	-	-	X	X	X	X	-	X	-	X	X
19	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
20	X	-	X	-	X	-	X	X	-	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	X	-	X	-	X	-	X	X	-	X	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
22	X	-	X	-	X	-	-	X	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	-	-
23	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo

OBS.: Todos os produtos com exceção do milho, feijão e abóbora são destinados exclusivamente ao consumo familiar

NI: Não informou

Por outro lado gostaríamos de mencionar que a condição de proprietário terras proporciona às famílias dos produtores mercantis, a possibilidade de complementar a sua alimentação e de não se limitar à disponibilidade de dinheiro para comprá-la. Esta possibilidade é visível quando se compara a dieta alimentar das famílias do que genericamente chamamos não-produtores de leite<sup>(1)</sup>, que pela sua condição de não-proprietários (expropriados que foram, em sua maioria), experimentam vivamente a sensação da fome.

Entretanto, quanto mais as condições de troca entre o produtor mercantil de leite e o capital se tornam desiguais em favor do segundo, quanto mais o valor de troca vai penetrando em cada dimensão da vida do pequeno produtor de leite, transfigurando cada um de seus elementos, mais aumentam as tensões entre a necessidade de se produzir diretamente os meios de subsistência (o que implica em se estender a jornada de trabalho intensificando a utilização da força de trabalho familiar) e os impedimentos ao desenvolvimento dessa produção doméstica. Muitas vezes não compensa o trabalho desviado da produção mercantil para a produção da subsistência, pela economia mínima de dinheiro frente ao enorme tempo de trabalho dispensado. KAUTSKY (1968:27) comenta que "a superioridade da indústria urbana se tornou tão grande, em muitos domínios, que deu aos produtos da indústria camponesa o caráter de artigo de luxo, os quais o lavrador parcimonioso não poderia dar-se ao requinte de usar e à elaboração dos quais consequentemente renunciou". Assim, o produtor mercantil vive intensamente as ten-

---

(1) Como se mostrará adiante, no capítulo 6.

sões e as contradições criadas pela necessidade de produzir diretamente seus meios de subsistência-e os limites objetivos da dados pelo capital levando-o a não produzi-los (para comprá-los)-, e à necessidade decorrente de dinheiro.

### O comércio de gado

Entre os produtores mercantis de Gatuçaba, a prática da venda dos animais excedentes aos de produção, isto é, a venda dos machos, é bastante comum, uma vez que a reprodução desses animais se dá através de um processo natural. As formas em que se dá tal circulação, no entanto são diversas, assim como seu significado.

Pode-se definir dois tipos de comércio, como se observa no quadro 22.

O primeiro tipo refere-se àqueles que vendem os bezerros logo que desmamam, descartando-os geralmente uns 7 dias após seu nascimento, como uma forma de limitar as despesas com alimentação do rebanho, já tão insuficiente para atender os próprios animais de produção (as vacas principalmente). Os preços conseguidos nesses casos são irrisórios, de modo geral, como atesta o comentário de um agrônomo da região segundo o qual "esses produtores dão de graça esses bezerros". Com o dinheiro adquirido, compram meios de subsistência necessários à reprodução da família, verificando-se no caso uma forma simples e imediata de circulação (MDM), e conseqüentemente não havendo por essa via a possibilidade de uma reprodução ampliada

## Quadro 22

Catuçaba

COMERCIALIZAÇÃO DOS MACHOS

Março, 1982

TIPOS DE COMERCIALIZAÇÃO	PRODUTORES
Não informaram	5
Vende gado, formado ou invernado, p/ matadouros	1
Vende gado, formado ou invernado, p/ açougues e em São Luís do Paraitinga p/ corte	2
Vende gado, formado ou invernado, p/ comprador não especificado <sup>(*)</sup>	6
Vende gado, logo que desmama (não formado ou crescido) <sup>(*)</sup>	2
Vende gado, mas não especificou se gado novo ou formado <sup>(*)</sup>	8
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>

Fonte: Pesquisa de Campo

(\*) Comprador de Taubaté, de São Luís do Paraitinga, comprador de corte, qualquer um, para quem inverte, para quem oferecer melhor preço, atravessador, comprador certo, etc..

do processo de produção<sup>(1)</sup>.

No segundo tipo, vende-se o gado formado para corte, en-

(1) Sobre esse ponto, especificamente, discutiremos com detalhe no item "A Reprodução Simples do Processo de Produção Mercantil".

quanto que no primeiro nem sempre o destino do gado é para esse fim<sup>(1)</sup>. Apesar das despesas e trabalho decorrentes do trato dos bezerros em idade mais avançada (geralmente é vendido entre 1 ano e 1 ano e meio), as possibilidades de se conseguir melhores preços é maior. Como se vê no quadro 39 (Receita das UPM), há casos em que essa via é uma fonte considerável de receita, criando a possibilidade de se verificar uma reprodução ampliada do processo de produção. Só que parece não ser uma possibilidade permanente, mas fortuíta<sup>(2)</sup>, dependendo não só do preço da carne no mercado, mas das condições materiais e humanas de produção nas unidades produtivas mercantis, entre outros fatores. Tanto que dos 11 produtores que venderam gado apenas 3 — que perceberam R\$ 150000,00, R\$ 370000,00 e R\$ 200000,00 das unidades de produção mercantil números 18, 23 e 24 respectivamente —, aplicaram esse dinheiro produtivamente, seja na compra de gado, terra, ou em benfeitorias. Com exceção da UPM número 18, que apesar de ter aplicado produtivamente esse dinheiro, teve rendimentos negativos neste mesmo ano — conforme se verá no quadro 40 "Contabilidade das UPM", o que implica que não conseguiu repor o total de suas despesas, uma vez que ao mesmo tempo que gastou em benfeitorias, endividuiu-se — nos outros dois casos verificou-se através dessa via, uma ampliação das condições de produção.

---

(1) As vezes a carne do bezerro é utilizada para a fabricação de sabão.

(2) "O dinheiro do leite não sobra. Sobra quando a gente cria um pouco de gado e aí a gente vende. Como a gente não teve dívida, então sobrou um pouco". (grifos nossos)

Nesses casos verificou-se, portanto, através da venda de gado, a possibilidade de uma reprodução ampliada do processo de produção mercantil.

No caso da unidade de produção mercantil nº 21, o dinheiro obtido desse comércio (R\$ 600000,00) foi, conforme informação do produtor, empregado na construção de sua casa na vila de Catuçaba. Portanto, não foi empregado produtivamente, mas evidenciou a possibilidade de uma poupança e mais do que isso, de uma reprodução ampliada do processo de produção, caso não empregasse o seu dinheiro dessa forma.

Quanto às oito unidades produtivas restantes, portanto na maior parte mesmo das que receberam uma renda do comércio de gado (11 no total), em todas essas oito, o dinheiro proveniente desse comércio foi empregado integralmente com despesas referentes à subsistência do produtor e sua família. Portanto, figurou como mero meio de troca, para viabilizar a compra de meios de subsistência.

Assim, o que essa diferenciação nas unidades de produção mercantis nos indica, nada mais é do que a existência de contradições no seio dos próprios produtores mercantis. Isto é, o que essas relações econômicas travadas por eles nos mostram é o quanto esses produtores personificam, segundo as palavras de LENIN "um tipo pequeno-burguês corrente", que não é antagônico ao capitalismo, mas ao contrário, sua base mais profunda e mais firme (1979:162-163).



### Características da produção propriamente dita

(Os métodos e técnicas empregados na produção mercantil e os índices zootécnicos como um resultado da política de preços para o setor)

Vimos que o processo de produção mercantil é movido por força de trabalho familiar, complementada ocasionalmente pelo trabalho de produtores vizinhos organizados em grupo e por força de trabalho assalariada. Apresentamos também os outros elementos materiais do processo de produção estudado, assim como se dá sua reprodução.

Discutiremos em seguida, alguns aspectos do modo como os pequenos produtores mercantis empregam os meios de produção de que dispõem, a partir de algumas informações sobre o manejo da alimentação, manejo da reprodução ou do rebanho de modo geral, assim como do manejo das pastagens e da capineira, na tentativa de inferir o grau de desenvolvimento das forças produtivas empregadas no processo de produção mercantil de leite C especial. E na tentativa de contribuir para a discussão da questão da baixa produtividade: de suas causas e limitações; de até onde é um resultado por exemplo, de um manejo deficiente por parte do produtor de seus meios de produção, de até onde é um pressuposto deste ramo de produção, haja visto a política perversa de preços mínimos, que institucionaliza a transferência da terra e do trabalho excedente para o capital industrial.

Tanto o volume da produção total de leite como a produtividade animal são baixos nas unidades de produção mercantil em estudo. Tanto uma como outra variam de acordo com a época do ano - aumentando na época das águas (verão) e diminuindo na seca (inverno).

Conforme vemos no quadro 23, dos 24 produtores estudados 16 produzem menos de 60 litros/dia e 17 vendem menos 50 litros/dia. Isto é, do volume produzido uma parte é consumida na própria unidade de produção<sup>(1)</sup>. Além disso como se observa, há uma defasagem ainda entre o volume de leite vendido por dia (média) e a cota de leite. Essa diferença na litragem em relação à cota, vai-se corporificar numa diferença dos preços do leite pagos ao produtor, encobrendo uma das formas de apropriação de seu trabalho excedente pelo capital industrial<sup>(2)</sup>. Mas o que nos interessa no momento é chamar a atenção para essa redução da produção na época das secas, meses em que é estabelecida a cota. Dos 24 produtores apenas 4 mantiveram uma cota superior a 50 l/dia.

Apesar da importância de se conseguir uma cota a maior possível, para se garantir o preço do "leite-cota" (preço "mínimo" fixado pela SUNAB) que é o preço máximo pago aos produtores, tem sido difícil manter relativamente elevada a produção nos meses de seca. Aliás, o quadro 24 evidencia que tem sido difícil manter até mesmo a cota de um ano para outro. Como se vê, dos

---

(1) Conforme discutimos no item "A produção direta da subsistência"

(2) Essa questão será abordada no próximo capítulo.

Quadro 23

Catuçaba

PRODUÇÃO, VENDA E COTAS DE LEITE

Unidades de produção mercantil

1981

Nº UPM	VOLUME DE LEITE PRODUZIDO POR DIA (1)	VOLUME DE LEITE VENDIDO POR DIA (1)	COTA DE LEITE (1)	PLATAFORMA DE ENTREGA DO LEITE (1)
1	20.4	18.4	10	C
2	19.5	17.5	12	C
3	14.3	11.9	12	V
4*	54.4	44.4	13	C
5	14.9	12.9	20	C
6	20.7	19.7	20	C
7	22.5	20.9	20	V
8	24.0	21.2	20	V
9	51.7	50.9	40	C
10	34.1	32.5	30	C
11	61.6	59.2	30	C
12	80.1	78.9	60	C e V
13	35.3	33.5	32	C
14	46.3	43.4	38	V
15	46.8	44.4	40	C
16	57.9	55.9	35	V
17	45.5	42.7	40	C
18	55.0	51.8	40	V
19	NI	NI	40	C
20	66.9	64.1	50	C
21	85.4	83.8	50	V
22	66.1	64.1	70	C
23	166.3	164.4	100	C e V
24	159.6	157.8	150	V

Fonte: Pesquisa de Campo

C = Comevap

V = Vigor

NI = Não informou

\* Esse produtor produz nas águas uma média de 85 l/dia, mas como seu rebanho teve aftosa na seca (entressafra), época em que se estabelecem as cotas, sua cota caiu para 13 l.

## Quadro 24

## Catuçaba

## VARIAÇÃO DAS COTAS DE FORNECIMENTO DE 1981 EM RELAÇÃO A 1980

DIFERENÇA EM LITROS	PRODUTORES
Não informaram	6
Não variou	7
Menos 50 litros	1
Menos 45 litros	1
Menos 20 litros	1
Menos 15 litros	1
Menos 10 litros	3
Menos 7 litros	1
Mais 10 litros	1
Mais 6 litros	1
Mais 5 litros	1
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>

Fonte: Pesquisa de Campo

18 produtores mercantis de Catuçaba que informaram, 8 tiveram redução de cota, enquanto que apenas 3 tiveram aumento e 7 a mantiveram.

A produtividade por cabeça/dia nas secas cai de uma média de 4 a 5 l/animal/dia (época das águas), para 2 a 3 l/animal/dia, decorrente entre outras coisas da queda na capaci-

dade dos pastos no período das sêcas<sup>(1)</sup>.

Como se percebe no quadro 25, a capacidade média das pastagens é baixíssima, só não reduzindo-se em todas as unidades produtivas porque já é mínima até na época das águas. Se se comparar com os dados relatados por PETRONE (1953:277) segundo os quais a capacidade média das pastagens nas águas era de 4 cabeças/alqueire e nas secas de 2 cabeças/alqueire, verifica-se que houve uma redução nos últimos quase 20 anos, caindo para 2,1 cabeças/alqueire nas águas e 1,5 cabeça/alqueire nas secas. O que esses dados evidenciam e as observações de campo comprovam, é que a forma utilizada para suprir as deficiências da pastagem, tem sido o aumento de sua área por animal, ao invés de um manejo mais adequado da mesma para torná-la mais produtiva. A própria base para a produção das pastagens restringe a capacidade das mesmas, pois são mantidas em terras pobres, desfavoráveis à lavoura, e localizadas em regiões montanhosas ou em baixadas mal drenadas. Quando muito a disponibilidade de dinheiro e tempo dos produtores mercantis permitem que limpem o pasto uma a duas vezes por ano no máximo. Assim, a alimentação do rebanho fica na dependência do clima, trazendo como resultado

---

(1) "A falta de pasto na época "seca", causa problemas sérios ao criador, acarretando prejuízo em decorrência da quebra na produção de leite, perda de peso do gado, diminuição do índice de fertilidade, enfraquecimento geral do rebanho e até mesmo morte dos animais. Medidas como o uso de capineiras, silagem, feno, reservas de pasto e concentrados poderão ser adotadas para se evitarem aqueles efeitos danosos, sendo a capineira um processo seguro e de baixo custo capaz de amenizar os problemas da seca". (CARVALHO, 1981:31)

Quadro 25  
 Catuçaba  
 CAPACIDADE DO PASTO  
 1981

NÚMERO QUESTIONÁRIO	Á G U A S	S E C A
	QUANTIDADE DE CABEÇAS POR ALQUEIRE	QUANTIDADE DE CABEÇAS POR ALQUEIRE
1	2	1
2	2	1
3	2	1
4	3	2
5	1	1
6	5	3
7	0,25	0,25
8	1	1
9	4	3
10	2	2
11	1	1
12	1	1
13	2	2
14	2	1
15	1	1
16	1	1
17	3	2
18	6	3
19	NI	NI
20	1	1
21	1	1
22	2	2
23	3	2
24	2	1
MÉDIA	2,1	1,5

Fonte: Pesquisa de Campo

NI = Não informou

fome ou nutrição inadequada por um período de cêrca de seis meses. O manejo das pastagens é, portanto, precaríssimo, reduzindo-se mais a uma prática defensiva do que preventiva ou corretiva, como se vê no quadro 26.

Quadro 26

Catuçaba

MANEJO DAS PASTAGENS

1981

REMÉDIOS E FERTILIZANTES EMPREGADOS	PRODUTORES
Não informaram	2
Nenhum	12
Remédio para formiga	3
Adubo	1
Remédio para formiga e esterco	1
Remédio para formiga, esterco e adubo	1
Outro	4

Fonte: Pesquisa de Campo

Entretanto, a rotação das pastagens é uma prática comum na região, aparecendo como uma das formas encontradas pelos produtores mercantis para contornar os limites, a um tratamento mais adequado de suas pastagens, portanto de suas bases produtivas<sup>(1)</sup>,

(1) As informações sobre existência de pasto formado (cultivado) não foram muito confiáveis, entretanto, parece percorrer num pequeno número de unidades produtivas (entre 5 a 8 delas).

deixando então parte do pasto em descanso. Mas, por outro lado, o tipo de cobertura predominante - 70% dos pastos são cobertos por capim-gordura -, é um indicador de baixa tecnologia e produtividade. Isto porque o capim-gordura não é muito rústico, e com uma carga muito pesada de animais ele "fraqueja". É geralmente o que acontece. Sua existência está ligada mais aos traços culturais da região e que foram passando de geração para geração. A braquiária, que é mais adequada para o pastejo rotativo devido a seu valor nutritivo, maior aceitabilidade e rusticidade, é uma forrageira relativamente recente e pouco difundida na região.

Bem, o que parece certo é que as pastagens não são bem formadas, nem manejadas adequadamente (seu manejo tem sido como já dissemos, mais defensivo do que preventivo ou corretivo), o que aumenta a necessidade de suplementação da alimentação<sup>(1)</sup>, ou ainda repercute na queda da produção animal.

---

(1) "O uso de pastagens de boa qualidade é econômico não só pela redução na compra de concentrados, mas também pela diminuição de mão de obra, uma vez que o próprio animal colhe a forragem, não havendo, portanto, necessidades de gastos, com esta operação (...). Um bom manejo de pastagens deve minimizar a necessidade de cortes dos excedentes, quer para fins de armazenamento ou simplesmente para se eliminar a macega. Deve também reduzir a necessidade do controle de ervas daninhas, do controle de erosão ou de quaisquer outras operações caras que venham a onerar os custos de produção. O manejo deve objetivar também o desenvolvimento de um sistema que proporcione uma melhor distribuição de forragem de boa qualidade nas diversas estações do ano e que ao mesmo tempo possibilite atingir uma boa utilização da pastagem, de modo que se possa conseguir um bom ajustamento entre a produção animal e a produção da pastagem". (ANDRADE/COSER, 1981:17).



Por outro lado, há evidências de emprego de medidas - como a utilização generalizada da capineira, pelos pequenos produtores mercantis -, adotadas como uma forma de se amenizar os efeitos danosos da seca, forma essa segura e de baixo custo, demonstrando, portanto, um certo grau de tecnologia, adaptada às condições do meio e às condições financeiras dos produtores.

No quadro 27 vê-se que apenas 3 dos produtores (informantes) não utilizam capineira, e que entre os que a usam, a sua área varia de 1 a 4 ha na maior parte dos casos.

#### Quadro 27

Catuçaba

ÁREA DA CAPINEIRA

Março, 1982

ÁREA	PRODUTORES
Não informaram	3
Menos de 1 hectare	7
1 — 2 hectares	6
2 — 4 hectares	4
8 hectares	1
Não tem capineira	3
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>

Fonte: Pesquisa de Campo

Considerando o tamanho do rebanho (quadro 28) e mais especificamente o número de vacas em lactação (matriz) e de bezerros nas unidades produtivas mercantis, e tomando o indicador de que para cada 10-15 animais o ideal é que se tenha 1 ha<sup>(1)</sup>

Quadro 28

Catuçaba

TAMANHO DO REBANHO

Março, 1982

Nº QUES- TIONÁRIO	ÁREA DA CAPINEIRA (ALQUEIRE)	VACAS EM LACTAÇÃO	VACAS SECAS	BEZERROS	NOVILHAS	TOUROS	TOTAL DE CABEÇAS
1	1/2	7	5	6	9	1	28
2	-	8	12	10	00	1	31
3	menos 1/2	6	1	6	5	1	19
4	1	15	3	15	25	2	60
5	-	8	4	8	9	1	30
6	menos de 1/2	4	3	4	3	-	14
7	1/2	8	5	8	8	1	30
8	κ	8	3	10	12	-	33
9	1/2	13	8	13	20	2	56
10	κ	6	-	6	3	2	17
11	1	20	10	20	15	1	66
12	2	30	20	30	30	5	115
13	menos de 1/2	15	5	15	10	1	46
14	1	15	11	14	00	1	41
15	1/2	20	10	20	10	2	62
16	menos 1/2	16	14	16	30	2	78
17	-	18	-	18	8	1	45
18	1/2 alq.	20	10	20	30	3	83
19	κ	κ	κ	κ	κ	κ	κ
20	1	21	9	10	10	2	52
21	1/2	21	13	20	26	2	82
22	4	16	14	15	10	2	57
23	4	60	20	60	00	4	144
24	2	27	8	27	18	2	82
<b>TOTAL</b>		<b>382</b>	<b>188</b>	<b>371</b>	<b>291</b>	<b>39</b>	<b>1271</b>
<b>MÉDIA GERAL</b>	<b>1,5</b>	<b>16,6</b>	<b>8,2</b>	<b>16,1</b>	<b>14,6</b>	<b>1,7</b>	<b>55,3</b>

Fonte: Pesquisa de Campo

κ = Não informou

Nota: Quando não há ocorrência, a indicação é um traço (-)

(1) 1 ha = 10000 m<sup>2</sup> ; 1 alq. = 24200 m<sup>2</sup>

plantado (CARVALHO, 1981:31), vê-se que a produção da capineira é suficiente para atender apenas parte do rebanho, do ponto de vista quantitativo (sem levar em conta o seu valor nutritivo).

Não investigamos como se caracteriza o processo de formação da capineira, que poderia ser um bom indicador dos métodos e técnicas usados no processo de produção mercantil, da experiência e aptidões dos pequenos produtores estudados. Indagamos apenas sobre como se dá a sua utilização. Como se vê no quadro 29, o modo como a maioria dos pequenos produtores mercantis usa a capineira é a sucessão de podas para oferecimento imediato do capim verde aos animais. Outros, informaram que a deixam crescer para oferecer ao gado na seca, isto é, todo o crescimento da capineira fica acumulado para utilização no período menos chuvoso. Assim, parece não ser comum a ensilagem da produção

#### Quadro 29

##### Catuçaba

##### MANEJO DA CAPINEIRA

Março, 1982

TIPO DE MANEJO	PRODUTORES
Não informaram	2
"Corta e vai dando"	14
Deixa crescer para utilizar na seca	5
Não tem capineira	3

Fonte: Pesquisa de Campo

de verão da capineira, de modo que quando iniciado o trato do gado na sêca com a rebrota, se possa complementá-lo com a ensilagem, o que seria provavelmente muito mais vantajoso<sup>(1)</sup>. Mas que sem dúvida oneraria o custo unitário do leite pelo menos na época de construção dos silos, o que provavelmente é um fator inibitivo para muitos produtores.

Quanto às forrageiras cultivadas as mais frequentes são o capim napiê e a cana de açúcar. Se o primeiro é dos mais ricos em nutrientes, a segunda é uma forrageira de baixo teor nutritivo, apesar de ser tradicionalmente usada durante a sêca por um número grande de produtores em quase todo o Brasil (FERREIRA, 1981:28), dentre eles grande parte dos de Catuçaba como se vê no quadro 30. O que se observa é uma oferta muito restrita de alimentação, e mais voltada às matrizes e bezerros na época da sêca. Já tínhamos apontado para a produção insuficiente da capineira, evidenciada por sua área plantada. Verifica-se ainda que os alimentos mais utilizados são os produzidos na própria unidade produtiva, seguidos do sal mineral e farelos (basicamente de algodão), fornecidos em quantidades menores comparativamente, dado o reduzido poder aquisitivo dos pequenos produtores mercantis frente aos elevados preços dos insumos básicos para a pecuária leiteira.

---

(1) "Com este manejo oferecer-se-ia aos animais uma alimentação mais nutritiva, capaz de melhor atender às exigências nutricionais dos bovinos". Em outro trecho o autor comenta que "com este sistema conseguiu-se um ganho diário médio de 158 g, enquanto o método tradicional de se oferecer o capim maduro resultou em perdas diárias médias de 153 g." (CARVALHO, 1981:34-35)

## Quadro 30

## Catuçaba

FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR SEGUNDO ANIMAL E ÉPOCA  
Março, 1982

CATEGORIA  ANIMAL	TIPO DE ALIMENTO				
	CAPIM PICADO	CANA PICADA	MILHO TRITU RADO	SAL MINE RAL	FARE LOS
Não informaram	3	2	3	3	4
Não dá	2	3	12	3	5
Matriz na seca	3	3	2	1	1
Matriz ano todo	1	1	-	-	1
Matriz e bezerro na seca	5	6	2	2	2
Matriz e bezerro o ano todo	-	-	-	-	1
Matriz, bezerro e novi- lha na seca	1	-	-	-	-
Matriz, bezerro, novi- lha e touro na seca	4	4	-	3	2
Matriz, bezerro, novi- lha e touro o ano todo	1	1	2	10	3
Outra combinação	4	4	3	2	5
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>24</b>

Fonte: Pesquisa de Campo

Assim, o quadro que se tem é de um limite muito reduzido de decisões entre os pequenos produtores mercantis, não conseguindo oferecer uma alimentação adequada ao rebanho, apesar de

práticas modernas como a da capineira, insuficientes para absorver os problemas gerados pelo baixo poder aquisitivo desses produtores. Fecha-se o círculo vicioso quando se considera o conseqüente manejo inadequado (da capineira, no caso) acentuando o problemas do baixos índices zootécnicos.

Esse quadro se agrava ainda devido a um manejo deficiente da reprodução. "Os problemas reprodutivos são representados, principalmente, pelos longos intervalos entre partos verificados em nossas vacas leiteiras, causando grandes prejuízos ao criador e constituindo-se num dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento da (...) pecuária" (MELO FILHO/SOUZA, 1981:8).

### Quadro 31

Catuçaba

PERÍODO ENTRE PARTO E NOVA COBERTURA FÉRTIL

Março, 1982

PERÍODO	PRODUTORES
Não informaram	4
3 meses	2
4 meses	4
5 meses	2
6 meses	4
8 meses	3
10 meses	2
12 meses	2
18 meses	1
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>

Fonte: Pesquisa de Campo

De fato pelo quadro 31 observa-se que em praticamente metade das unidades produtivas mercantis o período de serviço (isto é, o período entre o parto e a nova cobertura fértil) é de 6 meses e mais - considerado muito longo.

Do mesmo modo as informações que obtivemos sobre o período seco das vacas antes do parto é muito prolongado conforme mostra o quadro 32. Em 15 casos ele ultrapassa 60 dias, período considerado normal. Por outro lado, no período pré-parto quase nenhum cuidado é dispensado às vacas, visando seu melhor desempenho na lactação. Isto é, a dieta não é praticamente alterada por um grande número de produtores. Provavelmente a extensão do período seco tem sido a saída para eles, no lugar de uma alimentação mais adequada, ainda que tal opção resulte

#### Quadro 32

##### Catuçaba

##### PERÍODO SECO DAS VACAS ANTES DO PARTO

Março, 1982

PERÍODO	PRODUTORES
Não informaram	3
Até 30 dias	5
De 31 a 60 dias	1
De 61 a 90 dias	7
Mais de 90 dias	8

Fonte: Pesquisa de Campo

no final do processo, mais onerosa para o produtor<sup>(1)</sup> do que uma dieta mais adequada.

Outro fator que evidencia um manejo reprodutivo inadequado é quanto à época de monta, que pelo que se vê no quadro 33 não é controlada na maioria dos casos, ou o é inadequadamente em muitos outros. Apenas alguns indicaram preferir a época da sêca. Considerando-se o período de gestação de uma vaca - 9 meses -, se a cobertura for fértil, ela parirá no início ou um

### Quadro 33

Catuçaba

ÉPOCA DE MONTA

Março, 1982

ÉPOCA	PRODUTORES
Não informaram	2
Julho	1
Agosto a outubro	1
Maior em diante	1
Agosto a setembro	2
Seca	1
Época do calor	1
Não tem época definida	15

Fonte: Pesquisa de Campo

(1) Dada a redução na produção diária de leite.



pouco antes da época da seca (entressafra). Com isso, o número de vacas em lactação nesse período de queda na produção será aumentado, o que é muito importante, pois é justamente o período de definição de cotas. Assim, vê-se que este tipo de controle é fundamental e indica uma certa racionalização da produção. Mas é efetuado por 25% apenas dos produtores estudados.

Quanto à criação dos bezerros, sabe-se que as "altas taxas de mortalidade e o custo relativamente elevado da alimentação, constituída basicamente de leite e concentrados, são os seus principais problemas". (MATOS, 1981:62). E que a "mortalidade e saúde dos bezerros são influenciadas pelo plano nutricional ao qual estes são submetidos e pelo nível nutricional da vaca em gestação", afirma o mesmo autor. O que as investigações de campo demonstraram foi tudo o contrário. Isto é, a alimentação desde o período de gestação foi insuficiente quantitativa e evidentemente qualitativamente (apesar de não termos comprovações diretas). E quanto ao manejo dos bezerros, o único trato que pareceu adequado tem sido o fornecimento de colostro aos animais<sup>(1)</sup>. (Ver quadro 34). Mas quanto ao fornecimento de leite ou sucedâneos aos bezerros, assim como de concentrados ou volumosos, é evidente que tal fornecimento é insuficiente e inadequado. Muitas vezes reduz-se a alimentação dos bezerros para aumentar o volume de leite vendido na Usina de

---

(1) "Os bezerros que são amamentados pelas mães durante o período de colostro, geralmente são mais saudáveis e apresentam níveis mais elevados de imunoglobulinasséricas" (MATOS, 1981:62).

## Quadro 34

Catuçaba

PERÍODO DE FORNECIMENTO DE COLOSTRO AOS BEZERROS

Março, 1982

PERÍODOS	PRODUTORES
Não informaram	4
Não dá	1
2 dias	2
3 dias	7
4 dias	3
5 dias	3
8 dias	3
10 dias	1

Fonte: Pesquisa de Campo

Recepção. MELO FILHO e SOUZA (1981:9) afirmam que "indiscutivelmente, a categoria animal mais sacrificada na exploração leiteira são os bezerros".

Em relação à saúde animal de modo geral, observou-se no período estudado o aumento de ocorrência de doenças, ligadas provavelmente à mudanças no tipo de serviço prestado pela Casa da Agricultura local (de São Luís do Paraitinga), por orientação da Secretaria da Agricultura. Com a nova orientação vigente por volta de 1980, os técnicos da Casa da Agricultura pas-

saram a assumir uma posição mais passiva, restringindo-se mais às solicitações dos produtores e não como antes, a um atendimento permanente e regular independente das solicitações. Isto possibilitou um relaxamento e omissões por parte dos produtores, por falta de conhecimento ou por medidas de contenção de gastos, já que não haveria mais fiscalização. Em decorrência identificou-se surtos de aftosa por exemplo em 1981, quase extintos já na região, até então.

Além de tudo isso, "é sabido que mesmo condições ótimas de manejo e alimentação não podem induzir uma produção além do limite permitido pela qualidade genética do rebanho" (MELO FILHO e SOUZA, 1981:9). Se por um lado as raças de gado europeu (como Holandês, Jersey, SCHWYZ) tem maior potencial de produção de leite em climas temperados, as raças zebuínas (como Gir e Guzerá) possuem maior resistência aos parasitas e doenças e toleram melhor o calor. Os cruzamentos entre raças surgem como alternativas de adaptação dos animais empregados, decorrentes da combinação das características das raças cruzadas (MADALENA, 1981:12). Assim, explica-se que a raça predominante em Catuçaba é o gado cruzado holandês-zebu, com um grau de sangue predominantemente de  $\frac{1}{2}$  sangue e/ou  $\frac{3}{4}$  H x Z (holandês cruzado com zebu). Se de um lado obtém-se um gado resistente e mais adequado à rusticidade das condições materiais de produção, de outro encontra-se o limite de seu potencial de produção<sup>(1)</sup>. Mas pelo que se observou, esse potencial apesar de bai

---

(1) "A produção de leite no Brasil é geralmente realizada através de animais rústicos, capazes de sobreviver e produzir precariamente num ambiente desfavorável, revelando, portanto, pequena persistência na produção e períodos de lactação curtos" (FARIA, 1981:7).

xo, está sendo subutilizado, o que indica que há outros fatores mais importantes que explicam os baixos índices zootécnicos nas unidades de produção mercantil de leite especial, que não os internos.

Por último, discutiremos um outro aspecto, referente às condições materiais em que se dá a ordenha do leite.

De modo geral as instalações são bem rústicas, não obedecendo às exigências estabelecidas pelo Ministério da Agricultura<sup>(1)</sup>, quando da determinação do leite tipo "C" especial (com mínimo de 3,2% de gordura) em abril de 1980, uma vez que implicavam em investimentos não compatíveis com os ganhos do produtor.

Como se vê no quadro 35, a existência de piso impermeável e em declive é muito restrita (aparece em torno de 30% apenas das unidades produtivas), pois implicam em custos que não alteram a produtividade do trabalho do pequeno produtor mercantil, uma vez que com piso de terra ou de cimento a produção vai ser a mesma, a um custo, entretanto, mais elevado, incompatível com os preços tabelados. Quanto ao balde liso (sem costuras e soldas) e ao lugar para guardar latões, assim como a existência de água corrente, já se verificam na quase maioria das unidades produtivas mercantis, uma vez que são menos dispendiosos. Além disso o balde, como é sempre comprado, só o vendem sem soldas mesmo. E a água corrente quando não fica muito distante do retiro, é sem grandes dificuldades canalizada até ele,

---

(1) Ver "Normas para produção e beneficiamento de leite pasteurizado de consumo direto (tipo "C" especial)" em anexo.

Quadro 35

Catuçaba

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DAS INSTALAÇÕES E EXISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS BÁSICOS

Março, 1982

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	OCORRÊNCIA	%	NÃO OCORRÊNCIA	%	NI *
Piso impermeável	8	33,3	15	62,5	1
Piso em declive	7	29,2	16	66,7	1
Água corrente	13	54,2	10	41,7	1
Lugar para guardar latões	16	66,7	7	29,2	1
Balde liso	17	70,8	6	25,0	1
Tronco contenção	4	16,7	19	79,2	1
Pulverizador costal	19	79,2	4	16,7	1
Picador de cana	21	87,5	2	8,3	1

Fonte: Pesquisa de Campo

\* = Não informou

Obs: Os 5 primeiros itens referem-se às exigências estabelecidas nas "Normas para produção e beneficiamento de leite pasteurizado de consumo direto (tipo "C" especial), Ministério da Agricultura, Divisão de Inspeção de Leite e Derivados in folhetos publicados pela Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo e Vigor, em Anexo.

desde que sintam necessidade dela.

Como o leite "C" especial é um "leite político", isto é, foi determinado pela SUNAB (Superintendência Nacional do Abastecimento - Ministério da Agricultura), num momento em que os produtores de leite in natura pressionavam o governo exigindo um preço mais compatível com seus custos de produção, o governo para justificar o aumento do preço do leite a nível de consumidor, determinou que o leite especial teria um teor de gordura igual ou superior a 3,2%, superior ao do leite C que oscilava a cada portaria da SUNAB, de 2 a 3% de gordura aproximadamente. E além disso, estabeleceu normas para produção (e beneficiamento deste leite), que na verdade nunca foram fiscalizadas, pois era notória a total falta de condições financeiras da maioria dos produtores de leite C, de poderem observá-las.

É interessante observar ainda, através do quadro 35, a elevada ocorrência do pulverizador costal e da picadeira de cana, ocorrência esta diretamente ligada a um aumento real na produtividade do trabalho do pequeno produtor mercantil, a partir de sua utilização. Daí sua adoção entre eles, apesar dos desembolsos necessários e significativos. O que reforça a nossa idéia de uma racionalidade (diferente da racionalidade capitalista com vistas ao lucro), mas no sentido de uma utilização mais adequada dos recursos disponíveis, tendo em vista os padrões culturais da sociedade local e não necessariamente o capital.

Mostramos em 1º lugar os baixos índices de produtividade nas unidades de produção mercantil de leite. Em seguida tenta

mos discutir alguns aspectos que evidenciam o modo como os produtores de leite empregam seus meios de produção, o modo como desenvolvem algumas atividades, na tentativa de inferir o grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, e as repercussões nos índices baixos de produtividade mencionados.

Em primeiro lugar o que se constata é por um lado, um limite muito restrito de decisões quanto à adoção de práticas mais modernas e/ou mais rentáveis, dado pelas limitadas condições de reprodução da atividade nestas unidades de produção (conforme mostraremos adiante com detalhe). Verificou-se por outro lado, que o modo como os produtores produzem, evidencia um grau de "otimização" elevado dos recursos materiais (e humanos) de que dispõem. O que torna necessário relativizar as considerações sobre o que chamamos de "manejo inadequado", por exemplo. Pois na verdade as opções e práticas adotadas, evidenciam, de modo geral, uma adaptação muito adequada em relação às condições materiais de produção dadas. Percebe-se, sim, formas relativamente seguras e de baixo custo para se amenizar esses limites objetivos encontrados, desde os relacionados à problemas de necessidade de mais braços para complementar a força de trabalho familiar, através de mutirões por exemplo, ou formas modernas de baixo custo para complementar a alimentação do rebanho como a capineira; ou ainda a extensão da área de pastagem ou a extensão do período de serviço das vacas, como formas de amenizar a alimentação insuficiente de que dispõem para seu rebanho.

Mas por outro lado, isso não quer dizer que encontraram sempre a equação melhor possível, e nem se quer invalidar a importância da assistência técnica junto a essas unidades de produ-

ção. O que se quer apontar é que nas atuais condições desiguais de troca entre produtor mercantil X capital industrial, em que o tabelamento de preços determina a não remuneração dos fatores de produção, portanto determina o caráter anticapitalista da produção; com a atual política de preços dos insumos para a pecuária leiteira, os quais ao contrário dos preços do leite, são definidos em função de preços urbanos e com margem de lucro pré-fixada<sup>(1)</sup>, se torna irreal, falso, ingênuo, discutir os baixos índices zootécnicos da produção mercantil de leite, como se fossem o "x" da questão. Pois na verdade, como tentamos mostrar através de alguns aspectos, os baixos índices zootécnicos, as condições físicas precárias das instalações, são um resultado da política econômica governamental. Esta, como apontamos no capítulo 2, opera no sentido de impedir que a propriedade da terra se aproprie do trabalho excedente do pequeno produtor mercantil e sua família, o que provocaria uma redução da taxa média de lucro da produção industrial, uma vez que captaria parte do trabalho excedente que engordaria a corrente de distribuição geral da mais-valia. Impedindo que isto aconteça, conseguem um rebaixamento do custo da produção industrial, em outras palavras, ao mesmo tempo que um rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho (em se tratando de um alimento essencial como o leite).

Vê-se, portanto, que também no interior do processo de pro

---

(1) Sobre este ponto ver J.S. Martins, Capitalismo e tradicionalismo - Estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975, Caps. 1 e 2, espec. pp. 23-26.



dução mercantil, a desapareição da determinação formal é, desse ponto de vista, apenas aparente (MARX, 1977(a) Vol. 1:245). Na realidade, mesmo o processo de produção do leite in natura (tipo C especial), processo configurado por relações não capitalistas de produção, está posto como um processo com um caráter determinado econômico particular - o de produzir mercadorias e trabalho excedente, parte deste dado de graça para a sociedade<sup>(1)</sup>. Este caráter determinado se materializa na troca com o capital, isto é, na venda do leite às empresas e Cooperativas. Ao nível da produção imediata do leite in natura (tipo C especial) não se dá a determinação formal diretamente, posto que o

---

(1) Como o leite é um produto essencial à reprodução da força de trabalho, especialmente o leite C especial, que tem seu preço de venda ao consumidor tabelado pela SUNAB, ao contrário do leite A e B; e dado o achatamento salarial das classes trabalhadoras, principalmente de suas camadas mais baixas, acreditamos que os seus preços - tanto pagos ao produtor como de venda ao consumidor -, não tem sido suficientes muitas vezes para corresponder ao trabalho excedente empregado na sua produção. Daí que acreditamos que parte desse trabalho excedente seja dado de graça à sociedade, contribuindo assim para o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbana e até mesmo rural, e transferindo para o pequeno produtor mercantil de leite C especial esse ônus. Sobre essa observação apoiei-me em Marx (1978:746) onde no seu estudo sobre a propriedade parcelar diz que "uma parte do trabalho excedente dos operários que trabalham em condições mais desfavoráveis é dado de graça à sociedade e não entra para nada na regulação dos preços de produção nem na formação do valor. Estes baixos preços são, pois, um resultado da pobreza dos produtores e não, nem muito menos, consequência da produtividade de seu trabalho".

trabalho não foi vendido ao capital - uma vez que quem move o processo de produção do leite é o proprietário das condições materiais de produção e sua família. O processo de produção pertence a este trabalhador - proprietário ou proprietário que trabalha, de um certo ponto de vista. Mas na medida em que produz para o mercado, e troca seu produto por um preço menor que seu valor e menor que seu preço de produção, a determinação formal está dada. Isto é, "tem lugar uma exploração pelo capital, sem o modo de produção do capital" (MARX, 1977(a) vol. 2:426). Assim, se dá desde o início, a unidade determinada de produção e circulação, pressupostos mesmo do capital, sob a forma da subordinação de relações de produção não capitalistas ao capital redefinidas por este, incorporadas ao processo de reprodução das relações sociais capitalistas de produção.

O resultado, é a não remuneração dos elementos que entram no custo do processo de produção mercantil, e a utilização intensa da força de trabalho familiar, como veremos a seguir.

### Jornada de trabalho

Até aqui apresentamos os elementos que compõem o processo de produção mercantil de leite C especial.

Estes elementos se combinam em uma jornada de trabalho que varia não só de acordo com a época do ano, mas - conforme os relatos que obtivemos e a observação direta -, variam também bastante entre os próprios produtores.

Os quadros 36 e 37 apresentam a quantidade de horas trabalhadas

Quadro 36

Catuçaba

QUANTIDADE DE HORAS TRABALHADAS POR SEMANA<sup>(1)</sup>

Março, 1982

QUANTIDADE DE HORAS	NÃO PRODUTOR		PRODUTOR		TOTAL GERAL	% EM RELAÇÃO AO TOTAL GERAL
	HORAS	%	HORAS	%		
Não informaram	23	31,5	5	9,1	28	21,9
Menos de 20 horas	2	2,7	2	3,6	4	3,1
De 20 a 29 horas	3	4,1	4	7,3	7	5,5
De 30 a 39 horas	2	2,7	-	-	2	1,6
De 40 a 49 horas	19	26,0	13	23,6	32	25,0
De 50 a 59 horas	10	13,8	8	14,5	18	14,0
De 60 a 69 horas	6	8,2	9	16,4	15	11,7
De 70 a 79 horas	2	2,7	5	9,1	7	5,5
De 80 a 89 horas	1	1,5	7	12,8	8	6,2
De 90 e mais horas	5	6,8	2	3,6	7	5,5
SUB-TOTAL	73	100	55	100	128	100
NÃO TRABALHAM <sup>(2)</sup>	42		32		74	
TOTAL	115		87		202	

Fonte: Pesquisa de Campo

(1) A construção da tabela foi baseada no conceito adotado de força de trabalho, como sendo a parte da população em estudo que está em condições de participar do processo de produção social (na faixa de idade de 14 a 60 anos). Ou seja, em condições de participar da divisão social do trabalho, contribuindo desta maneira para o produto social. Portanto, não foram consideradas as atividades produtivas que não são sociais (donas de casa principalmente, no caso). Assim determinamos a Força de Trabalho por exclusão, nos casos de difícil definição. Ela ficou constituída por todos aqueles que não estão incapacitados, voluntariamente ociosos ou ocupados em atividades individuais, ou seja, por todos aqueles que não estão circunstancialmente impedidos de nela participar. (O aposentado quando não incapacitado, foi considerado como parte da Força de Trabalho, uma vez que consideramos sua aposentadoria como derivada de sua atividade produtiva enquanto trabalhador). Sobre o assunto consultamos SINGER, Paul - Força de Trabalho e Emprego no Brasil, São Paulo, CEBRAP, 1971, nº 3.

(2) Para maiores de 14 anos sem ocupação e para aposentados que não trabalham, com menos de 60 anos.

por semana entre os produtores de leite e entre os trabalhadores residentes em Catuçaba, que como já dissemos são em sua maioria trabalhadores assalariados.

Os produtores de leite trabalham de segunda-feira à domingo, uma vez que o ciclo de produção do leite é diário. Como em todos os casos estudados, eles só fazem uma ordenha (de manhã), de modo geral nos sábados à tarde e aos domingos depois de tirar o leite, "tratar" e soltar o gado (ainda na parte da manhã), é que se dedicam ao lazer.

Portanto, dispensam ao lazer de modo geral  $\frac{1}{2}$  dia de sábado e  $\frac{1}{2}$  dia de domingo. Assim, se dividirmos o total das horas trabalhadas na semana pelos 6 dias que correspondem à sua jornada semanal de trabalho, teremos um quadro aproximado de sua jornada diária de trabalho.

Observando os quadros 36.34 vê-se que da força de trabalho familiar ativa entre os produtores mercantis, 43,6% trabalha aproximadamente de 3 a 8 horas por dia, sendo que dessa faixa a maior frequência é de uma jornada diária de 6 a 8 horas aproximadamente. Nas faixas menores (menos 3 horas a 5 horas/dia) encontram-se geralmente os filhos dos produtores, <sup>inclusive</sup> menores, entre os quais alguns estudantes. Os 56,4% restantes da força de trabalho familiar na pequena produção mercantil de leite trabalha mais de 8 horas/dia, observando-se um grande número de trabalhadores com uma jornada diária de trabalho entre 10 e 15 horas aproximadamente (correspondendo a 38,3% do total).

Se compararmos com a jornada de trabalho entre os "não-produtores", observa-se o inverso do que constatamos entre a força de trabalho na produção mercantil. Ou seja, que a maior

Quadro 37  
 CATUÇARA  
 QUANTIDADES DE HORAS TRABALHADAS NA SEMANA POR IDADE  
 MARÇO, 1992

HORAS DE TRABALHO P/SEMANA	P/DIA	IDADE DOS PRODUTORES			IDADE DOS NÃO PRODUTORES		
		CHEFFES	OUTROS	NÃO IN- FORMARAM	CHEFFES	OUTROS	NÃO IN- FORMARAM
NÃO INFORMARAM		-	22	1	64	25	-
		-	18	-	63	23	-
		-	16	-	53	22	-
		-	14	-	47	20	-
		-	-	-	41	19	-
		-	-	-	40	2x18	-
		-	-	-	43	2x17	-
		-	-	-	23	16	-
		-	-	-	-	3x15	-
		-	-	-	-	2x14	-
MAIS DE 100		59	-	-	34	27	-
		-	-	-	33	-	-
90		-	-	-	-	14	-
86		-	19	1	30	-	-
		-	17	-	-	-	-
80	10 HORAS E MAIS	51	18	-	-	-	-
		50	17	-	-	-	-
77		42	-	-	47	-	-
72		71	-	-	-	-	-
70		47	54	-	57	-	-
		45	-	-	-	-	-
66		54	42	-	-	-	-
		51	21	-	-	-	-
		-	2x18	-	-	-	-
64		-	17	-	-	-	-
63	61	-	-	-	-	-	
60	48	14	-	59	61	1	
	-	-	-	39	21	-	
	-	-	-	-	17	-	
56	8 A 10 HORAS	44	21	-	59	30	-
		43	20	-	56	19	-
		34	17	-	47	-	-
54		-	-	-	65	-	-
		-	-	-	45	-	-
52		54	-	-	-	-	-
50	-	-	-	56	23	-	
	-	-	-	-	20	-	
49	-	-	-	47	-	-	
48		59	2x21	-	60	49	-
		50	2x19	-	45	42	-
		3x45	17	-	27	20	-
		-	-	-	24	-	-
45		-	-	-	65	-	-
		-	-	-	47	-	-
		-	-	-	45	-	-
		-	-	-	38	-	-
43	MENOS DE 8 HORAS	-	45	-	-	-	-
42		25	21	-	31	-	-
		37	20	-	-	-	-
40		-	-	-	49	26	-
		-	-	-	36	-	-
		-	-	-	34	-	-
		-	-	-	30	-	-
		-	-	-	28	-	-
38		-	-	-	51	-	
30		-	-	32	-	-	
28		-	-	35	-	-	
24		-	16	-	-	-	
20		-	14	-	20	30	
		-	19	-	-	-	
18		54	-	-	-	-	
16		-	-	-	71	-	
05		-	-	-	-	16	

parte dos "não-produtores" trabalha menos de 8 horas por dia, isto é, 52% deles, contra 48% que trabalha mais de 8 horas/dia. Apesar do grande número de não-informantes entre estes, pode-se afirmar que dada a maioria deles se constituir de trabalhadores assalariados diaristas -, e apoiando-nos nos relatos obtidos nas entrevistas e nas observações diretas -, estes trabalhadores costumam observar a legislação a que estão submetidos<sup>(1)</sup>, não ultrapassando mais de 8 horas diárias de trabalho. Aliás, a exterioridade recíproca que vincula trabalhador diarista - empregador, facilita a observação desse direito pelo trabalhador.

Assim, o que se conclui é que no processo de produção mercantil, a jornada de trabalho da força de trabalho familiar que (basicamente) o move, é mais intensa que a jornada de trabalho da maioria dos trabalhadores assalariados da região, marcada por um desempenho intenso e constante: "Trabalho de um produtor de leite é duro, trabalha que nem escravo". "Não é lucrativo, mas é o que a gente sabe fazê e faz com gosto e amor.... Tem que í lidando assim, porque outro jeito não tem...." "A gente não tem folga nunca, nem domingo nem feriado... O leite é cativo mesmo". Os feriados observados são poucos, restrin-

---

(1) A Lei nº 4214 de março de 1963 que dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural", regulamenta que:

"Art. 25 - Os contratos de trabalho rural, individuais ou coletivos, estipularão, conforme os casos, praxes e costumes de cada região, o início e o término normal da jornada de trabalho, que não poderá exceder 8 horas por dia". In Questões Agrárias - Estatuto do trabalhador rural, Rio de Janeiro, CONTAG, Coleção CONTAG, s/d, Documento 7, p. 9.

gindo-se à Sexta-feira Santa, Festa do Divino, em maio (das mais importantes da região), dia de São Pedro em junho (padroeiro da Vila de Catuçaba), Natal e Ano Novo. Mas mesmo assim, em todos esses dias trabalham pelo menos na parte da manhã, uma vez que têm que "tirá e batê o leite na Usina", isto é, entregá-lo ao caminhoneiro que o levará até a plataforma de recepção da Usina. Na 6a. feira Santa é costume entre eles não vender o leite, doando-o à Santa Casa em São Luís do Paraitinga (sede) ou ao asilo. Portanto, nem nesses dias estão dispensados de pelo menos juntar o gado e tirar o leite. E mesmo assim, os feriados e domingos são mencionados com ênfase, apesar de proporcionarem um lazer tão limitado: "Deu dia Santo eu tô vadiando. É o dia que a gente descansa, né.... O resto é dureza".

Acrescente-se ainda, que nos meses de seca (geralmente de maio a agosto), com o empobrecimento dos pastos, o trabalho aumenta bastante, uma vez que têm que fornecer alimentação complementar, proveniente em grande parte do capim cultivado na própria unidade produtiva - na capineira -, que é cortado e oferecido no coxo.

Outra época em que a intensidade do trabalho aumenta é na (s) época(s) da limpeza do pasto, principalmente se não podem contratar trabalhadores assalariados, ou não conseguem organizar um mutirão para ajudá-los.

Sem contar, o acréscimo de trabalho dedicado à lavoura doméstica ou comercial.

Assim, o que acontece, utilizando as palavras de TAVARES

DOS SANTOS (1978:61), é "uma exploração extensa da força de trabalho familiar, plasmando-se numa forma de exploração absoluta do trabalho e do sobretrabalho" do pequeno produtor mercantil. Com isso, a margem de lazer, característica do modo de vida caipira, como já acentuou CÂNDIDO (1964:83-87) vai sendo reduzida, dada a sobrecarga de trabalho para os membros da família do pequeno produtor mercantil que constituem sua força de trabalho. E com isso, com essa sobrecarga conseqüentemente diminuem as práticas de trabalho acessório e de ajuda mútua, levando por sua vez à uma individualização crescente das relações sociais.

As raízes dessa jornada de trabalho extensa estão nas formas subordinadas em que se dá a relação do pequeno produtor mercantil, com o processo global de criação e distribuição da riqueza social, e mais especificamente de sua subordinação ao capital, "personificado na burguesia industrial" (TAVARES DOS SANTOS, 1978:61). A partir dessa subordinação as condições do pequeno produtor mercantil reproduzir-se estão determinadas a se dar através da ampliação (extensão) de seu trabalho excedente.

#### A reprodução simples da produção mercantil

Analizamos como se dá o processo de produção propriamente dito do leite C especial, quais os elementos que o compõem, como se dá sua reprodução, assim como tentamos apresentar o modo como os produtores mercantis utilizam os meios de produção de



que dispõem. Vimos, portanto, quais as condições materiais e humanas do processo de produção estudado, suas bases e seus limites concretos, que repercutem do ponto de vista da produção, em baixos índices zootécnicos de produção, dados os limites res- tritos em que se dá a reprodução da produção mercantil. Ou se- ja, o processo de produção mercantil de leite C especial está determinado a não se reproduzir de forma ampliada, dadas as condições específicas em que se dá a troca com o capital (ana- lisadas na parte seguinte), impondo limites objetivos à moder- nização técnica - daí os baixos índices zootécnicos -, e à mo- dernização das relações de produção.

Vejamos, de fato, qual a situação econômica nas unidades produtivas de Catuçaba.

Em primeiro lugar vejamos como se compõem as despesas nas unidades produtivas estudadas, apresentadas no quadro 38<sup>(1)</sup>. Como se observa, há componentes que entram na formação das des- pesas de praticamente todas as unidades produtivas, os quais denominamos de componentes constantes ou permanentes. São as

---

(1) Dadas as inúmeras dificuldades em se avaliar a parcela dos custos fixos (terra, instalações, etc.) e devido ao fato de parte da subsistência ser produzida diretamente nas UPM, e devido principalmente à lógica do pequeno produtor mercan- til ser diferente da racionalidade capitalista - com vis- tas ao lucro -, consideramos apenas as despesas monetárias efetivas. Baseei-me especialmente no trabalho da Secreta- ria da Agricultura, Vários autores, "Metodologia de custo de produção utilizada pelo IEA". In Boletim Técnico do Ins- tituto de Economia Agrícola, São Paulo, Secretaria da Agri- cultura, Ano XXIII, Tomo I, 1976, pp. 123-139.

Quadro 3B

Catuçaba

DESPESAS DA UNIDADE DE PRODUÇÃO MERCANTIL

Em cruzeiros

1991

Nº	TOTAL DAS DESPESAS(100%)	TRATO DO GADO E DA TERRA(2) %		CARRETOS %		IMPOSTO E TAXAS %		OBRIGAÇÕES SOCIAIS (1) %		FORÇA DE TRABA- LHO ASSALARIADA(3) %		COMPRA DE ANIMAIS %		REPARO E CONSERVAÇÃO DE MAQUINÁRIOS %		ARRENDAMENTO %		JURIS PAGOS %		OUTRAS DESPESAS %		
1	90347	55456	61,4	19211	20,2	675	0,74	14705	16,3	-	-	-	-	-	-	-	-	1300	1,41	-	-	
2	317691	20000	6,29	17344	5,46	65500	20,62	14957	4,69	100000	31,49	-	-	100000	31,49	-	-	"	-	-	-	
33	122031	13400	10,99	10353	9,49	3300	2,70	12979	10,63	-	-	70000	57,36	7000	5,74	-	-	5000	4,09	-	-	
4	471639	7300	1,55	43902	9,31	10420	2,21	26017	5,52	-	-	300000	63,61	"	-	94000	17,91	-	-	-	-	
5	404491	3900	0,96	12764	3,15	-	-	11079	2,74	-	-	250000	61,81	10000	2,47	116749	28,86	-	-	-	-	
6	42674	-	-	19512	45,72	-	-	16162	37,87	-	-	-	-	7000	16,40	-	-	-	-	-	-	
7	95109	30000	35,25	16207	21,39	400	0,47	16502	19,39	-	-	-	-	20000	23,49	-	-	-	-	-	-	
8	296599	135500	45,68	19421	6,21	6000	2,02	16678	5,62	-	-	120000	40,46	-	-	-	-	-	-	-	-	
9	311995	113600	36,41	50408	16,16	11000	3,52	27399	8,78	110000	35,26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
10	76997	24000	31,17	32194	41,91	-	-	23730	30,82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
11	273237	144000	52,70	58536	21,42	7000	2,56	28701	10,50	30000	10,99	-	-	5000	1,83	-	-	-	-	-	-	
12	366995	75000	20,44	73296	19,97	10648	2,90	39371	10,45	189690	45,96	1000	0,27	-	-	-	-	-	-	-	-	
13	204740	95000	46,40	33170	16,20	5105	2,49	21465	10,48	50000	24,42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
14	273122	41000	15,01	37199	13,62	20000	7,32	23423	8,59	-	-	40000	14,64	-	-	114000	41,74	-	-	-	-	
15	269091	140000	52,22	43902	16,34	11700	4,36	25479	9,50	-	-	47000	17,53	-	-	-	-	-	-	-	-	
16	326977	100000	30,59	49557	14,95	4500	1,39	29625	9,12	144000	44,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
17	101977	24000	23,53	42276	41,46	700	0,69	25001	24,52	-	-	-	-	-	-	-	-	10000	9,81	-	-	
18	646299	69200	10,71	46942	6,96	5300	0,82	28517	4,41	173300	26,81	-	-	300000	46,42	-	-	-	-	25000	3,87	
19	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
20	229500	83000	36,16	63414	27,63	2900	1,22	32306	14,08	-	-	-	-	-	-	49000	20,91	-	-	-	-	
21	677647	173000	25,53	72828	10,75	1600	0,24	40507	5,98	301009	44,42	-	-	-	-	99704	13,09	-	-	-	-	
22	262953	164040	62,41	63414	24,12	1500	0,56	33999	12,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
23	729029	416000	57,07	152700	20,95	10600	1,45	69170	9,49	43200	5,92	-	-	-	-	37389	5,12	-	-	-	-	
24	671297	199000	29,50	137099	20,43	32220	5,00	70979	10,59	200000	29,79	-	-	-	-	12000	1,76	20000	2,98	-	-	

Fonte: Pesquisa de Campo

NOTAS:

(1) Capitalização Cooperativa + sindicato + funtural

(2) Alimentos comprados para gado + medicamentos gado + defensivos, adubos e conectivos + armentas e muias

(3) Variável e permanente

" Não informou

- Não gastou

despesas com o trato do gado e da terra, os carretos, as obrigações sociais e os impostos e taxas, sendo que só os 3 primeiros perfazem em média 60% das mesmas.

Apesar dessas despesas serem as mais elevadas em média, as investigações de campo nos levam a dizer que as despesas com trato do gado e da terra estão próximas do mínimo necessário para que o processo de produção mercantil se reproduza na mesma escala. Como apontamos anteriormente<sup>(1)</sup>, o pequeno produtor mercantil busca formas de baixo custo para continuar produzindo leite, dadas as possibilidades limitadas de reprodução de seu processo de produção, formas essas que servem para neutralizar os seus rendimentos monetários insuficientes. O que nos leva a dizer que este ítem<sup>da</sup> despesa nas UPM de leite é, apesar de o mais elevado nos casos em estudo, bastante reduzido em relação à produção pecuária social média.

Quanto às obrigações sociais - despesas com sindicato, funrural e descontos para capitalização da cooperativa<sup>(2)</sup>, essas despesas oneram os pequenos produtores mercantis em 12% (em média), sendo predominantes as despesas com funrural em 1º lugar, e em 2º com a capitalização, os quais têm uma relação crescente direta com o volume de leite produzido. No caso do FUNRURAL os descontos correspondem a 2,5% do valor da produção, sendo cobrados diretamente na folha de pagamento.

---

(1) Na discussão dos itens "A reprodução dos meios de produção".

(2) Evidentemente só para os associados.

Quanto à capitalização, 2º o estatuto da COMEVAP<sup>(1)</sup> o associado é obrigado a subscrever até o máximo de 25% do valor bruto de seu fornecimento anual de leite (Artigo 13) e no mínimo 200 (duzentas) quotas-partes (cada quota-parte vale Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro)) (Artigo 13 § 4º), pagando-as geralmente em prestações mensais, descontadas em sua folha de pagamento. Por isso, a existência da relação direta entre o desconto para a capitalização e o aumento do fornecimento anual de leite.

Em relação aos carretos, estes contribuíram em média com 19% no total das despesas, onerando portanto significativamente os pequenos produtores mercantis, especialmente os que fornecem à COMEVAP. Esta despesa, aliás, tem sido indicada por muitos, como sendo umas das desvantagens de fornecer à Cooperativa, cuja usina de recepção mais próxima de São Luís do Paraitinga localiza-se em Taubaté, aumentando consideravelmente as despesas com o primeiro carreto<sup>(2)</sup>, e a incidência de leite ácido, devido ao tempo maior de percurso. Este problema se tornou mais grave ainda, quando da emissão da portaria SUPER nº 46 de 17 de setembro de 1981, que fez recair sobre o produtor de leite os custos do 2º carreto - da usina de recepção até a unidade de industrialização, geralmente em São Paulo -, desencumbidos destas despesas em abril de 1980 (SUPER nº 20 da

---

(1) Cooperativa de Laticínios do Médio Vale do Paraíba Ltda - "Comevap", Estatutos e Ata de reforma aprovados em assembléia geral extraordinária realizada em 31/01/1977. Taubaté, 1977, 24 p.

(2) Transporte do local de produção até as dependências da usina de recepção, realizado pela Cooperativa, nesse caso específico; e pela Vigor.

SUNAB), ao mesmo tempo que reduziu em Cr\$ 3,00 (três cruzeiros) o preço do leite para o consumidor. Com isso o produtor de leite fica mais uma vez determinado a absorver os "prejuízos" das empresas de laticínios, tendo como mediador desse processo, o Estado<sup>(1)</sup>.

Quanto aos itens restantes que compõem as despesas das UPM, as investigações de campo nos indicaram que sua ocorrência é ocasional e fortuíta, ligada a uma série de fatores entre os quais os mais importantes são: a variável tamanho da família, no caso da força de trabalho assalariada; a necessidade de completar ou aperfeiçoar o rebanho leiteiro, no caso da compra de animais; a necessidade de mais terras - dada a forma extensiva de manejo do rebanho, no caso do arrendamento; para citar alguns exemplos.

Um dado interessante que se observa no quadro 38, é a elevada participação das despesas com força de trabalho assalariada, onerando em 33% (em média) o pequeno produtor mercantil. O que evidencia, como já apontamos no item referente à reprodução dos meios de produção, uma participação relativamente elevada dos gastos com salários, dada a redução dos custos de produção imposta pelos baixos rendimentos, para não dizer rendimentos negativos, das unidades de produção estudadas.

De modo geral, as despesas com compra de animais, quando ocorrem, também oneram bastante as despesas monetárias, dados

---

(1) Ver comunicação apresentada por Aparecida Maria Perdigão Rodrigues - "Estado e produção de leite", in Anais da AGB, Porto Alegre, AGB, vol. 2, 1983, pp. 427-432.

os baixos custos de produção em que se reproduz o processo de produção mercantil.

Em resumo, o que queríamos ressaltar, é que nas despesas monetárias das unidades de produção mercantil, os gastos que remuneram os seus elementos constantes ou permanentes, são os mais elevados de modo geral, seguidos dos gastos ocasionais com compra de animais e contratação de força de trabalho assalariada. Entretanto, mesmos esses gastos mais elevados são reduzidos se comparados com a pequena produção pecuária social média, o que nos evidencia as limitadas condições em que se dá a reprodução do processo de produção mercantil.

Vejamos em seguida como se compõe a receita. Como se observa no quadro 39, a fonte principal de receitas em todas as unidades produtivas mercantis é obtida da venda do leite. Em segundo lugar destaca-se a venda de animais em onze dessas unidades, contribuindo no ano de 1981 com 6.4 a 45.4% na receita bruta da atividade leiteira, sendo conforme mostramos no item "O comércio de gado" a única via pela qual há possibilidade de haver uma reprodução do processo de produção numa escala ampliada. Embora, como já apontamos, seja uma possibilidade fortuita e bastante restrita entre as unidades de produção estudadas<sup>(1)</sup>.

---

(1) Ocorreu apenas em 3 casos, e foi apontada pelos próprios favorecidos como uma fonte de renda ocasional: "O dinheiro do leite não sobra. Só sobra quando a gente cria um pouco de gado e aí a gente vende. Como a gente não teve dívida, então sobrou um pouco". (grifos nossos)

Quadro 39

Catuçaba

RECEITA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO MERCANTIL

Em cruzeiros

1991

Nº	RECEITA BRUTA DAS UPM		RECEITA BRUTA DA ATIVIDADE LEITEIRA(1) %	COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA DA ATIVIDADE LEITEIRA (2)								VENDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS(3) %		DINHEIRO DE TRÁBALHO ACESSÓRIO(3) %		OUTRAS FONTES DE RECEITA(3) %		
				DINHEIRO DO LITE	%	RETORNO COOPERATIVA %	VENDA DE ANIMAIS %	INDÚSTRIA DOMÉSTICA %	ALUGUEL DO PASTO %		%		%		%		%	
1	159073		159073	100	142791	90,33	4292	2,71	-	-	-	-	11000	6,96	-	-	-	-
2	146151		146151	100	146151	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	104419		104419	100	104419	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4	647946		641946	99,07	394146	61,4	3000	0,47	-	-	244900	39,13	-	-	6000	0,93	-	-
5	261919		191919	73,26	109219	56,42	3600	1,99	90000	41,70	-	-	-	-	70000	26,74	-	-
6	177176		177176	100	175176	99,47	2000	1,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7	227749		197749	86,83	192749	90,24	-	-	15000	7,6	-	-	-	-	-	-	30000	13,17
8	306627		306627	100	196627	60,86	-	-	120000	39,13	-	-	-	-	-	-	-	-
9	297650		237650	82,62	224650	94,53	13000	5,47	-	-	-	-	-	-	-	-	50000	17,39
10	326294		326294	100	274294	94,06	-	-	40000	12,25	-	-	12000	3,68	-	-	-	-
11	503916		473916	94,04	453916	95,79	20000	4,22	-	-	-	-	-	-	-	-	30000	5,95
12	692700		675700	99,97	669700	97,95	7000	1,025	-	-	-	-	-	-	7000	1,025	-	-
13	443019		293019	66,14	293019	74,56	-	-	-	-	-	-	-	-	100000	25,44	50000	11,29
14	424514		376514	99,69	336514	79,27	-	-	40000	10,6	-	-	-	-	-	-	48000	11,31
15	446194		446194	100	392194	95,66	19000	4,03	46000	10,3	-	-	-	-	-	-	-	-
16	622792		479792	76,99	479792	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	144000	23,12
17	470590		470590	100	371590	78,96	9000	1,91	30000	6,4	-	-	60000	12,75	-	-	-	-
18	737112		612912	93,15	449712	61,01	13000	1,76	150000	24,5	-	-	-	-	-	-	-	124200 <sup>(4)</sup> 16,95
19	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"	"
20	542466		542466	100	533466	99,34	9000	1,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	1322149		1322149	100	716149	54,16	6000	0,45	600000	45,4	-	-	-	-	-	-	-	-
22	575322		575322	100	569322	99,96	6000	1,04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
23	1740620		1740620	100	1353120	77,74	17500	1,00	370000	21,3	-	-	-	-	-	-	-	-
24	1593309		1393309	97,74	1393309	100	-	-	200000	12,6	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo

Nota: (1) Excluído pagamento de trabalho acessório, venda de produtos agrícolas e outras fontes de receita.

(2) Percentagens calculadas em relação à receita bruta da atividade leiteira.

(3) Percentagens calculadas em relação ao total da receita bruta das UPM

(4) Salário de vereador.

Em uma unidade destaca-se ainda a venda de derivados de leite (produção clandestina de queijo, no caso), contribuindo com 37.8% na receita bruta da atividade leiteira, o que evidencia o quanto poderia contribuir para a receita das unidades produtivas mercantis se pudesse ser desenvolvida essa indústria doméstica, sem as restrições impostas pelo capital.

O dinheiro de aluguel de pasto contribui na receita só em 3 casos. A necessidade crescente de dinheiro, e a insuficiente quantidade de terras desses pequenos produtores, especialmente frente ao uso extensivo que fazem delas, serve de pretexto para se operar na região formas primitivas da renda da terra. Pouco a pouco o produto excedente desses trabalhadores vai sendo usurpado pelo proprietário (muitas vezes outro produtor de leite que dispõe de um pouco mais de terras), e assim, esses produtores independentes, vão se convertendo em produtores sujeitos a prestações pessoais ou ao pagamento de uma renda em produtos ou em dinheiro, como nesses 3 casos apresentados. Mas renda em dinheiro ainda em sua forma primitiva, isto é, "como simples forma transfigurada da renda em produtos" (MARX, 1978: 743). Nesses casos a renda não aparece como forma normal da mais-valia, conforme explica Marx no mesmo texto, porque de um lado "o proprietário de terras não reivindica sua parte exclusivamente em virtude de seu direito de propriedade sobre a terra, mas também como prestamista de um capital", e por outro lado o produtor de leite não entrega todo seu trabalho excedente ao proprietário, mas percebe também uma parte do produto. Daí as quantias pagas serem relativamente baixas.

Mas de qualquer forma o importante é a constatação dessa forma primitiva de renda, como forma de transição para a renda capitalista. Ou em outras palavras,



de sua importância como evidência do desenvolvimento do valor de troca no interior do processo de produção mercantil. O que nos permite dizer que considerado em sí mesmo, o processo de produção mercantil de leite, ainda que configurado basicamente por relações não capitalistas de produção, pode ser considerado como uma determinação do valor de troca e portanto da circulação e das relações monetárias na esfera da produção, ainda que esta não tenha se modificado essencialmente segundo os pressupostos <sup>clássicos</sup> da relação social capitalista de produção. Mas que se reproduzem (as relações não capitalistas de produção) em esferas subordinadas, subalternas dentro do modo capitalista de produção.

Quanto ao retorno da Cooperativa, observa-se que sua contribuição na receita é muito reduzida. De acordo com o Artigo 12º do estatuto da Comevap (1977:13), "a sociedade poderá levar à conta dos associados, as sobras líquidas a serem distribuídas como retorno, ou parte delas, por deliberação da Assembleia Ordinária (...)" . Dadas as formas subordinadas em que as Cooperativas Regionais se relacionam com a Cooperativa Central<sup>(1)</sup>, as sobras líquidas das Regionais são muito reduzidas o que minimiza, por princípio, as distribuições que possa realizar.

---

(1) Esse ponto será retomado no próximo capítulo.

Por último, cabe ressaltar as outras fontes de receita fora da atividade leiteira. Em primeiro lugar, destaca-se o dinheiro obtido da venda da força de trabalho familiar temporariamente a terceiros, isto é, do trabalho acessório do produtor mercantil e seus filhos, como um componente significativo no total da receita das unidades de produção mercantil, mais em frequência de ocorrência do que em valor, como se vê no quadro 39.

Em 2º lugar tem-se a contribuição dada pela venda de produtos agrícolas, significativa em alguns casos (25.4 e 30.1%) , mas de ocorrência reduzida entre os produtores mercantis - verifica-se apenas em 6 casos<sup>(1)</sup>.

Pode-se dizer, em conclusão que a venda do leite é o componente principal, básico, permanente da receita nas unidades de produção mercantil, sendo que os outros componentes secundários da receita a complementam de forma variável (quanto ao valor) e fortuíta (quanto à ocorrência).

Vejamos, finalmente, a contabilidade nas unidades produtivas de Catuçaba, para que possamos inferir qual o tipo de reprodução que se dá no processo de trabalho mercantil de leite C especial. O resultado monetário da atividade leiteira apresentado no quadro 40 é negativo em 5 casos, e inferior a Cr\$ 350.000,00 (a não ser em duas delas), portanto muito bai-

---

(1) Dos quais 2 omitiram essa informação, conforme se deduz do quadro 21, "Produção agrícola por produtor de leite".

Quadro 40

Catuçaba

CONTABILIDADE DAS UNIDADES PRODUTIVAS MERCANTIS

Em cruzeiros

1981

Nº UPM	RECEITA BRUTA TOTAL		TOTAL DAS DESPESAS (100%)		SALDO	
	(A)	Cr\$/1	(B)	Cr\$/1	(A-B)	Cr\$/1
1	158073	21.21	90347	12.12	67726	9.09
2	146151	20.49	317691	44.55	-171540	-24.05
3	104418	19.98	122031	23.35	- 17613	- 3.37
4	647946	32.64	471639	23.76	176307	0,88
5	261819	48.12	404491	74.35	-142672	-26.23
6	177176	23.42	42674	5.64	134502	17.77
7	227749	27.65	85109	10.33	142640	17.32
8	306627	34.99	296599	33.85	10028	1.14
9	287650	15.23	311995	16.51	- 24345	- 1.28
10	326284	26.18	76997	6.17	249287	20.01
11	503816	22.41	273237	12.15	230579	10.26
12	682700	23.34	366995	12.55	315705	10.79
13	443019	34.35	204740	15.87	238279	18.48
14	376514	22.23	273122	16.12	103392	6.11
15	446194	26.13	268081	15.69	178113	10.44
16	622782	29.47	326877	15.46	295905	14.01
17	470580	28.31	101977	6.13	368603	22.18
18	612712	30.53	646299	32.20	- 33587	- 1.67
19	*	*	*	*	*	*
20	542466	22.21	229500	9.39	312966	12.81
21	1322148	23.15	677647	21.73	644501	1.42
22	575322	23.84	262853	10.89	312469	12.94
23	1740620	22.56	729029	12.00	1011591	10.56
24	1593308	23.91	671287	10.96	922021	12.95

Fonte: Pesquisa de Campo

\* Não informou

xo, uma vez que se trata de um saldo anual da atividade. Para melhor avaliarmos tal valor, apresentamos o saldo mensal médio das unidades produtivas de Catuçaba e calculamos sua equivalência em salários mínimos, tomando o salário vigente a partir de abril de 1981 como base, conforme mostramos no quadro 41. Assim, vê-se que em apenas dois casos ele é maior que 4 salários mínimos (6,3 e 7,4 salários mínimos), sendo que em 7 êle é inferior a um salário, em 12 varia de menos 1 a 2 salários, em 3 casos varia de 3 a 4 salários, e em apenas 3 é superior a 6 e inferior a 9 salários. As possibilidades de reprodução amplia da do processo de produção mercantil parecem, portanto, bastante remotas, assim como as condições de reprodução da força de trabalho que o move parecem bastante precárias.

Se subtraírmos desse saldo acima obtido, o correspondente ao orçamento familiar, assumindo como hipótese que a cada unidade da força de trabalho familiar corresponde um salário mínimo regional equivalente, e chegarmos ao cálculo do preço mínimo dessa força de trabalho, de sua remuneração considerada mínima oficialmente para se reproduzir<sup>(1)</sup>, obteremos um 2º saldo estimado (saldo II no quadro 42), correspondente ao que efetivamente sobraria para a reprodução da atividade leiteira. Como se vê no quadro 42, a diferença entre o saldo I real e a remuneração da força de trabalho familiar estimada (ou do orçamento familiar estimado) é negativa em quase todas as unidades produtivas.

---

(1) Ainda que certamente subestimem o valor das despesas mínimas necessárias à subsistência da força de trabalho.

Quadro 41

Catuçaba

SALDO MENSAL DAS UNIDADES PRODUTIVAS MERCANTIS

Em cruzeiros

1981

Nº UPM	SALDO MENSAL(1)	Nº DE SALÁRIOS MÍNIMOS(2)
1	5643,83	0,7
2	-14295,00	-1,7
3	- 1467,75	-0,2
4	14692,25	1,7
5	-11889,00	-1,4
6	11208,50	1,3
7	11886,66	1,4
8	835,66	0,1
9	- 2028,75	-0,3
10	20773,91	2,4
11	19214,92	2,3
12	26308,75	3,1
13	19856,58	2,3
14	8616,00	1,0
15	14842,75	1,7
16	24658,75	2,9
17	30716,92	3,6
18	- 2798,91	-0,3
19	*	*
20	26080,50	3,1
21	-53708,42	6,3
22	26039,08	3,1
23	84299,25	9,9
24	76835,08	9,0

Fonte: Pesquisa de Campo

(1) Saldo da atividade leiteira anual ÷ 12

(2) Equivalência em salários mínimos (Cr\$ 8489,61)

\* Não informou

## Quadro 42

Catuçaba

## SALDO MENSAL II DAS UNIDADES PRODUTIVAS MERCANTIS

Em cruzeiros

1981

Nº UPM	SALDO I DA ATIVIDADE LEITEIRA (1)	REMUNERAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO FA MILIAR (2)	SALDO II ESTIMADO DA ATIVI DADE LEI RA (3)	SALDO II DA ATIVIDADE LEITEIRA MENSAL ESTI MADO (4)	NÚMERO DE SA- LÁRIOS MÍNIMOS (5)
1	67726	246116	-178390	-14865,83	-1,7
2	-171540	162266	-333806	-27817,16	-3,3
3	- 17613	162266	-179879	-14989,91	-1,7
4	176307	497666	-321359	-26779,91	-3,2
5	-142672	162266	-304938	-25411,50	-3,0
6	134502	162266	- 27764	- 2313,66	-0,3
7	142640	162266	- 19626	- 1635,50	-0,2
8	10028	246116	-236088	-19717,58	-2,3
9	- 24345	162266	-186611	-15550,91	-1,8
10	249287	329966	- 80679	- 6723,25	-0,8
11	230579	329966	- 99387	- 8282,25	-0,9
12	315705	162266	153439	12786,58	1,50
13	238279	246116	- 7837	- 653,08	-0,1
14	103392	328016	-224624	-18718,66	-2,2
15	178113	190840	- 12727	- 1060,58	-0,1
16	295905	162266	133639	11136,58	1,3
17	368603	246116	92487	7707,25	0,9
18	- 33587	162266	-128679	-10723,25	-1,3
19	*	*	*	*	*
20	312966	497666	-184700	-15391,66	-1,8
21	644501	162266	482235	40186,25	4,7
22	312469	246116	66353	5529,41	0,6
23	1011591	246116	765475	63789,58	7,5
24	922021	162266	759755	63312,92	7,4

Fonte: Pesquisa de Campo

- (1) Receita Bruta da atividade leiteira menos total das despesas  
(2) Cálculo da remuneração da força de trabalho familiar com base nos salários mínimos equivalentes: administrador = Cr\$ 12482,00 p/ o pai; mensalista = Cr\$ 6450,00 p/ filhos maiores de 16 anos; diarista maior 16 anos = Cr\$ 315,00 e diarista menor 16 anos = Cr\$ 141,00 p/ os filhos menores que não trabalham em tempo integral. O salário considerado foi resultado da média dos salários mínimos das categorias indicadas na região e do valor citado na Casa da Agricultura de São Luís do Paraitinga.  
(3) Saldo I da atividade leiteira menos a remuneração da força de trabalho familiar.  
(4) Saldo II da atividade leiteira dividido por 12  
(5) Equivalência do Saldo II em salários mínimos (Cr\$ 8489,61).  
\* Não informou

E ainda se novamente calcularmos a equivalência desse novo saldo em salários mínimos, avaliamos melhor o quão restritas são as condições de reprodução do processo de produção mercantil e da família desse pequeno produtor. Observando-se a última coluna do quadro 42, tem-se a impressão de que esses produtores mercantis "pagam para trabalhar".

Ressaltam-se, entretanto dois casos, que analisaremos em seguida, pelas particularidades que apresentam. Trata-se das unidades produtivas nº 23 e 24 -, que são as que demonstram melhores condições de reprodução, apesar dessas condições se tornarem mais limitadas se considerarmos as unidades de consumidores correspondentes à elas (5 e 4,5 respectivamente) que implicam em despesas significativas com sua subsistência. De qualquer modo, o fato de serem os dois casos em que houve aplicação produtiva (fruto do dinheiro obtido da venda de animais<sup>(1)</sup>) de parte da receita percebida, nos leva a considerar que se trata de casos em que houve uma reprodução do processo de produção numa escala ampliada. Nesses casos o dinheiro não figurou como simples meio de troca para a compra de meios de subsistência, como nos outros todos casos restantes. Mas apareceu no fim do processo, aumentado, sendo suficiente para repor as despesas com a subsistência do pequeno produtor e sua família e ainda para ser investido no processo de produção, ampliando suas bases materiais. Portanto, figurando como capital. Verifica-se, assim, uma reprodução ampliada do processo de produção nessa forma mais desenvolvida da circulação (DMD). Entre-

---

(1) Já discutidos no ítem referente ao comércio de gado.

tanto, a constatação do caráter fortuito e desigual dessa possibilidade, como já observamos anteriormente, nos leva a considerar esses 2 casos, como não representativos das demais unidades de produção mercantis em estudo. Evidencia, sim, as contradições vivas no seio do próprio campesinato. E denuncia sem dúvida, as circunstâncias fortuitas e desiguais que envolvem os distintos produtores, submetidos cada vez mais ao valor de troca, separados por seus interesses individuais e egoístas. Ganham vida as palavras de Lenin (1979:162) de que "o regime das relações econômico-sociais no campesinato (agrícola e comunal) nos mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: concorrência, luta pela independência econômica, açambarcamento da terra (comprada e tomada em arrendo), concentração da produção em mãos de uma minoria, deslocamento da maioria às filas do proletariado e sua exploração pela minoria através do capital mercantil e da contratação de "braceiros". Não há nem um só fenômeno econômico entre os camponeses que não tenha essa forma contraditória, propriedade específica do regime capitalista, isto é, que não expresse a luta e a disparidade de interesses, que não represente um mais para uns e um menos para outros". (grifos nossos).

Entretanto, ainda que reconheçamos o importante significado dessas duas ocorrências de reprodução ampliada do processo de produção, e do que evidencia enquanto contradições, e tendências possíveis, apesar de seu caráter fortuito, não permanentemente, não a consideraremos como representativa das unidades de produção estudadas, mas como formas secundárias ocasionais



de circulação.

Assim, apoiando-nos nas unidades produtivas restantes, continuaremos nossas conclusões.

Apesar dos resultados apresentados no quadro 42 serem hipotéticos, uma vez que sabemos que parte dos meios de subsistência é produzida diretamente na própria unidade produtiva mercantil - o que reduz as despesas monetárias com a subsistência da família, não os consideramos pouco significativos.

Eles evidenciam, empregando as palavras de TAVARES DOS SANTOS (1978:66), que o produtor mercantil absorve os rendimentos negativos de sua produção mercantil "através da produção direta dos meios de vida e da utilização extensa da força de trabalho familiar". Esta última evidenciada claramente pelo item "Dinheiro de trabalho acessório" no quadro da Receita nas UPM.

Desse modo, pode-se concluir que se trata de um processo de reprodução simples de mercadorias, isto é, de uma forma imediata de circulação, em que o dinheiro figura como mero meio de troca, para viabilizar a troca de mercadoria por mercadoria. Vende-se o leite, para com o dinheiro adquirido se comprar mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho do produtor de leite e de sua família. O dinheiro representa, então, com relação à mercadoria leite, somente seu preço, e não um fim em si mesmo. Não se contrapõem como algo

autônomo à circulação<sup>(1)</sup>.

Assim, essa forma da circulação em sua simplicidade, se apresenta como troca quantitativa - que visa equiparar reciprocamente as mercadorias como valores de troca e que tende a aniquilar o valor de troca, na medida em que se volta para o valor de uso (MARX, 1977(a) Vol. 1:171), isto é, na medida em que o objetivo principal são os meios de subsistência e o desfrute -, e não como processo de produção dos valores de troca como na segunda forma da circulação DMD.

Isso significa que no processo de trabalho mercantil se verifica a simples reprodução do processo de produção na mesma escala. Daí que a reposição dos meios de produção e da força de trabalho envolvidas no processo não se dá exclusivamente pela troca monetária, mas também pela troca não monetária (práticas de ajuda mútua, por exemplo), assim como pela produção direta da subsistência. Mas reprodução simples vinculada à reprodução ampliada do capital.

Assim, o processo de produção mercantil de leite se movimenta sob a tensão definida pelas contradições entre as condi-

---

(1) Aliás, está implícito que o dinheiro só pode existir como momento desenvolvido da produção, isto é, separado dela como um fim em si, alí onde existe o trabalho assalariado (MARX, 1977(a) Vol. 1:158) "como representante material da riqueza universal, como valor de troca individualizado, o dinheiro deve ser imediatamente objeto, fim e produto do trabalho universal, do trabalho de todos os indivíduos. O trabalho deve produzir imediatamente o valor de troca, ou seja dinheiro. Por isso deve ser trabalho assalariado".

ções objetivas internas e externas à unidade de produção mercantil, e entre estas e as condições subjetivas de produção<sup>(1)</sup>.

Essas contradições se expressam como relações não capitalistas de produção mas subordinadas ao modo de produção do capital; como trabalho não assalariado, mas como trabalho para o capital; como trabalho não universal, mas não como laboriosidade do indivíduo; como processo de troca do leite não com vistas ao dinheiro, ao valor de troca, mas como modo de vida e de produção cada vez mais dependentes do dinheiro. Isto é, como tensão entre (MARX, 1977(a) Vol. 1:170) o caráter determinado natural de toda objetivação do indivíduo posto em uma determi-

---

(1) Isto é, há todo um conjunto de fatores que explicam a reprodução da produção mercantil e do pequeno produtor mercantil e sua família. Não só os fatores objetivos dados a través das mediações da renda da terra, das condições de troca, dão conta de sua explicação. As próprias condições geográficas locais (relevo acidentado e solos esgotados) impõem suas restrições. E não se pode esquecer que esses homens se vêm movidos pela educação, a cultura, a tradição, a continuarem neste ramo de atividade. É verdade que "entram pela porta dos fundos", mas por uma opção onde a margem de subjetividade também conta. Daí que não se pode querer entendê-los sob uma ótica, ou lógica capitalista, nem reduzi-los à determinação dada pelo capital. Pois (MARX, 1978:746) o limite da exploração para o pequeno produtor mercantil não é o lucro médio do capital nem tampouco a necessidade de uma renda da terra. "O limite absoluto com que tropeça (...) é o salário que paga a si mesmo, depois de deduzir o que constitui realmente o custo de produção". Isto é, o limite da pequena exploração agrária mercantil é a reprodução da força de trabalho familiar que basicamente a move.

nação (relação) social que lhe é externa.

E assim, cada lado vai-se apresentando sob múltiplas determinações. No fim das contas, o que aparecia como melhoria para o pequeno produtor mercantil é na realidade sua diminuição. Isto é, "sua autonomia é somente uma aparência; sua independência da circulação não é na realidade outra coisa que uma forma de consideração até ela, e portanto um modo de sua dependência" (MARX, 1977(a) Vol. 1:170) (grifos meus).

## Capítulo 4

A TROCA COMO A MEDIAÇÃO QUE SUBORDINA A RENDA DA TERRA  
E O TRABALHO DO PEQUENO PRODUTOR MERCANTIL AO CAPITAL

"O capital considera por enquanto vantajoso deixar ao pequeno produtor o cuidado do gado: (...) que se encarregue com o volume principal dos trabalhos mais duros e mais desagradáveis no cuidado da máquina que proporciona leite. O capital tem os aperfeiçoamentos e métodos mais modernos para separar o creme do leite e também para separar (...) o leite dos filhos dos camponeses pobres". (LENIN, 1979:255)

# A TROCA COMO A MEDIAÇÃO QUE SUBORDINA A RENDA DA TERRA E O TRABALHO DO PEQUENO PRODUTOR MERCANTIL AO CAPITAL

## Introdução

Até aqui vimos que o processo de produção mercantil se realiza como um processo de reprodução simples de mercadorias. E tentamos mostrar que a renda da terra, é a mediação que determina o trabalho do pequeno produtor mercantil ao capital, apesar de no interior do processo de produção estudado não se dar a separação entre o verdadeiro cultivador e o possuidor da terra. Ou melhor, apesar do pequeno produtor mercantil não reivindicar a parte que lhe cabe em virtude de seu direito de propriedade sobre a terra.

De que formas então a renda da terra determina o trabalho do pequeno produtor mercantil ao capital? Pensamos que essa relação se dá enquanto determinação da circulação, isto é, que na troca do leite com o capital, o conteúdo dessa troca, assim como sua forma (por exemplo a política de preços para o setor), estão determinados pelo significado, ou pelo caráter dessa forma moderna que a propriedade da terra assume no sistema capitalista de produção. Porque no caso do processo de produção mercantil, a extração do excedente, do trabalho alheio, ao contrário da relação social clássica capitalista, não se dá através do trabalho assalariado e da separação das condições materiais objetivos do trabalho do trabalhador. Mas nesse caso específico se dá através do confronto com a propriedade da terra, enquanto condição da extração do excedente, mas ao mesmo

tempo como barreira para o capital.

Dá que para entendermos a circulação partimos da terra pois é ela que vai dar conta de explicar essa relação específica entre o capital e o pequeno produtor mercantil - esse proprietário que trabalha.

Veremos agora quais as condições que levam o processo de produção mercantil a realizar-se como um processo de reprodução simples de mercadoria. Ou seja, quais as condições em que se dá a troca do leite com o capital, de como através da mediação da troca se subordina a renda da terra e o trabalho do pequeno produtor mercantil do capital.

Como os pequenos produtores diretos de leite de Catuçaba controlam, até certo ponto, o seu próprio processo direto de produção - uma vez que são proprietários da terra e dos outros meios de produção, que trabalhando para si mesmos e vendendo seu próprio produto, personificam ao mesmo tempo seu próprio "terrate-niente", seu próprio empresário e seu próprio operário<sup>(1)</sup> -, is-

---

(1) "Partindo do regime capitalista de produção e das relações correspondentes a ele como a base social de caráter geral" essa submissão de uma forma de produção - a pequena produção mercantil de leite C - que não corresponde ao regime de produção capitalista, às formas capitalistas de renda correspondentes (renda da terra, lucro e salário), essa submissão "tem uma razão de ser no sentido de que nosso pequeno camponês não deve precisamente a seu trabalho, mas ao fato de possuir os meios de produção (...) que se ache em condições de se beneficiar com seu próprio trabalho excedente" (MARX, 1978:808).



to lhes confere uma aparente autonomia em relação à realidade social mais ampla a que estão ligados. Daí que o caráter social de seus trabalhos privados só se manifesta através das relações que a troca estabelece entre os produtos de seus trabalhos (o leite) e através dele (do leite) entre os pequenos produtores mercantis e o capital (Vigor e Comevap)<sup>(1)</sup>.

Assim, é na esfera da circulação que se desvendam as reais desigualdades entre o pequeno produtor mercantil e o capital.

Aliás, a ligação do nosso pequeno produtor com o mercado se faz diretamente com o capital industrial, como veremos, embora não tenha se configurado assim desde o começo da produção de leite na área em estudo.

Um rápido histórico da indústria leiteira no Vale do Paraíba<sup>(2)</sup>

O processo histórico que explica o surgimento da produção de leite no Vale do Paraíba está intimamente ligado ao surgimento da indústria de laticínios no Sudeste brasileiro.

Mostramos no capítulo da gênese histórica do pequeno pro-

---

(1) Daí que "as relações sociais entre seus trabalhos privados se lhes aparece de manifesto como o que são, i.e., (...) como relações próprias de coisas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas" (MARX, 1977(b):89).

(2) Sem dúvida, se mais aprofundado constituiria num importante e interessante campo de trabalho, mas cuja tarefa não nos propomos no momento.

dutor mercantil de leite, todo um conjunto de fatores conjunturais e estruturais, que definiram o quadro onde se desenvolve a produção de leite<sup>(1)</sup>.

Vimos que ela se instaura num momento posterior à crise agrária no Vale do Paraíba marcado pelo abandono gradativo das lavouras cafeeiras, pelo esgotamento dos solos, pela transferência de recursos para fronteiras novas que se abriam no estado de São Paulo, ao longo principalmente da Mogiana e da Paulista.

Por outro lado, enquanto essa regressão das áreas rurais do Vale do Paraíba se dava, se criavam as condições para o nascimento e consolidação do capital industrial<sup>(2)</sup>, particularmente através da indústria de bens de consumo assalariado. E é dentro desse contexto, no qual o capitalismo monopolista se torna dominante à escala mundial, assim como o modo de produção capitalista se tornara dominante na América Latina - com o nascimento das economias capitalistas exportadoras - (MELLO, 1975:98 e 101), que se coloca a formação da indústria de laticínios no Vale do Paraíba. Isto é, desde o início sob a dominação do capital, mas

---

(1) Nos 2 capítulos seguintes tentamos discutir através da análise da questão da renda da terra e do processo de produção mercantil de leite C, que este processo de produção é definido pela tensão entre as formas específicas de reprodução local dos meios de produção e das relações sociais capitalistas de produção.

(2) "O período que se estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital industrial. Mais que isto, o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as condições de sua negação, ao engendrar pré-requisitos fundamentais para que a economia brasileira pudesse responder criativamente à 'Crise de 29'". (MELLO, 1975:114).

num momento em que a dinâmica da acumulação industrial se en-  
gatinhava, passando por limites estreitos decorrentes da fragi-  
lidade da estrutura técnica do capital<sup>(1)</sup>. Com problemas in-  
solúveis de mobilização e concentração de capitais, porque "as  
bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes pa-  
ra que se implante (...) o núcleo fundamental da indústria de  
bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva cres-  
cer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desen-  
volvimento industrial" (MELLO, 1975:116).

Foi dentro deste panorama restrito à implantação do núcleo  
fundamental da indústria (pesada) de bens de produção que se  
dá a preferência pela indústria de bens de consumo assalaria-  
do<sup>(2)</sup>, da qual faz parte a indústria de laticínios.

Data deste período da industrialização restringida<sup>(3)</sup> - "o  
surgimento em São Paulo de empresas que se tornaram posterior-  
mente os maiores nomes no ramo de laticínios no Brasil: Leite  
Vigor (1917), Nestlé (1921), Leite União (1927) e Cooperativa  
Central de Laticínios do Estado de São Paulo (1933).

---

(1) N. L. Müller, "A industrialização do Vale do Paraíba", in  
Geografia das Indústrias, São Paulo, Instituto de Geogra-  
fia-USP, nº 1, 1969, p. 5, denomina o período de 1914-1938  
de fase paleo-industrialização.

(2) "Tecnologia relativamente simples, mais ou menos estabili-  
zada, de fácil manejo e inteiramente contida nos equipa-  
mentos disponíveis no mercado internacional; tamanho da  
planta mínima e volume de investimento inicial inteiramen-  
te acessíveis à economia brasileira de então" (MELLO, 1975:  
107).

(3) Conforme estudo de J.M.C. de Mello - O capitalismo tardio,  
Campinas, UNICAMP, 1975, tese de doutoramento, Cap. 2.

A VIGOR, nascida na capital paulista por iniciativa do imigrante alemão O.R. JORDAN, foi pioneira na fabricação de leite em pó (1918), inicialmente destinado às fábricas de chocolate, maízenas, etc. e de leite condensado (1920) em Itanhandú, sul de Minas. Até então o Brasil importava leite em pó e condensado da Europa. Aliás, esta produção nacional provocou a presença imediata da Nestlé, empresa suíça do mesmo ramo e tradicional fornecedora de nossas importações: ela montou sua primeira fábrica em Araras, nos contrafortes ocidentais da Mantiqueira, no Estado de São Paulo, produzindo inicialmente leite condensado (1921) e depois leite em pó (1928). Em 1925, a VIGOR iniciou a distribuição de leite pasteurizado e engarrafado em São Paulo, tendo montado em 1927 moderno entreposto na capital paulista, com capacidade para beneficiar 20.000 l/dia, recebendo leite de suas filiais em Itanhandú e Cruzeiro e diretamente dos criadores dos arredores" (PINTO, 1982:2-3). A partir de 1928 a VIGOR instala várias outras filiais no Vale do Paraíba, consolidando uma verdadeira rede de fornecedores através das usinas receptoras de leite em Queluz, Roseira, Jacaré, São José dos Campos, Caçapava e Taubaté<sup>(1)</sup>. Com esta última, passa a coletar parte do leite produzido na região do Alto Paraíba - da qual pertencem os pequenos produtores mercantis em estudo -, leite este até então distribuído diretamente ao consumidor ou através de intermediários.

No início o próprio intermediário não era um comerciante especializado, mas um produtor que provavelmente contava com vantagens locacionais de sua propriedade e/ou com a disponibi-

---

(1) Cujas datas não conseguimos identificar com precisão.

lidade de um veículo, dedicando-se acessoriamente ao comércio do leite. Com a melhoria das estradas e com a generalização da produção de leite na região<sup>(1)</sup>, surge o comerciante especializado. É o caso de Nelson Ferreira Pinto, que instala um posto de refrigeração em São Luís do Paraitinga, em 1940, desfrutando dessa situação de comprador intermediário, até a VIGOR atuar diretamente na área, quando compra em 1953 as instalações deste posto de refrigeração, estendendo sua área de coleta Alto Paraíba a dentro.

Assim, vão surgindo e consolidando-se oligopsônios<sup>(2)</sup> mercantis, que se aproveitam da velocidade de crescimento da demanda do leite, numa situação de extrema fragilidade financeira e comercial dos produtores.

E ao mesmo tempo, inicia-se lentamente um processo de destruição da indústria doméstica rural na medida que a quantidade de leite oferecida no mercado, por produtor, inclusive, vai aumentando, e se dando a constituição da indústria de laticínios na região<sup>(3)</sup>.

De início a VIGOR realizava apenas o pré-beneficiamento do leite em São Luís do Paraitinga (seleção com análises de rotina e refrigeração) e daí enviavam-no para a usina de beneficia

- 
- (1) Crescimento esse que se dá principalmente em extensão, basicamente com incorporação de novas pastagens.
  - (2) Estrutura de mercado em que há apenas reduzido número de compradores.
  - (3) Também sobre este assunto ver N.L. Müller, "A industrialização do Vale do Paraíba" in Geografia das Indústrias, São Paulo, Instituto de Geografia - USP, 1969, 25 p.

mento em Taubaté.<sup>(1)</sup>

A partir de 1971, esse posto transformou-se em usina de beneficiamento de leite, empacotando leite tipo C e B até outubro de 1979, quando o empacotamento foi interrompido. Desde então, voltaram a fazer apenas o pré-beneficiamento, enviando diretamente o leite para a matriz em São Paulo, onde se dá o beneficiamento propriamente dito. Como resultado da crise por que passou a VIGOR e, decorrente da nova orientação a ser adotada, hoje esta empresa desativou as suas usinas de pasteurização junto aos postos de coleta, centralizando a coleta do leite a ser beneficiado na matriz, tendo em vista especialmente os custos menores de transporte do leite a granel, em comparação com o empacotado. Sem contar outras vantagens em termos de economias de aglomeração ao se centralizar a industrialização em São Paulo.

Hoje, com uma constituição muito diferente de quando se formou, a VIGOR faz parte de um complexo industrial formado com a Indústria Alimentícia Carlos de Britto S.A. (Fábrica Peixe) a partir de 1975; com a Metal Forty S.A. - Conservas Alimentícias (Sardinhas Gomes da Costa) a partir de 1976; com a Cia. Agropecuária Ricmack; com a Cia. Leco de Produtos Alimentícios a partir de dezembro de 1982, entre outras. Com isso toma corpo uma verdadeira concentração de capitais já formados, ou seja, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes ("mediante a acumulação e concentração de capitais violentamente acelerados" (Marx, 1978:727)). Sem

---

(1) Mais tarde vendida à COMEVAP (1980), consequência de uma grave crise financeira por que passou a VIGOR, estendendo-se até os seus fornecedores que chegaram a ficar mais de 3 meses sem receber o pagamento do leite.

contar a Cia Leco (por não dispormos de dados), as quatro empresas contam com 62 unidades industriais e 26 propriedades rurais espalhadas pelo território nacional<sup>(1)</sup>.

Um ponto a se ressaltar refere-se à possibilidade, que surge com a formação desse complexo empresarial, do capital investir na produção do leite - ramo de produção até agora preterido pelo grande capital em virtude de sua baixa taxa de lucro<sup>(2)</sup>. Temos como base para a afirmação dessa possibilidade o fato de que "está sendo desenvolvido um grande projeto pecuário de leite e de corte, que conta com um rebanho bastante expressivo, nos quais se destacam reprodutores e matrizes das mais apuradas linhagens bovinas"<sup>(3)</sup>, fazendas estrategicamente localizadas em Pesqueira, da Peixe; além da produção de leite em fazendas da Ricmack, que entre outros produtos, cria gado de leite e de corte<sup>(4)</sup>.

- 
- (1) Em conjunto a Vigor, a Peixe, a Metal Forty e a Rickmack empregavam 21052 pessoas, industrializavam 117 produtos diferentes e utilizavam matérias-primas de 17100 produtores/fornecedores diretos e mais de 100000 indiretos, em 1977, segundo relatório "S.A. Fábricas de Produtos Alimentícios Vigor, Indústrias Alimentícias Carlos de Britto S.A. (Fábricas Peixe), Metal Forty S.A. - Conservas Alimentícias, Cia. Agro-Pecuária Ricmack.
- (2) Lucro este só realizado a partir da produção de leite tipo A e B.
- (3) Relatório "S.A. Fábricas Produtos Alimentícios Vigor, Peixe, Metal Forty, Ricmack" op. cit. s/p.
- (4) Suas fazendas estão localizadas em Cotia, Avaré, Sorocaba, Indaiatuba, Botucatu (no estado de São Paulo) e Pedro Afonso (em Goiás).

Por volta de 1930, a presença destas firmas<sup>(1)</sup> "provocou reação da parte dos pecuaristas, pois que a produção leiteira tinha que ser encaminhada aos laticínios intermediários, que controlavam a venda do produto ao consumidor, e pagavam pouco aos produtores, maximizando lucros. A estrutura da produção (numerosos, pequenos e médios proprietários) e a origem cultural comum (mineiros) facilitou a aglutinação dos produtores em cooperativas" (PINTO, 1982:3).

E foi a partir de 8 dessas cooperativas de leite<sup>(2)</sup>, da região do Vale do Paraíba (Roseira, Pindamonhangaba, Cachoeira, Silveiras, Cruzeiroense, Queluz, São José do Barreiro e Areias), que em 1933 se constituiu a "Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo - Leite Paulista"<sup>(3)</sup>, por iniciativa de médios e grandes produtores da região. Mais tarde é fundada outra regional em Taubaté, que assim como as outras, funcionava isoladamente até 1975 "embora sempre ligadas ao grupo 'Paulista'", conforme comentou um ex-funcionário da COMEVAP. Até que nesta data algumas cooperativas se agruparam e da fusão

---

(1) Já a estas alturas haviam se instalado a VIGOR, a Nestlé, a União "que também surgiu na capital paulista com oito sócios iniciais todos donos de criação de gado leiteiro nas várzeas dos arredores da cidade" (PINTO, 1982:3), sem contar as inúmeras queijarias que surgiam no interior.

(2) Organizadas por iniciativa de grande e médios produtores, "esses indivíduos que possuíam uma mentalidade adequada para a situação capitalista de concorrentes de mercado" (COELHO, s/d:32).

(3) Essa cooperativa, assim como a VIGOR, nos interessa mais de perto, por serem as duas vias pelas quais os produtores em estudo se relacionam com o mercado, ou melhor é para elas que o produtor mercantil vende sua mercadoria.



das Cooperativas de Laticínios de Roseira, Pinda e Taubaté formou-se a Cooperativa Regional do Médio Vale do Paraíba - CO MEVAP, com sede em Pindamonhangaba, atuando como usina de pasteurização e/ou como posto de refrigeração, dependendo da conjuntura do momento.

Fora o fato da fusão da constituição dessas cooperativas para cá, muitas alterações ocorreram assim como com a indústria leiteira. E é justamente a percepção de algumas dessas transformações que nos interessa ressaltar, para compreendermos melhor como se configura atualmente a relação do pequeno produtor mercantil com o capital<sup>(1)</sup>.

Vejamos alguns aspectos da constituição das cooperativas de leite - "uma boa ilustração do caminho seguido pelo movimento cooperativista dentro das possibilidades do atual "modelo" de desenvolvimento brasileiro (FREDERICQ, 1980:31), para compreendermos qual a natureza das relações que se estabelecem entre elas e os pequenos produtores mercantis.

De início, como soe acontecer com as cooperativas de modo geral em sua formação, procurava-se mecanismos de funcionamento, "com base no auxílio-mútuo e na solidariedade, como opo-

---

(1) Já vimos que com a consolidação da indústria leiteira, se dá o desaparecimento do comerciante (intermediários) e a partir daí o pequeno produtor mercantil passa a se relacionar diretamente com o capital industrial, personificado pela VIGOR e em certo sentido pela COMEVAP (conforme discutiremos adiante).

ção ao meio competitivo do capitalismo" (PINHO, 1973:18), ou seja em meio à concorrência com as inúmeras empresas de leite que surgiam. Além disso, "como o leite é um produto altamente perecível, os produtores se encontravam numa situação de dependência muito grande em relação aos compradores, e sentiram, desde cedo, a necessidade de se unirem para comercializar seu produto" (FREDERICQ, 1980:31).

Essas cooperativas surgem num momento em que o movimento cooperativista assume um caráter nacional na década de 1930, e que culmina com o primeiro decreto em 1936 normatizando o contexto jurídico-administrativo pelo Estado, até então não intervindo nesse âmbito<sup>(1)</sup>. Na verdade ao Estado interessava incentivar o cooperativismo, na medida em que permitiria um intervencionismo (autoritarismo estatal), em nome de um liberalismo econômico tão vivo na época (TAVARES DOS SANTOS, 1978: 115).

O fato é que as cooperativas de leite surgem no Brasil no marco da constituição do capitalismo industrial e para sobreviverem e crescer acabaram se adaptando à estrutura econômica vigente, como entidades empresariais. "As cooperativas são obrigadas a realizar esforços de modernização, e ao mesmo tempo, de adaptação ou acomodação aos sistemas, estruturas e regimes econômicos onde funcionam, mas quase sempre com esvaziamento de seu conteúdo doutrinário. Assim, (...) as cooperati-

---

(1) Ver PINHO, Carlos Marques, "O Estado Brasileiro e as Cooperativas" in: PINHO, Diva Benevides (org.) A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Fundação Friedrich Naumann, 1973, pp. 103/132.

vas estão se transformando em prósperas empresas, que funcionam segundo modernos métodos organizacionais, e abandonam os "Princípios dos Pioneiros de Rochdale" (PINHO, 1973:27) que lhe deram inspiração (Ver Anexo "Modificações da Doutrina Cooperativista").

De acordo com o estatuto da Comevap atualmente em vigência, o que se visa é promover:

- "I - O estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas, de caráter comum;
- II - A venda em comum, de sua produção agrícola ou pecuária nos mercados locais, nacionais ou internacionais, obedecido nos Estatutos da Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo". (Estatutos Sociais, 1977:9)

Assim, a finalidade principal é defender os interesses dos produtores de leite, dentro da economia de mercado segundo as leis do capitalismo. E sob o comando da Cooperativa Central, que acaba neutralizando o desfrute por parte dos produtores, captando seus excedentes (Ver FREDERICQ, 1980:31).

Além disso, em nenhum momento se menciona a reivindicação por um "preço justo", a eliminação da concorrência, do assalariado, etc.

Por outro lado, não se pode anular a importância dos serviços prestados a seus usuários, os quais variam de acordo com a orientação da própria cooperativa, o que já não acontece com as cooperativas centrais.

O quadro 1 mostra a variedade de serviços prestados pelas cooperativas de laticínios da Dira do Vale do Paraíba em 1979, e o quadro 2 apresenta os produtos comercializados pelas mesmas.



Quadro 2

DIRA - Vale do Paraíba

COOPERATIVAS DE LATICÍNIOS

1979

COOPERATIVAS DE LATICÍNIOS	SEDE SOCIAL	PRODUTOS COMERCIALIZADOS PELAS COOPERATIVAS			
		LEITE IN NATURA	LEITE PASTEURIZADO	QUEIJO MANTEIGA	OUTROS SUBPRODUTOS LEITE
	MUNICÍPIOS				
Coop. de Latic. de Cachoeira Paulista	CACHOEIRA PAULISTA	X		X	
Coop. de Latic. de Guaratinguetá Ltda	GUARATINGUETÁ	X	X	X	X
Coop. de Latic. do Alto Paraíba "COLAP"	JACAREÍ	X			X
Coop. de Latic. Lorena e Piquete Ltda	LORENA	X		X	X
Coop. de Latic. de S. Bento do Sapucaí Ltda	S. BENTO SAPUCAI	X			
Coop. de Latic. de São José dos Campos	S. JOSÉ DOS CAMPOS		X	X	X
Coop. de Latic. do Médio V. do Paraíba Ltda	TAUBATÉ	X	X	X	X

Fonte: D.C. - INCRA - COOPERATIVAS

Para muitos cooperados de Catuçaba, a preferência pela COMEVAP, além do pagamento garantido e em dia<sup>(1)</sup> (ao contrário da VIGOR que nem sempre pagou com pontualidade seus fornecedores), se dá justamente por funcionar como armazém de insumos e bens de consumo assalariado<sup>(2)</sup> (especialmente artigos de vestuário), etc.

Aliás, é pela prestação de serviços a seus usuários apesar dos resultados muitas vezes negativos, conforme se vê no quadro 3 ("adquirir, na medida em que o interesse social o aconselhar, gêneros e artigos de uso doméstico e pessoal para o fornecimento a seus associados, assim como implementos, máquinas agrícolas, fertilizantes, inseticidas, etc.") (Estatutos Sociais, Art. 2º, ítem II, § 1º, ítem C), que as cooperativas re

## Quadro 3

## COMEVAP - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Mil cruzeiros

1980

	TRANSPORTES			MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	SERVIÇOS DIVERSOS	ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA	TOTAL
	1a. PERC.	2a. PERC.	MERCADORIAS				
Receitas	19.691	8.407	5.130	3.508	585	2.229	39.551
Custos	23.605	5.921	6.625	3.386	2.469	2.642	44.549
Resultados	(3.914)	2.586	(1.495)	123	(1.884)	(413)	(4.997)
Despesas administrativas	717	177	201	103	75	80	1.352
Resultado líquido	(4.630)	2.409	(1.696)	20	(1.959)	(493)	(6.350)

Fonte: COMEVAP

PERC. - Percurso

(1) Principal fator apontado por eles.

(2) Não mencionado no quadro 2 de 1979, mas existente em 1981.

gionais "distinguem-se da empresa capitalista porque nesta, a satisfação das necessidades dos usuários não representa seu fim imediato, mas sim o rendimento do capital investido" (PINHO, 1973:21-22). Pode-se dizer que a mesma distinção existe entre a cooperativa regional e a central. E se a fusão das cooperativas regionais de Roseira, Taubaté e Pindamonhangaba que resultou na COMEVAP, aparece como uma saída para evitar a insolvência, abrindo a possibilidade "de se beneficiarem das vantagens econômicas financeiras e técnicas da concentração ou da integração" (PINHO, 1973:118)<sup>(1)</sup>, não eliminou a subordinação (da COMEVAP) em relação à cooperativa Central, eludido no depoimento de um dos diretores da própria COMEVAP: "sua função básica é centralizar a coleta da matéria-prima a ser beneficiada na Central em São Paulo".

Esse caráter subordinado pode ser percebido pelo quadro 4

Quadro 4

COMEVAP - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

1980

DESCRIÇÃO	L E I T E "B"		L E I T E "C"		MANTEIGA	GORDURA	PRODUTOS PAULISTA	TOTAL
	RESFRIADO	PLÁSTICO	RESFRIADO	PLÁSTICO				
Vendas	201.619	107.892	63.911	145.019	11.321	3.891	21.109	554.761
Custo vendas	196.437	97.039	63.199	122.916	5.620	2.690	19.621	497.512
Sobra bruta	5.182	20.853	723	22.103	5.700	1.201	1.488	57.250
Desp. comerc.	-	5.300	-	5.299	2.380	213	605	13.796
Desp. administ.	5.963	2.642	1.918	3.731	171	82	596	15.102
Res. liq. operacional	(781)	12.910	(1.195)	13.073	3.150	906	288	28.351

Fonte: Relatório COMEVAP - 1980

(1) O que não deixa de evidenciar o comportamento empresarial marcante na evolução das cooperativas.

que apresenta o resultado líquido negativo das transações da COMEVAP, justamente nos casos de venda de leite resfriado (tipo B e C) para a cooperativa Central.

Fredericq (1980:31) expressa bem a questão apontada, no trecho que segue:

"As cooperativas leiteiras centrais se beneficiam do mesmo fenômeno de captação de excedentes da produção, que as outras empresas transformadoras, mas aqui, a captação se faz em dois níveis: uma primeira vez, a nível dos produtores e uma segunda vez, a nível das cooperativas regionais. Na medida em que as cooperativas regionais se encarregam principalmente da entrega do leite "in natura" e que as centrais (que dispõem de capacidade produtiva e financeira) cuidam da industrialização, somente essas últimas conseguem certa rentabilidade. Essa é a razão pela qual algumas cooperativas centrais apresentam balanços com resultados positivos, enquanto que muitas regionais vivem em situação financeira precária. Muitas vezes, estas últimas são obrigadas a procurar recursos em outras atividades, tais como aluguel de carros ou venda de gasolina.

São somente intermediárias no processo de captação de excedentes, repassando-os para as indústrias de derivados ou seja, as cooperativas centrais" (FREDERICQ, 1980:31).



Os quadros 5, 6 e 7 exemplificam alguns desses pontos mencionados.

**Quadro 5**

COMEVAP - Pindamonhangaba

LEITE RECEBIDO

1980

TIPO	QUANTIDADE	%
"B"	18.532.447 lts	56,65
"C"	14.183.259 lts	43,35
TOTAL	32.715.706 lts	100,00

Fonte: COMEVAP

**Quadro 6**

COMEVAP - Pindamonhangaba

LEITE VENDIDO PARA A COOPERATIVA CENTRAL

1980

TIPO	QUANTIDADE	%
"B"	13.065.262 lts	72,74
"C"	4.897.668 lts	27,26
TOTAL	17.962.930 lts	100,00

Fonte: COMEVAP

**Quadro 7**

COMEVAP - Pindamonhangaba

LEITE EMPACOTADO E VENDIDO NA REGIÃO

1980

TIPO	QUANTIDADE	%
"B"	5.241.500 lts	36,28
"C"	9.203.624 lts	63,72
TOTAL	14.445.124 lts	100,00

Fonte: COMEVAP

O fato é que a cooperativa se desenvolve num movimento con-traditório, definido pela tensão entre a socialização dos lucros entre os cooperados (norma estatutária) e a apropriação privada cada vez maior de excedentes pela cooperativa central<sup>(1)</sup>.

Além disso, há que se reconhecer que desde sua constituição para cá, as alterações que sofreu foram substanciais. Assim é que somos levados a afirmar que tanto no caso da VIGOR, como no da COMEVAP, o pequeno produtor mercantil se relaciona com o capital industrial, cuja constituição atual evidencia sua forte tendência oligopólica neste setor, através de um movimento no sentido de realizar fusões entre empresas, de forma a centralizar o capital.

Tanto uma como outra, se estruturaram seguindo as determina-

---

(1) "Dentro desse quadro, não é de se estranhar que o cooperativismo leiteiro apresente um dos principais problemas do sistema associativo brasileiro em geral: o problema da não-participação e da não-identificação dos cooperados. Para ele, a cooperativa se assimila a qualquer empresa comercializadora de leite, tal como ela é usada por muitos produtores, serve para indicar a empresa para quem entregam suas matérias-primas. (...) Acontece frequentemente ouvir-se falar da NESTLÉ ou da DANONE como "cooperativa!" E de fato, não pode existir muita diferença, aos olhos dos produtores, entre os dois tipos de empresas: as duas têm o mesmo comportamento, oferecem as mesmas vantagens, etc. Na área leiteira, especialmente, é difícil falar de "retorno" financeiro aos cooperados por causa da baixa rentabilidade do produto" (FREDERICQ, 1980:31-32). No quadro 39 da RE-CEITA nas unidades de produção mercantil (cap. 3) tem-se exemplos da exiguidade desse retorno.

ções da reprodução ampliada do capital.

Assim, nas suas relações com o pequeno produtor mercantil, vão se configurar as mesmas relações de exploração econômica e de dominação política inerentes ao modo capitalista de produção.

### As relações produtor mercantil - indústria

As condições de troca entre o produtor de leite e a indústria (VIGOR e COMEVAP) não se dão senão sob um caráter socialmente determinado: trata-se tão somente de uma compra encoberta de trabalho alheio como valor de uso para o capital se valorizar.

No início, as relações produtor-indústria se davam basicamente através de intermediários-produtores que ao mesmo tempo comercializavam o leite, e mais tarde centralizada por um comerciante especializado, a partir de 1940 (na região estudada), quando se inicia o processo de oligopsônio mercantil, anteriormente referido.

A partir de 1953, esse processo de oligopsônio mercantil se reforça com a atuação direta da VIGOR na área, que juntamente com a cooperativa monopolizam a compra do leite. Desde então, a relação produtor mercantil-indústria se dá diretamente, sem a figura do intermediário. Dá-se, então, uma fusão do capital comercial com o industrial.

A coleta do leite era feita por caminhões. No caso da CO-

MEVAP, que tinha uma frota de caminhões próprios, contratava-se apenas os motoristas (a R\$ 60.000,00/mês em dezembro de 1981). Já a VIGOR, não tinha frota própria, contratava os camioneiros por R\$ 80.000,00/mês (na mesma data referida acima). Esses salários eram ajustados a cada aumento de combustível, ou melhor, de óleo diesel, e "era pra todo o serviço", isto é, desde dirigir o caminhão como coletar os latões, fazer a medição do leite em um balde próprio e distribuí-lo nos latões quando em pequenas quantidades (menos de 50 litros), e ainda emitir um ticket de comprovação da quantidade fornecida pelo produtor. Se o motorista quizesse, pagava por conta própria um ajudante para pegar os latões, medir, guardar, abrir porteiras, etc., pois as estradas em sua maioria são de terra.

O percurso a ser feito é estabelecido em função dos fornecedores, nas estradas acessíveis aos caminhões e próximas ao maior número possível das unidades de produção. Nos trechos mais acidentados em que o caminhão não penetra, a coleta também é feita por camionetes particulares, como verificamos no bairro do Chapéu, do distrito de Catuçaba, por um comerciante (dono de bar) que nas manhãs trabalhava para a COMEVAP, coletando uma média de 1.000 litros de leite por dia. Aliás, é a quantidade de leite fornecida que justifica ou não a existência dos caminhões e/ou camionetes.

É exemplo típico a linha de leite de Lagoinha, feita pela VIGOR, que atravessa todo o município de São Luís do Paraitinga sem coletar quase leite - pois esse trecho caracteriza-se por fornecedores predominantemente da COMEVAP -, indo buscar leite de fornecedores no município vizinho de Lagoinha, especialmente de um produtor de leite B, que fornecia 200 li-

tros por dia<sup>(1)</sup>. Era o fornecedor que se localizava no fim da linha, portanto o mais distante. Como tinha chovido muito uns dias atrás, o caminhão não pode chegar até a sede da fazenda. Tivemos que esperar por quase uma hora até que os latões fossem trazidos por um trator do proprietário. Os 200 litros de leite B justificavam o atraso, pondo em risco todo o carregamento de leite, que poderia chegar azedo na plataforma de entrega, pelo tempo prolongado que ficaram no caminhão.

Define-se assim as chamadas "linhas de leite" organizando o espaço de reprodução ampliada do capital de um lado, assim como o espaço de reprodução do cotidiano de inúmeros trabalhadores e moradores rurais, de outro lado.

Percorrendo as linhas de leite do município de São Luís do Paraitinga, notamos o quanto os caminhões fazem parte da vida dos moradores do campo, tanto dos produtores, para quem faziam entregas dos produtos comercializados (pela Cooperativa ou VIGOR), como de trabalhadores rurais ou de pessoas que aproveitavam a condução. No caminho o motorista ia dando caronas a

---

(1) A unidade de produção era mantida com 25 empregados assalariados, caracterizando-se basicamente como de produção de leite (tipo B). Segundo o administrador a receita obtida do leite "dava pra cobrir as despesas, mas não sobra muito." De qualquer forma era um exemplo típico de relações de produção capitalistas, constituídas para a produção de outro tipo de leite, o B, que não o das nossas unidades de pesquisa, que definem um outro quadro sócio-econômico diferente do que encontramos através deste estudo.

quem pedisse<sup>(1)</sup>. Aqueles já costumeiros apenas o olhavam e com uma troca de olhares eles se entendiam: o motorista parava para ele subir, e depois sem ninguém dizer nada, parava para o caronista saltar. E de novo com apenas um olhar, o que descia agradecia.

Além das pessoas, o motorista ia pegando mercadorias pela estrada e entregando-as pelo caminho. Eram encomendas feitas pelos produtores, desde gêneros alimentícios e sacos de ração vendidos nas próprias usinas, como encomendas particulares. Um dos motoristas entregou uns remédios que ele mesmo tinha comprado e guardado com muito cuidado no bolso de sua camisa, recomendando a quem veio buscar, para ter o cuidado de não perder a receita.

Iam cumprimentando todo mundo por quem cruzavam. E quando alguém já tinha passado por algum guarda mais a frente nas estradas estaduais (SPs), parava ao cruzar o caminhão e avisava. É que era proibido dar caronas. E então, no momento conveniente o motorista parava e pedia para os caronistas descerem, deixando apenas um deles que podia passar por ajudante, no caso dele trabalhar sozinho.

Quando os motoristas trabalhavam sózinhos, era costume que os caronistas os ajudassem, geralmente alguns meninos que iam coletando o leite até chegar a vez de descerem.

Assim trava-se um processo intenso e recíproco de ajuda

---

(1) Os ônibus da região, por exemplo a linha São Luís-Ubatuba, São Luís-Catuçaba "cobravam muito caro", obrigando a maioria dos trabalhadores a percorrerem várias caminhadas a pé.

entre os motoristas dos caminhões de leite<sup>(1)</sup> e as camadas mais desfavorecidas da população rural de um lado, enquanto que do outro, nas relações produtor de leite - indústria predominava o interesse egoísta e a indiferença recíproca.

Se o leite chegava azedo por atraso do caminhão, como no caso mencionado em que o caminhão da VIGOR ficou mais de uma hora parado esperando um trator entregar 200 l de leite B - de muito interesse para a VIGOR, caso contrário não esperaria -, o leite seria desclassificado, embora tirado cedinho e entregue pontualmente pelo produtor. Mas se pelos mesmos motivos, isto é, devido às chuvas, um pequeno produtor não puder chegar à tempo até a linha de leite, o caminhão não espera. Ou se até mesmo um trecho da linha de leite se encontrar em piores condições de acesso o caminhão não vai, e os produtores não realizam suas mercadorias<sup>(2)</sup>. O motorista deixa de agir como

---

(1) Apenas como parênteses, os motoristas, como todos os trabalhadores ligados à produção direta do leite, trabalhavam "direto de segunda a segunda". Mas em relação aos outros trabalhadores da roça, pareceu-nos ser dos mais bem remunerados e dos que trabalhavam menos - só pelas manhãs e uma média de 5 horas por dia, quando não tinham outra atividade complementar, é claro -, além da valorização dada pela autonomia relativa deste trabalho. É o caso de um motorista que encontramos, o qual afirmou que gostava desse emprego, porque "apesar de trabalhar direto, de vez em quando, quando cansa, deixa o caminhão com outro e para."

(2) Na verdade as autoridades municipais têm dado pouca atenção ao problema da manutenção e abertura de novas estradas vicinais, no sentido de favorecer o carreamento da produção do leite da fonte produtora até a Usina.

indivíduo e passa a agir como representante do capital, quando se encontra no limite da queda de rentabilidade deste.

Na verdade apesar de que com o surgimento do caminhão de leite - que coleta os latões e leva-os até à usina de recepção -, os produtores diretos ficaram dispensados desta tarefa, o que repercutiu para alguns casos até na diminuição da jornada de trabalho em uma hora mais ou menos, essa mudança não trouxe de fato nenhum benefício para o produtor direto, como o trouxe para o capital: maior eficiência, maior garantia e rapidez na entrega do produto, o que significa diminuição do tempo de desvalorização do capital<sup>(1)</sup>.

Para o produtor direto essa mudança resultou num desconto, o 1º carreto, e esse tempo liberado de uma hora, já que era de madrugada foi incorporado às horas de sono, isto é, ao tempo de reprodução do trabalhador e de sua família, já que de madrugada um produtor de leite que não raciocina com a lógica capitalista, pouca coisa poderia fazer.

De modo que, o que mudou para êle, parece-nos ser a forma da exploração, isto é, a jornada de trabalho foi diminuída, mas não a produtividade do trabalho, que ao contrário, foi aumentada (redução do tempo de trabalho necessário)<sup>(2)</sup>, sem o correspondente aumento do preço do produto. Pelo contrário, os

---

(1) Este ponto será retomado adiante quando discutirmos o 2º. percurso do leite, no ítem "As condições de compra do leite".

(2) Diminuição da captação da mais-valia sob a forma absoluta e aumento sob a forma da mais-valia relativa.



descontos também aumentaram: primeiro o 1º percurso, e mais tarde, o desconto do 2º<sup>(1)</sup>.

Assim, vê-se que tudo se movimenta tendo como base a transformação do trabalho em capital, e a acumulação de capital ao longo deste processo.

Até aqui tratamos a questão das relações produtor mercantil-indústria, através do funcionamento da coleta de leite, uma das expressões da relação de dinheiro que os envolve, baseada em regras unilaterais. E é justamente pelo controle através dessas regras que os camioneiros se vêm divididos entre as relações de indivíduo e as relações enquanto representantes do capital.

Vejamos mais de perto, como as relações de troca produtor mercantil-indústria são reguladas pelos preços mínimos, para termos mais claro como se dá a subordinação da renda da terra e do sobretabalho do pequeno produtor mercantil ao capital.

Os dados sobre a contabilidade na pequena produção mercantil de leite já nos mostraram que o dinheiro que o produtor de leite especial recebe a cada mês, soma de cada preço por litro de leite que vende, contém uma quantidade menor de traba-

---

(1) "Como o poder de decisão sobre os transportes é da Usina Regional e os custos, pela política vigente, são do produtor, é obvio que não há nenhum esforço por parte das Regionais em minimizar os referidos custos, principalmente o do 2º percurso, cujos caminhões, normalmente, pertencem às Usinas Regionais" (SUPLAN, 1975:25).

lho ou menos tempo de trabalho que a quantidade de trabalho do produtor mercantil contida no leite que produz. Assim, além da quantidade de trabalho contida na soma de dinheiro que constitui o pagamento (preço do leite), a usina (Vigor e Cooperativa) compra uma quantidade adicional, que não paga, um excedente acima da quantidade de trabalho contido no dinheiro que paga. É precisamente essa quantidade adicional de trabalho não paga que constitui a mais-valia apropriada pelo capital.

Considerando que toda a prática da indústria de laticínios depende do leite, ou seja do fornecimento deste produto como matéria-prima para se dar a transformação industrial, e considerando a participação majoritária do custo da matéria-prima (no caso do leite) na composição do custo industrial do leite (quadro 8) deduz-se que "a rentabilidade do capital neste setor da indústria alimentar depende diretamente das condições de troca em que se realiza a compra da matéria-prima, pois ela é o ítem que mais vai pesar nos custos" (TAVARES DOS SANTOS, 1978: 93).

Quadro 8  
 COMEVAP - Pindamonhangaba  
 COMPOSIÇÃO DO CUSTO INDUSTRIAL DO LEITE  
 Cruzeiro  
 Abril, 1981

ESPECIFICAÇÃO DO CUSTO	LEITE "B" RESFRIADO	%	LEITE "E" RESFRIADO	%	LEITE "B" PLÁSTICO	%	LEITE "E" RESFRIADO	%
Matéria prima	21.304.611,08	92,31	1.897.665,58	93,43	9.844.697,65	88,82	16.246.108,64	87,98
Resfriamento do leite	(1)		(1)		92.709,79	0,83	142.402,76	0,77
Salários	415.516,68	1,80	44.456,97	2,20	241.114,81	2,17	534.567,55	2,89
Obrigações sociais	124.299,86	0,54	13.005,29	0,64	70.285,57	0,63	156.381,59	0,85
Despesas industr. observ.	1.235.895,79	5,36	75.244,94	3,73	510.230,68	4,59	710.565,38	3,93
Material de embalagem	-	-	-	-	349.870,64	3,16	678.049,06	3,66
Total do custo <sup>(2)</sup>	23.080.323,41	100,00	2.020.372,68	100,00	11.108.909,14	100,00	18.466.115,00	100,00
Litragem	871.750		90.300		402.829		777.775	

Fonte: COMEVAP

(1) No caso do leite resfriado, o seu custo está subdividido nos ítems salários, obrigações sociais e despesas industriais observadas.

(2) Não estão incluídas as despesas administrativas, que são pequenas e distribuídas entre cada tipo de leite, dependendo da litragem.

Item importante e essencial da alimentação da classe trabalhadora, o leite tem seus preços determinados pelo Estado, que o tabelam segundo critérios que nem sempre levam em conta os preços de produção (elementos de custo mais o lucro médio) nas piores condições de trabalho. Assim, esses preços são na maior parte dos casos, não só inferiores a seus preços de produção, mas inferiores a seus custos de produção. Com o tabelamento o Estado impede que os preços do leite sejam definidos a partir da lei da concorrência, eliminando a propriedade da terra em termos econômicos e com isso a possibilidade do lucro extraordinário, e determinando como fortuíta a possibilidade do lucro médio.

Se na produção capitalista o lucro médio é o regulador da produção em geral, não o é na produção mercantil de leite "especial".

A condição oligopsônica de compra do leite, tendência que se verifica desde o início da formação da indústria de laticínios, tem contribuído para a inversão do processo de fixação dos custos<sup>(1)</sup>.

Os quadros 9 e 10 ilustram bem esse caráter oligopsônico da estrutura de compra, assim como o caráter atomizado da pro-

---

(1) Sobre este ponto MARTINS (1975:23) afirma que "em função dos preços urbanos e da margem de lucro pré-fixada" pelo capital "é que os produtores rurais podem fixar os custos. Aliás, a política econômica governamental em relação a agricultura tem acentuado esse caráter anticapitalista da produção, ao intervir no mercado através de confiscos ou do tabelamento de preços, o que é feito hoje pela SUNAB (...). Anti-capitalista, diga-se, no nível da ação do sujeito".

## Quadro 9

São Luís do Paraitinga

CATEGORIA DE PRODUTORES QUE FORNECEM LEITE À COMEVAP

Julho, 1981

LITROS/MÊS	LITROS/DIA	Nº PRODUTORES	%
Até 600	30	109	58,3
600 → 1500	30 → 50	46	24,6
> 1500	> 50	32	17,1
TOTAL	-	187	100

Fonte: COMEVAP - Pindamonhangaba

## Quadro 10

São Luís do Paraitinga

CATEGORIA DE PRODUTORES QUE FORNECEM LEITE À VIGOR

Julho, 1981

LITROS/MÊS	LITROS/DIA	Nº PRODUTORES	%
0 → 900	0 → 30	155	65,96
900 → 1500	30 → 50	41	17,45
1500 → 6000	50 → 200	33	14,04
6000 → 9000	200 → 300	03	01,28
> 9000	> 300	03	01,28
TOTAL	-	235	100

Fonte: VIGOR S/A

dução - em que mais de 70% dos produtores produz menos de 50 l/dia -, apontado por alguns autores como um dos fatores que dificulta o acesso ao crédito, assim como à assistência técnica, ambos mais dirigidos para a produção agrária capitalista<sup>(1)</sup>.

O fato é que o leite, assim como outros alimentos, tem um peso importante na composição das despesas da classe trabalhadora<sup>(2)</sup>. A fixação de seus preços com base nos elementos de custo acrescido de um lucro médio, acarretaria um conseqüente e necessário aumento dos salários e em decorrência uma elevação dos custos da produção industrial.<sup>(3)</sup>

---

(1) "Em geral, a estrutura de produção no Estado é bastante atomizada. Mais da metade das fazendas produzem menos de 100 litros de leite/dia. Geralmente essas propriedades não tem fácil acesso aos programas de crédito rural, o que torna difícil a incorporação de tecnologia avançada.

Esta estrutura de produção dificulta os programas de assistência técnica, que de um modo geral se concentram em produtores aptos a absorverem melhor as técnicas preconizadas para o aumento da produtividade" (MELO FILHO/SOUZA, 1981:9).

(2) Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos-DIEESE - "Análise da evolução da estrutura orçamentária familiar na cidade de São Paulo", São Paulo, DIEESE, 1977, pp. 12-32, as pesquisas realizadas indicam que os gastos com alimentação tem representado de 40 a mais de 50% da despesa total das famílias operárias, sendo que à medida que cresce o nível de renda decresce relativamente o gasto com este item.

(3) Há uma ampla discussão sobre esses pontos em José de Souza Martins, "Capitalismo e tradicionalismo", op.cit., capítulo 2, pp. 23-25 especialmente.

Daí que o leite C, como um bem de consumo assalariado, como um produto necessário e não supérfluo à substância do trabalhador será vendido a uma baixa ou nula taxa de lucro<sup>(1)</sup>. Enquanto que a margem maior de lucro ficará restrita aos leites tipos A e B, aos derivados do leite, especialmente aos produtos "de luxo", os yogurts, danones, etc., uma vez que não há restrição quanto aos seus preços de mercado.

Além de tudo isso, como os preços do leite C não tem crescido em termos reais, além do fato de que os produtores de leite recebem 45 dias depois que entregam a matéria-prima, os reajustes dos preços do leite estão constantemente em defasagem com os dos preços dos insumos (conforme veremos adiante).

Assim, o pequeno produtor mercantil financia a indústria de laticínios, com o apoio do Estado.

Nestas circunstâncias o papel do Estado<sup>(2)</sup> é bem claro: rebaixar o custo da produção industrial, impedir o rebaixamento da taxa geral de lucro anulando a propriedade da terra em termos econômicos, e impedir o fortalecimento do poder de barganha

---

(1) Caso do leite "especial", daí seu alto valor social.

(2) "O Estado é forçado a definir-se, e (...) passa a ser ele mesmo um explorador de mais valia, (...) e mais importante que isso passa a converter o conjunto da riqueza nacional em pressuposto indelével da acumulação privada, por exigência do processo de financiamento da concentração do capital, cujos limites se viam estreitados quando o Estado persistia numa pauta de não-produtor de mercadorias em sentido estrito" (OLIVEIRA, 1976:10).

nha dos produtores mercantis, que poderia surgir com um sindicalismo independente, para assegurar um esquema privado de acumulação urbano-industrial.

### As condições de compra do leite

Vejamos mais de perto as condições de compra do leite.

O governo através da SUNAB (Superintendência Nacional do Abastecimento, do Ministério da Agricultura), a partir de portarias, regulamenta todo o sistema de compras do leite desde 1963<sup>(1)</sup>.

A Sunab regulamenta desde a fixação de preços mínimos pagos ao produtor assim como os preços pagos pelo consumidor (preços de mercado); estabelece o sistema de compras: leite-cota, extra-cota e excesso; decide sobre o pagamento de impostos ou isenção deles (caso do ICM do qual o leite tem sido isento, a não ser nas operações interestaduais, i.e., quando é produzido em um estado e comercializado em outro)<sup>(2)</sup>; decide a quem incidirá o pagamento do transporte do 1º e 2º percursos; libera subsídios; autoriza misturas de leite "in natura" com leite

---

(1) Ver Anexo "A administração de preços e o Estado".

(2) Apesar de que "a partir de 1º de janeiro (de 1984) os Estados do Centro-Sul vão cobrar a alíquota integral de 16% do ICM sobre o leite B e longa vida. Ao mesmo tempo autorizou aqueles estados a tributarem em até 50% da alíquota o leite tipo C" (Folha de São Paulo, 12-10-1983:13).

em pó; disciplina a destinação do leite para fabricação de produtos e subprodutos lácteos.

Enfim, a SUNAB controla diretamente a distribuição, a comercialização e o consumo do leite.

O controle da produção cabe à Secretaria de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPA, também do Ministério da Agricultura, que estabelece os padrões e normas para a produção. Mas no caso do leite "especial"<sup>(1)</sup>, pelo seu caráter altamente político, não tem havido fiscalização, pois é consenso que os produtores de leite especial não têm condições para atender as exigências disciplinadas. No fundo, essas exigências foram apenas uma justificativa para o consumidor, que passou a pagar mais<sup>caro</sup>, achar que estava consumindo um leite "especial", melhor do que antes. Na verdade, apenas o teor de gordura tem sido observado.

O sistema de compras é o de cota, o que significa que se fixa um preço mínimo do litro do leite para consumo humano, "in natura" para o que se determina como leite-cota, leite extra-cota e leite-excesso, bem como um preço mínimo para o litro de leite para fins industriais, que também obedece geralmente a mesma classificação<sup>(2)</sup>. De acordo com as portarias, "a cota de leite do produtor (leite-cota) corresponderá à média de for

---

(1) SUPER nº 22, de 11/04/1980 - SUNAB

(2) Esta classificação varia conforme a conjuntura econômica por que atravessa o ciclo do leite, dependendo de problemas que vão do âmbito da produção, da industrialização, da distribuição até o consumo. Varia também de lugar para lugar.



necimento obtida no mínimo, em 3 meses de menor produtividade no período compreendido entre junho e setembro, inclusive". "A sobre-cota de leite do produtor (leite-sobre-cota) corresponderá ao aumento de cota que este obtiver no ano vigente sobre o ano anterior, média dos 3 meses de menor produção no período entre junho e setembro inclusive" (SUPER nº 06, de 20 de fevereiro de 1973 - SUNAB)<sup>(1)</sup>

Mas normalmente, além da classificação do leite-cota, coexiste a do leite-extra-cota, que corresponde à quantidade mensal que exceder à cota definida, por exemplo até 20%; além do leite-excesso para um aumento superior a 20% (no caso do exemplo dado).

Se de um lado a fixação de cotas visa regularizar o fornecimento da matéria-prima, do ponto de vista do produtor, especialmente do pequeno produtor mercantil ela implica numa desvalorização brutal de sua mercadoria, pois tudo o que exceder à cota, será pago a um preço menor, independente do trabalho contido nesse excesso sobre a cota. Como geralmente o pequeno produtor não tem condições de tratar seu gado no inverno, quando os pastos tem sua produtividade diminuída, e os insumos tem seus preços aumentados, ocorre que sua cota é bastante reduzida. Consequentemente, a maior parte de sua produção de leite, isto é, tudo o que exceder àquela cota mínima, será co-

---

(1) A sobre-cota foi estabelecida excepcionalmente, num momento onde se vivenciava uma crise no setor de produção, vigorando somente durante alguns meses de 1973. Fixava-se "o preço mínimo do leite-sobre-cota em 10% maior que o preço do leite-cota (...)" (SUPER nº 06, de 20/02/73).

mercializado a preços abaixo do preço mínimo. De modo que o preço mínimo, na verdade é o preço máximo que o produtor de leite especial recebe<sup>(1)</sup>.

Em janeiro de 1981 os preços em vigor eram os seguintes (SUPER n° 03, de 14/01/81 - SUNAB):

leite-cota (consumo humano) = Cr\$ 18,00

leite-extra-cota (até 20% sobre a cota) = Cr\$ 15,25

leite-excesso (acima de 20% sobre a cota) = Cr\$ 12,40

Isso tudo sem considerar as imposições que aparecem na comercialização do produto, junto às empresas<sup>(2)</sup>. Pois além das exigências quanto ao teor de gordura<sup>(3)</sup>, grau de acidez e ou-

- 
- (1) A situação se agrava mais ainda com a liberação do preço do leite-excesso, como por exemplo em julho de 1981 (SUPER n° 38, de 07/07/1981), dando margem a que as indústrias pagassem o que excedesse do leite-extra-cota, a preços irrisórios.
- (2) Muitas vezes há limites impostos para o fornecimento do leite, devido à problemas de realização do produto. Por exemplo, do total de leite B entregue na plataforma da usina, só 60% é pago a preço de leite B e o restante é pago a preço de leite especial. FREDERICQ (1980(b):28) cita ainda que "as empresas compradoras, motivadas por razões financeiras, podem decidir uma redução de seus estoques de laticínios durante a época de safra, e recusar leite de seus fornecedores: nesse caso, são estes que assumem o risco de sua produção e têm de arcar com os problemas enfrentados pelas empresas transformadoras no mercado".
- (3) Dependendo da conjuntura, por exemplo, quando a empresa de laticínios começa a pressionar o governo, comprando menos leite, provocando para os produtores excedente de leite não comercializado, então o governo estabelece um índice de gordura menor no leite, para as indústrias fazerem mais manteiga. O que é bastante conveniente para elas, uma vez que a manteiga não tem seu preço fixado, proporcionando, portanto, mais lucro que o leite.

tras, as quais visam basicamente o controle de qualidade do produto essas empresas impõem um prazo de pagamento, que é feito 45 dias após a entrega da matéria-prima. Isso significa que o produtor vende seu leite a um preço fixado pelo Estado - muito abaixo de seu preço de produção -, financiando empresas que lhes impõem suas condições de compra pagando-o a um preço além de baixo, deteriorado. Pois esse atraso no pagamento neutraliza inclusive os aumentos do preço do leite sobre o preço dos insumos que o produtor venha a adquirir.

Conforme se vê no quadro 11, a cada reajuste do preço do leite seguem-se reajustes dos insumos, ficando um período muito pequeno em que os preços do leite permaneçam "atualizados".

Portanto, esse prazo de pagamento contribui para extorquir ainda mais, e de maneira velada, a renda e o trabalho do produtor de leite especial, rebaixando assim ao máximo os limites da reprodução de sua força de trabalho e de sua família.

O produtor, portanto, é mero acessório desse processo, cuja objetividade é dada pela relação social capitalista mais ampla, não como relação de colaboração, mas como apropriação de seu trabalho (MARX, 1977(a):432-433).

Observa-se ainda, que em todo esse período, com exceção de junho e setembro de 1981, o preço do leite sempre esteve abaixo do índice 2 da FGV, que capta justamente a variação do custo de vida. O que evidencia, portanto, que a deterioração dos preços do leite é uma doença crônica do setor <sup>(1)</sup>. Ou melhor, evidencia-se o caráter determinado dos preços do leite especial, em que na troca entre indústria-produtor mercantil se trata de logo de se trocar menos dinheiro por mais dinheiro.

---

(1) Ver também gráficos 1 e 2.

Quadro 11

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES REAIS DE PREÇOS DO LEITE E DOS PRINCIPAIS INSUMOS

Base: Jan/75 = 100

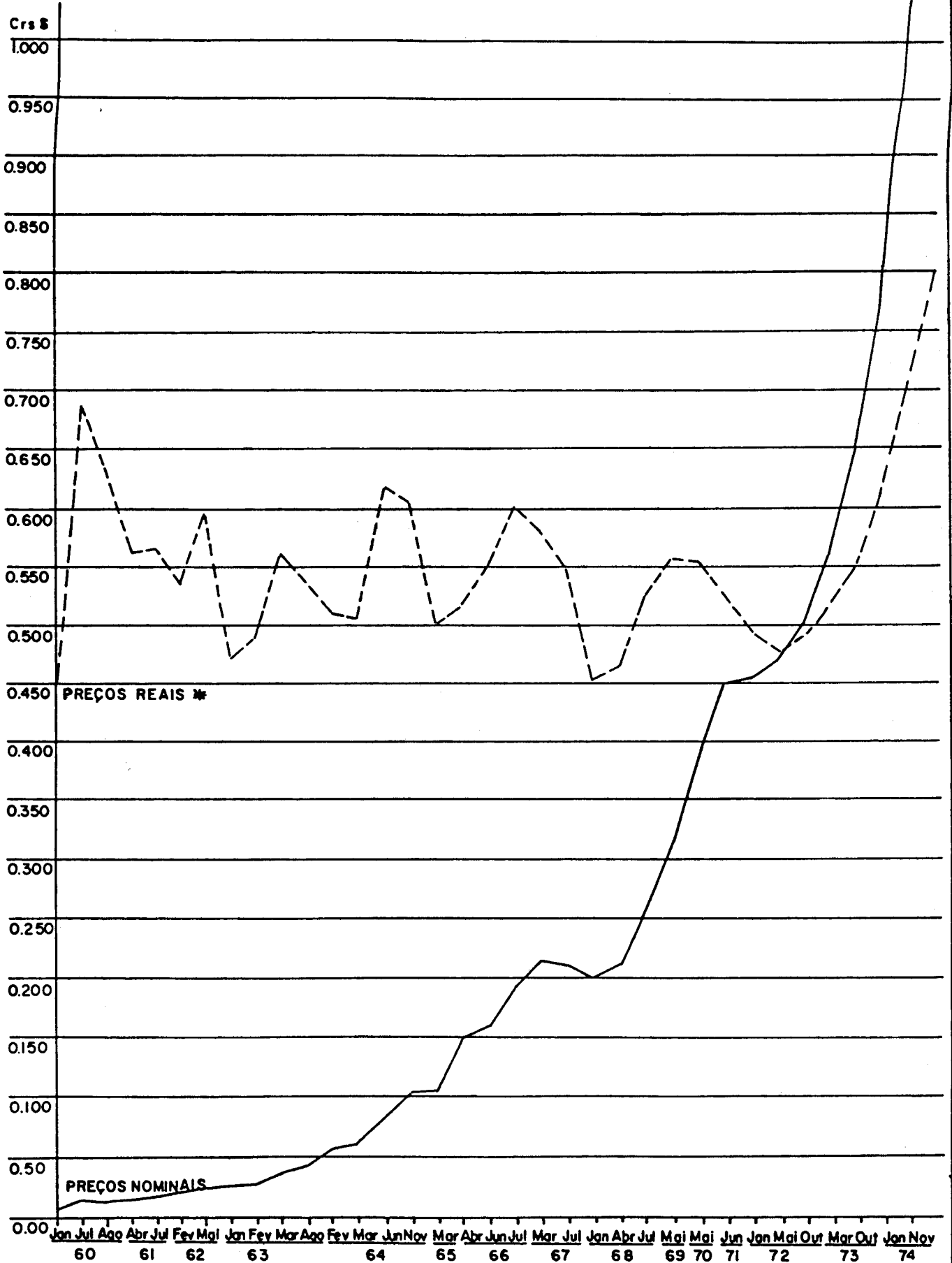
	ÍNDICE 2 PGV	LEITE	FARELO DE SOJA	FARELO DE TRIGO	FARELO CAROÇO ALGODÃO	TORTA ALGODÃO	SAL GROSSO COMUM	SAL MINERAL	V A C I N A S				VACAS LEITEIRAS	
									BRUCE LOSE	CARB.SINTO MÁTICO	CARB.VER DADEIRO	AFTOSA	ATÉ 5 L	5-10 L
Jan/75 <sup>(1)</sup>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ago/75	116	110	110	100	118	102	106	86	100	115	115	104	104	109
Abr/76	146	117	127	183	122	110	130	131	100	126	126	124	116	122
Ago/76	167	145	189	183	169	163	130	139	110	126	126	127	111	121
Fev/77	195	166	289	239	258	260	154	182	145	126	126	172	123	130
Mar/77	206	166	300	239	261	280	180	186	147	126	126	185	129	139
Mai/77	222	197	217	239	168	250	180	191	147	126	126	185	139	155
Jul/77	231	221	217	239	168	260	172	199	169	176	176	265	146	166
Nov/77	251	221	226	239	229	230	173	218	169	252	194	302	196	217
Abr/78	291	262	270	310	234	255	173	240	242	252	193	309	234	277
Jul/78	320	287	283	385	285	290	208	261	273	285	220	403	250	290
Abr/79	427	331	363	468	353	375	312	381	324	382	294	479	354	370
Jul/79	471	393	393	468	352	365	373	381	366	382	294	539	439	442
Ago/79	499	434	524	469	431	450	373	428	433	471	363	728	499	494
Nov/79	597	517	595	468	589	575	432	597	433	471	363	728	619	600
Abr/80	799	603	670	957	737	710	569	1259	505	610	1000	947	743	743
Jun/80	899	897	652	995	768	750	569	1323	560	687	1000	947	853	965
Set/80	1098	897	887	1277	832	850	664	1618	780	849	1390	1310	1046	1006
Out/80	1183	1103	904	1543	947	900	664	-	-	-	-	-	-	-
Jan/81	1436	1241	1183	2287	1248	1100	887	-	-	-	-	-	-	-
Abr/81	1972	1655	1400	3510	1389	1300	1054	-	-	-	-	-	-	-
Jun/81	1955	2000	1617	3510	1513	1500	1054	-	-	-	-	-	-	-
Set/81	-	2000	1918	3510	1684	1600	1287	3046	1695	1838	1985	2849	1591	1569
Abr/82	-	2448	2834	4255	2684	2600	2155	3231	2270	2441	1986	3805	1750	1930
Jun/82	-	3034	3061	5319	2684	2600	2932	3890	2495	2691	1986	4195	-	-

Fonte: IEA

(1) Tomou-se como base o ano de 1975, por ser um dos melhores anos para os produtores de leite.

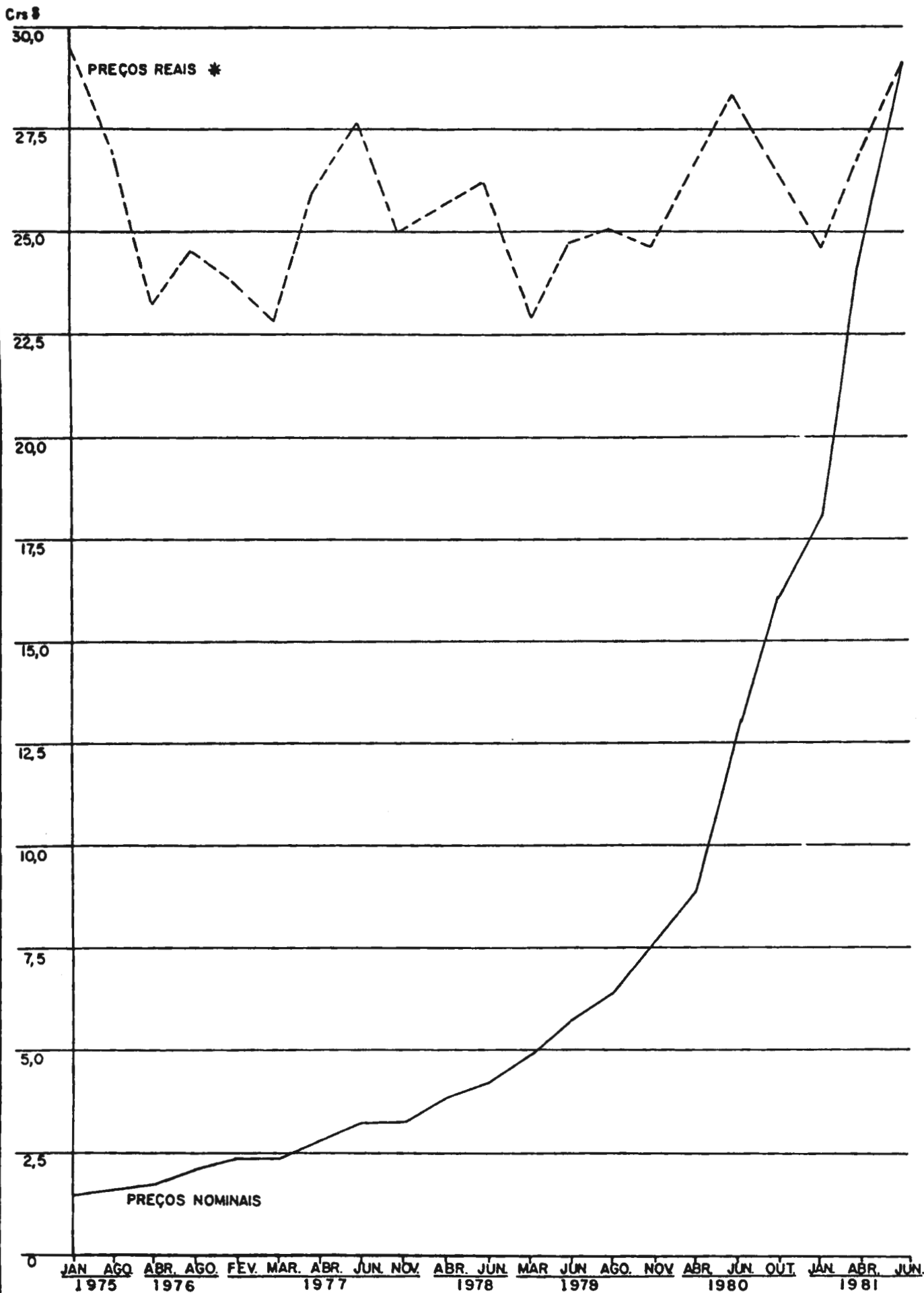
- Ausência de dados.

**EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO LEITE**  
**PREÇO OFICIAL DO LEITE AOS PRODUTORES**



FONTE: SEÇ. AGRICULTURA DIAGNOSTICO 1975.  
 \* PREÇOS INFLACIONADOS COM BASE NO INDICE GERAL DE PREÇO (12 - FGV)

**EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO LEITE TIPO C  
PREÇO OFICIAL DO LEITE AOS PRODUTORES**



FONTE: IEA

\* PREÇOS INFLACIONADOS COM BASE NO ÍNDICE GERAL DE PREÇO (I<sub>2</sub> - FGV)

Mas há outros elementos ainda que vão compor as relações entre produtor mercantil-indústria, conforme mostraremos em seguida.

Trata-se do desconto do segundo percurso, isto é, do transporte do leite já refrigerado da usina de recepção para o estabelecimento empacotador ou conjunto industrial. Com a volta desse desconto em setembro de 1981<sup>(1)</sup> as indústrias de laticínios acabam transferindo para o produtor da matéria-prima os custos do tempo de circulação do capital, isto é, os custos da desvalorização, dada pelo tempo de circulação. Na medida em que este transporte consome tempo, e tempo de não-produção, isto é, tempo em que o capital não se apropria de trabalho vivo<sup>(2)</sup>, e como o capital não pode abolir este momento negativo não criador de valor, ele transfere, sempre que consegue, esse custo para os produtores da matéria-prima. Com isso, obtém um mínimo de desvalorização de seu capital.

O Estado, através das portarias da SUNAB, tem sido o mediador desse processo.

Dessa forma, localizando-se bem próximas ao mercado, as indústrias de laticínios diminuem o tempo mais prolongado que requeriria o seu produto para realizar-se no mercado, isto é, re

---

(1) Ver comentário sobre essa portaria e sobre o papel do Estado quanto à produção de leite em Aparecida M.P. Rodrigues, "O Estado e a produção de leite - o caso de São Luís do Paraitinga", op. cit.

(2) Sobre este ponto ver principalmente Karl Marx, "Elementos Fundamentais para la critica de la economia politica (Borrador)", op. cit., especialmente pp. 138-147, 176-183.

duzem a distância espacial que o produto acabado deveria percorrer até o mercado caso o local de beneficiamento se localizasse no próprio local de recepção da matéria-prima, transferindo para os produtores o ônus correspondente ao transporte da matéria-prima até a indústria.

Com isso, efetiva-se mais uma via da exploração do produtor mercantil de leite especial, que no fundo nada mais é do que uma redução do preço do litro do leite, ou seja, uma outra forma de apropriação de seu trabalho pelo capital.

Os quadros 12 e 13 mostram a evolução dos preços do leite no ano de 1981, comparando com o que o produtor efetivamente ganhou neste período, subtraídos os descontos. Como se vê a partir da volta do 2º carreto, os preços recebidos pelo produtor sofrem um decréscimo significativo, acumulando-se ao decréscimo ascendente do 1º carreto.

O quadro 14 mostra numa série maior de anos, a evolução da participação do produtor de leite em relação ao preço final do leite.

Apesar de não dispormos dos valores dos descontos para toda a série, o quadro não deixa de mostrar uma redução dos ganhos do produtor, assim como uma evidente deterioração dos preços do leite, ao longo desse período.



**Quadro 12**

**Catuçaba**

**EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO LEITE<sup>(1)</sup> E DOS CARRETOS<sup>(2)</sup>**

**Tipo "especial"**

**Vigor**

**Cruzeiros**

DATA	LEITE COTA CONSUMO HU- MANO	LEITE EXCES- SO ATÉ 20%	1º PER- CUR- SO <sup>(3)</sup>	2º PER- CUR- SO	PREÇO <sup>(4)</sup> LÍQUIDO RECEBIDO POR PRO- DUTOR	PREÇO LÍQUIDO LEITE EXCESSO ATÉ 20%
Dez/80	16,00	13,55	1,44 <sup>(5)</sup>	-	14,56	12,11
Jan/81	18,00	15,25	1,44	-	16,56	13,81
Fev/81	18,00	15,25	1,44	-	16,56	13,81
Mar/81	18,00	15,25	1,46	-	16,54	13,79
Abr/81	24,00	16,50	2,57	-	21,43	13,93
Mai/81	24,00	16,50	2,69	-	21,31	13,81
Jun/81	29,00	20,00	2,87	-	26,13	17,13
Jul/81	29,00	20,00	2,78	-	26,22	17,22
Ago/81	29,00	20,00	2,72	-	26,28	17,28
Set/81	29,00	20,00	2,82	1,00	26,18	16,18
Out/81	29,00	20,00	2,82	1,00	26,18	16,18
Nov/81	29,00	20,00	2,95	1,00	26,05	16,05
Dez/81	29,00	20,00	2,95	1,00	26,05	16,05

(1) Fonte: Sunab

(2) Fonte: Vigor

(3) Média dos carretos de todas as linhas de Catuçaba que forneciam para a Vigor

(4) Vigente para as regiões metropolitanas de BH, SP, RJ, Curitiba, Porto Alegre e nas capitais: Goiânia, Florianópolis, Brasília, Vitória, Cuiabá, Campo Grande, nos municípios de Jundiá e Campinas, no Estado de São Paulo e outros.

(5) Por falta desse dado foi tomado o mesmo valor de jan/81.

- Dados não disponíveis.

Quadro 13

Catuçaba

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO LEITE<sup>(1)</sup> E DOS CARRETOS<sup>(2)</sup>

Tipo "especial"

Comevap

Cruzeiros

DATA	PREÇO	PREÇO			PREÇO <sup>(4)</sup>	PREÇO
	BRUTO LEITE COTA CONSU MO HU MANO	BRUTO LEITE EXCES SO ATÉ 20%	1º PER- CUR- SO <sup>(3)</sup>	2º PER- CUR- SO	LÍQUIDO LEITE-CO TA PAGO AO PRODU TOR	LÍQUIDO LEITE- EXCESSO ATÉ 20%
Out. a						
Dez/80	16,00	13,55	1,77 <sup>(5)</sup>	-	14,23	11,78
Jan/81	18,00	15,25	1,77	-	16,23	13,48
Fev/81	18,00	15,25	1,77	-	16,23	13,48
Mar/81	18,00	15,25	1,77	-	16,23	13,48
Abr/81	24,00	16,50	1,77	-	22,23	14,73
Mai/81	24,00	16,50	2,57	-	21,43	13,93
Jun/81	29,00	20,00	2,57	-	26,43	17,43
Jul/81	29,00	20,00	2,57	-	26,43	17,43
Ago/81	29,00	20,00	3,25	-	25,75	16,75
Set/81	29,00	20,00	3,25	1,00	24,75	15,75
Out/81	29,00	20,00	3,25	1,00	24,75	15,75
Nov/81	29,00	20,00	3,25	1,00	24,75	15,75
Dez/81	29,00	20,00	3,25	1,00	24,75	15,75

(1) Fonte: Sunab

(2) Fonte: Comevap

(3) Média de 3 linhas do distrito de Catuçaba: Pinga, Chapéu e Campo Grande

(4) Vigente para as regiões metropolitanas de BH, SP, RJ, Curitiba, Porto Alegre e nas capitais: Goiânia, Florianópolis, Brasília, Vitória, Cuiabá, Campo Grande, nos municípios de Jundiá e Campinas, no Est. de S. Paulo e outros.

(5) Por falta desse dado foi tomado o mesmo valor de jan/81.

- Dados não disponíveis.

Quadro 14

Catuçaba

PORCENTAGEM QUE O PRODUTOR RECEBE EM RELAÇÃO AO PREÇO FINAL DO LEITE<sup>(1)</sup>

TIPO C

Cruzeiros

DATA	PREÇO BRUTO LEITE-COTA (A)	PREÇO LÍQUIDO LEITE-COTA (B)	PREÇO MÁXIMO DE VENDA (PREÇO FINAL) (C)	% A/C	% B/C
Ago/75	1,60	-	2,00	80,00	-
Abr/76	1,70	-	2,20	77,27	-
Jul/76	2,10	-	2,60	80,76	-
Fev/77	2,40	-	3,10	77,41	-
Abr/77	2,85	-	3,70	77,02	-
Jun/77	3,20	-	4,10	78,04	-
Nov/77	3,20	-	4,00 <sup>(4)</sup>	80,00	-
Abr/78	3,80	-	4,70	80,85	-
Jun/78	4,16	-	5,20	80,00	-
Mar/79	4,80	-	6,10	78,68	-
Jun/79	5,70	-	7,20	79,16	-
Ago/79	6,30	-	7,80	80,76	-
Nov/79	7,50	-	9,90	72,91	-
Abr/80	8,75	-	12,00	72,91	-
Jun/80	13,00	-	19,00	68,42	-
Out/80	16,00	-	23,50	66,08	-
Jan/81	18,00	16,23 <sup>(2)</sup>	27,00	66,66	60,11
Abr/81	24,00	22,23 <sup>(2)</sup>	36,00	66,66	61,75
Jun/81	29,00	26,43 <sup>(2)</sup>	43,00	67,44	61,46
Set/81	29,00	24,75 <sup>(3)</sup>	40,00	72,50	61,87

(1) Fonte: Sunab

(2) Descontados 1º percurso (Fonte: Comevap e Vigor - São Luís do Paraitinga)

(3) Descontados 1º e 2º percurso (Fonte: Comevap e Vigor - São Luís do Paraitinga)

(4) O preço de venda ao consumidor foi baixado assim como o teor mínimo de gordura de 3 para 2,5%.

- Dados não disponíveis.

### O resultado da troca

Como resultado desse processo todo que acabamos de apresentar, o pequeno produtor na troca com a indústria não possui em forma de dinheiro o que antes tinha em forma de mercadoria. Daí que seu dinheiro não se converte em capital.

Essa troca se expressa como processo de apropriação por parte do capital, de renda da terra e de trabalho do produtor mercantil e sua família, que se põe como valor excedente do capital. Não só como renda da terra, mas também como produto do trabalho que o pequeno produtor mercantil de leite especial não se apropria.

Assim, se o capital subordina a renda da terra e o trabalho do produtor mercantil sem transformar o seu processo de trabalho, é na esfera da circulação que se desvendam as bases dessa submissão. É na esfera da circulação que se desvendam as reais desigualdades entre os dois personagens, assim como se desvendam uma das formas como o capital produz - subordinando a renda e o trabalho do produtor mercantil, através basicamente de uma política de preços, que impõe preços inferiores aos preços de produção do mercado - e como se produz o capital.

Assim, aqui se dá o contrário da produção com base na relação social clássica capitalista - na qual a esfera da circulação elude a exploração, que se desvenda na sede da produção<sup>(1)</sup> - , pois o produtor mercantil continua proprietário da terra e dos outros meios de produção.

---

(1) Sobre este ponto apoiei-me em K. Marx, El Capital. Crítica de la economía política, op.cit., livro I, Sección 2a. 1977(b), especialmente pp. 213-214.

É portanto na troca entre produtor mercantil e indústria que se revela a exploração.

Há uma troca desigual em que a quantidade determinada de tempo de trabalho materializado no leite é trocada por uma quantidade de mercadorias que representam um montante menor de tempo de trabalho (dinheiro do leite). Essa troca desigual é aliás o pressuposto da troca mesma entre a indústria e o produtor mercantil. Tem por limite mínimo pago aos produtores o equivalente dos meios de subsistência necessários à sua reprodução, o que vem se convertendo na "lei" que governa essa troca. O capital se apresenta, pois, como o suposto prévio da troca<sup>(1)</sup>.

Assim, a autonomia aparente do processo de produção mercantil frente ao capital fica abolida. E o leite passa a se apresentar como produto separado do trabalho mesmo, isto é, como produto do trabalho alheio, embora isso não apareça imediatamente, uma vez que o processo de produção de leite especial se apresenta como processo simples de produção, no qual o capital não entra enquanto tal<sup>(2)</sup>. E do mesmo modo, na troca entre o leite e o dinheiro do leite, isto é, nessa circulação simples, também ocorre uma abstração real: o capital não se apresenta como suposto prévio, como sujeito ativo, que só tende ao mais capital, mas se apresenta como circulação simples (não

---

(1) "O capital está posto como sujeito da circulação, e esta se acha posta como o verdadeiro ciclo vital daquele" (MARX, 1977(a) Vol. 2:131).

(2) O que mostra por um lado que o capital não é elemento indispensável da produção como o é o trabalho.

como reprodução ampliada de si mesmo)<sup>(1)</sup>.

Na verdade se trata de uma abstração, mas como MARX mesmo colocou, se trata de uma abstração que tem lugar no processo mesmo. E que dá margem justamente ao caráter fetichista do processo de reprodução ampliada do capital, fazendo com que a pequena produção mercantil de leite, baseada em relações não tipicamente capitalistas de produção apareça como não subordinada à ele.

Desvenda-se assim, a independência aparente do pequeno produtor mercantil em relação ao conjunto das relações da sociedade capitalista ou, em outras palavras, desvenda-se o fetiche das relações de produção não capitalistas, e num duplo sentido: como contradições inerentes ao processo de reprodução ampliada do capital e como contradição secundária, isto é, enquanto contradição interna dada pela unidade contraditória do pequeno produtor mercantil, esse trabalhador que é proprietário privado de seus meios de produção.

---

(1) Sobre essas colocações baseei-me em K. Marx, Elementos fundamentais para la critica de la economia politica (Borrador), op. cit., 1977(a), pp. 241-244.

As crises do leite e as crises do processo de produção mercantil

Quando Marx analisa o processo de reprodução do capital nos "Grundrisse"<sup>(1)</sup> ele fala sobre a necessidade da troca como um resultado histórico, isto é, resultado do próprio desenvolvimento do caráter social da produção. E que na produção fundada sobre o capital, junto com esse processo se desenvolve a transformação dos produtos em puro valor de troca. Assim, dá-se a separação da troca nos atos de compra e venda reciprocamente independentes. E com a cisão da troca em atos espacial e temporalmente independentes ocorre a autonomização da troca com relação a seus sujeitos, isto é, desvinculada daqueles que trocam<sup>(2)</sup>.

Daí que o ponto final da circulação, isto é, a troca entre comerciantes e consumidores, os quais deveriam condicionar-se entre si, essa troca acaba sendo determinada por leis e motivos diversos, reciprocamente independentes, conflitantes e que, portanto, podem entrar nas maiores contradições.

---

(1) K. Marx - Elementos Fundamentales para la critica de la economia política (Borrador) op. cit., 1979(a), especialmente pp. 71-84.

(2) "A necessidade da troca e a transformação do produto em puro valor de troca avançam na mesma medida que a divisão do trabalho, isto é, avançam com o caráter social da produção. Porém na mesma medida em que este último cresce, cresce o poder do dinheiro, ou seja, a relação de troca se fixa como um poder externo aos produtores e independente deles" K. Marx - Elementos fundamentales..., op. cit., p. 71

O leite não escapa à este processo, uma vez que o nexu que une os "indivíduos" - produtor mercantil-indústria -, que participam da troca se constitui na dependência mútua e generalizada, mas, entre indivíduos reciprocamente indiferentes.

Dai, a ocorrência de crises tanto de venda (ou de realização do produto) como de abastecimento (falta do produto).

Geralmente o que existe é falta de leite, por "falta de preço".

Aquí pode acontecer duas situações. A primeira é da redução do fornecimento do leite às indústrias, ocasionada ou por queda na produção caracteristicamente sazonal, decaindo sensivelmente na época das sêcas ou ainda devido a fatores biológicos<sup>(1)</sup>, ou por desestímulo mesmo à produção por "falta de preço"<sup>(2)</sup>.

A segunda situação que provoca a falta de leite, é derivada do grande desvio feito pela indústria, que passa a utilizar parte maior da matéria-prima na fabricação de derivados, cuja margem de lucro é bem maior que na venda do leite. Nesse caso falta leite porque o seu preço no varejo é muito baixo<sup>(3)</sup>.

---

(1) Epidemias que atacam o rebanho, como a febre aftosa, por exemplo, provocando a queda da lactação.

(2) Nos casos extremos, acontece do produtor fabricar queijos para comercializar, ou até mesmo de descartar algumas cabeças de gado no caso do preço da carne estar bem mais compensador.

(3) "Em consequência, o país enfrenta soluções de descontinuidade de abastecimento do produto, recorrendo à importação de leite em pó. Em 1976, essas importações significaram evasão de divisas da ordem de 25 milhões de dólares" (PER-SAGRI, 1979:220).



Por outro lado, quando ocorre falta de leite, o beneficiado é o produtor de leite B, porque é nesses momentos que consegue se impor<sup>(1)</sup>.

Na verdade em todos esses casos - a queda no fornecimento à indústria da matéria-prima, e queda no fornecimento ao consumidor do leite "in natura" -, o principal fator limitante é o baixo preço que repercute na estagnação da produção de leite especial, mantida a baixos custos conforme mostramos no capítulo anterior, conseqüentemente com baixos índices de produtividade, não atendendo ao aumento natural do consumo.

Assim, se a oferta de leite nas águas é suficiente para atender a) o consumo "in natura", b) a industrialização que atende à demanda de produtos industrializados nessa época e c) para suprir a formação de estoques em níveis que não atendem à demanda na época das sêcas; a queda da produção na entressafra determina uma oferta insuficiente para o consumo "in natura", gerando graves crises no abastecimento<sup>(2)</sup>.

---

(1) Por exemplo o término do tabelamento do leite B, e Longa Vida, ou melhor a liberação de seu preço, conseguida numa situação dessas, em fevereiro de 1982.

(2) A escassez de leite nos grandes centros consumidores está representando um problema crítico. Segundo cálculos do Ministério da Agricultura, o "déficit em relação ao abastecimento necessário da Grande São Paulo chegou a 500 mil litros diários em plena época de safra de 1977. Esse "déficit" somente pode ser absorvido graças à compressão constante do poder aquisitivo das classes populares, levando inclusive a sérios problemas de subnutrição" (FREDERICQ, 1980(a):20).

Quanto às crises de venda, bem mais raras do que as de abastecimento anteriormente mencionadas, elas estão ligadas a curtos períodos de tempo em que o preço do leite está remunerando bem a atividade. Como isso é raro acontecer, elas também são pouco frequentes no caso do leite especial.

Assim, a crise que mais afeta o pequeno produtor mercantil é a "crise" do preço do leite, consequência do caráter determinado da troca entre ele e a indústria (voltado para a extorsão de sua renda da terra e a transformação de seu trabalho em capital e a acumulação deste ao longo do processo, conforme discutimos anteriormente).

O fato é que as crises afetam sempre o produtor e o consumidor. Este aparece como um terceiro elemento que os outros dois ignoram (indiferença recíproca). Apertado entre as altas constantes do custo de vida - a taxas aviltantes de inflação -, e o achatamento cada vez maior de seus salários, as camadas dos assalariados de baixa renda, reduzem mais o seu consumo de leite, que já não era satisfatório<sup>(1)</sup>.

---

(1) Segundo a pesquisa do DIEESE - "Nível alimentar da população trabalhadora da cidade de São Paulo", São Paulo, DIEESE Estudos Sócio-Econômicos nº 1, julho, 1973, o consumo de leite e derivados, real médio diário per capita por níveis de renda no período 1969/70 foi o seguinte: até Cr\$ 500,00=163,5 gramas; Cr\$ 501,00 a Cr\$ 1000,00 = 202,4 g.; + de Cr\$ 1000,00 = 281,4 g.. Considerando uma ração balanceada, o consumo adequado de leite e derivados deveria ser de 500 g/dia/pessoa. Assim, temos que de modo geral o consumo de leite é inadequado em todos os níveis de renda, diminuindo à medida em que decresce a renda, e corresponde a 1/3 apenas do padrão considerado satisfatório, nos níveis menores de renda.

No outro polo encontra-se o pequeno produtor mercantil<sup>(1)</sup>, que apertado entre os preços de custo e de venda, assiste à crise constante de seu processo de trabalho, tentando escapar dela à custo de um dispêndio de mais trabalho, para compensar os preços do leite<sup>(2)</sup>.

Vai aumentando as áreas de pastagens, o quanto possível, reforçando o tratamento mais extensivo do gado, uma vez que não tem condições de utilizar técnicas de produção mais avançadas, inviáveis pelo que aumentariam no custo unitário do leite.

Mas há limites para a expansão das pastagens. Primeiro os físicos, e depois o aluguel de pastos do vizinho (renda da terra), que já não consegue pagar.

Assim, apertado entre os preços do leite e o custo dos meios de subsistência necessários à sua reprodução e à de sua

---

(1) Como se via nos quadros 9 e 10 mais de 70% dos produtores de leite de Catuçaba produz em torno de menos de 50 l/dia leite comercializável, quadro semelhante à estrutura de produção do Centro-Sul em 1975, na qual em média, 70% dos produtores de leite são pequenos proprietários rurais com uma produção em torno de 70 l/dia, conforme JUNQUEIRA (1975:30), e que parece não ter modificado muito.

(2) Comentando sobre os pequenos produtores de leite, Junqueira (1975:30) afirma que "é essa classe a mais fiel à atividade laticinista, permanecendo nela à despeito das dificuldades e garantindo, assim, ainda que a duras penas, a produção disponível para suprimento à população das cidades ; nas classes com produção diária acima de 150 l/dia é que se verifica maior mobilidade em relação à exploração da terra, restringindo-se à oferta de leite para comercialização e até mesmo abandonando-se a produção em favor de outras atividades agropecuárias de maior rentabilidade no momento".

família, não lhe restam muitas opções: vender sua força de trabalho temporariamente, realizando um trabalho acessório além do dispendido em sua propriedade; reduzir a força de trabalho na unidade produtiva de leite liberando algum filho que migra em busca de melhores condições de vida; enfim, reproduzindo-se como explorado, num processo lento e mudo de "expropriação sucessiva"<sup>(1)</sup>, que revela a crise do processo de produção mercantil, também produzida e reproduzida pelo capital<sup>(2)</sup>.

---

(1) Conceito introduzido por J.S. Martins, Capitalismo e tradicionalismo, São Paulo, Pioneira, 1975, Introdução.

(2) Essa crise do processo de produção de leite especial repercute numa nova crise de abastecimento do leite, que por sua vez torna a beneficiar a produção capitalista de leite B.

PARTE II

CAPÍTULO 5

A TERRITORIALIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DA TER  
RA E DE TRABALHO DO PEQUENO PRODUTOR MERCANTIL PARA O CAPITAL

## A TERRITORIALIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

### E DE

## TRABALHO EXCEDENTE DA PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL PARA O CAPITAL

### O espaço contraditório

Mostramos no capítulo anterior que é na troca entre o produto mercantil e a indústria de laticínios que se revela a sua exploração pelo capital. Ou em outras palavras, que se revela o caráter determinado da produção mercantil de leite C ao conjunto das relações da sociedade capitalista. Caráter determinado pelo pressuposto mesmo dessa troca, que se põe desde o início como troca desigual, para impedir que a renda e o equivalente do lucro médio integrem o preço do leite C<sup>(1)</sup>.

À medida que apontamos para o caráter determinado da produção mercantil, evidenciamos alguns elementos que definem o caráter social mesmo do trabalho dos pequenos produtores mercantis de leite. Isto quando tratamos, por exemplo, da articulação dos produtores com os motoristas do caminhão de leite (e é claro que destes com os operários da indústria de laticínios, e assim por diante).

---

(1) Embora esse ato social não se dê de um modo consciente e intencional. Como já demonstramos, trata-se de um ato social cuja particularidade está em que a renda da terra (pelo argumento da negação) determina o preço do leite, mas negando a propriedade privada da terra em sua existência econômica. Ou seja, para impedir que a renda da terra encareça o preço do leite. Outra particularidade desta troca determinada pelo capital, é dada pela apropriação do trabalho excedente que produz o leite.

É sobre este ponto que nos ateremos mais de perto nesta parte, isto é sobre o caráter social do processo de produção do leite "in natura", para chegarmos à questão da territorialização (de tal processo).

Mas com a consciência do quanto precisamos ainda avançar na discussão do espaço, e de nossas limitações, prisioneiras de nossa própria formação e da própria redefinição do pensamento geográfico.

Apesar disso, nossa preocupação é de que estas reflexões possam contribuir, possam revelar — mais do que a materialização do conjunto das atividades prático-sociais<sup>(1)</sup> que configuram a formação social capitalista —, as tendências das unidades territoriais, sua inércia e sua pulsação, suas transformações e sua relação com a reprodução das relações sociais de produção, assim como sua negação. Isto é, como diz LEFEBVRE "onde pode si-

(1) Quando falamos no conjunto das atividades prático-sociais, pensamos no conceito amplo de práxis, enquanto ato, relação dialética não só entre o homem e o meio, mas também entre as coisas e a consciência. Em que portanto essas atividades prático-sociais não se confundem com a atividade prática em oposição à teórica mas, como coloca KOSIK, como modo específico do ser do homem, e enquanto tal, como intimamente ligadas a todas as manifestações do homem, as objetivas e as subjetivas. Essas atividades se articulam com todo o homem e o determinam na sua totalidade. Compreendem o "momento laborativo — atividade objetiva do homem na sua relação com a natureza — assim como o momento existencial —, formação da subjetividade do homem" em que a angústia, o medo, a alegria e a esperança, etc, contam não como experiência passiva, mas como parte da luta pela liberdade humana (1976: 204 - 205).



tuar-se no espaço e no tempo, o ponto de não-regresso e de não retorno na escala global (...) o momento em que cessaria a reprodução das relações de produção existentes" (1976:7) <sup>(1)</sup>.

Não escondemos as dificuldades de tal pretensão e nem sequer o fato de que por enquanto, mal a conseguimos esboçar. Mas o que achamos importante é estarmos abertos para um caminho novo a seguir

Acreditamos que a discussão do espaço só enquanto materialização, isto é, só enquanto protudo ou objetivação do social, é insuficiente, porque se não temos ficado no nível da descrição empírica — que corre risco de não captar o espaço enquanto relação social —, acabamos tratando-o como reduzido a mero produto <sup>(2)</sup> e até certo ponto como separado do social. E nesse sentido enquanto expressão do social, como forma. Não que neguemos a forma; mesmo porque ela é ao mesmo tempo falsa e verdadeira, porque esconde mas também revela a essência. O problema é não pararmos na forma, porque podemos ver o espaço enquanto coisa e não enquanto relação social. E o problema é que a coisa, na sociedade capitalista, é mera exterioridade do processo.

- 
- (1) E LEFEBVRE não se reporta a um espontaneísmo da ação social e nem a uma hipótese mecanicista que explica a produção de relações sociais a partir de determinadas propriedades do espaço (densidade, concentração) como aponta CASTELLS (1976:107-117). Nesse texto que citamos, ele reforça justamente a prática política como condição da possibilidade de negação das relações de produção existentes. O que nos leva a pensar sobre um viés de leitura feita por CASTELLS, um tanto quanto positivista. Para LEFEBVRE a possibilidade de tal movimento está ligada a uma estratégia; "em determinar um ponto de ataque, limitado, porém bastante preciso, pondo em jogo uma tática e uma estratégia de pensamento" (1976 : 7).
- (2) "Hipótese segundo a qual o espaço social é visto como um produto da sociedade, resultado para uns de uma certa história, de um passado geral ou particularizado. Para outros de diversas atividades, por exemplo agrícola, artesanal, industrial. Em outras palavras é consequência da divisão do trabalho. Neste sentido é o ponto de reunião dos objetos produzidos. Em tal hipótese o espaço é a objetivação do social e, conseqüentemente do mental. O que implica na contrastação, portanto, na descrição empírica, antes de toda teorização" (LEFEBVRE, 1976 : 30). Não implica na concepção de uma totalidade presuposta que se superpõe ao espaço ?

Por outro lado, também achamos que não se trata de reduzi-lo a mero instrumento, manipulado em poder da classe dominante, sempre a seu serviço. Embora o que se constata é que cada vez mais aperfeiçoa-se uma economia política do espaço<sup>(1)</sup>.

Entendemos que o espaço encerra e oculta uma relação social, que se revela enquanto processo de apropriação territorial, envolvendo um movimento em que se põe ao mesmo tempo enquanto pressuposto, condição (trabalho materializado no espaço), ao mesmo tempo que enquanto resultado, produto da práxis. Que faz parte dessas atividades, ao mesmo tempo que as revela, em um espaço complexo, desenvolvido desigualmente, onde forma e conteúdo articulam-se, sob as determinações do modo capitalista de produção<sup>(2)</sup> garantindo até certo ponto, a reprodução das relações sociais capitalistas de produção. Até certo ponto, porque o fato é que não se dá de maneira direta e sem tensões, e nem como mero reflexo, a relação entre processo de reprodução do capital e processo de produção do território (que é ao mesmo tempo processo de apropriação). Entre um processo e outro há mediações, entre as quais as postas pela reprodução da força de trabalho, pela propriedade da terra, etc.

No entanto, ainda que não se considere nessa relação, o espaço apenas como objetivação do social, não se pode minimizar seu papel no processo cada vez mais desconcertante de reprodução das relações sociais capitalistas de produção, uma vez que se

(1) HENRI LEFEBVRE aborda especialmente esta questão em "Espacio y Política - El derecho a la ciudad, II". Barcelona, Península, 1976.

(2) "É portanto sob as determinações gerais de um modo de produção específico que se manifestam os processos territoriais en quanto momento da totalidade" (MORAES/COSTA, 1980 : 16).

trata cada vez mais de se estender em todo o território, uma prática política que se dá não só no território, mas com o território. Prática política, definida pela tensão entre a reprodução das relações sociais da sociedade capitalista, ao mesmo tempo que sua negação. Daí que são relações de classe, de dominação.

"Vão se configurando cada vez mais as contradições do espaço, que "envolvem, reproduzem e ampliam as contradições no espaço" (LEFEBVRE, 1976 : 107), através de uma economia política do espaço, como uma das práticas da produção/apropriação do espaço. Claro que a prática dominante, porque é a prática da classe dominante.

Numa sociedade em que, como bem coloca LEFEBVRE (1973), a questão da manutenção das relações de exploração econômica e de dominação política envolve cada vez mais, a reprodução não só de seus meios de produção, mas das relações sociais globais; portanto numa sociedade em que a reprodução dessas relações sociais de produção ultrapassa o próprio local de trabalho e penetra em todos os lugares; e mais do que isso, numa sociedade cuja reprodução das relações essenciais se dá através da totalidade do território (1973); nesta sociedade, totalidade em transformação, a relação espaço-tempo, só pode ser pensada enquanto unidade, enquanto relação dialética entre seus elementos. De cuja relação ambos saem transformados, gerando sempre uma totalidade nova.

A questão é captar o significado novo do espaço, dentro da totalidade "espaço-tempo diferencial" como costuma dizer LEFEBVRE (1976), na medida em que se possa analisar as "contradições do espaço dentro da sociedade" (geralmente o que costuma

mos fazer é só o contrário, isto é, analisar as contradições da sociedade no espaço), para que se possa desvendar o virtual que o espaço oculta e revela.

E porque o virtual ?

Porque, numa sociedade a) em que a manutenção de sua base econômica repousa ao mesmo tempo na reprodução de processos imediatos de produção reciprocamente independentes, como na sua relação - processo social de produção, b) cujo dispositivo colocado socialmente em prática<sup>(1)</sup> é o da distribuição equitativa da taxa de lucro dos capitais de composição orgânica desigual, para neutralizar os custos maiores dos capitais de composição orgânica alta, dispositivo este que não se limita só ao âmbito das empresas, mas se estende por todo o território<sup>(2)</sup> ou seja concretiza-se no espaço e através do espaço.

"Devemos sublinhar a espacialidade de tal conceito: a composição orgânica média, pois corresponde a algo concreto, a uma localização. No mercado mundial, nas relações, confrontações, a referência é a composição orgânica média.

As relações entre setores e países na escala planetária se concretizam desta forma enquanto relações espaciais e não separando o espaço geográfico do espaço econômico, ou do espaço político; mas integrando-as ao 'socio-econômico' e ao 'socio-político'. Desta forma, a economia política do espaço cobra toda sua dimensão. A essas alturas, o valor de utiliza -

---

(1) De forma mesmo não consciente e intencional.

(2) Através da transferência de trabalho excedente de um setor a outro de uma região à outra, de uns países a outros.

ção do espaço se torna político"( LEFEBVRE,1976:116)<sup>(1)</sup>.

Assim,do que se trata é verdadeiramente de uma economia política do espaço,que produz espaço diferencial, que reproduz e amplia diferenças. Essas diferenças não podem levar a uma reprodução das relações sociais de produção sem tensões, sem contradições . Daí, o virtual, a negação dessas relações sociais globais que reproduzem as relações de exploração econômica e de dominação política que o espaço esconde e que pode nos revelar. Uma vez que evidencia-se cada vez mais um espaço ativo, dividido,"o espaço das necessidades filtradas e cifradas" (LEFEBVRE, 1976:125). Espaço complexo e desigual , cuja função na constituição da totalidade social é crescente. A própria localização passa a ter uma importância cada vez maior na socialização das forças produtivas.

"A localização forma parte, hoje em dia, das condições do trabalho produtor, da utilização social das forças produtivas, da prática social. Começa a fazer parte integrante da socialização das forças produtivas" (1976 : 156 - 157).

O importante é conseguirmos revelar as tendências que a localização encerra — sua inércia, seu estalar.

Depois dessas colocações apresentadas mais a título de contribuição para a reflexão sobre o tema, e como apoio para ba-searmos nossas reflexões e análises seguintes<sup>(2)</sup>, tentaremos a-

(1) Esta colocação implica numa abstração — pensar as relações entre setores e países enquanto relações espaciais —, mas numa abstração falsa e verdadeira ao mesmo tempo.

(2) Pois temos consciência do quanto elas são ainda imprecisas e do quanto estamos "engatinhando" nesse aspecto, haja visto o apoio constante nos trabalhos de Henri Lefebvre. Por outro lado a referência a este autor evidencia o quanto a-creditamos nas pistas que ele nos dá.

presentar alguns pontos que contribuem para o estudo da territorialização da questão que nos propusemos estudar — a reprodução das relações sociais capitalistas de produção, através da subordinação da renda e do trabalho do pequeno produtor mercantil ao capital —, do que manifesta e do que esconde.

Começaremos, como já tínhamos colocado no início, pela discussão do caráter social do trabalho que produz leite C.

Apesar de uma aparente autonomia do pequeno produtor mercantil em relação à realidade social mais ampla, especificamente em relação à produção da mais valia global, o caráter social de seu trabalho é evidenciado pela própria articulação do seu trabalho aos dos motoristas de caminhão, ao dos operários da indústria de laticínios, etc, sob o domínio destas, ou de modo geral das indústrias agro-alimentares. Isto é, o caráter social (não independente) da produção do leite "in natura" fica transparente quando se toma o ciclo do leite como um todo. Ou seja, em todos os processos subsequentes que convertem o leite "in natura" do úbere da vaca em leite no balde, em leite no latão, no caminhão tanque, etc, à leite empacotado e derivados, à disposição do consumidor no mercado. No fim desses processos que se sucederam, a substância leite recebeu uma forma mais útil, mais apropriada ao consumo, em que em cada processo de produção simples, o valor de uso do produto leite foi conservado e aumentado (tornado mais adequado ao consumo), graças a vários trabalhos que se sucederam em diferentes espaços e tempos.

Assim, o que no processo simples de produção se apresentava como trabalho particular, independente, no fim do processo, isto é no processo de valorização, se evidencia como socialmente determinado. E co

mo tal, na forma de trabalho abstrato (MARX, 1977 (a) vol.1 :308).

Do ponto de vista do pequeno produtor mercantil de leite o ciclo termina no momento em que troca o seu produto pelo dinheiro do leite, o qual vai ser transformado nas mercadorias que precisa para sobreviver. Do ponto de vista do capital esse primeiro ato da circulação é apenas uma parte do processo, "um momento qualitativo, um momento na reprodução e crescimento do capital". Esse "processo vital do capital só é possível graças ao segundo ato da circulação, o qual consiste na troca do dinheiro pelas condições de produção e constitui o preâmbulo ao ato de produção. A circulação, portanto, forma parte do conceito do capital" (MARX, 1977 (a) vol. 2 : 151 - 152).

Assim, o conjunto dos pequenos produtores mercantis de leite atendem ao primeiro suposto da circulação que, conforme a própria colocação de MARX, é literalmente atendido: "a circulação mesma das mercadorias, a circulação que parte constantemente de muitos pontos" (1977 (a) vol.2:130).

É evidente a espacialidade de tal processo. Além disso, produzindo o leite como mercadoria, como valor de troca, isto é, não como valor de uso imediato mas como valor de uso mediado pelo valor de troca, atendem também às outras condições da circulação<sup>(1)</sup> apesar de no que se refere ao processo imediato de produção não atenderem aos supostos clássicos da relação social capitalista de produção.

---

(1) Tais como: que o leite seja um produto na medida em que o é para outro; que se dê a separação do leite em relação ao produtor direto; que a produção não se apresente para o produtor como um fim em si, mas como meio (MARX, 1977 (a) vol.1 : 130).

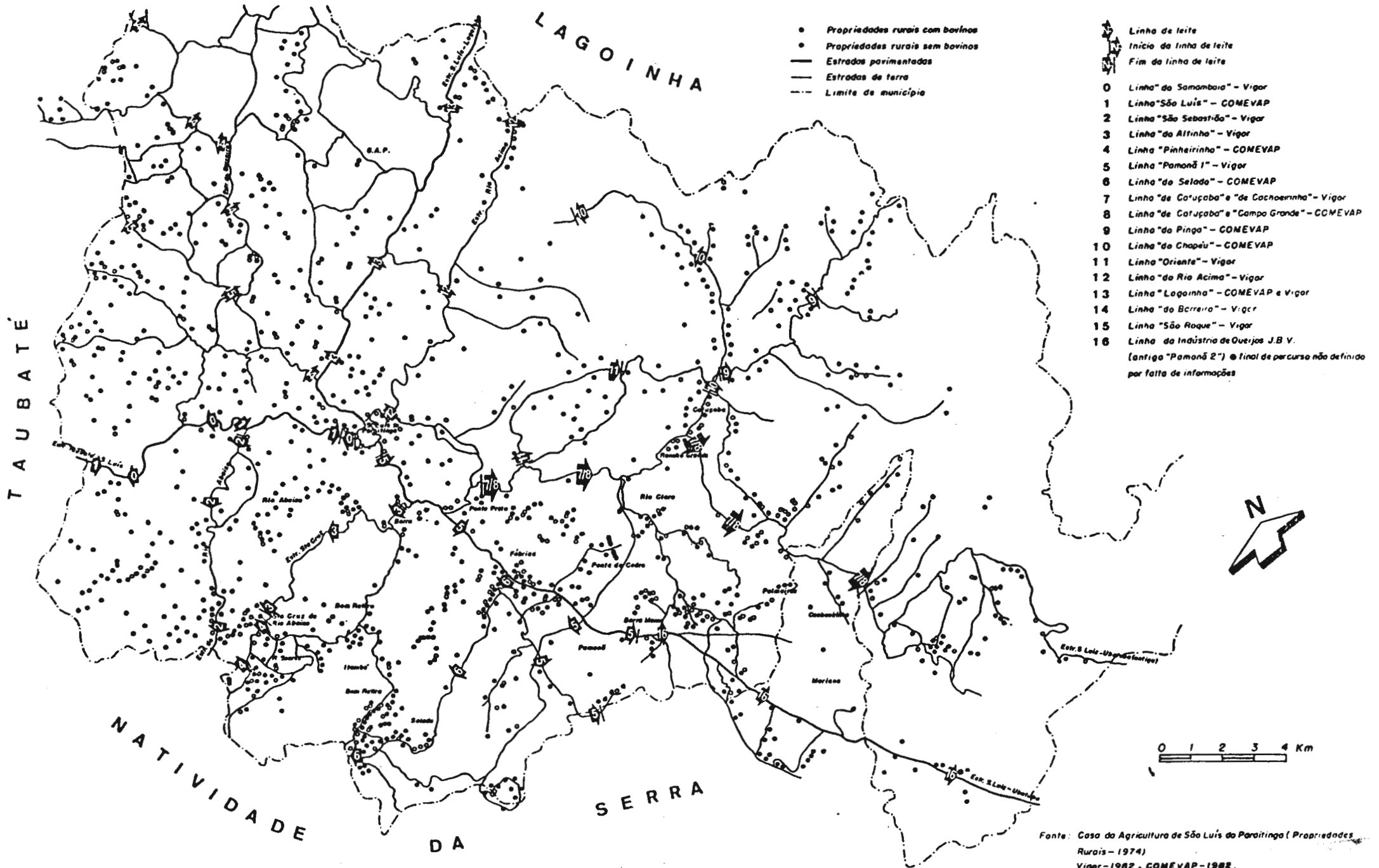
Fica claro que o conjunto dos produtores de leite respondem por uma das etapas do processo da circulação — como fornecedores de leite in natura às usinas — e que é através do território que se dá esse processo. Vão-se configurando um conjunto de relações determinadas, que também são relações territoriais, definindo processos territoriais, a partir dessas relações, que se sucedem aos anteriores. Surgem as "linhas de leite", com base nos caminhos anteriormente utilizados (vide figura 2) redefinem-se os bairros rurais, ambos aproveitados segundo um outro valor de uso que muitas vezes não tinham, ou não era predominante<sup>(1)</sup>. A esses elementos se combinam outros como a usina regional (fundamental para a captação, centralização e pré-beneficiamento da matéria-prima), as rodovias pavimentadas que as ligam até as usinas centrais de beneficiamento do leite propriamente dito, e desta aos mercados, através de outros tantos e específicos elementos, que cobram cada um a sua espacialidade e o seu papel.

Surge uma nova totalidade, onde os processos territoriais se configuram enquanto momento dessa totalidade — o todo tem

---

(1) "Com a pecuária e o caminhão de leite, os bairros vão perdendo, na maioria, sua identidade. Há uma valorização da 'linha de leite', inclusive em termos de 'vida de relações', razão pela qual no recadastramento do INCRA, já está indicada a linha e não mais o bairro. Estes foram sendo descaracterizados, não apenas enquanto 'sentimento de localidade' mas também em seus aspectos sociais e econômicos" (TEIXEIRA, 1983 : 151 - 152). Sobre a valorização da 'linha de leite' em termos de sua importância na 'vida de relações', especialmente intra-regionais, já nos referimos a esse aspecto no capítulo anterior (ver pp. 234 - 237).





Fonte: Casa da Agricultura de São Luís do Paraitinga (Propriedades Rurais - 1974)  
 Vigor - 1962, COMEVAP - 1982  
 Org.: A. M. P. Rodrigues - 1985

po-espaco diferencial<sup>(1)</sup>.

Garante-se assim a união (relação), e o mais rápido possível, entre os processos parciais de produção do leite, ou de trabalho excedente materializado no leite, e o processo mais geral da reprodução dos capitais particulares afetos ao setor da produção industrial e ao setor de distribuição do leite, ligados pelas "linhas de leite"<sup>(2)</sup>, pelos locais de captação e cen

(1) Na verdade esses dois aspectos são inseparáveis e sempre se condicionaram reciprocamente desde que existem os homens, uma vez que não nos interessa estudar essa relação tempo-espaco fora de sua historicidade. Pois como diz MARX "apenas conhecemos uma ciência: a da história. Esta pode ser examinada sob dois aspectos; podemos dividi-la em história da natureza e história dos homens. Porém estes dois aspectos não são separáveis; enquanto existirem homens, a sua história e da natureza condicionar-se-ão reciprocamente" (s/d : 18). Não queremos reduzir ao mesmo estatuto o tempo e o espaco, pois trata-se de reter as determinações fundamentais "os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência" (MARX, s/d : 18). O que ressaltamos em nossas reflexões é sobre o caráter histórico que a relação tempo-espaco vai assumindo. De como o espaco cobra cada vez mais importância no processo de reprodução das relações sociais capitalistas de produção; assim como na socialização das forças produtivas sociais, tanto quanto na negação daquelas relações sociais e na exclusão quanto a aquela socialização, uma vez que a história cada vez mais se dá não só no espaco, mas com o espaco.

(2) As "linhas de leite", como as estradas capilares de modo geral, são fundamentais na mediação desses processos, conforme se deduz da figura 2, que evidencia a espacialidade do processo de reprodução do capital.

tralização do leite pelas rodovias<sup>(1)</sup>, e assim por diante; pa  
ra garantir em última análise o processo de reprodução amplia-  
da do capital.

Assim, a redução das distâncias, a possibilidade de se usu-  
 fruir da simultaneidade, se convertem na redução do tempo de  
 circulação, tendo em vista a maior velocidade de realização do  
 leite no mercado. Desse modo, o que poderia beneficiar aos que  
 trabalham, acaba beneficiando o capital. Este é o sentido ge-  
 ral que determina a produção e a apropriação também do territó-  
 rio na sociedade capitalista.

TEIXEIRA (1983: 151 - 157) discute com muita pertinência em  
 seu trabalho recente, como o capital subordina e redefine ele-  
 mentos da antiga "ordem caipira", para viabilizar sua expansão.  
 "As transformações ocorridas na produção comercial produzida pe-  
 los moradores dos bairros determina, necessariamente, modifi-  
 cações na organização do espaço. Há necessariamente uma nova orga-  
 zação espacial que se superpõe à velha, herdada do passado com  
 base na estruturação dos referidos bairros rurais" (1983: 156).  
 Fruto da intensificação das relações entre produtor mercantil -  
 indústria de laticínios, que se tornam sistematicamente diárias  
 e que se concretizam via "linha de leite", as formas e os pro-  
 cessos territoriais vão adquirindo significados novos. Os bair-  
 ros vão perdendo sua importância enquanto estrutura fundamental

---

(1) A própria diferenciação das formas espaciais, evidenciada pe-  
 la qualidade diferencial das estradas — as rodovias e as  
 "linhas de leite" —, revelam a apropriação desigual do  
 território numa economia de mercado: os mais privilegiados  
 circulam sobre as estradas melhores — as rodovias. Os me-  
 nos "ricos" prisioneiros até de seu espaço, circulam sobre  
 as piores.

das relações sociais locais, ao mesmo tempo que as "linhas de leite" se tornam supersignificantes. Mas mais do que favorecer uma ampliação do universo das relações do pequeno produtor mercantil e uma possível ampliação de sua apropriação da riqueza social e dentro dela do território, a "linha de leite" tem revelado a separação do habitante do campo em relação a seu próprio espaço, e mais do que isso a perda do indivíduo de sua própria identidade.

Esse processo é recente tendo sido abordado já por MELLO e SOUZA, o qual mostra com muita sensibilidade as transformações vivenciadas por aqueles trabalhadores. Inclusive de como as afinidades entre o "caipira" e o espaço vão sendo destruídas. De como o território já não propicia como antes os alimentos. A caça e a pesca escasseiam. A disponibilidade de terras escasseia. A mobilidade, recurso muito mais usado para corrigir as limitações do meio, se torna cada vez mais limitada pela propriedade privada das terras (1979: 176 - 177). Assim, nas suas próprias palavras "o caipira desprendendo-se do meio, considerado como integração total dos elementos naturais, reajustando-se a meios parciais, desarticulados, e não mais fundidos na unidade ecológica dantes característica do seu equilíbrio. A um ajustamento total, sucede uma pluralidade de ajustamentos (...). Em lugar do meio contínuo e íntegro, base da subsistência, da recreação, da magia, da comemoração, da lenda, surgem meios desarticulados e em certa medida autônomos, definindo um dilaceramento na atividade do homem rústico, todo concentrado agora na preservação do mínimo ecológico por meio da agricultura comercializada" (1979: 177).

De fato, a vida dos moradores de Catuçaba, dos produtores mercantis e de sua família, assim como das famílias dos assalariados, vai perdendo cada vez mais sua autonomia, passando a depender de novas esferas de relações, mas onde a sociabilidade vicinal, o auxílio mútuo, as atividades lúdico-religiosas, o sentimento de localidade, vão sendo pouco a pouco substituídos pela indiferença recíproca. E nesse processo a "linha de leite" vai desempenhando um papel crescente, unindo o produtor mercantil à indústria de laticínios, unindo os habitantes do campo à cidade (São Luiz do Paraitinga e outras), e desunindo-os ao mesmo tempo.

Fica claro que é através do espaço que se dá a totalidade do processo social, totalidade essa constituída pelas diferenças, pelas tensões, pelas contradições. Fica claro o caráter determinado que o território esconde e encerra, pois é sobre ele e através dele que a circulação se apresenta como o conjunto do próprio movimento social. Em que o ponto de partida não é o indivíduo livre, mas seu vínculo ao conjunto das relações da sociedade capitalista, relações essas que se estendem cada vez mais, e através do espaço.

E ainda que não se reduza tudo à reprodução ampliada do capital, e do mesmo modo ainda que não se limite a pensar a apropriação do território reduzida à lógica do capital — e nossas observações sobre as relações que se travam durante o percurso dos caminhões de leite mostram também o contrário —, mesmo assim, não se pode minimizar o alcance das determinações postas pelo valor de troca frente às tendências opostas. Cada vez mais essas determinações penetram em todos os lugares, invadindo cada particular, cada relação.

MARX afirma que "o ponto verdadeiro está sobre tudo em que o próprio interesse privado é já um interesse socialmente determinado e pode alcançar-se-lhe somente no âmbito das condições que fixa a sociedade e com os meios que ela oferece: está ligado conseqüentemente à reprodução destas condições e destes meios. Se trata do interesse dos particulares; porém seu conteúdo, assim como a forma e os meios de sua realização, estão dados pelas condições sociais independentes de todos" (1977 (a) vol. 1 : 84).

Assim, o caráter social que determina os trabalhos particulares reais, assim como os produtos do trabalho (entre eles as formas e os processos territoriais), se apresentam sobre o modo capitalista de produção como alheios e indiferentes frente à maioria dos homens, a serviço de uma minoria deles: os proprietários do capital e do território.

Daí que a aparente independência dos pequenos produtores de leite frente às condições de existência as quais entram em contato, nada mais é do que sua indiferença recíproca. "Não como seu estar reciprocamente relacionados mas como seu estar subordinados às relações que subsistem independentemente deles e nascem do choque dos indivíduos reciprocamente indiferentes" (MARX, 1977 (a) vol. 1 : 84) <sup>(1)</sup>.

E essa indiferença recíproca em que se travam as relações só pode levar à intensificação das diferenças, dos desequilíbrios,

---

(1) Se a forma como se dá a produção imediata de leite C a inda não foi revolucionada pelo capital, seu conteúdo certamente tem sido, assim como o conjunto das relações que configuram a vida do pequeno produtor mercantil.

das crises e das contradições, inerentes a esse modo de funcionamento.

Mas esta indiferença recíproca também tem uma razão de ser, é que contribue para dissimular o fato de que o trabalho é a única fonte do lucro, e de que a terra é a fonte das rendas, e para garantir as diferenças e as separações tanto ao nível das representações como no espaço.

É nesse sentido que afirmamos que vai se configurando um território unido-desunido, que revela acima de tudo, a separação sobre o espaço de todos os elementos e aspectos da prática social. Assim, se a relação produtor de leite - indústria se dá através da "linha de leite" (entre outros) esta serve ao mesmo tempo para reproduzir a oposição entre eles uma vez que nesta relação a troca desigual é um pressuposto. Assim a "linha de leite" ao mesmo tempo os une e os separa.

De modo que evidencia-se, cada vez mais, a importância do território para se consumir tanto a reprodução das relações sociais capitalistas de produção, assim como sua mistificação. E o que é importante ressaltar é que as diferenças, a apropriação desigual, a separação, implicam cada vez mais em uma localização<sup>(1)</sup>.

---

(1) "De modo específico, a organização do território e os instrumentos nos quais se baseia, desempenham um papel na realização do processo total do capital. Deste ponto de vista, eles se configuram como elementos do controle político da força de trabalho, se aceitamos como justo, que as conformações territoriais têm um peso atuante na emergência do conflito social" (CALABI/INDOVINA, 1973 : 14).

Ocorre é que as classes ficam repartidas no território (menos no campo comparavelmente às cidades)<sup>(1)</sup>, sob a tensão e as contradições de várias exigências e constrangimentos. Sob as determinações gerais do modo capitalista de produção<sup>(2)</sup> e as exigências de tal processo assim como segundo as exigências dos demais processos que não se reduzem à lógica do capital, sob os constrangimentos dados pelas tendências opostas que brotam do próprio enfrentamento das classes<sup>(3)</sup> (fruto de um lado, dos resultados sociais constrangedoramente desiguais do processo de reprodução ampliada do capital), além dos constrangimentos dados pelo próprio território, de tudo isso define-se um processo de apropriação desigual do território. Processo esse em que

- 
- (1) O que não quer dizer que não estamos considerando as transições, as dificuldades em se estabelecer linhas divisórias entre as classes.
- (2) Cujas tendências constante e lei de seu desenvolvimento é a separação cada vez mais profunda entre os meios de produção) e o trabalho e a concentração dos meios de produção em mãos de grupos cada vez maiores, assim como a tendência da propriedade privada da terra em adotar a forma que corresponde ao regime capitalista de produção (MARX, 1978: 817), e em que a garantia da continuidade de tal processo implica cada vez mais não só na reprodução dos meios de produção, mas na reprodução das relações sociais, em que cada vez mais cada relação, cada particular, se torna o lugar da reprodução das relações de produção. E se é verdade que essa reprodução implica numa estratégia que tenta se constituir, e não de um sistema pré-existente, "não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (...), é todo o espaço. Ocupado pelo neocapitalismo (...) o espaço transforma-se na sede do poder" (LEFEBVRE, 1973 : 247).
- (3) De acordo com os avanços e recuos da própria luta de classes.



cada vez mais o território participa de uma nova globalidade, que tem como motor agora, a reprodução das relações sociais de produção<sup>(1)</sup>. Nesta medida, é possível que ocorra uma mudança qualitativa profunda dessas relações, dada pela importância central que assumem as relações de dominação para garantir a reprodução das relações de produção, conforme acentua LEFEBVRE (1973: 248 e 1976), e que ainda não refletimos satisfatoriamente. Daí que é possível que ocorra uma mudança qualitativa, histórica na produção do espaço que não podia ter aparecido antes, no capitalismo concorrencial. Ele entra na planificação global para participar ativamente da reprodução das relações de produção e não mais da reprodução dos meios de produção, e que não nos demos conta ainda. E se tal fato é verdade, é preciso refletirmos sobre a especificidade da produção do espaço afeta à fase monopolista do capital, no contexto do predomínio das relações de dominação — que comandam agora a reprodução das relações sociais de produção, como uma necessidade histórica da continuidade do capitalismo. Até que ponto não estamos diante de uma totalidade nova, mas explicando-a com um instrumental velho? Até que ponto é satisfatório e até que ponto não é, explicar a produção do espaço a partir da noção de práxis?

Há que se reter a historicidade dessa práxis em cada momento da totalidade espaço - tempo diferencial, porque senão

---

(1) A dimensão espacial de tal processo configurada predominantemente pela divisão territorial do trabalho é um resultado, ao mesmo tempo que uma condição de realização.

não damos conta de explicar as especificidades<sup>(1)</sup> e as novas formas que a contradição fundamental — produção socializada e apropriação privada — vai assumindo. Porque senão corremos o risco de perpetuarmos a produção do espaço pelos homens por sua inércia natural.

Daí também o nosso apoio em LEFEBVRE, pelas direções que aponta para a apreensão dessa nova totalidade.

E é por isso que acreditamos ser correto que hoje a questão territorial reveste uma importância crescente ligada não só às condições de reprodução das relações sociais de produção assim como de sua negação.

Aproveitando MOREIRA que diz que a questão regional "se apresenta sob a forma da proclamação da região como célula de pesquisa e do discurso geográficos ou sob a forma extrema que negará uma existência concreta para a região preconizando antes uma regionalização que a região" (1981 : 64) acrescentamos que na sua essência ela está intimamente ligada ao problema da reprodução das relações de produção.

E se existe uma questão regional é porque antes de mais na

---

(1) Em estudo recente sobre Cubatão, Amélia Luisa Damiani discute justamente esta questão da especificidade histórica que o território assume na fase monopolista do capital, dada pela própria característica desta fase em concentrar cada vez mais capital constante em relação ao variável, isto é, dada pela tendência ao aumento da composição orgânica do capital. A espacialidade de tal processo, e sua especificidade é evidenciada pela autora através de uma análise que faz de Cubatão enquanto capital fixo (Tese de Mestrado, em elaboração).

da está havendo uma questão regional para o capital (MOREIRA, 1981 : 65), o qual ao mesmo tempo cria as desigualdades assim como tende à homogeneização do espaço, enquanto lugar de reprodução das relações sociais de produção<sup>(1)</sup>.

A acumulação de capital pressupõe níveis de capitalização diferentes, níveis de mais valia desiguais, em massa e em taxa e um fluxo de mais-valia de transferência sempre crescentes (VERGOPOULOS (1977 : 79 - 80)

A troca desigual é, pois, o pressuposto tanto teórico, como prático para que a acumulação setorial e regional possa crescer. Assim, as diferenças são a resposta capitalista ao problema do crescimento, e diferenças inclusive territoriais.

O que nossa investigação sobre o processo de produção mercantil de leite C evidenciou foi o conjunto das determinações que viabilizam justamente a transferência de renda e trabalho excedente dos pequenos produtores mercantis para o capital, evidenciando a espacialidade do conceito de composição orgânica do capital, de como corresponde a algo concreto, ao território. Tanto enquanto processo como enquanto resultado, que se dá no espaço e com o espaço.

O resultado, os espaços — tempos diferenciais que se produzem — por exemplo, a presença das relações não capitalistas

---

(1) MOREIRA afirma que a questão regional surge "onde a incorporação de segmentos não capitalistas pelo desenvolvimento das relações capitalistas é posta em pauta" (1981: 65).

de produção do leite C, reproduzindo as relações sociais capitalistas de produção, portanto, evidenciando, tanto, tempos diferentes no interior do modo de produção do capital, como espaços diferentes se reproduzindo ao mesmo tempo, no tempo do modo de produção do capital —, revelam o processo de transferência acima mencionado. Revelam as contradições do espaço, revelam as diferenças que ampliam as contradições no espaço.

#### A região do Alto Paraíba e a crise

É dentro deste contexto que achamos que devem se nortear nossas reflexões sobre o espaço e mais especificamente sobre a região do Alto Paraíba e de seu papel enquanto território de produção de leite C<sup>(1)</sup>.

---

(1) Entretanto nossa generalização não se apoiou somente neste quadro, mas em evidências dos percursos que fizemos com os caminhões de leite nos municípios vizinhos de Lagoinha e Natividade da Serra, e em alguns estudos sobre a região, especialmente o da Secretaria de Economia e Planejamento, CAR/IBGE — As transformações e a escala de produção das atividades agrárias na região do Macro-Eixo Paulista, São Paulo, Anexo 4 do Plano Regional Macro-Eixo Paulista, 1978. Definindo uma regionalização segundo critérios próprios — que "não obstante sejam consideradas características de homogeneidade, predominou o conceito de região programa. Os municípios foram agrupados em sub-regiões com problemas e perspectivas comuns de desenvolvimento (...). Condições de homogeneidade foram analisadas e comparadas com base em indicadores econômicos, demográficos e físicos (...) a través dos quais se identificaram as sub-regiões" (SEP-CAR, 1978 : 4 - 5) — o estudo forneceu dados esclarecedores sobre a região do Alto Paraíba (para eles sub-região do Alto Paraíba ou Alto Vale). "No Alto Paraíba, a principal atividade econômica é a pecuária bovina, que a partir de 1950 tem mostrado um aumento no seu rebanho (...) se orientando para a produção de leite depois de ter passado por transformações gradativas passando da finalidade de pecuária mista para leiteira" (1978, Anexo 4 : 36 - 38).

É bem verdade que o que define a região do Alto Paraíba enquanto um território de produção de leite<sup>(1)</sup> é o fato de grande parte de seus habitantes produzirem leite nela<sup>(2)</sup>, como se pode inferir do quadro 1.

Porém a particularidade dessa região quanto aos produtos e as formas como são produzidos (predominantemente relações não capitalistas de produção), assim como as relações interregionais que se travam com outras unidades territoriais, só pode ser entendida enquanto resultado ao mesmo tempo que pressuposto de uma totalidade maior, o conjunto da prática social num determinado momento. LIPIETZ (1977 : 12) afirma que "a 'região' aparece assim como o produto das relações interregionais, e elas próprias como uma dimensão das relações sociais. Não há 'região pobre', há apenas regiões de pobres e, se existe regiões de pobres, é que há regiões de ricos, e relações sociais que polarizam riqueza e pobreza e as dispõe diferencialmente no espaço".

De modo geral, o conjunto dos processos sociais que configuram a vida em toda as suas dimensões especialmente a econômica e a política da grande parte dos trabalhadores na maioria dos municípios do Alto Paraíba, está ritmada pelas contingências e crises ligadas à produção de leite C para a in-

---

(1) No momento não nos preocupamos em precisar os limites específicos de tal particularidade no território, mas em esboçar a questão da região em suas determinações gerais. "É a forma geral a que presta sentido às constatações empíricas, e não o inverso (LEFEBVRE, 1976 : 70)

(2) MARX afirmou que "o que faz com que uma região da terra seja um território de caça é o fato das tribos caçarem nela" (1977 (c): 87).

Quadro 1  
 PRODUÇÃO DE LEITE (1000 lt) E Nº DE PRODUTORES  
 1979 e 1980

1 9 7 9												
Municípios	Leite "B"				Leite "C"				Total		(3) Classificação decrescente	
	Litros	% (1)	Nº de Prod.	% (2)	Litros	% (1)	Nº de Prod.	% (2)	Litros	Nº de Prod.	Prod. de Leite	Nº de Prod.
CAÇAPAVA *	8.773	70,7	27	21,8	3.635	29,3	97	78,2	12.408	124	2º	7º
JAMBEIRO	3.128	70,8	39	37,1	1.291	29,2	66	62,8	4.419	105	6º	8º
LAGOINHA	601	15,4	10	4,0	3.304	84,6	239	95,9	3.905	249	7º	4º
NATIVIDADE DA SERRA	(4)	-	-	-	4.897	100,0	385	100,0	4.897	385	5º	2º
PINDAMONHANGABA *	12.913	78,8	73	33,3	3.478	21,2	146	66,7	16.391	219	1º	5º
REDENÇÃO DA SERRA *	818	32,5	06	3,9	1.697	67,5	147	96,0	2.515	153	8º	6º
S. LUIS DO PARAITINGA *	1.983	20,8	18	3,8	7.525	79,1	453	96,2	9.508	471	4º	1º
TAUBATÉ	7.736	63,2	70	24,6	4.504	36,8	214	75,4	12.240	284	3º	3º
TREMÊMBÉ	610	44,0	05	8,5	777	56,0	54	91,5	1.387	59	9º	9º
<b>TOTAL</b>	<b>36.562</b>	<b>54,0</b>	<b>248</b>	<b>12,1</b>	<b>31.108</b>	<b>46,0</b>	<b>1.801</b>	<b>87,9</b>	<b>67.670</b>	<b>2.049</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

1 9 8 0												
Municípios	Leite "B"				Leite "C"				Total		(3) Classificação decrescente	
	Litros	% (1)	Nº de Prod.	% (2)	Litros	% (1)	Nº de Prod.	% (2)	Litros	Nº de Prod.	Prod. de Leite	Nº de Prod.
CAÇAPAVA *	7.976	70,9	25	21,2	3.273	29,1	93	78,8	11.249	118	3º	7º
JAMBEIRO	2.825	71,3	39	37,5	1.135	28,7	65	62,5	3.960	104	6º	8º
LAGOINHA	599	17,3	08	03,5	2.853	82,6	223	96,5	3.452	231	7º	4º
NATIVIDADE DA SERRA	4,88	00,1	01	00,3	4.422	99,9	307	99,7	4.426,88	308	5º	2º
PINDAMONHANGABA *	11.038	82,1	66	34,4	2.409	17,9	126	65,6	13.447	192	1º	5º
REDENÇÃO DA SERRA *	602	37,0	06	03,6	1.023	62,9	162	96,4	1.625	168	9º	6º
S. LUIS DO PARAITINGA *	1.404	19,1	20	04,9	5.952	80,9	391	95,1	7.356	411	4º	1º
TAUBATÉ	7.965	69,7	57	21,0	3.462	30,3	214	79,0	11.427	271	2º	3º
TREMÊMBÉ	1.247	59,3	07	12,5	855	40,7	49	87,5	2.102	56	8º	9º
<b>TOTAL</b>	<b>33.660,88</b>	<b>57,0</b>	<b>229</b>	<b>12,3</b>	<b>25.384</b>	<b>43,0</b>	<b>1.630</b>	<b>87,7</b>	<b>59.044,88</b>	<b>1.859</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

FONTE: CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral)

(1) percentual de leite "B" e "C" produzidos anualmente em relação ao total de cidade ano

(2) percentual de produtores de cada tipo de leite em relação ao total de cada ano

(3) classificação decrescente dos municípios por produção total (B + C) de leite e por nº de produtores

(4) Natividade da Serra não produziu leite tipo "B" no ano de 1979

\* Municípios do Alto Paraíba

dústria de laticínios que se implanta em São Paulo e Vale do Paraíba, a partir de 1920<sup>(1)</sup>.

Essa nova divisão do trabalho sucede a anterior — a produção de café voltada para o mercado externo.

Desde então, a região do Alto Paraíba tem experimentado um processo de estagnação econômica e social, o qual reservou às suas cidades o cognome de "cidades mortas". Parece ser justo que o processo de subordinação a qual sofrem os produtores mercantis de Catuçaba, pode generalizar-se, até certo ponto, para o conjunto da região. Inclusive também no caso da pequena produção agrícola mercantil.

Assim, parece se verificar em bloco um processo de transferência de renda e de trabalho excedente para o capital (para as mãos de poucos grupos cada vez maiores — caso da VIGOR e LEITE PAULISTA, que estudamos, por exemplo), viabilizando um processo particular de reprodução do capital através basicamente de relações não capitalistas de produção. Isto é, sem dissolver a propriedade formal da terra, mas subordinando-a ao capital, para que não se anteponha a ele, separada dele, exigindo uma renda; e sem promover a separação entre os meios de produção e o trabalho<sup>(2)</sup>, mas subordinando-o através de vários mecanismos<sup>(3)</sup>.

Decorrente desse processo geral de exploração econômica e

---

(1) Conforme mencionamos no capítulo 4, no rápido histórico sobre a indústria de laticínios.

(2) Conforme discutimos com detalhe nos capítulos 2 e 3.

(3) Conforme abordamos no capítulo 4.

dominação política por que a região vem passando, parece ocorrer como tendência<sup>(1)</sup>, níveis mínimos senão decrescentes de reprodução do processo de produção mercantil, limites mínimos, senão decrescentes de reprodução da força de trabalho familiar que move o processo de produção mercantil de leite C<sup>(2)</sup>; salários baixos e consequentes níveis decrescentes de reprodução da força de trabalho assalariada<sup>(2)</sup> sucessões de crises de produção do leite C decorrentes dos baixos preços tabelados pelo Estado.

Durante este trabalho tentamos entender os mecanismos e fundamentos dessa "crise" agrária. Até onde conseguimos apreender verificamos basicamente os seguintes:

— tabelamento dos preços do leite C, sem nenhuma margem de negociação com os produtores, portanto, imposição de preços pela burguesia comercial-industrial através da mediação do Estado (SU NAB);

— estabelecimento de padrões e normas para produção do leite C e de derivados também pelo Estado (SIPA);

— estatuto da cooperativa regional de leite subordinado à Cooperativa Central, sujeito a manipulações;

— esvaziamento político dos sindicatos rurais;

— não enquadramento do produtor mercantil de leite (trabalhador-proprietário) no estatuto do trabalhador rural;

— abrangência parcial do estatuto do trabalhador rural que

---

(1) O que não quer dizer que não há os que se enriquecem, que conseguem acumular (aplicar produtivamente o seu dinheiro). As evidências empíricas por si só mostram que os dois processos se dão ao mesmo tempo.

(2) Conforme discutiremos adiante.



não garante um padrão justo de vida e de trabalho os mesmos<sup>(1)</sup> .

Através, especialmente, desses mecanismos se concretiza e se reproduz o sistema de exploração econômica e dominação política, dando lugar, inclusive, a uma aliança de classes entre frações do campesinato e burguesia (regional e nacional), e destas com o Estado<sup>(2)</sup> .

Em síntese esse sistema se caracteriza por:

- separação dos trabalhadores de seus sindicatos;
- imposição de uma ordem social pelo capital;
- subordinação da renda da terra e do trabalho do pequeno produtor mercantil ao capital.

A especificidade de tal aliança de classe é que apesar dos interesses do pequeno produtor mercantil não serem defendidos, de não haver negociação com eles, trata-se de uma política-econômica imposta pela burguesia, mas que não resulta necessariamente nu

---

(1) A própria ambiguidade do produtor mercantil — um trabalhador que é proprietário dos meios de produção — define uma situação não muito clara e protegida, para essas formas de trabalho familiar.

Além disso sabe-se que "os trabalhadores do campo não tem: auxílio-doença, auxílio-natalidade, auxílio-reclusão, salário família, aposentadoria por tempo de serviço, etc" (Jornal Movimento, São Paulo, 10 a 16.08.1981).

(2) A experiência com a produção mercantil de leite nos levou a considerar a burguesia regional (fundiária), como pouco expressiva na região, e identificando-se de modo geral no caso da produção do leite, com os produtores de leite B que desenvolvem relações capitalistas de produção e com alguns produtores de leite C, médios (+ 100l/dia). Uma investigação mais profunda sobre esses pontos, ficará para uma tarefa posterior. Quanto à burguesia industrial vimos que esta encontra uma alta afinidade comum dentro do Estado.

ma falta de coesão. Acostumados a reproduzir -se como explorados, movidos por níveis sociais e vitais mínimos — onde a lógica do valor de uso ainda é forte — , o pequeno produtor mercantil, que de modo geral não visa o lucro, mas a reprodução de sua subsistência, tem consentido com a sorte que lhe é imposta, usando, de modo geral, vias que não a política, para sobreviver às crises por que atravessa.

Assim, esse bloco social regional que é o Alto Paraíba, favorece até certo ponto a reprodução das relações sociais de produção, mas através da produção não capitalista do capital.

Por outro lado, pelo próprio esquema de subordinação em que se baseia, o qual tem desencadeado cada vez mais a expropriação entre os pequenos produtores mercantis, tem conduzido à intensificação da diferenciação do próprio campesinato, e o acirramento das contradições no seu interior.

Isto porém, não importa ao capital, desde que a região continue a funcionar basicamente como reservatório de matérias-primas baratas<sup>(1)</sup>.

Assim, reproduz-se e amplia-se o processo de acumulação e localização desiguais de capital no território, no qual a região do Alto Paraíba participa do processo transferindo renda e trabalho, sob várias formas, para o capital. Tais transferências alimentando as desigualdades de crescimento e desenvolvimento, aproveitadas pelo poder central, levam a uma espécie de semico-

---

(1) Além de outras exigências do capital como o consumo das mercadorias da indústria de insumos agrícolas, e dos bens de consumo assalariados, etc.

lonialismo dentro do território, estendendo-se espaços subordinados ao lado dos núcleos de decisão (para a viabilização da reprodução ampliada do capital), espaços hierarquizados, tanto regiões como zonas, por sua vez dominados e explorados por São Paulo<sup>(1)</sup>.

O cartograma dos fluxos de leite no Vale do Paraíba evidencia espacialmente uma das fases deste processo, em que se dá a captação e concentração da matéria-prima, a ser transferida em sua maioria, para as usinas de beneficiamento em São Paulo. Como vimos no estudo feito no município de São Luis do Paraitinga, a constituição de oligopsônios acompanhou a constituição da indústria de laticínios, de modo que o que se vê na figura 3, é não só uma concentração da matéria-prima no espaço, mas a concentração da matéria-prima em mãos de poucos grandes grupos: poder-se-ia ler ao invés de São Luis do Paraitinga, VIGOR; ao invés de Taubaté, LEITE PAULISTA; e assim por diante.

Por outro lado, quando se verifica o quadro da produção anual de leite no estado de São Paulo (quadro 2), alguns dados chamaram nossa atenção.

A perda de importância da DIRA (Divisão Regional Agrícola) do Vale do Paraíba enquanto produtora de leite no estado de São Paulo — 4º lugar quanto ao volume da produção e 7º lugar quanto ao número médio mensal de produtores — principal bacia lei-

---

(1) "Já não existem colônias no sentido estrito da palavra, porém surgiu já um semicolonialismo metropolitano, que subordina a tais centros elementos camponeses, operários, (...), inclusive a uma classe intelectual, todos eles condenados a uma exploração concentrada, quanto aos métodos utilizados, e mantendo tais elementos em um estado de segregação espacial" (LEFEBVRE, 1976 : 61 - 62) (grifos meus).

VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE  
ORIGEM E DESTINO DA PRODUÇÃO LEITEIRA

FIGURA 3



Fonte: D. I. R. A. de Pindamonhangaba

Org.: Morilisa Matos Garreta - 1976

## Quadro 2

ESTADO DE SÃO PAULO

PRODUÇÃO DE LEITE

1979

DIVISÃO REGIONAL AGRÍCOLA	NÚMERO MÉDIO MENSAL DE PRODUTORES	Nº MÉDIO DIÁRIO DE VACAS ORDENHA DAS POR PRODUTOR (CABEÇA)	PRODUÇÃO ANUAL (MIL LITROS)	PRODUTIVIDADE (LITROS POR CABEÇA POR DIA)
SÃO PAULO	3.720	5,5	32.450	4,3
VALE DO PARAÍBA	5.910	20,9	239.120	5,3
SOROCABA	13.730	8,9	146.770	3,3
CAMPINAS	8.930	13,0	248.960	5,9
RIBEIRÃO PRETO	8.980	20,3	334.190	5,0
BAURÚ	3.910	8,7	46.180	3,7
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	18.030	13,8	285.790	3,1
ARAÇATUBA	5.740	19,9	143.840	3,5
PRESIDENTE PRUDENTE	8.790	11,1	113.130	3,2
MARÍLIA	7.110	9,0	77.930	3,3
ESTADO	84.850	13,2	1.668.360	4,1

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

teira do Estado até recentemente, pode evidenciar algumas tendências e constatações.

Até certo ponto é compreensível que a produção leiteira como a produção agrícola de modo geral no Vale do Paraíba, encontre constrangimentos cada vez maiores devido a intensa industrialização e urbanização que aí se dá. Isso deve ser verdadeiro especialmente no caso das unidades produtoras que se localizam próximas do eixo da rodovia Pres. Dutra, locus predominante da produção de leite B<sup>(1)</sup> e de relações capitalistas de produção.

Por outro lado a produção de leite C, basicamente assentada sobre relações não capitalistas de produção, sofre os constrangimentos postos pelo capital através de várias mediações. O estudo que fizemos sobre os produtos mercantis de leite de Catuçaba dá conta de uma das formas em que se dá a subordinação da renda e do trabalho que produz leite C, ao capital. Particularidade que parece ser justo não se restringir à área em estudo, mas que nossas próprias pesquisas de campo evidenciaram que é comum a muitos municípios da região.

Assim como, vários estudos sobre a pecuária de leite no Vale do Paraíba, apesar de seus enfoques diferentes do nosso, parecem reforçar nossas observações. Um deles, afirma que "comparativamente às regiões produtoras de leite no Estado de São Paulo, o Vale do Paraíba possui suas características próprias entre as quais o nível educacional da maioria dos produtores de leite ser bastante baixo, as propriedades agrícolas são essencialmente produtoras de leite, faltando-lhes outras alternativas agrí-

---

(1) Conforme se verifica no quadro 1 deste capítulo.

colas até o presente momento; solos excessivamente acidatados, e rodidos e ácidos" (SECRETARIA DA AGRICULTURA, 1979 : 2). Acreditamos que as características acima mencionadas dizem respeito principalmente à produção mercantil de leite C, à produção de leite que se dá predominantemente nos espaços menos valorizados e menos disputados pelo crescimento urbano e industrial. Isto é, predominantemente não na planície. E a referência dos "solos excessivamente acidatados" nos assegura essa dedução.

De onde se conclui a importância da produção de leite C na região do Vale do Paraíba, ainda que seja pelo grande número de propriedades que se dedicam a tal produto. Fato este que nos leva a pensar que a nova divisão territorial da produção de leite no Estado de São Paulo, está intimamente ligada à importân-cia que a produção de leite C e B assumem em determinada região, respectivamente.

Ou seja que o destaque das DIRAs de Ribeirão Preto e Campinas, especialmente está intimamente ligado à expansão da produção capitalista de leite B.

E inversamente, que a participação menor da DIRA do Vale do Paraíba na produção de leite do Estado, está intimamente ligada: a) à participação significativa da produção não capitalista de leite C, determinada a reproduzir-se enquanto reprodução simples de mercadorias e sujeita a uma prolongada sucessão de crises de produção que, senão desestimulam a produção<sup>(1)</sup>, estabe-

---

(1) Só não há abandono porque o produtor mercantil, ou o campo nês de modo geral não raciocina com vistas ao lucro. Mas também não há expansão. A não ser dos que por condições especiais e fortuitas se enriquecem.

lecem mais as distinções entre a produção capitalista de leite B<sup>(1)</sup>; b) aos constrangimentos já mencionados que a produção capitalista de leite B, enfrenta.

Assim é que pensamos se desenvolver essa nova divisão territorial do trabalho que produz leite.

E a nosso ver o que essa divisão territorial do trabalho revela e esconde ao mesmo tempo: a) é o processo de transferência de renda e/ou trabalho que se dá principalmente das regiões locus de relações não capitalistas de produção, como o caso da região do Alto Paraíba, para as regiões locus da acumulação de capital - as áreas urbanas; b) como a manutenção dessas relações não capitalistas de produção são importantes e necessárias à reprodução do capital<sup>(2)</sup>; e c) de como a localização faz parte das condições de realização desses processos, onde a segregação social e espacial são um resultado e ao mesmo tempo um pressuposto.

Por outro lado o que se revela em termos de tendendências, pa

---

(1) Que se manifestam enquanto exigência da concentração, da acumulação de capital.

(2) Não só através da troca do leite com a indústria, mas pelo conjunto das relações que configuram a vida dos produtores mercantis no caso, enquanto reproduzem as relações de exploração econômica e de dominação política da sociedade capitalista, mantendo grande parte da região (de seus moradores) em um estado de segregação social e espacial. O que vem evidenciar a estreita relação entre espaço e reprodução da força de trabalho, como evidenciaremos através da discussão das condições de vida dos produtores de leite C e dos trabalhadores assalariados de Catuçaba.



rece ser, por enquanto, mais a permanência — a inércia, o conformismo, outras vias que não a política para se superar as crises em todas as suas dimensões —, do que o estalar de sua negação.

Fica a esperança no virtual que está presente. As diferenças constrangedoras que se reproduzem, assumindo magnitudes cada vez mais dramáticas, por seu lado o encerram.

Nas páginas seguintes apresentaremos alguns aspectos das condições de vida dos moradores de Catuçaba, para desvendarmos o que são algumas das diferenças ao nível do corpo, vulnerabilizado privado. E ao mesmo tempo, para retomar a reflexão sobre o que este corpo é capaz (agora enquanto corpo social), sobre o virtual.

"Há algo mais vulnerável, mais fácil de torturar do que a realidade de um corpo ? Há algo mais resistente ?" (LEFEBVRE, 1973 : 251).

CAPÍTULO 6

CATUÇABA E A TERRITORIALIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS

"O desenvolvimento progressista da indústria, que em todos os ramos industriais importantes, destruiu há muito tempo o trabalho individual e o destrói mais e mais cada dia nos ramos menores, até nos menos importantes, substituindo-o por um trabalho social baseado no emprego de máquinas e das forças dominadas da natureza, e cujo produto acabado, imediatamente permutável ou consumível, é obra comum de numerosos indivíduos, pelas mãos dos quais teve que passar. Graças precisamente a essa revolução industrial, a força produtiva do trabalho humano alcançou tal nível que com uma divisão racional do trabalho entre todos, há a possibilidade — pela primeira vez desde que existem os homens — de produzir o suficiente, não só para assegurar um abundante consumo a cada membro da sociedade e constituir um considerável fundo de reserva, mas também para que todos tenham o suficiente repouso, de modo que tudo quanto oferece um valor verdadeiro na cultura legada pela história — ciência, arte, formas de convívio social, etc — possa ser não somente conservado, mas transformado de monopólio da classe dominante em bem comum de toda a sociedade e, além do mais, possa ser enriquecido" (ENGELS s/d : 57).

## ESPAÇO E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

### Catuçaba e a territorialização das diferenças

O que nosso estudo sobre o processo de produção mercantil, ou melhor, sobre a reprodução das relações não capitalistas de produção pelo capital, tem nos mostrado sem cessar, são diferenças, contradições. E que essas diferenças tem sido a resposta capitalista ao problema da acumulação de capital, que se dá ao longo do processo. E não podia ser diferente, pois o processo de acumulação de capital é o processo da diferença.

Para onde quer que apontemos, em cada relação, em cada particular, o que encontramos são diferenças.

Tentaremos abordar essas questões aqui, a partir de algumas reflexões sobre a vila de Catuçaba, que tão vivamente encarna e revela essas desigualdades. Ao mesmo tempo que encerra em certo sentido, homogeneizações, dados pelas privações, isto é, do ponto de vista das condições de vida que num certo sentido unifica os moradores de Catuçaba, num amplo bloco de classes sociais<sup>(1)</sup>.

Das informações que obtivemos sobre a origem e a constitui

---

(1) No sentido apontado por OLIVEIRA (s/d : 19), isto é, do ponto de vista de suas condições de vida.

ção da vila de Catuçaba<sup>(1)</sup>, o que se evidenciou foi uma história marcada pelas desigualdades.

Segundo fontes locais, tudo começa com a fixação de umas famílias de agregados que trabalhavam para os proprietários locais, e com a ereção da capela de São Pedro. Chegou a se formar inclusive um arruamento, "o primeiro arruado, construído por meu avô, Domingos Teixeira Leite de Faria", informou um dos produtores de leite de Catuçaba.

Ao que tudo indica, tratava-se do que se costuma designar por colonos, isto é, trabalhadores livres que instalam-se nas terras de fazendeiros para quem trabalham, evidenciando um esboço de "colônia", forma de povoamento fruto das novas relações que se estabelecem entre os

---

(1) Não encontramos documentos sobre a história de Catuçaba, ou que nos permitissem reconstituí-la. Tivemos mesmo dificuldades em obter informações por parte da Igreja local, principalmente, que demonstrou resistência em tratar do assunto, e em fornecer dados que certamente têm, uma vez que se trata de área de aforamento. Na época de nossa investigação junto a Cúria de Taubaté, (março de 1982) esta encaminhou-nos de volta até São Luis do Paraitinga, para consultarmos o "Livro do Tombo", que segundo ela estaria lá. Em vão. Do vigário de São Luis, que é o mesmo de Catuçaba, não obtivemos nada. De volta para a área em fins de 1983, soubemos entretanto, que já foi feita uma demarcação por engenheiros, à mando da Cúria, para posterior mapeamento da área, em 1982.

Mas conseguimos obter muitas informações de relatos de moradores locais, que, nos mostraram inclusive seus documentos de legitimação de posse das moradias e uso da terra.

grandes proprietários de terras e o trabalho<sup>(1)</sup>.

Por volta de 1918, as duas famílias proprietárias, "os Teixeira de Farias e os Custódio", resolveram por bem doar parte de suas terras pro Santo. O terreno é do Santo, de São Pedro, pra quem quizesse morar aqui em Catuçaba".

Desde então Catuçaba sempre teve um zelador "indicado pelo padre", que administrava o patrimônio<sup>(2)</sup>, isto é, para quem os interessados pedem licença para construir suas casas, e junto do qual definem a localização do lote, assim como seu tamanho. "O tamanho do lote dependia das posses e da precisão do pessoal que fazia a casa" informou um dos moradores, amigo do zelador. O que evidencia de um lado, que o critério era determinado no fundo pelas condições materiais de existência dos interessados, mas por outro pelas suas necessidades (definidas e selecionadas por aquelas, é claro, mas tendo como parâmetro o valor de uso do terreno).

---

(1) A descrição de DEFFONTAINES em seu estudo sobre os tipos de povoamento no Estado de São Paulo, parecem ser bastante pertinentes para explicar a origem de Catuçaba:

"A supressão da escravidão não transformou o regime de propriedade, nem o tipo de povoamento e não lhe valeu senão modificações secundárias. Ao invés de alojar os trabalhadores em senzalas agrupadas em redor de pátios fechados construíram-se verdadeiras cidades operárias rurais, dotadas de casas separadas, de tijolo amiúde recoberto de cal e alinhadas uniformemente. Tem-se então a colônia, em substituição à senzala. O designativo de colono tem um significado especial em São Paulo, que não alude ao homem que vem instalar-se na terra livre cedida pelo governo, como é prática nos Estados do Paraná e Santa Catarina. O colono aí é um trabalhador engajado pelo fazendeiro e que permanece nômade, errando de fazenda em fazenda; constitui assim um proletariado rural e não um campesinato". (1947 : 251).

(2) Fica reservada à mulher do zelador, a tarefa de cuidar da Igreja e da Casa Paroquial.

Os moradores não tem escritura de terra. Só tem título de propriedade da benfeitoria<sup>(1)</sup> em que consta que o chefe da família é "senhor e possuidor da casa no patrimônio de São Pedro", além de informações sobre suas características (da casa), dimensões, divisas e valor<sup>(2)</sup>.

A cobrança de um "foro" pela Igreja, nunca foi sistemática nem compulsória. "Teve um pequeno período que a gente pagou". Depois um pagava outro não, até que todo mundo parou de pagar. O pagamento não era fixo. Era uma colaboração", disse um dos tesoureiros.

Entretanto, segundo fontes locais a Igreja vem assumindo um controle mais autoritário sobre o patrimônio de "São Pedro" (e sobre a vida dos seus moradores), controle esse que tem revelado uma tendência à mercantilização das relações sociais travadas entre eles, e da institucionalização da cobrança da renda da terra "do santo".

Sabe-se que hoje, a Igreja, vem exigindo o pagamento de uma quantia alta de dinheiro, para a concessão da licença para morar no patrimônio, estabelecendo, portanto, um outro critério, que não mais o valor de uso da terra "do Santo" mas o do valor de troca, da terra agora da Igreja.

Contaram que por volta de 1982, um morador de Catuçaba, um lavrador aposentado, "começou desbarrancando um pedaço de morro atrás de sua casa, para poder construir um quarto para sua filha casada poder morar com a família, porque ela estava desempregada".

---

(1) Esses títulos são representados por recibos elaborados pelos próprios envolvidos na transação.

(2) Pois as casas são comercializadas quando são transferidas de um dono a outro.

Quando o Vigário soube, tentou impedir a construção, até que a população de Catuçaba fez um abaixo assinado para pressioná-lo, e o padre acabou cedendo. "Ele ficou com muita raiva do povo daqui, e chegou a ficar mais ou menos uns seis meses sem vir rezar missa, em Catuçaba. Um outro padre é que vinha. E quando teve uma procissão no dia de São Pedro, que o pessoal resolveu fazer pra não ficar sem festa<sup>(1)</sup>, o padre não saiu na rua pra acompanhar a procissão, e ficou esperando a procissão de dentro da Igreja".

Segundo a esposa do zelador do patrimônio, o padre não quis autorizar a construção porque fazia parte de uma área prevista para expansão da Igreja — "para fazer um seminário, ou outra coisa, porque Catuçaba já é futura Paróquia no "Livro de Ouro".

---

(1) Desde mais ou menos 1980, não tem havido festas em Catuçaba, informou-nos uma senhora. "Não tem havido festa de São Pedro, de Nossa Senhora (Aparecida) de São José e São Benedito, porque o Vigário não quer". A festa de São Pedro que é a mais importante de Catuçaba, justamente por ser de seu padroeiro, não tem sido realizada, devido às restrições do Vigário. Este "tem exigido Cr\$ 100.000,00 para permitir a saída da bandeira para o festeiro esmolar", isto é, arrecadar dinheiro entre a população para as despesas das comemorações. Por isso, este ano, não fizeram festa, mas uma procissão, para não ignorar o dia tão especial. Antigamente, depois de pagar as despesas, o que sobrava ficava para a Igreja. Como o Vigário achasse que era muito pouco, estabeleceu normas próprias, para garantir um saldo maior: uma quantia adiantada em dinheiro e a proibição do afogado — prato típico à base de carne de boi — que segundo ele representava a maior parte das despesas.



Em 1978 o Vigário cobrou Cr\$ 12.000,00 para ser pago a Cr\$ 1.000,00 por mês, por um terreno de 60 m<sup>2</sup> quando o aluguel de uma casa, na mesma época, de aproximadamente 100m<sup>2</sup>, era de Cr\$ 500,00, informou-nos um dos moradores que esteve interessado em construir em tal terreno. "Antigamente, qualquer um que quizesse morá aqui, podia morá. Depõe, quando a Igreja começou a cobrá o lote das pessoa que pretendia morá aqui, mudou tudo".

Mas parece não ter sido só a Igreja que tem dado uma for-capitalista às terras de sua propriedade, mas os próprios moradores tem feito o mesmo com as casas de sua propriedade, quando a vendem. Embora não investigamos sistematicamente sobre essas transações, vários moradores referiram-se aos preços elevados de venda das habitações e até mesmo de seus aluguéis.

De modo que junto com o processo de transformação da terra e das habitações em mercadorias, ocorre uma mudança qualitativa no significado das "terras de São Pedro".

O fato é que as "terras do Santo" começam a ficar escasas e concorridas. Começam a ser disputadas não só pelas Igreja e pelos trabalhadores "sem terra", mas também por muitos produtores de leite das redondezas, além de comerciantes, etc. Os proprietários de modo geral aliás, passam, apesar de ainda minoria, a dominar a luta pela terra em Catuçaba, dados os novos critérios postos pelo valor de troca, e a reproduzir as diferenças que sempre estiveram na base de suas relações, no interior das "terras do Santo".

Assim, num primeiro momento, Catuçaba podia ser identificada

como o espaço dos "sem terra". Espaço que os proprietários tinham reservado aos expropriados<sup>(1)</sup>. Espaço que os obrigava ao mesmo tempo que os reproduzia enquanto expropriados, porque até certo ponto se garantia uma força de trabalho cativa. Portanto, desde sua origem, Catuçaba nasce da e com a desigualdade.

Aos poucos porém, o núcleo vai sendo ocupado também por proprietários de terras, criadores de gado de leite em sua maioria. Provavelmente a intensidade das trocas travadas por tais produtores, a penetração do valor de troca invadindo as várias dimensões da existência dos produtores agrícolas, explicam grande parte da concentração em Catuçaba. Basta mencionar a coleta do leite, para lembrar a espacialidade dessa necessidade de captação da matéria-prima, de como implica em uma localização<sup>(2)</sup>.

Sem contar os moradores que lá foram em consequência da ereção de capela no patrimônio doado.

Assim, aos poucos, passa a atrair famílias das redondezas, comerciantes inclusive, que passam a solicitar concessão para morar em Catuçaba, para poder desfrutar das vantagens que a reunião começava a trazer: rompimento do isolamento próprio do habitat rural, até certo ponto; possibilidade maior da reunião, portanto de ajuda mútua, fator de preservação de certas formas

---

(1) Nossas pesquisas de campo evidenciaram que parte significativa dessas famílias "sem terras" (19 das 54 famílias) é de ex proprietários de terras, muitos dos quais ex-produtores de leite expropriados de seus meios materiais de produção. (ver anexo "Sobre os ex-produtores de leite de Catuçaba").

(2) Sabe-se que a vila de Catuçaba recebeu uma das primeiras linhas de leite do Município.

de sociabilidade local; além das vantagens quanto aos melhoramentos que aos poucos vão sendo implantados (rede de água, esgoto, luz e recentemente telefone).

A essas alturas Catuçaba passa a ser freguesia, já com núcleo de população esboçado, chegando a sede de distrito na década de 1940<sup>(1)</sup>.

Por esse processo por que atravessou, Catuçaba exemplifica não só a formação de muitas cidades paulistas, mas também a gênese da desigualdade, da pobreza, da fome.

Se Catuçaba na sua gênese já esboçava uma diferenciação social, as condições subsequentes trataram de acentuar essa estratificação. Assim, vai se tornando insignificante quanto às causas que lhe deram origem — um lugar para os "sem terra" — e se tornando supersignificante com respeito aos novos sentidos que vão lhe conferindo a sua inserção cada vez maior no mundo da mercadoria. Sem contar os fatores subjetivos que também conferem importância aos atributos que a centralização oferece: o encontro, a reunião e a simultaneidade.

Todos esses processos não se dão sem tensões nem contradições.

Se antes, especificamente no caso do bairro rural, o todo consistia numa espécie de organismo autônomo, já não se pode dizer o mesmo de vila de Catuçaba. Aqui, apesar da proximidade, o todo consiste em suas partes. É que como mostramos, Catuçaba nasceu da e com a desigualdade. Em consequência Catuçaba apare-

---

(1) Ver evolução da população no quadro 3, apesar de mostrar só parte desse processo.

Quadro 3

Município de São Luís do Paraitinga e Distritos

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

1940 a 1980

	São Luís do Paraitinga (Município)		a) São Luís do Paraitinga (Distrito)		b) Catuçaba (Distrito)		Lagoinha (Distrito)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1940 (1)								
TOTAL	11127	100	-	-	-	-	-	-
URBANA	1164	10	-	-	-	-	-	-
RURAL	9963	90	-	-	-	-	-	-
1950 (2)								
TOTAL	14547	100	7727	100	2477	100	4343	100
URBANA	2091	14	1395	18	198	8	498	11
RURAL	12456	86	6332	82	2279	92	3845	89
1960 (3)								
TOTAL	10497	100	8250	100	2247	100	-	-
URBANA	2493	24	2153	26	340	15	-	-
RURAL	8004	76	6097	74	1907	85	-	-
1970 (3)								
TOTAL	11665	100	8841	100	2814	100	-	-
URBANA	3103	27	2757	31	346	12	-	-
RURAL	8562	73	6084	69	2468	88	-	-
1980 (3)								
TOTAL	9747	100	7993	100	1754	100	-	-
URBANA	3949	41	3531	44	418	24	-	-
RURAL	5798	59	4460	56	1336	76	-	-

FONTE: IBGE - Censos Demográficos 1940, 1950, 1970 e 1980 e Sinopse do Censo Demográfico de 1960.

- (1) População de fato, total
- (2) População presente, total
- (3) População residente

ce como uma reunião, não como união; como acordo entre indivíduos autônomos, não como unidade. Mas como reunião da desigualdade, dos proprietários e dos "sem terra" (Ver figura 4).

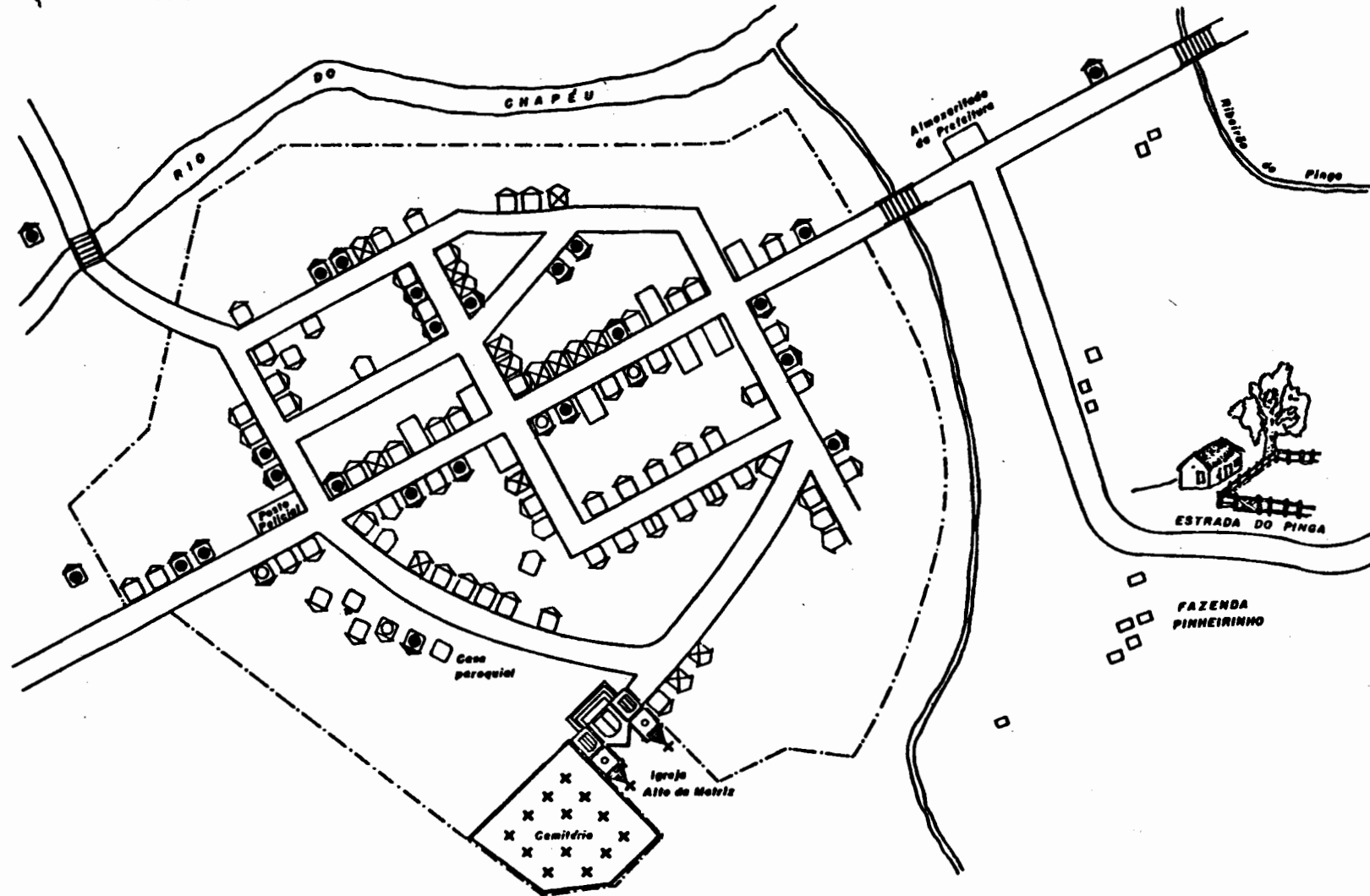
Enquanto considerada externamente, a uniformidade existe no sentido das determinações dadas pela lógica da reprodução das relações sociais capitalistas de produção.

Por outro lado, a unidade também existe, do ponto de vista da negatividade, ou da negação, isto é, enquanto seus membros são considerados como representantes das classes subalternas<sup>(1)</sup>.

Por outro lado, enquanto expressão de uma forma determinada de propriedade da terra — a pequena propriedade privada da terra — ao mesmo tempo que de outra forma de propriedade — a não-propriedade —, formas essas resultado de uma produção historicamente determinada, Catuçaba revela as desigualdades, as contradições. E revela como essas contradições, essas diferenças estão na base mesma em que se produz e se reproduz o conjunto das relações sociais da sociedade capitalista. No rural, e não só no urbano, na unidade de produção mercantil, ao mesmo tempo que dentro da fábrica. Através das relações propriamente de produção, mas também através do cotidiano, que é de muitas relações sociais.

Enquanto reprodução das desigualdades, Catuçaba revela o fetiche do cotidiano. Revela como o que antes era um elemento que tinha uma função na chamada "sociedade caipira", tinha um sentido brotado organicamente dela, como a margem de lazer, por e

(1) Não é mesmo difícil considerarmos num certo sentido a grande maioria dos pequenos produtores mercantis como expropriados virtuais.



--- limite da zona urbana

☉ moradia de produtor de leite entrevistado

🏠 moradia de produtor de leite ausente

☐ moradia de não-produtor de leite entrevistado

⊗ moradia de não-produtor de leite ausente

⊗ moradia fechada

☐ moradia vazia

□ venda

total de moradias - 113

base - SEP/CARDG - 1:10 000 - 1978

org. - A.M.P. Rodrigues - 1982

xemplo, que vai se transfigurando, se transformando na ideologia do não-trabalho. Sentido este que agora brota mecanicamente dessa sociedade, não mais organicamente.

Assim acontece com cada particular, com cada relação; assim se produz o cotidiano, enquanto repetição, enquanto indiferença, enquanto lugar da reprodução das relações sociais de produção da sociedade capitalista. Enquanto reprodução do homem isolado, egoísta, do ser coletivo, privado do desenvolvimento de sua individualidade, enquanto fundada no desenvolvimento universal dos indivíduos.

Este processo é recente, e pertence a um passado ainda remoto, vivenciado pelos mais velhos, que se referem a ele de uma maneira nostálgica.

Assim, percebe-se que antes—quando o isolamento era maior, as trocas menos intensas, a autosuficiência era maior—a existência do camponês era determinada mais diretamente pela sua relação com a natureza; em que cada uma das formas de manifesta-ção de sua vida, o trabalho, o lazer, etc, supunha uma relação essencial do indivíduo com ela, em que seu participar, seu viver tal relação aparecia como um determinado desenvolvimento de sua individualidade (MARX, 1977 (a) Vol.1 : 156).

Com o desenvolvimento crescente da troca e a tendência do avanço do valor de troca, penetrando em cada relação, avança o próprio processo de reprodução das relações sociais de produção no campo, através inclusive das relações não capitalistas de produção. Daí as formas novas que assumem a produção de leite e de outros produtos agrícolas da região, e a tansfiguração

das relações sociais ao log<sup>o</sup> desse processo. Com isso, a existência do camponês vai sendo invadida e determinada pelo conjunto das relações sociais da sociedade capitalista.

Se antes, as condições econômicas davam margem a que o pequeno produtor se comportasse com a terra como com seu laboratório, em que ele se apropriava pelo trabalho dos frutos deste (o que vai depender também do clima, das características do solo, do seu modo de exploração, de suas experiências, etc), hoje, com a expansão do processo de reprodução ampliada do capital, essas condições vão sendo suprimidas gradual e necessariamente, através da submissão da produção ao comércio, como vimos através deste estudo, e não só através da transformação das relações de produção em relações capitalistas. Desse modo vai se desintegrando a entidade comunitária junto com as relações em que estava baseada <sup>(1)</sup>. E com isso vão diminuindo as condições do trabalho se apropriar de seus próprios frutos.

E se de um lado a reprodução das relações pressupostas entre o indivíduo e sua comunidade, relações estas mais ou menos naturais — embora produto de um processo histórico —, explica o desenvolvimento econômico-social limitado desses grupos; por outro lado, a não reprodução destas relações tem levado geralmente à ruína, imensas parcelas dessa população. De onde se concluem algumas constatações importantes. De um lado, a evidência de como, até certo ponto, a comunidade, em toda sua dimensão cultural, aparece como a primeira grande força produtiva. Is

(1) Sobre este ponto ver K.MARX, Elementos Fundamentales para la Critica de la Economia Politica, 1977 (a) op. cit., vol. 1, pp. 433 - 477 esp. pp. 433 - 435, 458 - 464.



to é evidente, quando se verifica o conjunto das relações e dos elementos que configuram o processo de produção mercantil, discutidos no terceiro capítulo, que como vimos não se reduz a relação social clássica capitalista, nem à lógica absoluta do valor de troca. Mas onde as práticas de ajuda mútua tem uma importância na reprodução do camponês, embora menor do que antes, exemplificando uma das formas em que se expressa a "comunidade" enquanto força produtiva.

É preciso ficar bem claro dois aspectos dessa questão relativa à comunidade, especialmente de como entendemos a sua dimensão territorial.

Entendemos que a reunião em Catuçaba, até certo ponto, torna possível certo equilíbrio social, até o ponto em que fixa tradições permitindo a reprodução das relações sociais da sociedade local. Não que a evidência empírica da concentração espacial em Catuçaba gere por si só os processos sociais de que se tem falado. Mas que Catuçaba enquanto lugar da reunião no seio da dispersão (dispersão das atividades, dispersão das propriedades, da própria cultura, etc), reunião que tem um conteúdo, pois é reunião de grupos sociais histórica e socialmente determinados — os produtores de leite, que são o grupo mais coeso, e os trabalhadores assalariados, para citar os principais —, torna possível pela unidade dada pela forma-conteúdo, assegurar a preservação das estruturas e valores tradicionais, o quanto for possível.

É nesse sentido, que a reunião em Catuçaba contribui para preservar, até certo ponto, a "comunidade", que apesar de trans

formada — pois como mesmo mencionamos não encontramos em Catu-  
çaba um todo que consistia numa espécie de organismo autônomo,  
mas um todo fragmentado em suas partes —, ainda funciona co-  
mo uma importante força produtiva, tanto objetiva como subjeti-  
vamente<sup>(1)</sup>.

Por outro lado, o que esse apelo à "comunidade" revela, é  
o próprio caráter limitado do desenvolvimento das forças produ-  
tivas camponesas, no sentido exposto por MARX no texto abaixo:

"Todas as formas (em maior ou menor grau  
naturais, porém todas ao mesmo tempo resulta-  
do também do processo histórico), nas quais a  
entidade comunitária pressupõe aos sujeitos em  
uma unidade objetiva determinada com suas con-  
dições de produção, nas quais se dá uma exis-  
tência subjetiva determinada que pressupõe à  
entidade comunitária mesma como condições de  
produção, necessariamente correspondem só a um  
desenvolvimento limitado, limitado por princí-  
pio, das forças produtivas. O desenvolvimento das  
forças produtivas dissolve a essas comunidades  
e tal dissolução é ela mesma um desenvolvimen-  
to das forças produtivas humanas" (MARX, 1977  
(a) : 457 - 458).

Assim, tem-se ao mesmo tempo a dissolução da comunidade pe-  
la ação dissolvente do capital, e de outro a reprodução da comu-  
nidade evidenciando ainda sua vitalidade, ora cedendo, ora re-  
sistindo. De um lado a importância da "comunidade" na preser-  
vação das práticas de cooperação entre seus membros — nesse  
sentido enquanto estratégia de sobrevivência —, e de outro o  
caráter limitado dessas mesmas estratégias.

---

(1) Subjetivamente se expressa uma ideologia da comunidade em  
que esta aparece como uma condição de existência e como  
uma possibilidade "de melhorar na vida", muito presente en-  
tre os mais velhos.

Pois como veremos através das condições de vida dos trabalhadores de Catuçaba, tanto os pequenos produtores mercantis como dos assalariados, o processo de transformação do qual são personagens — desde a dissolução lenta da comunidade e de formas de sociabilidade, até a expropriação dos camponeses de suas condições materiais de trabalho —, não tem se revertido em conquistas para esses homens e suas famílias.

Até mesmo para os produtores de leite, que continuam pequenos proprietários, é difícil dizer sobre as vantagens de estar em Catuçaba<sup>(1)</sup>. A própria separação de seu local de trabalho, que implica pelo menos na ausência de casa o dia todo, e consequentemente na redução das horas comuns vividas juntas, até certo ponto resultou numa exterioridade recíproca entre seus membros, e num afrouxamento dos vínculos individuais com o próprio trabalho e com os elementos que criam as condições deste trabalho. Sem contar os níveis mínimos, ou próximos deles, em que se dá a sua reprodução e de sua família.

Como diz MELLO e SOUZA:

"Não se trata evidentemente de permitir ao caipira recriar as condições de relativo equilíbrio de sua vida pregressa, isto é, ajudá-lo a voltar ao passado. Trata-se de não favorecer a destruição irremediável das suas instituições básicas, sem lhe dar a possibilidade de ajustar-se a outras (...). As conquistas fundamentais da técnica, da higiene, da divulgação intelectual e artística, devem convergir para criar novos mínimos vitais e sociais, diferentes

---

(1) Não queremos com isso dizer que a questão de estar ou não em Catuçaba, do direito a usufruir da reunião, da simultaneidade é a questão fundamental. É claro que é secundária, mas pode mostrar um dos limites decorrentes da contradição principal.

dos que [analisaremos] neste trabalho" (1979 : 225).

A crise e as condições de reprodução da força de trabalho

Como diz MELLO e SOUZA (1979 : 131), referindo-se aos parceiros que estudava, "coloquemos a questão no plano da subsistência pois é nele que se inscrevem quase todos os atos e pensamentos de sua vida, sem margem para outras aplicações".

A fim de compreendermos melhor a questão da subsistência para os produtores mercantis de leite e sua família, e para colocá-la no devido lugar o quanto for possível, achamos imprescindível discuti-la também entre os não-produtores de leite.

Para um melhor esclarecimento do universo social de nossa análise, apresentamos no quadro 4 a população da Catuçaba distribuída segundo sua ocupação.

Apesar do grande número de não informantes entre os não-produtores de leite, o que os dados evidenciam é que o trabalho masculino básico entre estes é a lavoura, enquanto que para os produtores de leite é obviamente o trabalho que produz leite. Para estes últimos a lavoura aparece como a segunda mais importante atividade, apesar de praticamente reduzida a produção direta para a subsistência.

Note-se ainda que o trabalho feminino principal, tem sido aquele ligado aos afazeres domésticos, no próprio lar — "prezadas domésticas" e "ajudam a mãe". Por outro lado, pode se eviden-

Quadro 4

Catuçaba - sede

OCUPAÇÃO ATUAL<sup>(1)</sup> DA POPULAÇÃO ACIMA DE 7 ANOS DE IDADE

Março, 1982

Tipos de Ocupação	Não Produtor de Leite		Produtor de Leite		Total Geral	% em relação ao total geral
NÃO INFORMARAM	26	13,1	2	1,7	28	8,9
PECUÁRIA DE LEITE	3	1,5	15	12,8	18	5,7
PECUÁRIA DE LEITE E LAVOURA	-	-	8	6,8	8	2,5
LAVOURA	39	19,6	5	4,3	44	13,9
AJUDAM O PAI/PECUÁRIA	6	3,0	18	15,5	24	7,6
PRENDAS DOMÉSTICAS	40	20,1	20	17,2	60	19,0
AJUDA A MÃE	8	4,0	11	9,4	19	6,0
SERVIÇOS DE CONSUMO INDIVIDUAIS	-	-	2	1,7	2	0,6
AJUDAM A MÃE E FAZEM TRABALHOS MANUAIS POR FORA	-	-	2	1,7	2	0,6
ESTUDANTE E FAZ TRABALHOS MANUAIS POR FORA	-	-	1	0,8	1	0,3
ESTUDANTE	29	14,6	25	21,5	54	17,1
ATIVIDADES INDUSTRIAIS-CONSTRUÇÃO/MELHORAM. URBANOS	3	1,5	-	-	3	1,0
SERVIÇOS DE CONSUMO COLETIVO-ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2	1,0	1	0,8	3	1,0
SERVIÇOS DE CONSUMO COLETIVO-ATIVIDADE SOCIAL	3	1,5	2	1,7	5	1,6
SERVIÇOS DE CONSUMO COLETIVO-PRODUÇÃO/TRANSPORTE	2	1,0	1	0,8	3	1,0
SERVIÇOS DE CONSUMO COLETIVO-COMÉRCIO MERCADORIAS	9	4,5	-	-	9	2,8
APOSENTADO	15	7,6	1	0,8	16	5,1
SERVIÇOS CONSUMO INDIVIDUAL-DOMÉSTICA	6	3,0	1	0,8	7	2,2
EM LICENÇA	2	1,0	-	-	2	0,6
DESEMPREGADO	4	2,0	2	1,7	6	1,9
OUTRA	2	1,0	-	-	2	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>199</b>	<b>100%</b>	<b>117</b>	<b>100%</b>	<b>316</b>	<b>100%</b>

(1) Inclui a força de trabalho (Pop. economicamente ativa) real, mais a virtual (pop. entre 14 e 60 anos que não trabalha), mais a pop. fora da faixa de trabalhar (< 14 anos e > 60 anos que não trabalha).  
Fonte: Pesquisa de Campo

ciar uma tendência entre as mulheres das famílias dos não-produtores em se empregarem como domésticas em casas de família, especialmente na dos produtores de leite mais favorecidos da região, conforme informações dos questionários.

Observa-se também a proporção de estudantes significativa nos dois grupos, embora expressivamente maior entre os produtores, sendo a terceira atividade entre os não-produtores e a segunda entre os produtores de leite, se considerarmos o ítem "pecuária de leite" e "ajudam o pai/pecuária" juntos (28,3%).

Destacam-se ainda a categoria "aposentados" entre os não-produtores, assim como a presença maior de desempregados entre eles.

Acrescentando a esses dados as informações dos quadros 5 e 6, por exemplo, percebe-se que o grupo de não-produtores representa fundamentalmente o grupo dos trabalhadores assalariados, que em sua maioria sobrevive à custa de um salário suficiente apenas, como veremos em muitos casos, para sustentar a vida (às vezes nos aparece como apenas suficiente para manter a alma junto do corpo).

E de como não são só suas condições de vida que são precárias, mas suas próprias condições de trabalho (vide no quadro 5 o grande número de assalariados sem carteira assinada, sem contar os que estão no ítem outros, em que muitos nem sequer são remunerados — 14 dos 44).

Num primeiro momento a terrível condição de vida das famílias dos assalariados, fez-nos aparecer como relativamente a-

Quadro 5  
 Catuçaba - sede  
 VÍNCULO EMPREGATÍCIO  
 Não produtores de leite  
 Março, 1982

Vínculo Empregatício	Nº de trabalha- dores por condi- ção	% em relação à Força de Traba- lho
ASSALARIADOS COM CARTEIRA ASSINADA	12	10,4
ASSALARIADOS SEM CARTEIRA ASSINADA	42	36,5
APOSENTADOS	17	15,0
OUTROS	44	38,3
<b>TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO</b>	<b>115</b>	<b>100%</b>

FONTE: Pesquisa de Campo

\*Somente para os membros da família que trabalham em atividades produtivas sociais (que contribuem para o produto social).

Quadro 6  
 Catuçaba - sede  
 RENDA FAMILIAR MENSAL  
 Março, 1982

VALOR DA RENDA FAMILIAR	Não Produtores	Produtores
NÃO INFORMARAM	18	14
MENOS DE 1 SALÁRIO MÍNIMO	13	2
1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS (EXCLUSIVE)	16	3
2 A 3 " " "	6	3
3 A 4 " " "	1	-
4 A 5 " " "	1	-
5 A 6 " " "	2	1
6 A 7 " " "	1	-
7 A 8 " " "	-	-
8 A 9 " " "	-	-
9 A 10 " " "	-	1
10A 11 " " "	-	-
11A 12 " " "	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>24</b>

FONTE: Pesquisa de Campo

OBS.: Salário Mínimo vigente em 81 = Cr\$ 8.489,61

mena a situação entre os produtores de leite. Fato que, de certa forma, revela uma oposição fundamental entre os dois grupos — a propriedade privada das condições materiais de produção pelos produtores de leite e a não-propriedade pelos assalariados. Ou seja, de como surge uma diferenciação levada à cabo a partir dessa base jurídica e prática da propriedade da terra.

De fato, como diz MARX (1976 (b) : 206):

"a natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro ou de mercadorias e de outro pessoas que simplesmente possuem suas próprias forças de trabalho. Esta relação de modo algum pertence ao âmbito da história natural, nem tampouco é uma relação social comum a todos os períodos históricos. É em si mesma, extensivamente, o resultado de um desenvolvimento histórico precedente, o produto de numerosas perturbações econômicas, da decadência experimentada por uma série de formações mais antigas da produção social".

Entretanto, a relação entre os produtores mercantis de leite e os não-produtores não se reduz à sua nova oposição. E tratar a questão como se assim o fosse, seria abordar apenas um lado do problema.

Pois é certo que o que os opõe é a propriedade dos meios de produção, da terra, mas também é certo que existe uma identidade entre eles dada pelo trabalho. E se é certo que a miséria e a fome permeiam a vida dos assalariados como veremos, também é verdade que a existência dos pequenos produtores mercantis de leite reproduz-se, de modo geral, segundo mínimos vi



tais e sociais<sup>(1)</sup>, como veremos adiante.

O fato é que a questão da subsistência é dinâmica e histórica, isto é, muda em função de um novo limite das necessidades de finido objetivamente sempre a partir de novas condições de vida e de trabalho, e subjetivamente a partir de novos padrões e normas definidos pela sociedade existente.

Como veremos apesar da oposição entre os dois grupos definida pela propriedade e não propriedade dos meios de produção, do ponto de vista de suas condições de vida, passam a fazer parte de um amplo bloco de classes sociais, dos privados em sua maioria, e por isso mesmo dos que podem contestar.

E de fato, o que os nossos quadros nos mostraram em muitos aspectos, foram graus diferentes de privações experimentadas nos dois casos<sup>(2)</sup>.

---

(1) Referindo-se à situação semelhante de parceiros que estudava MELLO e SOUZA precisa bem essa noção quando diz que "este mínimo alimentar corresponde a um mínimo vital, e a um mínimo social: alimentação apenas suficiente para sustentar a vida; organização social limitada à sobrevida do grupo" (1979 : 48).

(2) Comentando sobre os trabalhadores urbanos OLIVEIRA diz que "não faz muita diferença, do ponto de vista das condições de vida, por exemplo, a origem social ou a posição na estrutura produtiva; do ponto de vista de um pequeno funcionário público que mora no mesmo bairro que um operário, as condições de vida que lhe são impostas (...) unifica um amplo bloco de classes sociais, que sob outra ótica — uma ótica, marxista vulgar —, na verdade pensa o conjunto das contradições apenas do ponto de vista das classes e não as está pensando, agora do ponto de vista de duas relações com o Estado" (s/d (a) : 19).

Tanto no caso dos assalariados como no caso dos pequenos produtores mercantis<sup>(1)</sup>, as condições de seus trabalhos estão determinadas como pertencentes ao capital, assim como a valorização inerente à suas capacidades de trabalho enquanto possibilidade de criação de valores, estão postas, na nossa sociedade, também "como valor excedente, como produto excedente, em uma palavra: como capital, como dominação sobre a capacidade viva de trabalho, como valor dotado de poder e vontade próprios e contraposto a ela em sua pobreza abstrata, inobjetiva, puramente subjetiva. A capacidade de trabalho não só tem produzido a riqueza alheia e a pobreza própria, mas também a relação entre esta riqueza que se relaciona consigo mesma e a capacidade de trabalho como a pobreza, mediante cujo consumo a riqueza extrai de si mesma novos ímpetus vitais e se valoriza uma vez mais" (MARX, 1977 (a) : 413 - 414). E tudo isso só é possível graças ao caráter de fetiche da troca no modo de produção do capital, em que o capital, a propriedade sobre a terra e o trabalho aparecem frente seus agentes da produção — o capitalista, o proprietário de terras e o trabalhador — como se fossem fontes separadas e independentes através das quais brotam três distintas partes do valor total do produto. Tudo isso para encobrir o fato de que o lucro do capital, a renda da terra e o salário do trabalhador são a distribuição do trabalho social materializado, e para encobrir o fato de que é justamente a partir da relação entre eles que é possível se produzir a mais valia social<sup>(2)</sup>.

---

(1) Conforme demonstramos ao longo deste trabalho.

(2) Sobre esse caráter de fetiche da troca baseei-me especialmente em KARL MARX, El capital. Crítica de la economía política. vol. III, 1978, op. cit., Cap. XLVIII, esp. pp. 755-761.

Assim, veremos a seguir como que numa das menores unidades territoriais rurais, que não tem mais de 70 anos configura-se o retrato da desigualdade, da diferença e da subordinação a que os trabalhadores rurais foram submetidos. Onde dois grupos de trabalhadores, os pequenos produtores de leite e os assalariados, se alimentam, vestem, habitam de maneira específica, porque trabalham de maneiras específicas socialmente determinadas.

Antes porém, cabem alguns esclarecimentos quanto à unidade de consumo considerada.

Em nossas investigações sobre as condições de subsistência, tomamos o domicílio como unidade de análise, definida como o conjunto de pessoas que vive sob o mesmo teto, participando da formação e/ou aplicação de um fundo financeiro comum.

Constitui-se do chefe da família e seu cônjuge, filhos solteiros, casados, viúvos ou desquitados; outros parentes e agregados que vivam sob as condições citadas acima. Inclui portanto, empregados que embora remunerados, recebem moradia, alimentação e, eventualmente, outros bens de consumo.

Assim, a unidade de consumo é mais ampla que a família, não se identificando com ela. Mas para facilidade de exposição e análise este termo será usado como seu sinônimo.

Sobre as condições de alimentação, a pesquisa sobre a frequência do consumo de alimentos foi bastante reveladora, tanto

no que diz respeito à sua contribuição para a caracterização da dieta alimentar do trabalhador rural paulista, quanto de suas tendências e de sua diferenciação por estrato social; apesar de se restringir aos seus aspectos quantitativos, e das dificuldades que encontramos para abordá-los<sup>(1)</sup>.

Nossa definição dos alimentos selecionados se basearam a) na pesquisa dos hábitos alimentares da população estudada e b) nos alimentos referidos na ração essencial mínima de um trabalhador, conforme Decreto Lei 399 de 30.04.1938<sup>(2)</sup>.

---

(1) As dificuldades de como determinar o consumo de alimentos — como captar a mudança dos hábitos alimentares para relativizar suas implicações, como resolver o problema técnico da medida, assim como o problema das verdadeiras quantidades, até mesmo a discussão sobre as técnicas mais seguras de determiná-lo —, não foram por nós ignoradas. Apenas por uma questão de tempo e de prioridade deixamos para outros essa tarefa. Sobre o assunto ver DIEESE, especialmente "Nível alimentar da população trabalhadora, 1973, op.cit., entre outros trabalhos.

(2) "Art. 6º O salário mínimo será determinado pela fórmula  $S_m = a+b+c+d+e$ , em que a, b, c, d e e representam, respectivamente o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto.

§ 1º A parcela correspondente à alimentação terá um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões, constantes dos quadros anexos e necessários à alimentação diária do trabalhador adulto" (SOUZA NETTO, 1939 : 299 - 300). Significativamente a antiguidade dessa lei e de sua regulamentação não implicou em sua observação. Aliás, ela não tem sido nem lembrada, nem rediscutida, pois sua aplicação, ou até mesmo a referência a ela implica necessariamente na denúncia da insuficiência do salário mínimo para cobrir as despesas mínimas necessárias com pelo menos os 5 itens mencionados no art.6º acima referido. O quadro foi reproduzido a seguir (Quadro 6A).

Ração-type essencial mínima para os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e para o Distrito Federal.

A L I M E N T O S	QUANTIDADE (grs)	CALORIAS	PROTEÍNAS (grs)	CÁLCIO (grs)	FERRO (grs)	PHOSPHORO (grs)
Carne.....	200,0	289	42,20	0,014	4,00	0,436
Leite.....	250,0	163,75	8,75	0,300	0,60	0,230
Feijão.....	150,0	488,9	35,70	0,240	11,89	0,706
Arroz.....	100,0	360,0	8,24	0,009	0,90	0,096
Farinha (ou massa).....	50,0	170,0	0,45	-	-	-
Batata.....	200,0	157,0	3,60	0,028	1,82	0,058
Legumes(inclusive berbaceos)..	300,0	180,0	3,60	0,135	1,29	-
Pão de Milho ou mixto (50% de trigo)	200,0	599,2	1,30	0,020	1,00	0,092
Café (pó).....	20,0	320,7	0,84	-	-	-
Fructas.....	3 Unid.	210,0	6,90	0,009	1,92	0,031
Assucar.....	100,0	405,9	-	-	-	-
Banha.....	25,0	227,5	-	-	-	-
Manteiga.....	25,0	190,2	-	-	-	-
	-	3,3457,95	123,2 8	0,755	23,42	1,6,49

Fonte: SOUZA NETO, 1939.

Assim, com base na realidade concreta de análise e na reação mínima institucionalizada, guiamos nossas investigações, e chegamos à frequência do consumo alimentar, mostrados no quadro 7.

O que primeiro chama a atenção em tal quadro, é a ocorrência de famílias que nunca consomem determinados alimentos básicos, menor entre os produtores de leite e bastante significativa entre os não-produtores. Chama a atenção o caso do leite, das carnes<sup>(1)</sup>, legumes, frutas, pão, manteiga<sup>(2)</sup>.

Assim, vê-se que dezessete famílias de não-produtores (esta cifra se transformada em número de pessoas é mais assustadora ainda), nunca toma leite e sete do mesmo grupo raramente o consomem. No total, 34% das famílias deste grupo passam sem o leite. Assim, apenas 9 dessas famílias (15%) tomam leite duas vezes/dia. Nesse caso, como era de se esperar a diferença é bem grande em relação às famílias dos produtores de leite. Mas mesmo assim é significativa entre eles a indicação de 3 casos<sup>(3)</sup>

- (1) Apesar do consumo das carnes por tipo-bovino, suínos e aves — não ser excludentes, a evidência de sua baixíssima participação na dieta alimentar dos não-produtores é evidenciada pela alta incidência com que estes raramente a consomem. Ver este item no mesmo quadro 7.
- (2) No caso da farinha de mandioca é substituída pela farinha de milho, assim como a banha o é por óleo, entre os assalariados.
- (3) Consideramos pouco confiáveis a informação dos dois casos que indicaram que "nunca" consomem leite e o incluímos para efeitos de análise no item "raramente".

Quadro 7

Catuçaba - sede

CONSUMO ALIMENTAR POR DOMICÍLIO

Marco, 1982

ALIMENTOS	LEITE		CARNES				FELIÃO				ARROZ		FARINHA DE MANDIOCA		TOMATE LEGUMES		BANANA FRUTAS		CAFÉ		AÇUCAR		PÃO		MANTEIGA		BANHA		OVOS		MASSAS MACARRÃO		BATATA		ÓLEO		FARINHA DE MILHO		
	PRO DUT	NÃO PROD	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP			
NUNCA	2	17	2	17	2	15	-	8	-	-	-	-	10	1	17	-	17	-	-	-	1	-	14	2	23	10	40	-	5	1	6	1	7	-	2	-	2		
1 VEZ AO DIA	4	13	-	2	-	2	-	1	1	4	1	4	4	8	2	1	-	1	1	10	2	10	8	11	4	5	1	1	6	5	2	4	3	5	-	-	-	-	
2 VEZES AO DIA	12	9	-	-	-	-	-	-	18	46	19	47	11	19	4	1	1	1	17	42	17	41	7	10	7	7	6	9	2	4	1	2	1	2	-	2	1	7	
1 VEZ POR SEMANA	1	2	2	3	14	4	9	18	-	1	-	1	1	1	5	6	4	6	1	1	-	1	1	-	-	1	-	-	3	7	6	15	5	9	-	-	-	1	
2 VEZES POR SEMANA	-	2	1	2	1	5	7	5	-	-	-	-	1	1	1	2	1	-	-	-	-	-	1	3	2	1	-	-	4	9	3	10	2	5	-	-	-	-	
3 VEZES POR SEMANA	-	1	3	2	1	3	2	-	-	-	-	-	1	1	1	1	2	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	4	-	6	2	8	-	-	-	-	
4 E MAIS VEZES POR SEMANA	3	4	-	2	-	-	3	2	3	7	3	7	3	8	-	6	3	5	3	5	3	5	1	4	2	4	5	4	5	8	3	1	4	6	-	4	-	-	
RARAMENTE	1	7	14	31	4	28	2	20	-	-	-	-	3	10	9	23	12	27	-	-	-	-	4	14	6	16	1	1	1	16	7	14	5	16	-	1	-	-	
NÃO SABE	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
NÃO RESPONDEU	1	4	1	-	1	2	1	1	2	1	1	-	2	1	1	2	1	1	1	-	2	1	1	1	1	2	1	4	1	1	1	1	1	1	1	24	50	23	49
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	<b>24</b>	<b>59</b>	

FONTE: Pesquisa de Campo

que raramente o consomem, no sentido de que evidenciam a extorção não só do trabalho excedente do trabalhador que produz leite, mas de seu trabalho necessário, isto é do leite que deveria ser autoconsumido pela própria família, e que é vendido.

## Quadro 8

Catuçaba - sede

## MODO DE AQUISIÇÃO DA CARNE

Março, 1982

MODO DE AQUISIÇÃO	CARNE DE VACA				CARNE DE PORCO				CARNE DE AVES			
	Pro duto res	%	Não Pro duto res	%	Pro duto res	%	Não Pro duto res	%	Pro duto res	%	Não Pro duto res	%
NÃO INFORMARAM	1	4,2	4	6,8	1	4,2	6	10,2	1	4,2	6	10,2
COMPRADA	20	83,3	39	66,1	19	79,1	35	59,3	3	12,5	32	54,2
PRODUZIDA OU CRIADA	-	-	1	1,7	-	-	1	1,7	19	79,1	13	22,0
COMPRADA E PRODUZIDA	1	4,2	-	-	3	12,5	-	-	1	4,2	1	1,7
NÃO COME	2	8,3	15	25,4	1	4,2	17	28,8	-	-	7	11,9
TOTAL	24	100%	59	100%	24	100%	59	100%	24	100%	59	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

A carne é outro alimento que raramente aparece na dieta dos não-produtores: 98,3% das famílias nunca ou raramente come carne de bovinos; 72,9% nunca ou raramente come carne de suínos e 47,4% nunca ou raramente come carne aves. O que, conforme comentamos em nota anterior, dá evidências de que é subconsumida pela maior parte das pessoas deste grupo. Entre os produto



res o consumo de carne é bem maior, sendo consumida semanalmente com uma certa frequência. Cabe ressaltar é o consumo pouco frequente da carne de bovinos, pois dificilmente o produtor de leite abate os machos para consumo próprio. Só raramente, em alguma festa. Preferencialmente abate as aves, em situações mais especiais, os porcos.

O quadro 8 complementa essas informações, mostrando que a forma de aquisição predominante da carne é através do mercado. Informa também sobre a ocorrência de criação de aves entre os não-produtores, que segundo investigamos se dá em seus exíguos quintais, nesses casos.

O feijão e o arroz aparecem como a base da dieta dos dois grupos, tanto no almoço como no jantar<sup>(1)</sup>. Salvo excessões em que certamente evidenciam as privações, ou em outras palavras os limites reduzidos em que se reproduzem as famílias dos assalariados, onde são consumidos só uma vez ao dia<sup>(2)</sup>.

Quanto à farinha de mandioca há indicações de que vem perdendo lugar na dieta caipira. Inclusive, quase não se encontram mais os instrumentos para fazê-la. Os que a consomem geralmente a compram ou mandam moer. Basicamente 50% das famílias de ambos os grupos a consomem até 2 vezes/dia; 34% dos não produtores de leite nunca ou raramente comem essa farinha.

---

(1) Cabe observar que fazem parte, já por tradição da cultura caipira.

(2) Ao que tudo indica, esse baixo consumo de arroz não é explicado por sua substituição pelo macarrão, dada a frequência ainda baixa do consumo deste, conforme se vê no quadro 7.

Em relação aos legumes, tomamos como referência o tomate, um dos mais comuns na região, e mesmo assim, é artigo de luxo. 68% dos não-produtores e 42% dos produtores nunca ou raramente o consomem. De modo geral, faz parte da dieta 1 vez/semana.

O consumo das frutas é semelhante ao dos legumes. A banana, por exemplo, fruta muito barata na região, nunca ou raramente é consumida por 74,5% dos assalariados e raramente consumida por 50% dos produtores de leite.

Tanto no caso das frutas como dos legumes há que se relativizar seu baixo consumo tendo em vista, até certo ponto, os hábitos alimentares da população.

Já o café, faz parte da dieta da grande maioria da população duas vezes/dia. Além de ter a ver com um enraizado hábito alimentar, funciona entre parte dos assalariados, os mais carentes, como um dos componentes principais em termos quantitativos, de uma de suas refeições fundamentais — a refeição matinal composta basicamente de café com farinha de milho.

O açúcar aparece com a mesma frequência do café, como era de se esperar já que é seu "tempero".

Mas o pão não tem acompanhado o café, nem mesmo o café da manhã, especialmente entre os assalariados. Veja na tabela 7 que 47% dos não-produtores nunca ou raramente comem pão, o qual tem sido substituído pela farinha de milho, como acompanhamento do café da manhã, conforme mencionamos anteriormente, entre algumas famílias de assalariados.

A manteiga também é artigo de luxo, nos dois grupos especialmente entre os assalariados, dos quais 68% nunca ou raramente a consomem.

Quanto à banha, que era muito comum na dieta caipira, foi praticamente substituída pelo óleo, principalmente pelas famílias dos não-produtores de leite, que não sendo mais proprietários de terras e por serem de modo geral assalariados, não tem mais criação de animais. Mas mesmo entre os produtores de leite seu consumo caiu, assim como sua confecção (1).

Os ovos, o macarrão e a batata, constituem-se em alimentos que formam a mistura mais comum da dieta dos dois grupos de trabalhadores, seguida das carnes e dos legumes, alternando-se com bastante parcimônia entre os assalariados. Veja a incidência de nunca e raramente entre estes, para esses três alimentos, como é grande (Quadro 7). Desses três alimentos o mais consumido é o macarrão que vem penetrando cada vez mais na dieta caipira, dado seu preço mais acessível, tendência essa que tem sido observada de modo geral na classe trabalhadora como um todo. O que evidencia, sem dúvida, que o drama da sobrevivência tem sido resolvido inclusive através da redução do limite mínimo das condições de subsistência, o que tem implicado não só numa queda quantitativa no consumo alimentar como qualitativa.

As informações do quadro 9 reforçam essa constatação, ape -

---

(1) Ouvimos comentário de que não compensava fabricá-la, pois "é muito trabalhoso". Pareceu-nos mais uma referência ao direito de participar dos benefícios do progresso trazidos com a indústria, do que um raciocínio em termos econômicos.

Quadro 9  
CATUÇABA - Sede

DIETA ALIMENTAR NAS REFEIÇÕES DIÁRIAS - ALMOÇO

Março, 1982

Tipo de Dieta	Produtores		Não Produtores	
	Ocorrência	%	Ocorrência	%
ARROZ, FELJÃO E MISTURA	20	83,3	29	49,2
ARROZ, FELJÃO E MISTURA QUANDO TEM (MISTURA)	3	12,5	17	28,8
ARROZ, FELJÃO E FARINHA	-	-	10	16,9
ARROZ, FELJÃO	-	-	3	5,1
OUTRA	1	4,2	-	-
TOTAL	24	100%	59	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

sar de não se tratar de uma abordagem do nível alimentar propriamente dito (qualidade) das dietas estudadas. Mas, o que a caracterização da dieta alimentar relacionada com a frequência de consumo dos principais alimentos, indicam certamente é uma monotonia alimentar vivida entre os dois grupos, com evidências de privações qualitativas (e quantitativas inclusive), como uma resposta que esses trabalhadores tem encontrado frente à desvalorização de seus trabalhos, e à incapacidade de se apropriarem de seus próprios frutos.

As palavras de MARX complementam plenamente nossas observações:

"A introdução das papas, como meio principal de subsistência reduziria o valor da força de

trabalho, abreviará o tempo de trabalho necessário, acrescentaria o tempo de sobretalho e portanto a taxa de mais valia; em consequência se ademais circunstâncias se mantêm iguais — a composição do capital se modificará, o valor da parte variável diminuirá em comparação com a da parte constante, ainda que se mantenha igual a quantidade de trabalho vivo empregado — em consequência se elevará a taxa de lucro. Neste caso haveria um decréscimo na renda absoluta, e, em proporção, na renda diferencial (...). Este fator afetaria por igual ao capital agrícola e não agrícola. A taxa geral de lucro cresceria e por tanto diminuiria a renda" (1974 : 290).

Assim, o que nossa investigação nos revelou, apesar dos limites de tratamento da questão do consumo foi uma significativa diferença de estrutura alimentar entre os dois grupos considerados, sendo, de modo geral, mais diversificada e em quantidade maior<sup>(1)</sup> nas famílias dos produtores de leite, isto é, em seus estratos superiores, mas assentada nos limites mínimos vitais — senão até abaixo deles, nos seus estratos inferiores; assim como entre os assalariados<sup>(2)</sup>. Se a maioria dos produtores de leite estudados e suas famílias, não se pode deixar de mencionar que experimentam uma alimentação próxima a um mínimo vital, isto é, alimentação apenas suficiente para sustentar sua vida; para os não-produtores de leite, especialmente para os assalariados, pode-se falar em fome no sentido rigorista da palavra.

E, para complementar um pouco mais esse quadro, cabem, por fim, considerações sobre algumas revelações que tivemos quanto à compra de gêneros alimentícios. Observou-se que a utilização da caderneta (venda "fiada") como estratégia de sobrevivência, é comum nos dois grupos, relativamente menor entre os não-pro-

---

(1) Evidência dada pela frequência do consumo (Quadro 7) principalmente, e pela caracterização da dieta (Quadro 9).

(2) Uma análise do consumo alimentar do ponto de vista de seus nutrientes, e de sua participação na estrutura orçamentária, certamente revelaria evidências incríveis.

dutores de leite, como se vê no quadro 10. A explicação desse fa

Quadro 10

Catuçaba - sede

FORMA DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Março, 1982

FORMA DE AQUISIÇÃO	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	1	-
COM CADERNETA	14	34
À VISTA	8	23
OUTRA	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>59</b>

FONTE: Pesquisa de Campo

to, se dá pelas restrições que os comerciantes aplicam aos "maus fregueses", que certamente coincidem com os trabalhadores assalariados pior remunerados os que "vivem de bico" — e grande parte deles é diarista sem emprego fixo —, além dos desempregados. O que só mostra o quanto o direito à sobrevivência é ostensivamente um monopólio só de uns, e o quanto é regido pelo valor de troca em toda sua extensão e profundidade.

Revela-se, além disso a contradição entre, de um lado, a tendência do capital em diminuir o tempo de trabalho necessário e de outro a tendência à baixa do preço do trabalho, o que leva à necessidade de se trabalhar mais para se adquirir a mesma ração essencial mínima. O recurso ao trabalho acessório, à venda do leite que deveria ser consumido pela família, às práticas de

ajuda mútua, etc, é experimentado pelos produtores de leite C, justamente para garantir o que o trabalho que produz leite não garante.

As condições de saúde repetem as mesmas revelações quanto aos limites ostensivos em que se reproduz a força de trabalho assalariada e familiar, ao mesmo tempo que revela suas diferenças. Procuramos abordá-la a partir de alguns indicadores considerados significativos, porque sintetizam sozinhos os níveis de qualidade de vida, na medida em que são altamente sensíveis às condições sócio-econômicas precárias, às más condições sanitárias do meio, assim como à falta de recursos assistenciais.

Começaremos pela análise da mortalidade infantil — que se constitui num dos melhores indicadores do nível da saúde de uma dada população, "desde que teoricamente nenhuma criança deveria morrer antes de 1 ano de vida, com exceção daquelas que nascem com más formações congênitas" (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 1978, Anexo 2 : 129) —, apresentada por "causa mortis".

Em primeiro lugar o que o quadro 11 ressalta é o elevado número de mortes nas famílias dos assalariados em relação à dos produtores de leite, indicando muito bem a diferenciação sócio-econômica entre esses dois grupos marcadas já pela fome (como já vimos anteriormente), pela miséria enfim entre os assalariados.

Quanto à "causa mortis", verifica-se que é muito grande o número de mortes sem causa conhecida entre os mesmos assalariau

Quadro 11

Catuçaba - sede

CRIANÇAS MORTAS SEGUNDO A "CAUSA MORTIS"

Março, 1982

"CAUSA MORTIS"	Produtores	Não Produtores
	Quantidade de crianças mortas	Quantidade de crianças mortas
NÃO INFORMARAM A "CAUSA MORTIS"	-	12
DIARRÉIA, DESIDRATAÇÃO	-	7
TUMOR NA CABEÇA	-	2
NATIMORTO	3	12
PNEUMONIA	3	-
CRUPE, MENINGITE, DILATAÇÃO INTESTINAL	1	3
SARAMPO, COQUELUCHE	2	2
DOENÇA INFANTIL, ÍNGUA (NO PESCOÇO FURADO), FEBRE, NÃO SABE, PREMATURO	3	19
FALTA DE RECURSOS	1	2
VÁRIAS	-	2
NATIMORTOS E SARAMPO/COQUELUCHE (1)	-	7
NATIMORTOS E CAUSAS IGNORADAS (1)	-	6
<b>TOTAL DE CRIANÇAS MORTAS</b>	<b>13</b>	<b>74</b>

FONTE: Pesquisa de Campo

(1) Nesses casos as causas foram especificadas mas não a quantidade de casos por causa. Daí não colocamos o total junto às várias "causa mortis".



dos, assim como o número de natimortos (somando juntos 32,4% das causas<sup>(1)</sup>). As primeiras indicam o precário acompanhamento médico à criança, enquanto que as segundas a precária assistência médica à mulher no ciclo gravídico, assim como, até certo ponto, a deficiente assistência ao parto.

Em segundo lugar, chama a atenção a grande incidência de mortes por doenças infantis, também entre os assalariados, chegando pelo menos a 25,6% das causas, se não considerarmos os 13 casos mal definidos — entre natimortos, doenças infantis e causas ignoradas, que particularizamos nos 2 últimos itens. Por si só, a ocorrência dessas causas mencionadas, é um indicador das precárias condições em que se reproduzem essas parcelas da população rural.

O quadro 12 complementa as informações anteriores, evidenciando o limite mínimo em que se trava a luta pela subsistência especialmente entre os trabalhadores livres, através da enorme quantidade de crianças mortas antes de 1 ano de idade — 62% dos casos — e de natimortos — 15% —.

---

(1) Coincidem com as nossas observações sobre as condições de saúde em Catuçaba, as que se referem à sub-região do Alto Paraíba, como a chamaram em trabalho da SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO: "O maior problema nesta sub-região parece ser a falta de assistência médica e recursos hospitalares (...) E (...) pode-se verificar que para todos os municípios a categoria de "causa mortis" por acidentes, em que estão incluídas as causas mal definidas, aparecem com percentual mais elevado". (1978, Anexo 2 : 134). Fato que só pode evidenciar o quanto se trata de um problema estrutural.

## Quadro 12

Catuçaba - sede

IDADE DAS CRIANÇAS MORTAS PELA QUANTIDADE DE CASOS

Março, 1982

I D A D E	Produtores	Não Produtores
NATIMORTOS	3	11
MENOS DE 1 ANO	4	46
1 ANO	3	8
2 ANOS	1	3
3 ANOS	1	1
4 ANOS	-	1
9 ANOS	-	1
12 ANOS	-	2
13 ANOS	1	-
14 ANOS	-	1
T O T A L	13	74

FONTE: Pesquisa de Campo

Observando agora os quadros 13 e 14 verifica-se uma correspondência entre as "causas mortis" mais ocorridas, isto é, doenças do aparelho respiratório, aparelho circulatório e doenças neurológicas, com as causas de internação mais frequentes.

Quadro 13

Catuçaba - sede

"CAUSA MORTIS" DE MEMBROS DA FAMÍLIA

Março, 1982

DOENÇAS	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM, NÃO SABEM	1	1
PROBLEMA DO INTESTINO	1	-
DIABETE	1	-
DERRAME, ARTERIOSCLEROSE	-	3
BRONQUITE	1	3
CORAÇÃO ENFARTE	1	3
RIM	-	1
GRIPE	1	-
ANEMIA	1	-
NÃO SABE, REUMATISMO	-	2
CÂNCER	1	4
OPERAÇÃO	-	1
T O T A L	8	18

Quadro 14

Catuçaba - sede

CAUSAS DE INTERNAÇÕES HOSPITALARES NOS ÚLTIMOS 6 MESES

Março, 1982

CAUSAS	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	-	1
"PROBLEMAS DO OLHO" DERRAME, CONVULSÃO, NERVOS	1	-
DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO	1	3
DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO	-	3
DOENÇAS DO APARELHO DIGESTIVO	-	2
INFECCÃO NO ÚTERO, RINS E PRÓSTATA	2	-
QUISTO, REUMATISMO, NÃO SABE DIZER	1	1
PARTO	-	2
<b>TOTAL DE INTERNAÇÕES</b>	<b>5</b>	<b>12</b>

FONTE: Pesquisa de Campo

Quando analisamos a ocorrência de doenças na família nos últimos 5 anos, (quadro 15) evidenciam-se diferenças entre os 2

Quadro 15

Catuçaba - sede

OCORRÊNCIA DE DOENÇAS NA FAMÍLIA NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Março, 1982

TIPOS DE DOENÇAS	Produtores		Não Produtores	
	Ocor- rên- cias	%	Ocor- rên- cias	%
VERME	1	7,1	-	-
DIABETE	1	7,1	-	-
ESTRABISMO, NERVOSO, JUÍZO ATACADO, OLHOS, DERRAME.	6	43,0	6	8,6
FALTA DE AR, BRONQUITE, PNEU- MONIA, TUBERCULOSE.	-	-	10	14,2
PRESSÃO ALTA, CORAÇÃO, AMPUTA- ÇÃO DO DEDO, COLESTEROL.	-	-	8	11,4
ÚLCERA, GASTRITE, VESÍCULA	2	14,3	2	2,9
INFECÇÃO NO ÚTERO, PRÓSTATA	1	7,1	2	2,9
SARAMPO, TOSSE COMPRIDA, CAXUM- BA, GRIPE, AMIGDALITE, HEPATITE	2	14,3	33	47,2
ANEMIA	-	-	1	1,4
VÁRIAS (INCLUSIVE, DOENÇAS NÃO IDENTIFICADAS)	1	7,1	8	11,4
TOTAL	14	100	70	100

FONTE: Pesquisa de Campo

grupos considerados. No caso dos membros do grupo dos trabalhadores proprietários, as maiores incidências correspondem às doenças do sistema nervoso: "estrabismo, nervoso, derrame", etc; em segundo lugar as doenças do aparelho digestivo assim como as doenças viróticas, principalmente as infantis. Já entre os assalariados a maior ocorrência é de doenças viróticas, sobretudo as infantis que respondem à quase 50% do total. Em segundo lugar, as do aparelho respiratório, seguidas das do aparelho circulatório e das "várias".

A ocorrência significativa de doenças viróticas, transmissíveis e até certo ponto evitáveis, permite "avaliar a má qualidade de assistência médica às crianças de 1 ano de idade, como também as condições de saneamento, de infra-estrutura e sócio-econômicas da população" (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 1978, Anexo 2 : 133).

Os dados sobre as condições de nascimento do último filho (Quadro 16), também permitem algumas constatações. Observa-se que de modo geral os partos são normais, predominando em hospitais, significativamente entre os produtores de leite; enquanto entre os não-produtores os partos em casa são em número maior. O que certamente, apesar do pequeno número da amostra, relaciona-se com seu baixo poder aquisitivo em relação aos produtores de leite.

Apesar de ter sido mencionado por várias pessoas a ocorrência de epidemias-em que foi citada a de meningite entre elas, não obtivemos informações mais seguras sobre este fato, dada a própria dificuldade de compreensão da questão pela população, assim como devido ao esquecimento.

## Quadro 16

Catuçaba - sede

CONDIÇÕES DE NASCIMENTO DO ÚLTIMO FILHO

Março, 1982

CONDIÇÕES DO PARTO	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	1	2
EM CASA (PARTO NORMAL)	8	19
EM CASA (COM COMPLICAÇÃO MAS A CRIANÇA SE SALVOU)	1	1
NO HOSPITAL (PARTO NORMAL)	14	17
NO HOSPITAL (C/COMPL.MAS A CRIANÇA SE SALVOU)	-	8
NO HOSPITAL (C/COMPL.E A CRIANÇA MORREU)	-	2
MÉDICO OU HOSPITAL PARTICULAR (PARTO NORMAL OU CESARIANA)	-	2
<b>T O T A L</b>	<b>24</b>	<b>51</b>

FONTE: Pesquisa de Campo

Apresentamos, entretanto, o quadro a que chegamos a título de informação mais sobre o tipo de doenças ocorridas, do que pela sua quantificação.

## Quadro 17

Catuçaba - sede

## OCORRÊNCIA DE EPIDEMIAS

Março, 1982

TIPO DE EPIDEMIA	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	9	31
DOENÇAS INFANTIS	6	8
GRIPES C/FEBRE	4	10
MENINGITE	6	4
DESIDRATAÇÃO	-	7
TOTAL DE CASOS	25	60

FONTE: Pesquisa de Campo

Quanto ao ano de ocorrência da meningite as informações variaram entre 1972 e 1979. De qualquer forma pode indicar evidências no sentido da presença recente desta doença entre os moradores de Catuçaba.

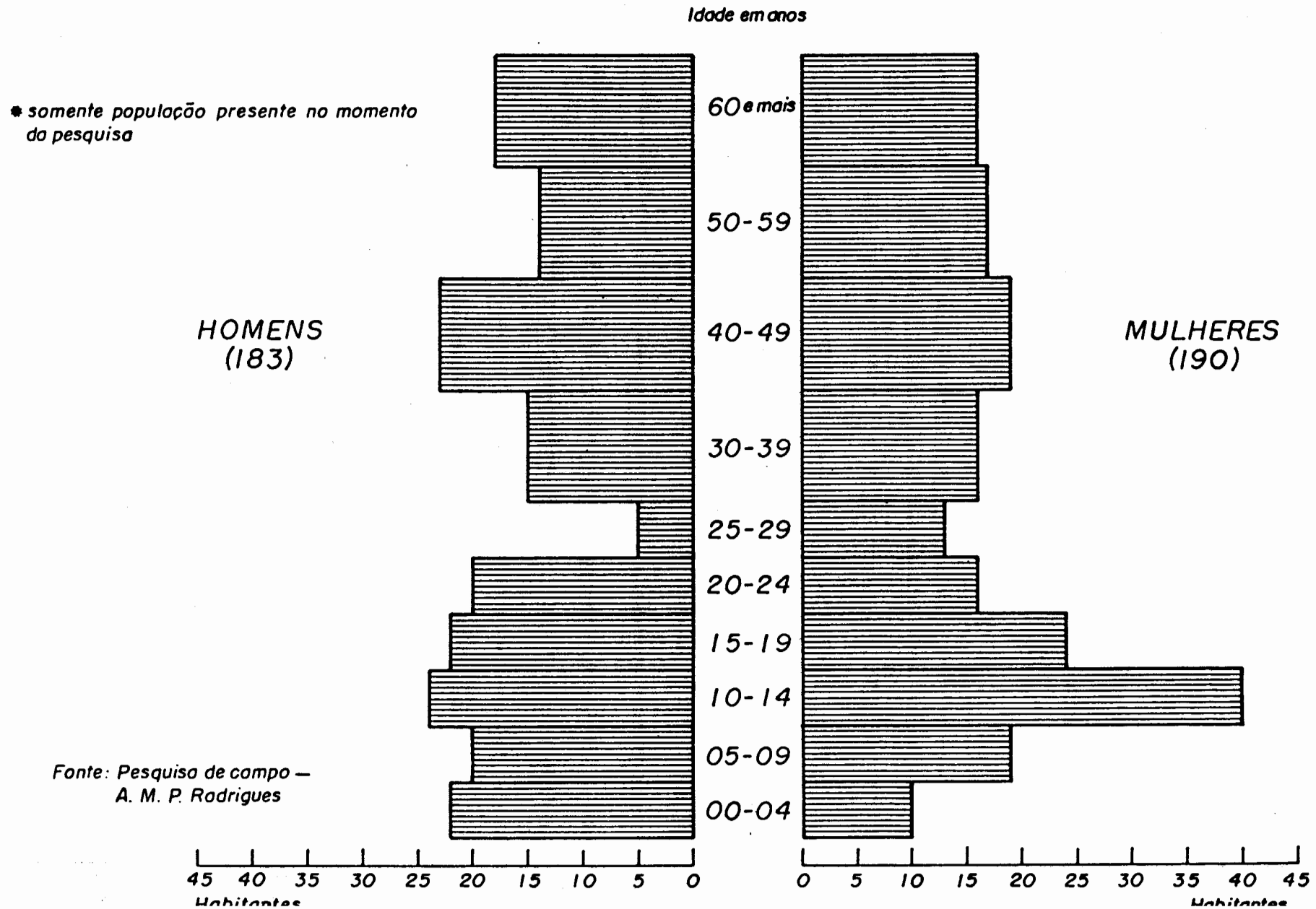
A pirâmide populacional de Catuçaba (Figura 5) por si só reflete bem pela sua estreita base, especialmente as faixas de 0 a 4 e de 5 a 9 anos, a alta mortalidade infantil na área em estudo, resultado das condições econômicas precárias da maior parte da população. Além de sua provável natalidade baixa.

As faixas intermediárias — 20 a 29 anos, pelo seu estreitamento, principalmente a faixa de 25 a 29 anos, são um indicador



**POPULAÇÃO\* DE CATUÇABA**  
**COMPOSIÇÃO POR IDADE**  
**SEDE DE DISTRITO – MARÇO DE 1982**

**FIGURA 5**



da importância do êxodo rural que se coloca, especialmente para essas faixas da força de trabalho, como alternativa frente as condições limitadas de sua produção.

Já nas faixas referentes à população mais adulta acima de 40 anos, é interessante a sua proporção relativamente elevada, evidenciando ao contrário das faixas anteriores, a sua retenção ou permanência na área; assim como a provável entrada de parte dessa população que retorna ao campo, depois de ter migrado em busca de melhores condições de vida, geralmente não ter sido muito bem sucedida, como alguns relatos nos mostraram.

Mas a amplitude, da pobreza, e das precárias condições de saúde, não são captadas por esses dados, nem por esses quadros, em sua dimensão real. Muitas vezes o próprio entrevistado chega a não conseguir discernir entre a doença e a saúde. É o caso por exemplo de uma família de assalariados em que a mãe, durante a entrevista, enquanto estava de cócoras — pois ofereceu com insis- tência o único banco que tinha na casa (além de 1 cadeira sem encosto) à entrevistadora —, demonstrava "falta de ar e seu peito chiava". Setenta e sete anos, cega de um olho, comentando sobre sua saúde, disse que sofria de reumatismo e de gripe, e que se tratava com bala de hortelã<sup>(1)</sup>. Referindo-se a seu filho, solteiro, de 42 anos, disse que tinha dormência nas mãos e na língua e que "sofria de ficã cego e tê ânsia". Mas que não se tratava, porque "depois melhorava sozinho" e porque des

---

(1) Cabe observar que apesar da inadequação evidente do tratamento neste caso, é muito comum o uso do remédio caseiro, ou as soluções caseiras, como o parto realizado em casa.

de criança tinha esses sintomas. Se esse caso tem seu lado trágico que não pode ser generalizado, ele nos revela dimensões do vivido que nossa condição nem sequer imagina, e o nosso "cientificismo" não é sensível.

Assim, há muita coisa que não se encaixou numa tabela, por exemplo, mas que não é menos importante e reveladora da pobreza e das diferenças produzidas e reproduzidas pelas relações sociais capitalistas de produção.

Quanto ao vestuário por exemplo, há evidências interessantes.

Em relação aos produtos de leite, quando indagados se "costumam comprar roupas de uso pessoal, e de quanto em quanto tempo", a resposta imediata foi predominantemente esta: "quando a gente precisa". E por insistência nossa, alguns completavam: "de 6 em 6 meses mais ou menos" (4 casos); "1 vez por ano" (5 casos); "quando tem casamento" (1 caso) e de "3 em 3 anos mais ou menos" (1 caso). Raros são os que confeccionavam as próprias roupas (1 caso), mas já encontramos os que as compram todo mês (4 casos).

Entre os assalariados, comprar roupa é visto como privilégio, pela maioria deles. "Faz oito anos que a gente só ganha", diz uma mãe. "Comprar é muito custoso. Nós ganha ou nós fais quando ganha algum retaião", diz a velhinha cega de um olho que se tratava com bala de hortelã. Uma outra senhora, nos mostrou uma colcha de retalhos que estava fazendo, que tinha 2 faces. De um lado era de retalhos de tecido, e de outro era de

sacos plásticos de leite emendados "que era pra protegê da chuva". (O telhado de sua casa apresentava bastante falhas, além de telhas quebradas).

O consumo de bens duráveis não foge às mesmas evidências.

Conforme se vê no quadro 18 apesar dos produtores de leite, de modo geral, possuírem a maioria dos bens duráveis indicados (com exceção do automóvel), é significativo o número deles que não possuem geladeira, rádio e até mesmo televisão.

Se os dois últimos não são imprescindíveis quanto o primeiro — a geladeira —, não se pode deixar de reconhecer que são, tanto um quanto os outros, conquistas fundamentais da técnica e da divulgação intelectual que, desse ponto de vista, deveriam ser usufruídas por todos. A situação dos não-produtores nesse aspecto, quanto nos outros demonstrados, é bem mais grave e evidenciam concretamente a sua penúria. Quantos não tem guarda-comida, geladeira, sofá, e mesmo guarda-roupa ("a gente guarda a roupa em saco" disse uma jovem), ferro de passar, passar o que ? e para que ?

Indagando sobre a forma de aquisição dos bens duráveis, (quadros 19 e 20), observamos que a compra do objeto novo e à vista tem sido a forma preferencial entre os produtores de leite (com exceção do automóvel); enquanto que entre os não-produtores aumenta bastante a compra do objeto usado à vista, e assume importância a aquisição por "ganhos e herança".

Quadro 18

Catuçaba - sede

CONSUMO DE BENS DURÁVEIS

Março, 1982

BENS DURÁVEIS		Produtores	Não Produtores
FERRO DE PASSAR	NÃO INFORMARAM	1	3
	TÊM DE BRASA	-	13
	TÊM ELÉTRICO	22	31
	NÃO TÊM	1	12
FOGÃO À LENHA	TÊM	13	32
	NÃO TÊM	11	27
FOGÃO À GÁS	NÃO INFORMARAM	4	2
	TÊM	19	48
	NÃO TÊM	1	9
GUARDA-COMIDA	NÃO INFORMARAM	1	3
	TÊM	21	35
	NÃO TEM	2	21
RÁDIO	NÃO INFORMARAM	1	1
	TÊM	16	39
	NÃO TÊM	7	19
GELADEIRA	NÃO INFORMARAM	1	1
	TÊM	12	15
	NÃO TEM	8	43
T.V.	NÃO INFORMARAM	1	-
	TÊM	16	23
	NÃO TÊM	7	36
GUARDA-ROUPA	NÃO INFORMARAM	3	3
	TÊM	19	42
	NÃO TÊM	2	14
MÁQUINA DE COSTURA	NÃO INFORMARAM	3	1
	TÊM	17	25
	NÃO TÊM	4	32
SOFÁ	NÃO INFORMARAM	3	2
	TÊM	19	28
	NÃO TÊM	2	29
CARRO	NÃO INFORMARAM	-	-
	TÊM	10	10
	NÃO TÊM	14	49

Fonte: Pesquisa de campo.

Quadro 19

Catuçaba - sede

FORMA DE AQUISIÇÃO DOS BENS DURÁVEIS MAIS FREQUENTES

Março, 1982

BENS DURÁVEIS		Produtores	Não Produtores
FOGÃO À GÁS	NÃO INFORMARAM	4	2
	COMPRADO NOVO À VISTA	12	13
	COMPRADO NOVO À PRAZO	1	10
	COMPRADO USADO À VISTA	6	13
	COMPRADO USADO	-	1
	GANHO OU HERDADO	-	11
GUARDA/COMIDA	NÃO INFORMARAM	1	3
	COMPRADO NOVO À VISTA	14	10
	COMPRADO NOVO À PRAZO	-	2
	COMPRADO USADO À VISTA	7	13
	COMPRADO USADO	-	1
	GANHO OU HERDADO	-	6
GUARDA/ROUPA	FABRICADO	-	3
	NÃO INFORMARAM	3	3
	COMPRADO NOVO À VISTA	14	13
	COMPRADO NOVO À PRAZO	-	8
	COMPRADO USADO À VISTA	5	8
	COMPRADO USADO À PRAZO	-	1
	COMPRADO USADO	-	3
	GANHO OU HERDADO	-	7
FABRICADO	-	2	

FONTE: Pesquisa de Campo

## Quadro 20

Catuçaba - sede

## FORMA DE AQUISIÇÃO DOS BENS DURÁVEIS MENOS FREQUENTES

Março, 1982

	FORMA DE AQUISIÇÃO	Produtores	Não Produtores
Automóvel	COMPRADO NOVO À VISTA	1	-
	COMPRADO NOVO À PRAZO	2	2
	COMPRADO USADO (*)	2	-
	COMPRADO USADO À VISTA	5	3
	COMPRADO USADO À PRAZO	1	5
Geladeira	NÃO INFORMARAM	1	1
	COMPRADO NOVO À VISTA	10	9
	COMPRADO NOVO À PRAZO	-	2
	COMPRADO USADO À VISTA	2	2
	COMPRADO USADO À PRAZO	-	1
	GANHO OU HERDADO	-	1
Máquina de Costura	NÃO INFORMARAM	3	1
	COMPRADO NOVO À VISTA	8	8
	COMPRADO NOVO À PRAZO	1	5
	COMPRADO USADO (*)	-	1
	COMPRADO USADO À VISTA	4	7
	GANHO OU HERDADO	4	4

FONTE: Pesquisa de Campo

(\*) Não especificado se à vista ou a prazo.

Quanto ao principal local de compra da maioria dos bens duráveis observa-se que Catuçaba aparece como o principal local para as famílias dos assalariados, o que mostra o quão pequeno é seu espaço vital, e de como a questão da apropriação desse espaço, é regida pelas leis do valor de troca. Pois o fato dos assalariados comprarem preferencialmente em Catuçaba, está ligado acima de tudo a uma questão objetiva — à completa não disponibilidade de dinheiro —, que os impede de optar por outros locais de compra, até mais baratos, como fazem a maior parte dos produtores de leite e mesmo alguns assalariados mais bem remunerados, que costumam fazer compra de mês em Taubaté, ou em

São Luis do Paraitinga, para aproveitar os preços mais baixos relativamente à Catuçaba (Vide Quadro 21). Processo este que só evidencia as condições desiguais e o poder ostensivo criado pelo valor de troca.

Quadro 21

Catuçaba - sede

PRINCIPAL LOCAL DE COMPRA DA MAIORIA DOS BENS DURÁVEIS

Março, 1982

LOCAL	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	3	7
SÃO LUIS DE PARAITINGA	7	13
TAUBATÊ	9	14
CATUÇABA	5	21
OUTRA	-	2
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>57 (1)</b>

FONTE: Pesquisa de Campo

(1) Há entre os Não Produtores o caso de uma família que ganhou todos os bens que possui e outra de uma senhora que dos bens por nós pesquisados, só possuía um fogão a gás comprado usado de uma vizinha.

A análise de alguns aspectos de habitação também nos indicou revelações interessantes.

Em primeiro lugar, através do quadro 22, chama a atenção o significativo número de casas auto-construídas entre os assalariados, apesar do grande número de não informantes entre eles



e apesar da falha de não se ter perguntado qual a forma usada na construção, para se inferir a importância ou não do mutirão. De qualquer forma fica evidente o quanto o modo como o trabalho se relaciona com as condições de produção e reprodução de si mesmo, sob as determinações gerais do valor de troca, tem se revelado como incapaz de apropriar-se de seus meios de subsistência essen

Quadro 22  
Catuçaba - sede  
CONSTRUÇÃO DA MORADIA  
Março, 1982

CONSTRUÇÃO	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	15	33
PELOS PRÓPRIOS MORADORES	7	22
OUTRA	2	4
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>59</b>

FONTE: Pesquisa de Campo

ciais (MARX, 1977 (a) vol 2 : 110 - 111). Ou seja, de como tanto para a maioria dos assalariados, como para alguns dos pequenos produtores de leite, o objeto essencial da troca, que é a satisfação direta de sua necessidade não tem se verificado. Resta a esses homens além da abstinência, da parcimônia e da retirada da circulação de menos bens para seu consumo do que o que entrega a ela de privar-se de seu descanso em grau cada vez maior. Que "se prive em geral de seu ser enquanto separado de seu ser como trabalhador, e no possível seja só um trabalhador" (MARX, 1977 (a) Vól. 1 : 227).

Assim, o que era um pressuposto natural de toda existência, no caso a necessidade de se abrigar <sup>(1)</sup>, passa a fazer parte de seu

(1) Ver sobre a questão das necessidades em MARX/ENGELS, A ideologia alemã, s/d, op.cit., especialmente pp.33 - 34.

estado de dependência em relação à sorte imposta pelas leis do capital.

A auto-construção aparece, pois, como uma das formas por onde se evidencia que as relações de exploração e dominação não se restringem ao local de trabalho, nem ao modo de produção.

Vejamos as informações sobre a área das moradias. Também aqui o número de não informantes é grande, mas de qualquer forma há evidências de um predomínio de habitações de até 60m<sup>2</sup> entre os assalariados. E de fato, a fachada das casas de Catuçaba impressiona pela sua pequenez. As habitações dos produtores de leite já são maiores como se vê no quadro 23, definindo outra diferença entre eles, resultado basicamente das diferentes condições de sua de terminação ao capital.

Quadro 23  
Catuçaba - sede  
ÁREA (1) DAS MORADIAS  
Março, 1982

Área (M <sup>2</sup> )	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	5	14
DE 10 A 20	-	8
DE 21 A 30	-	8
DE 31 A 40	-	8
DE 41 A 60	4	7
DE 61 A 80	2	6
DE 81 A 100	5	2
MAIS DE 100	8	6
<b>T O T A L</b>	<b>24</b>	<b>59</b>

FONTE: Pesquisa de Campo

(1) Área construída

Vejamos em seguida alguns quadros sobre algumas das características físicas da habitação.

Em relação ao tipo de piso da moradia (quadro 24) o de cimento é predominante entre os produtores de leite e junto com o piso de tijolo também o é entre os não-produtores. Destaca-se ainda a categoria "outro" entre estes últimos.

Quadro 24

Catuçaba - sede

TIPO DE PISO DA MORADIA

Março, 1982

TIPO DE PISO	Produtores	Não Produtores
TIJOLO	6	21
CIMENTO	12	23
CERÂMICA	2	-
TACO, ASSOALHO MADEIRA	2	2
OUTRO	2	13
TOTAL	24	59

FONTE: Pesquisa de Campo

Quanto ao tipo de forro há uma grande ocorrência de habitações sem forro nos dois grupos, como se vê no quadro 25. Mas não sabemos até que ponto a sua não existência é um resultado das condições limitadas de sobrevivência, ou um resultado de uma herança cultural que via no forro uma restrição à circulação do ar.

## Quadro 25

Catuçaba - sede

TIPO DE FORRO DA MORADIA

Março, 1982

TIPO DE FORRO	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	-	2
ALVENARIA	11	17
SEM FORRO	10	36
OUTRO	3	4
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>59</b>

FONTE: Pesquisa de Campo

Sobre o tipo e localização do banheiro nos dois grupos, há diferenças marcantes como se nota no quadro 26, evidenciando a precariedade do habitar entre os assalariados —principalmente os casos de privada externa (11) e os domicílios onde não existiam instalações sanitárias —, mostrando o quanto as conquistas da higiene, da civilização de modo geral, não tem sido socializadas, isto é, não tem contribuído para criar novos mínimos vitais, a não ser de uma maneira privada.

Não se pode deixar de mencionar, entretanto, que apesar de não termos feito investigações sistemáticas à respeito, muitos de poimentos indicam uma trajetória que se inicia em habitações mais rústicas, como as casas de "pau-a-pique do sertão", passan

## Quadro 26

Catuçaba - sede

TIPO E LOCALIZAÇÃO DO BANHEIRO NA MORADIA

Março, 1982

TIPO E LOCALIZAÇÃO DO BANHEIRO	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	1	1
VASO E CHUVEIRO INTERNO	9	13
VASO E CHUVEIRO EXTERNO	-	8
1 BANHEIRO COMPLETO	14	17
2 BANHEIROS COMPLETOS	-	1
PRIVADA INTERNA	-	3
PRIVADA EXTERNA	-	11
NÃO TEM	-	5
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>59</b>

FONTE: Pesquisa de Campo

do a moradias com as características mencionadas com as características mencionadas aqui, em princípio mais duráveis.

Quanto às taxas de ocupação dos domicílios e dos quartos em particular, não se observou problemas de congestionamento, como se verifica no quadros 27 e 28, do ponto de vista da quantidade dos cômodos. Mas do ponto de vista de sua área, certamente encontraríamos evidências de congestionamento. Este não foi, entretanto, nosso tratamento.

Quadro 27

Catuçaba - sede

DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR TAXA DE OCUPAÇÃO

Março, 1982

TAXA DE OCUPAÇÃO (PESSOAS POR DOMICÍLIO)	PRODUTORES		NÃO PRODUTORES	
	QUANTIDADE DE OCORRÊN CIAS	% EM RELAÇÃO AO TOTAL	QUANTIDADE DE OCORRÊN CIAS	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
ATÉ 3	3	12,5	27	45,8
DE 4 A 5	12	50,0	17	28,8
6 E MAIS	9	37,5	15	25,4
TOTAL	24	100%	59	100%

FONTE: Pesquisa de Campo

Quadro 28

Catuçaba - sede

TAXA DE OCUPAÇÃO DOS QUARTOS PELO TAMANHO DA FAMÍLIA

Março, 1982

TAMANHO DAS FAMÍLIAS	Produtores				Não Produtores			
	QUANTI- DADE DE FAMÍLIAS	QUANTI- DADE DE PESSOAS	QUANTI- DADE DE QUARTOS	TAXA DE OCUPAÇÃO DOS QTOS	QUANTI- DADE DE FAMÍLIAS	QUANTI- DADE DE PESSOAS	QUANTI- DADE DE QUARTOS	TAXA DE OCUPAÇÃO DOS QTOS
ATÉ 3 MEMBROS	3	8	8	1,00	27	57	54	1,06
DE 4 A 5 MEMBROS	12	58	35	1,66	17	76	34	2,24
6 E MAIS MEMBROS	9	65	24	2,71	15	109	28	3,89
TOTAL	24	131	67	1,96 (*)	59	242	116	2,09 (+)

FONTE: Pesquisa de Campo

- (\*) Taxa média de ocupação dos quartos nos domicílios (divisão da quantidade total de residentes nesta classe pelo número de quartos de suas moradias).
- (+) Taxa média de ocupação dos quartos nos domicílios de Não Produtores que consiste na divisão da quantidade total de residentes nesta classe pelo número de quartos de suas moradias.

Cabe uma última consideração sobre a utilização do quintal ,  
mostrada no quadro 29, onde se destaca a ocorrência de pomares

Quadro 29  
Catuçaba - sede  
UTILIZAÇÃO DO QUINTAL  
Março, 1982

UTILIZAÇÃO	Produtores	Não Produtores
HORTA	-	2
POMAR	3	11
HORTA E POMAR	1	1
POMAR E CRIAÇÃO	1	1
OUTRA UTILIZAÇÃO	11	23
NÃO TEM QUINTAL	8	21
TOTAL	24	59

FONTE: Pesquisa de Campo.

nos domicílios de assalariados, podendo indicar uma das estratégias de sobrevivência para garantir os meios de subsistência de que necessitam, por outra via que não a do mercado. A exigência de poucos cuidados no trato de um pomar devem ter sido um fator importante.

Quanto ao regime de propriedade das moradias, apesar de ocorrer alguns poucos casos de aluguéis, a grande maioria da população é proprietária das casas, mas não do terreno — "as paredes são da gente, mas o terreno não". Apesar de que o preço de venda das casas tem se elevado significativamente, evidenciando tendências a incorporar a renda da terra.



Ainda sobre as condições do habitar, para não dizer do viver, vejamos algumas informações sobre o que se costuma chamar de "bens de consumo coletivo"<sup>(1)</sup>.

Como se vê nos quadros 30, 31 e 32, à participações diferenciadas nas relações sociais de produção correspondem consumo diferenciados de água, esgoto e energia elétrica.

Quase 30% dos não-produtores não usufrui de rede de água com canalização interna e de rede de esgoto ou fossa septica. É significativa a ocorrência de esgoto a céu aberto e os problemas que isso pode implicar.

Se a água é um dos principais recursos para a sobrevivência, a questão que se coloca de até que ponto "deficiências de abastecimento significam comprometimento da saúde das populações" (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 1978, Anexo 2 : 89). Sem mencionar as questões da qualidade da água e de seu tratamento apropriado<sup>(2)</sup>.

---

(1) Aqui, como nos outros casos dos indicadores que tomamos nesta breve discussão sobre as condições de reprodução da força de trabalho, nos propusemos apenas a através de alguns diagnósticos, e certamente parciais, a colocar a questão da exploração do trabalho, da subordinação da renda e do trabalho do procutor mercantil de leite C, propriamente dita, ou dito de outro modo, a colocar a questão da reprodução pelo capital das relações não capitalistas de produção, no plano da subsistência.

(2) "São muitos os trabalhos que assinalam a relação entre a mortalidade e a falta de água, assim como entre as grandes epidemias e a contaminação dos sistemas de água". SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 1978, Anexo 2 : 116).

Quadro 30

CATUÇABA - Sede

DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Março, 1982

Distr. de Abastecimento de Água	Produtores	Não Produtores
REDE PÚBLICA COM CANALIZAÇÃO INTERNA	20	42
REDE PÚBLICA SEM CANALIZAÇÃO INTERNA	1	13
POÇO INDIVIDUAL	-	1
POÇO COLETIVO	-	1
OUTRO	3	2
TOTAL	24	59

FONTE: Pesquisa de Campo

QUADRO 31

CATUÇABA - Sede

DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ESGOTO

Março, 1982

Sistema de Abastecimento de Esgoto	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	1	-
REDE PÚBLICA	13	36
FOSSA NEGRA	-	2
FOSSA SÉPTICA	1	6
CÉU ABERTO	5	12
OUTRO	4	3
TOTAL	24	59

FONTE: Pesquisa de Campo

Do mesmo modo coloca-se a questão das deficiências dos serviços de esgoto — maiores que os de abastecimento de água, no caso estudado —, e como se sabe, fonte de enfermidades transmissíveis como disenteria, hepatites infecciosas, febre tifóide etc.

Assim, antes de mais nada, o saneamento apresenta-se como um problema de saúde pública.

Como em todos os outros indicadores sociais que discutimos, a questão do direito de usufruir deles — enquanto são um resultado da força produtiva do trabalho humano —, se transforma sob o domínio do modo de produção do capital, na questão de sua apropriação privada. Isto é, restringe-se à quem possa pagar por eles.

E se considerarmos o papel do Estado na produção e na distribuição de grande parte desses serviços, e no caráter cada vez menos socializado da distribuição dos mesmos sob a sua tutela, evidencia-se, entre outras coisas, a natureza capitalista desses serviços. O que revela, apesar de toda a ambiguidade do Estado, um "novo recorte entre sociedade civil e Estado: a diferença passa agora a se dar numa formação em que o Estado e a grande burguesia internacional — associada estão de um lado e o resto da nação do outro" (OLIVEIRA, 1976 : 11).

Assim, não são diretamente através da determinação dos preços do leite C, ao mesmo tempo que da liberação dos preços dos insumos à pecuária leiteira, da determinação dos salários, e de tantas outras, quanto através dos chamados "salários indi-

retos" relacionados aos serviços prestados pelo Estado<sup>(1)</sup>, cada vez mais as condições de subsistência da classe trabalhadora está diretamente vinculada à ação estatal. E "assim, a problemática da política social ocupa hoje em dia, uma importância estratégica fundamental, da qual não se pode desconsiderar" (DAMIANI, 1980 : 12).

Quanto ao consumo de energia elétrica, verifica-se que é mais generalizado do que os de água e de esgoto, como mostra o quadro 32, tanto entre os domicílios dos produtores quanto dos de não-produtores. Mas é preciso considerarmos o acesso a esse bem de consumo de dois pontos de vista, para relativizarmos seu significado o mais adequadamente possível, já que desconhecemos as suas reais determinações.

De um lado há que se considerar que as condições favoráveis de produção<sup>(2)</sup>, assim como as facilidades relativas de sua distribuição e instalação, deveriam assegurar sua apropriação a cada unidade de consumo, e assim proporcionar a cada membro da sociedade o bem-estar conquistado pelo desenvolvimento de suas forças produtivas sociais, e não apenas a alguns deles.

---

(1) Porque em alguns casos assume empreendimentos com baixa taxa de lucro. O que não é o caso de outros tantos empreendimentos, como por exemplo se evidenciou nos jornais um aumento do preço da luz elétrica acima do da inflação (caso da Eletropaulo no ano de 1982, por exemplo).

(2) É indiscutível a abundância de energia elétrica em nosso país, em grande parte ligada ao enorme potencial hidráulico atualmente disponível. Sua raridade artificialmente produzida está ligada à história de sua comercialização.

Por outro lado, não se pode desconsiderar numa sociedade como a nossa, o aspecto da energia elétrica enquanto mediação de um processo de produção de novas necessidades, isto é, de produção de novo consumo. Quer dizer, da difusão e ampliação — através da extensão da energia elétrica à quase todo o espaço, no caso até ao campo —, de bens de consumo industrializados, só possíveis com a introdução da energia elétrica<sup>(1)</sup>. A introdução da geladeira, do rádio, da televisão, por exemplo, não estão desvinculados desse processo. Sem considerar, que junto com esse novo modo de viver, se processa um novo modo de pensar, e desse ponto de vista se realiza também a reprodução das relações sociais capitalistas de produção.

Quadro 32

Catuçaba - sede

DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO A EXISTÊNCIA DE ILUMINAÇÃO ELÉTRICA  
Março, 1982

ILUMINAÇÃO ELÉTRICA	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	1	2
DOMICÍLIOS C/LUZ	22	48
DOMICÍLIOS S/LUZ ELÉTRICA	1	9
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>59</b>

FONTE: Pesquisa de Campo.

(1) MARX em uma extensa passagens dos Grundrisse (1977 (a) Vol.1 : 359 - 389) comenta, justamente sobre esse movimento constantemente revolucionário do capital, em que opera destrutivamente contra todas as barreiras que obstaculizam o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção, e a exploração e a troca das forças naturais e espirituais, liquidando a satisfação tradicional das necessidades existentes e a reprodução do velho modo de vida.

Quanto ao consumo dos serviços que adestram a força de trabalho, modificando-a, em uma palavra, dando-lhe uma forma especializada, mais adequada, isto é, - o serviço do professor da escola, o quadro 32 mostra o quão pouco a "educação" faz parte da produção dos trabalhadores em estudo e de suas famílias (MARX, 1974, Vol. 1 : 141 e 1977 (b) : 208 - 209).

O que se constata é que 52,9% da população total de Catuça ba tem no máximo o primário completo (56,5% entre os não-produtores e 46,7% entre os produtores de leite) (Quadro 33). Isso sem considerar os que não estudaram e não informaram, o que elevaria significativamente a cifra mencionada.

Ressalta-se ainda a diversidade do nível de escolaridade entre os dois grupos, maior nas séries mais elevadas: vê-se que 28,3% dos membros de famílias de produtores estavam cursando ginásio e 2º grau, contra apenas 7% entre as famílias de não-produtores. O que entre outras coisas evidencia como o consumo diferencial dos serviços de educação reflete níveis sócio-econômicos diversos<sup>(1)</sup>. E mais do que isso, reflete a manutenção desses níveis sócio-econômicos diversos, através da escola. Pois não é correto que essas desigualdades de conhecimento manterão as diferenças entre os dois grupos ?

SHIRLEY no seu estudo sobre Cunha afirma que "a escola serve para dar às crianças da classe proprietária governante, habilidades sociais especiais para que elas garantam a autoridade sobre a massa da população. A grande maioria da população rural é

---

(1) Reflete também a seletividade do sistema educacional.

Quadro 33

CATUÇABA - Sede

ESCOLARIDADE (1)

Março, 1982

GRAU DE ESCOLARIDADE	Não Produtor		Produtor		Total Geral	% em relação ao total geral
NÃO INFORMARAM	21	10,5	8	6,7	29	9,0
NÃO ESTUDOU	36	18,0	8	6,7	44	13,7
PRIMÁRIO COMPLETO (1. <sup>a</sup> a 4. <sup>a</sup> )	23	11,5	14	11,7	37	11,6
PRIMÁRIO INCOMPLETO - ESTUDANDO	29	14,5	18	15,0	47	14,7
PRIMÁRIO INCOMPLETO - NÃO ESTUDANDO	61	30,5	24	20,0	85	26,6
GINÁSIO COMPLETO (5. <sup>a</sup> a 8. <sup>a</sup> )	4	2,0	3	2,5	7	2,2
GINÁSIO INCOMPLETO - ESTUDANDO	12	6,0	22	18,3	34	10,6
GINÁSIO INCOMPLETO - NÃO ESTUDANDO	7	3,5	7	5,8	14	4,4
2º GRAU COMPLETO (NORMAL MAGIST.)	3	1,5	2	1,7	5	1,6
2º GRAU INCOMPLETO (NORMAL MAGIST.) ESTUDANDO	2	1,0	12	10,0	14	4,4
2º GRAU INCOMPLETO (NORMAL MAGIST.) NÃO ESTUDANDO	1	0,5	-	-	1	0,3
2º GRAU INCOMPLETO (OUTROS CURSOS) NÃO ESTUDANDO	-	-	1	0,8	1	0,3
OUTRO	1	0,5	1	0,8	2	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>200</b>	<b>100%</b>	<b>120</b>	<b>100%</b>	<b>320</b>	<b>100%</b>

FONTE: Pesquisa de Campo (1) Para a população com 7 anos e mais



deliberadamente excluída da educação formal e das vantagens da alfabetização" (1971 : 241).

Se de um lado, quando comparados com a situação miserável dos assalariados as condições em que se produzem e se reproduzem os membros das famílias dos produtores de leite aparecem como mais favoráveis, isto não significa um menosprezo de suas limitadas condições de sobrevivência. Apenas queremos relativizar e ressaltar as diferenças, porque elas são significativas. Mais do que isso, porque são historicamente produzidas.

Entretanto, apesar da opinião corrente de que a educação formal é frequentemente desvalorizada entre as camadas menos favorecidas da população<sup>(1)</sup>, e apesar da educação ser realizada basicamente pela família, o que é perfeitamente possível uma vez que "a instrução tecnológica dentro da cultura é pequena e poderá ser apreendida (...) pela observação dos membros adultos dentro da família (SHIRLEY, 1971 : 241), surpreendeu-nos o vigor de uma ideologia da educação presente entre os dois grupos.

A educação formal tende a aparecer como uma forma possível do indivíduo não se reproduzir como explorado.

Mas por outro lado esta valorização tem razão de ser, porque objetivamente a educação no capitalismo tem sido uma mediação para introduzir a população assalariada às relações de produção, assim como para prepará-los para os problemas imediatos do cotidiano.

---

(1) "Entre as populações não urbanas incluindo-se a camponesa, a educação da juventude é realizada grandemente pela família. (...) Não são necessários longos períodos de uma educação especializada para preservar a cultura e a instrução formal é, frequentemente, considerada algo estranho e inútil (SHIRLEY, 1971 : 241).

Interrogados sobre o motivo dos filhos pararem de estudar (depois de alegar a necessidade objetiva de complementar a força de trabalho familiar), a "ausência de curso no local" foi o segundo motivo mais apontado, denotando uma certa expectativa em relação à educação formal e não uma indiferença em relação a ela. Aliás no quadro 34 vê-se que é justamente o contrário para grande parte dos não-produtores, indicando, também, uma certa ideologia que se forma em torno da educação.

## Quadro 34

Catuçaba - sede

ASPIRAÇÕES QUANTO AO QUE DESEJAREM QUE OS FILHOS FOSSEM

Março - 1982

ASPIRAÇÕES	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	5	12
PROFISSÃO DE NÍVEL SUPERIOR (MÉDICO, ENGENHEIRO, ETC.)	5	11
PROFISSÃO DE NÍVEL MÉDIO (PROFESSOR, MECÂNICO)	3	13
PROFISSÃO RELIGIOSA (PADRE)	-	2
PROFISSÃO IGUAL À DO PAI	2	1
NÃO ESPECÍFICA - "ESTUDADOS"	2	8
NÃO ESPECÍFICA - INDIFERENTE ("TANTO FAZ")	-	7
NÃO ESPECÍFICA - CONFORMISTA ("TÁ MUITO BOM")	-	2
NÃO ESPECÍFICA - CONSIDERANDO A LIBERDADE DE ESCOLHA DOS FILHOS	4	-
NÃO ESPECÍFICA - OUTROS ("EMPREGADOS NA CIDADE")	3	3
<b>T O T A L</b>	<b>24</b>	<b>59</b>

FONTE: Pesquisa de Campo.

Considerando, enfim, que "a faculdade de saber e entender é um dom geral da natureza, porém só se desenvolve com a educação; se as propriedades fossem iguais, todos trabalhariam moderadamente (de modo que uma vez mais a quantidade de tempo de trabalho é o decisivo) e todos saberiam um pouco, porque a todos lhes ficaria uma porção de tempo (tempo livre) para estudar e refletir" (Apud MARX 1974, vol. 1 : 259), os dados do quadro 32 se tornam mais reveladores do caráter subordinado a que está submetidas essas parcelas da população. Que só contam com a possibilidade de trabalhar, sob pena de não se reproduzirem amanhã enquanto tais — nem enquanto produtores mercantis de leite, nem enquanto assalariados expropriados de fato.

Assim, a questão educacional implica numa questão social mais ampla, imediatamente ligada às condições de aquisição dos meios necessários à subsistência. A alta seletividade de nosso sistema educacional, evidenciada tanto pelo baixo grau de escolaridade da população de Catuçaba, quanto pelo afunilamento das oportunidades educacionais (Quadro 32), nada mais é do que a evidência no plano da educação da questão da exploração econômica e dominação política a que essas parcelas da população estão submetidas. São as desigualdades sociais fruto das desigualdades econômicas e políticas, vistas de um outro plano.

E como pergunta NECKER, "não é certo que esta desigualdade do conhecimento se tornou necessária para manter todas as desigualdades sociais que a fizeram nascer?" (Apud MARX, 1974, vol. 1 : 259).

Concluindo, o que ficou evidente através desses dados<sup>(1)</sup> sobre alguns dos aspectos de como se produzem e se reproduzem os pequenos produtores mercantis de leite e os assalariados de Catuçaba, assim como suas famílias, considerados enquanto capacidades de trabalho<sup>(2)</sup> — porque na sociedade atual cada vez mais se impõe essa forma como possibilidade de garantirem seus meios de subsistência —, foi a segregação generalizada, tanto social como espacial. Foi a separação sobre o território, de alguns dos aspectos e elementos da prática social, dissociados daqueles que usufruem os privilégios políticos e reagrupados ali em Catuçaba, no seio mesmo de um espaço até certo ponto homogeneizado pelo domínio do valor de troca, e pela carência.

Fica evidente a relação entre espaço — ou mais precisamente segregação espacial — e reprodução da força de trabalho. Pois através das precárias condições de alimentação, saúde, habitação, educação, etc, generalizadas em Catuçaba — que resultam essencial para a reprodução das relações sociais capitalistas de produção — se põe de manifesto em contradição cheia de sentido.

- 
- (1) Apesar de suas restrições, pois não se pretendeu mesmo esgotar as várias dimensões do problema da subsistência, mas apenas denunciar o quanto a redução ao mínimo dessas condições tem sido uma condição e um resultado necessário do processo de acumulação de capital para viabilizar formas de subordinação formal e real da renda da terra e do trabalho ao capital.
- (2) "Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um ser humano e que ele põe em movimento quando produz valores de uso de qualquer índole" (MARX, 1977 (b) : 203).

De que as contradições do espaço como diria LEFEBVRE, reproduzem e ampliam as contradições no espaço.

E o que esses dados sobre as condições de subsistência desses trabalhadores nos revelam, enquanto segregação social e segregação espacial, enquanto resultado ao mesmo tempo que condição do modo de produção do capital, não é o quanto a localização tem a ver com as condições do trabalho produtor, com as condições de reprodução da força de trabalho, ou em outras palavras, com a socialização das forças produtivas, conformemencionou LEFEBVRE?

E se em alguns momentos as diferenças qualitativas entre a vida dos produtores mercantis de leite e a dos trabalhadores assalariados se fizeram ressaltar, não se limitaram como diferenças entre "melhor" e "pior". Mas porque esses níveis diferenciais de aquisição dos meios de subsistência escondiam também uma contradição entre os dois grupos, que se dava justamente a partir da base jurídica e prática da propriedade da terra.

Posto isto, devemos tomar cuidado ao interpretar as diferenças entre os dois grupos, <sup>não</sup> para esvaziarmos o caráter segregativo das condições de vida de ambos, e portanto para não perdermos de vista a contradição principal que, durante todo este trabalho mesmo, procuramos dar conta de apreender.

Tudo o que podemos dizer é que as condições de vida do pequeno produtor mercantil permaneceu muito perto do nível da subsistência, numa ocasião em que estava cercado pela evidência do aumento da riqueza social, grande parte dela mesma produto de seu próprio trabalho, mas passada por meios transparentes, para as mãos dos seus patrões (HOBSBAWN, 1981 : 131).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Venho do sol,  
a vida inteira no sol,  
sou filha da terra do sol  
hoje escuro  
o meu futuro é luz e calor  
de um novo mundo eu sou  
e o mundo novo será mais claro,  
mas é no velho que procuro  
o jeito mais sábio de usar  
a força que o sol me dá  
canto o que eu quero viver  
é o sol  
somos criaças do sol  
a aprender a viver e sonhar  
e o sonho é belo  
pois tudo ainda faremos  
nada está no lugar  
tudo está por pensar  
tudo está por criar  
(...)  
eu quero é viver o sol  
é triste não ter o sol  
é triste não ter o azul todo o dia  
a nos alegrar  
nossa energia solar  
irá nos iluminar  
o caminho."

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisamos no último capítulo, a questão de como se dá a apropriação dos meios de subsistência entre os produtores mercantis de leite, nossa intenção era a de colocarmos a questão da subordinação da renda da terra e do seu trabalho pelo capital, no plano da subsistência.

E o que acabou se evidenciando foi um paradoxo bastante revelador da irracionalidade das leis que regem nossa sociedade atual. Qual seja de que se exige a abstinência sob todas as suas formas, justamente daqueles cuja finalidade da troca é a obtenção dos meios de subsistência, e não para aqueles cujo objetivo da troca é o enriquecimento.

De fato (parafraseando ENGELS (s/d : 71)) em semelhante sociedade a crise da subsistência não é fruto do azar, mas uma verdadeira instituição. A pobreza assim como a riqueza tomadas em conjunto, são sempre o resultado de determinada base produtiva.

O fato de grande parte dos produtores mercantis de leite e de sua família reproduzirem-se como privados de recursos, com restrições quanto à apropriação dos seus meios de subsistência por meio de seu próprio trabalho é um pressuposto do modo de produção fundado no capital, dado o caráter determinado da troca entre ele e a indústria, conforme já discutimos.



Mas não se pode esquecer que também há os que conseguem acumular e que escapam a essa situação<sup>(1)</sup>. É que as diferenças fazem parte do processo.

Entre os assalariados em muitos casos a questão da sobrevivência coloca-os não só como privados dos meios necessários à subsistência, mas como incapazes de apropriar-se desses meios por meio do trabalho. Portanto, como coloca MARX (1977 (a), Vol.2: 112), na qualidade de população excedente.

O fato é que: pobreza e riqueza, população excedente, crise de subsistência, diferenças, são um resultado e um pressuposto do modo de produção do capital.

Mas isso não é tudo, pois a unidade de produção e valorização não é direta, não se dá sem tensões nem problemas, e nem mesmo é eterna.

É certo que a exclusão é um pressuposto da acumulação. É certo que até certo ponto recria as condições de reprodução do capital. Mas por outro lado não as nega ?

Será que é possível se pensar em superação só a partir da questão do desenvolvimento das forças produtivas, da maturação das relações e conflitos de classes sob o capitalismo ? Cuba não é o exemplo histórico mesmo da superação desvinculada das possibilidades clássicas, conforme colocou FERNANDES<sup>(2)</sup> ? O proble

---

(1) O fato é que de modo geral entre os pequenos produtores mercantis de leite C esta possibilidade é fortuita.

(2) FLORESTAN FERNANDES, Da guerrilha ao socialismo - a revolução cubana. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

ma da população excedente, das crises que explodem fora, acaso não fazem parte das potencialidades internas que contam para a superação ?

Sabemos muito pouco sobre como esse processo se dá, e o porque de não se dar mais cedo do que se espera.

Vimos no estudo sobre as condições de vida em Catuçaba, como para uma parcela da classe trabalhadora coloca-se o problema da negação do trabalho, evidenciada pela impossibilidade de reprodução da própria subsistência (por meio do trabalho), ou em outras palavras evidenciada pelo desemprego, ou pelo reduzido tempo de trabalho de alguns assalariados que só conseguem empregos ocasionais e de meio período, etc. Portanto, estes homens depararam-se com uma dupla negatividade: a) a redução das oportunidades de trabalho — o não-trabalho e b) o risco de não se reproduzirem, ou seja, sua negação.

E se nossas reflexões se baseiam numa "amostra" que se poderia questionar como muito pequena, e bastante particularizada, as evidências desta dupla negatividade se mostram como estruturais, cada vez mais. Basta ler os nossos jornais.

Por outro lado, ocorre também (e nós mesmos já mencionamos rapidamente, evidências desse fato entre os produtores mercantis e entre os assalariados), a formação da ideologia do não-trabalho, da ideologia do ócio mais precisamente, dentro da ideologia (exaltação) do trabalho. O que define segundo LEFEBVRE (1976 : 151), "não uma transferência ou substituição, mas um conflito que se traduz pela tendência a ampliar a duração das férias, mais que a reduzir o tempo (jornada ou semana laboral) de tra

balho em função de sua produtividade".

Seja o que for, assistimos à desvalorização do trabalho no seio da própria classe trabalhadora.

Assim, os trabalhadores se deparam com incontáveis contradições. É dentro desse contexto que se instaura a questão da consciência da exploração e da opressão<sup>(1)</sup>. Como se dá o movimento, e a reversibilidade latente de tal movimento em que se forma a consciência de classe ?

Não pretendemos responder a estas questões, mesmo porque assim colocadas, elas são gerais. E as respostas possíveis serão dadas pela práxis. Serão históricas e determinadas. A superação não resulta mesmo de um decreto, nem de uma vontade, mas de condições materiais.

Contentamo-nos apenas em pensar que os produtores mercantis de leite C, assim como toda a classe camponesa e trabalhadora de modo geral, não se acha acima e a salvo das contradições, e que a possibilidade de se constituir enquanto classe, inclui o seu recúo, a alternância. Isto é, não se dá diretamente, nem sem contrações.

---

(1) "A classe operária (...) pode ter chegado à consciência clara da exploração sem ter chegado à consciência clara da opressão ? Consciência da exploração não significa conhecimento dos mecanismos da mais valia. O que nem sempre é claramente distinto por alguns filósofos" (LEFEBVRE 1976 : 151).

O próprio entendimento de como e porque os produtores mercantis de leite C se reproduzem enquanto tais, implica em contradições. E não podia ser diferente, porque as suas condições materiais e históricas de produção, como tentamos mostrar, também encerram contradições. Além disso, não se trata de um grupo idêntico, homogêneo. Tentar entender porque se reproduzem a partir de uma racionalidade capitalista só responderia uma parte do processo. Porque para muitos deles, a finalidade da troca é a obtenção dos seus meios de subsistência. As possíveis respostas que encontram para enfrentar a questão da subordinação de sua renda e de seu trabalho pelo capital, evidenciam de um lado, como resolvem o problema dos baixos rendimentos do leite, e de outro, como não se pode entender porque continuam trabalhando para produzir leite C só do ponto de vista do capital. Pois sua unidade contraditória está em que se trata de um proprietário que trabalha.

Já comentamos sobre algumas possíveis respostas desses produtores frente às suas condições materiais de vida (especialmente no capítulo 3), para fugir à sujeição total ao capital. Quais sejam, o trabalho acessório realizado eventualmente para complementar o dinheiro do leite, a venda de animais, a venda de produtos agrícolas, a alternativa de migrações, através da liberação de membros da família postos como população excedente, isto é, como incapazes de se reproduzir na unidade de produção mercantil, conforme se vê no quadro 1.

## Quadro 1

Catuçaba - sede

MOTIVO DE MIGRAR

Março, 1982

MOTIVOS	Produtor	Não Produtor
NÃO INFORMARAM	-	4
EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE EMPREGO	16	43
PROBLEMAS COM O PAGAMENTO DA TERRA	-	1
ESTUDAR	1	1
MELHORES CONDIÇÕES DE ESTUDO E TRABALHO	4	1
PARA ACOMPANHAR O MARIDO	2	14
PARA ACOMPANHAR A FAMÍLIA	2	3
OUTRO	-	11
<b>TOTAL DE MIGRANTES</b>	<b>25</b>	<b>78</b>

FONTE: Pesquisa de Campo

No quadro 2 vê-se como esse processo atinge os descendentes, conforme já havíamos mencionado no item "Força de trabalho familiar" do capítulo 3.

No capítulo 6 vimos como os mínimos vitais e sociais aparecem para muitos produtores como uma possível resposta frente aos preços mínimos do leite.

As práticas de ajuda mútua, as relações de vizinhança, objetivamente aparecem também como respostas ao problema imediato da

Quadro 2  
 Catuçaba - sede  
 CONDIÇÃO FAMILIAR DO MIGRANTE  
 Março, 1982

CONDIÇÃO FAMILIAR	Produtor	Não Produtor
CHEFE	-	1
ESPOSA	1	-
DESCENDENTES	21	67
IRMÃ(O) CUNHADA(O)	-	10
ASCENDENTES	1	-
AGREGADO PARENTE	2	-
<b>TOTAL DE MIGRANTES</b>	<b>25</b>	<b>78</b>

FONTE: Pesquisa de Campo.

subsistência. Ao mesmo tempo que subjetivamente aparecem enquanto uma "utopia comunitária"<sup>(1)</sup> que se dá ao lado da individualização crescente de suas relações sociais.

Dentro desse movimento contraditório, se esboça também sua consciência política.

De nossas investigações e convívio com os produtores de leite, resultaram algumas informações nesse sentido, que sistematizamos em alguns quadros, e que julgamos importante não me-

(1) Sobre este ponto ver J. S. MARTINS, A imigração e a crise do Brasil agrário, São Paulo, Pioneira, 1971, Introdução.

nosprezã-las<sup>(1)</sup>.

O quadro 3 , por exemplo, indica evidências de uma certa consciência, de parte significativa dos produtores de leite C, da exploração a que são submetidos, através do Estado. Mas suas expectativas se referiam à uma ação paternalista por parte desse Estado, no âmbito das medidas de política econômica da "ordem burguesa". (Ver quadro 4i)

Quadro 3

Catuçaba - sede

OPINIÃO DOS PRODUTORES SOBRE A POLÍTICA  
GOVERNAMENTAL RELACIONADA À SUA CLASSE

Março, 1982

OPINIÃO	OCORRÊNCIA
NÃO INFORMARAM	4
OPINIÃO CRÍTICA	6
OPINIÃO CRÍTICA E REIVINDICATÓRIA	11
OPINIÃO NÃO CRÍTICA E CONFORMISTA	3
TOTAL	24

FONTE: Pesquisa de Campo.

- (1) Nos ítems anteriores formulamos questões que nos levassem a conhecer objetivamente suas condições de subsistência. Agora indagamos sobre a opinião dos produtores e dos assalariados a respeito dessas condições de vida, desejo ou não de modificá-la e sugestões para isto. Procuramos levar o entrevistado a projetar sua visão de mundo, sua percepção como cidadão, seu nível de aspiração e espírito crítico.

## Quadro 4

Catuçaba - sede

OPINIÃO SOBRE O QUE O GOVERNO DEVERIA FAZER PARA MELHORAR A SITUAÇÃO

Março, 1982

NATUREZA DAS OPINIÕES	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	5	10
REIVINDICAÇÕES RELATIVAS À QUESTÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA E SALARIAL	16	23
REIVINDICAÇÕES RELATIVAS À QUESTÃO FUNDIÁRIA	-	4
REIVINDICAÇÕES RELATIVAS À INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA E/OU SOCIAL	1	12
NÃO ESPECIFICOU REIVINDICAÇÃO	1	4
NADA (OPINIÕES CONFORMISTAS)	1	6
TOTAL	24	59

FONTE: Pesquisa de Campo

Quanto aos assalariados, estes de modo geral, como se vê no quadro 4 centraram suas reivindicações, no campo da política econômica, da política salarial, evidenciando até certo ponto, uma correta compreensão empírica de sua situação de explorados. E poderíamos esperar mais do que uma compreensão empírica? Por outro lado, se a questão salarial elude a contradição fundamental, ela não é a expressão formal desta ?

Interrogados sobre "as 3 coisas mais importantes e que faziam falta" <sup>(1)</sup> para eles, os entrevistados predominantemente apre

(1) As perguntas formuladas nesta parte foram intencionalmente amplas e vagas para evitar o quanto fosse possível respostas dirigidas.



sentaram aspirações de ordem objetiva (quadro 5 ), destacando-se as relacionadas à infra-estrutura médico-hospitalar (quadro 6 ) especialmente entre os não-produtores para os quais as condições de reprodução de sua capacidade de trabalho mostraram-se de modo geral insatisfatórias, como vimos anteriormente.

Quadro 5

Catuçaba - sede

AS 3 COISAS MAIS IMPORTANTES E QUE FAZEM FALTA

PARA O ENTREVISTADO

Março, 1982

ASPIRAÇÕES	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	4	10
ASPIRAÇÕES APENAS DE ORDEM OBJETIVA	20	42
ASPIRAÇÕES APENAS DE ORDEM SUBJETIVA	-	1
PRIMEIRO, ASPIRAÇÕES OBJETIVAS, DEPOIS, SUBJETIVAS	-	3
PRIMEIRO, ASPIRAÇÕES SUBJETIVAS, DEPOIS, OBJETIVAS	-	2
NÃO FALTA NADA	-	1
TOTAL	24	59

FONTE: Pesquisa de Campo

## Quadro 6

Catuçaba - sede

AS 3 COISAS MAIS IMPORTANTES E QUE FAZEM FALTA PARA O ENTREVISTADO - FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA DOS PRINCIPAIS ÍTENS CITADOS.

Março, 1982

Principais Ítens das Aspirações	Produtores	Não Produtores
INFRA-ESTRUTURA MÉDICA-HOSPITALAR	7	19
INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA	7	10
INFRA-ESTRUTURA URBANA	9	9

FONTE: Pesquisa de Campo

O que só confirma o quanto para esses homens seus atos e pensamentos se inscrevem no plano da subsistência, onde não há quase lugar nem para o desejo<sup>(1)</sup>.

O quadro 7 reproduz os tipos de aspirações de ordem objetiva, evidenciando o que acabamos de afirmar acima.

(1) Ver no anexo "Os trabalhadores de Catuçaba e o lazer", sobre a questão da redução cada vez maior do indivíduo a um animal que trabalha, quase que exclusivamente.

Quadro 7

CATUÇABA - Sede

AS 3 COISAS MAIS IMPORTANTES E QUE FAZEM FALTA PARA O ENTREVISTADO  
CLASSIFICAÇÃO DAS ASPIRAÇÕES DE ORDEM APENAS OBJETIVA

Março, 1982

ASPIRAÇÕES POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA	Produtores	Não Produtores
Somente sobre Saúde (1)	2	8
Somente sobre Infra-Estrutura Viária	1	2
Somente sobre Infra-Estrutura Urbana	-	1
Somente sobre Alimentação	-	2
Somente sobre Moradia (2)	1	2
Somente sobre Terra	-	1
Somente sobre Instrução	-	1
Saúde, Infra-Estrutura Urbana e Outra	2	3
Saúde e Outras	3	3
Infra-Estrutura Viária e Urbana	3	-
Infra-Estrutura Viária, Urbana e Saúde	4	3
Infra-Estrutura Urbana, Viária e Saúde	-	2
Infra-Estrutura Viária, Saúde e Outra	1	1
Infra-Estrutura Viária e Moradia	1	1
Infra-Estrutura Viária e Outras	1	1
Dinheiro, Salário e Maior Poder Aquisitivo	-	3
Moradia e Emprego Melhor	-	1
Moradia e Saúde	-	1
Moradia e Outro	-	2
Roupas e Alimentos	-	1
Dinheiro e Outros	1	1
Tudo	-	1
Outro (Carro)	-	1
<b>T O T A L</b>	<b>20</b>	<b>42</b>

(1) SAÚDE - inclui pedidos de médico, farmácia e remédios

(2) MORADIA - melhores condições de moradia.

FONTE: Pesquisa de Campo

Respondendo ainda à pergunta intencionalmente mais subjetiva do questionário, se assim podemos dizer, surpreendeu-nos novamente o caráter objetivo, concreto, da maioria das respostas, como mostra o quadro 8, ligados às suas condições objetivas materiais de subsistência<sup>(1)</sup>.

Quadro 8

Catuçaba - sede

"PENSANDO NA FORÇA QUE O SR. FAZ PARA GANHAR A VIDA, O QUE ACHA QUE DEVERIA RECEBER EM TROCA (DA VIDA) ?"

Março, 1982

ASPIRAÇÕES	Produtores	Não Produtores
NÃO INFORMARAM	4	16
ASPIRAÇÕES APENAS DE ORDEM OBJETIVA	18	31
ASPIRAÇÕES APENAS DE ORDEM SUBJETIVA	-	1
EM PRIMEIRO, ASPIRAÇÕES OBJE TIVAS, DEPOIS, SUBJETIVAS	-	1
EM PRIMEIRO, ASPIRAÇÕES SUB- JETIVAS, DEPOIS, OBJETIVAS	-	-
NÃO ESPERA NADA	2	10
<b>T O T A L</b>	<b>24</b>	<b>59</b>

FONTE: Pesquisa de Campo.

Por outro lado, também é significativo o número dos que não esperam mais nada da vida, daqueles, que como tantos outros, "em

(1) Apenas para exemplificar o que são as aspirações de ordem subjetiva transcrevemos algumas das respostas que as incluem: "Primeiro Deus e o dinheiro"; "vender o terreno e ser mais fiel à Deus para merecer a vida eterna".

seu sofrimento, em sua situação de párias, em seu completo desamparo, não abrigam (...) nem a fê em que sua situação há de melhorar algum dia, nem sequer o desejo de que isso ocorra. Sua situação é tão desesperada, que o mais sincero investigador se veria em apuros para nos revelar o segredo de como podem manter a alma dentro do corpo" (MARX, 1978 : 588 - 589).

O fato é que apesar da relação direta entre as condições precárias de existência e sua percepção desta situação; apesar de muitos definirem suas aspirações num plano objetivo, diretamente relacionado com o desejo de melhorar suas condições de vida; há poucas evidências de uma prática política contestatória<sup>(1)</sup>.

Por outro lado, essa possibilidade inclui mesmo avanços e recuos e perguntamo-nos agora, até que ponto conseguimos decifrá-la.

---

(1) Em 1980, houve um esboço dessa consciência política, quando pequenos e alguns médios produtores de São Luis do Paraitinga que forneciam para a COMEVAP, cujo posto de recebimento e refrigeração do leite localizava-se em Taubaté, reivindicaram em nível de assembléia, a instalação de um outro posto em São Luis. Portanto, mais próximo de seus locais de produção para evitar perda de leite por acidez, fato que é muito comum devido à distância do posto, e especialmente para diminuir os custos do primeiro percurso, diretamente ligado à localização do posto. Os protestos foram neutralizados, o movimento controlado e as coisas pelo menos aparentemente, voltaram a reproduzir-se praticamente, como antes.

Fruto em grande parte do esvaziamento político dos sindicatos brasileiros pós 'Revolução de 1964', nem os produtores de leite, nem os trabalhadores livres o reconhecem como representante de seus interesses de modo coletivo e portanto não esperam nada dele. Há uma forte tendência em identificá-lo como entidade de prestação de serviços dentários, certamente pela sua própria atuação restrita basicamente a este campo.

Os indícios de novas formas de participação política dos produtores de leite são ainda obscuros, Pelo menos pouco visíveis.

O que os relatos e as opiniões dos trabalhadores de Catuçaba nos induziram a pensar, é que mesmo suas condições de vida se travando nos limites da sobrevivência, são encaradas com muita resignação e conformismo. As situações mais angustiantes e desesperadoras de fome e/ou doença ou desemprego, que pode levar às anteriores, nos pareceu serem vividas com um componente predominante de conformismo.

Em relação ao tema da morte, por exemplo, tão presente na vida do homem do campo, tão intimamente ligado à sua existência, o que se denota pela profunda interdependência entre vida e morte que se manifesta de várias formas — dança/religião/arquitetura das casas/disposição dos móveis<sup>(1)</sup> , apesar da morte não ter sido

---

(1) Sobre estes aspectos ver J.S. MARTINS, "A morte e o morto: tempo e espaço nos ritos fúnebres da roça" in A morte e os mortos na sociedade brasileira, São Paulo, HUCITEC, 1983, pp. 258 - 269.

removida da atitude racional e prática desses homens<sup>(1)</sup>, por outro lado essas práticas parecem não esconder seu caráter alienante, num certo sentido. Ou seja, de que se encara a morte e os mortos como sendo acontecimentos e entes naturais, mesmo que prematura — morte antes dos tempo certo —, não se questionando seu caráter possível de classe. Assim como a exploração que sofrem é vista como natural, como irremediável, a indiferença com relação ao caráter de classe de sua morte - fruto de suas condições sub humanas de vida e muitas vezes de trabalho. "Na medida em que o operário não conhece o caráter de classe de sua morte, os acidentes fatais, a redução da esperança de vida, as doenças corrosivas, não se reconhece a si mesmo na determinação de classe que, ao definir o modo e as condições de sua morte, define também as condições e o sentido de sua vida, da exploração que sofre" (MARTINS, 1983 : 10).

Não se quer com tudo isso negar a possibilidade da superação, mas pensá-la em sua complexidade. Não se quer negar a contradição. Daí que não podemos encarar o consumo, a contestação, mesmo que surja e desapareça bruscamente como no caso da reivindicação junto à COMEVAP que mencionamos, e muitos outros fenômenos,

---

(1) Quantas vezes não se elimina as emoções ligadas ao tema da morte e a tantas outras situações em nome de uma atitude racional e prática que reprime a formação de toda subjetividade, considerando-a como algo que deve ser banido, e não como um momento existencial importante enquanto experiência ativa na busca da liberdade humana.

como fazendo parte só do modo de produção capitalista.

O consumo só reproduzindo a força de trabalho e a contestação sendo neutralizada<sup>(1)</sup>. Seria muito parcial (não dialético).

Nem se trata de uma apologia do espontaneísmo da ação social. Tanto mais quando se está diante do fato de que a reprodução das relações sociais capitalistas de produção, reprodução esta que não se limita à fábrica, ao local de trabalho, mas que se dá por todo o espaço, redefinindo cada relação, cada particular.

Trata-se apenas de considerar que essa mesma reprodução a-lastra e aprofunda as contradições fundamentais, reproduzindo-as, estendendo-as também por todo o espaço<sup>(2)</sup>. Portanto de não se negar o virtual, nem reduzi-lo a esquemas pré-fixados<sup>(3)</sup>. Mas

- 
- (1) "O paradoxo estratégico, diz LEFEBVRE, reside no fato de a contestação seguir como uma sombra a extensão e a consolidação das relações, para em seguida, as comprometer sem trégua" (1973 : 248).
- (2) "A contradição entre a felicidade e o tédio tende a tornar-se profunda como uma ferida purulenta. Introduzir o tédio na apreciação teórica e política, que utopismo ! Que falta de realismo ! — exclamam os grandes espíritos positivos. O tédio para eles não conta. Com efeito. Por isso não insistimos aqui no curioso contraste entre o tédio realizado e a felicidade prometida, mas nas contradições do espaço" (LEFEBVRE , 1973 : 250).
- (3) "A transição ? Ela não se seguiu à revolução política, não seguiu o esquema de MARX: precede essa revolução. Tal situação exige um projeto global e concreto duma sociedade nova, qualitativamente diferente. Este projeto ultrapassa largamente as reivindicações relativas ao trabalho, nascidas no espaço dos locais de trabalho (...) e a simples melhoria da "qualidade" do vivido. Um tal projeto só pode ser elaborado apelando para todos os recursos do conhecimento e da imaginação" (LEFEBVRE, 1973 : 252).



de pensar dialeticamente o possível como uma categoria da realidade, nas palavras de LEFEBVRE<sup>(1)</sup>.

Numa sociedade em que o único poder que reúne os indivíduos — o produtor de leite, e a indústria de laticínios, o produtor de leite e o assalariado rural, etc —, "e os põe em relação é o do egoísmo, o de sua vantagem pessoal, o de seus interesses privados"; numa sociedade em que "cada um só se preocupa por si mesmo e nenhum pelo outro", em que "executam todos em virtude de uma harmonia préestabelecida das coisas, somente a obra do proveito recíproco, de seu altruísmo"; onde "o outrora possuidor de dinheiro abre a marcha como capitalista; o possuidor da força de trabalho o segue como seu "operário"; onde "um avança impetuoso e o outro o faz com receio"<sup>(2)</sup>; nessa sociedade em que se aprofundam e ampliam as contradições no espaço e do espaço, a re-produção das relações sociais de produção não pode ser simples rotina, nem eterna. Mas se constitui, ao contrário, com problemas.

E o mais extraordinário não está em que uma das contradições do espaço, que impede a estabilização do modo de produção do capital, e que impede que se consolide e se generalize a lógica do valor de troca não é a contradição entre as relações capitalistas de produção e a presença das relações não capitalistas de produção, redefinidas, portanto, não eliminadas ?

---

(1) "Dialeticamente, o possível é uma categoria da realidade a partir do momento em que se considera no real suas tendências em vez de fixá-lo "in situ" (LEFEBVRE, 1976 : 80 - 81).

(2) Trechos extraídos de KARL MARX, El Capital..., 1977 (b) op. cit., p. 214.

Apresentam-se em seguida, algumas informações entre as muitas que contribuíram para a elaboração deste trabalho.

## ANEXO

### "Mercado de Terras — algumas tendências atuais"

Não investigamos sistematicamente as transações com a terra, mas o que pudemos observar foram algumas tendências em direção à compra de pequenas propriedades arrematadas por capitalistas de São Paulo, que as mantêm como unidades de produção de leite especial - aproveitando a infra estrutura existente e a força de trabalho local, - como atividade secundária. É o caso por exemplo de João Saad - dono da TV Bandeirantes de São Paulo, que comprou várias propriedades pequenas, produzindo leite em todas elas. Ou ainda, o caso de um industrial de Taubaté, que comprou uma antiga propriedade, onde mantém a produção de leite especial através de assalariados mensalistas, e arrenda outra parte da propriedade para lavoura. Foi um dos poucos casos, que encontramos, onde se faz 2 ordenhas. Nesses dois casos, os depoimentos dos administradores coincidiam quanto ao baixo rendimento da atividade, e quanto ao fato de que só compensava mantê-la, porque "os donos eram muito ricos e não dependiam dela". Tanto que não se percebeu inversões significativas de capital no sentido de aumentar a produtividade do trabalho. A não ser a instalação de um refrigerador, que possibilitava que se fizesse 2 ordenhas (caso acima mencionado).

Quanto aos negócios para chácaras de fins de semana, parecem ser muito raros.

Ficamos sabendo de um caso de uma família que morava em

Ubatuba, e mudando-se de lá colocaram à venda uma chácara que tinham no município de São Luís - à beira da estrada que vai para Ubatuba -, de 1 alqueire, por Cr\$ 1.000.000,00, em fevereiro de 1982.

Entretanto, há poucas evidências para se fazer generalizações quanto à tendências nesse sentido, no município em estudo.

## Anexo

### "NORMAS PARA PRODUÇÃO E BENEFICIAMENTO DE LEITE PASTEURIZADO DE CONSUMO DIRETO (TIPO "C" ESPECIAL)"<sup>(1)</sup>

#### 1. DO RETIRO, SUA LOCALIZAÇÃO E INSTALAÇÕES

- 1.1. Deverá localizar-se em postos distantes de fontes produtoras de odores que possam comprometer a qualidade do leite;
- 1.2. Deverá possuir dimensões mínimas, diretamente proporcionais ao número de animais a serem ordenhados;
- 1.3. Deverá dispor de área coberta com telhas, de modo a atender aos trabalhos de ordenha dos animais nela admitidos simultaneamente, e dotada das seguintes características:
  - 1.3.1 piso impermeável, com declive não inferior a 2%, de modo a permitir fácil escoamento das águas e resíduos orgânicos;
  - 1.3.2 água de abastecimento em quantidade necessária à manutenção do ambiente em condições satisfatórias de higiene, bem como à limpeza de utensílios utilizados;

---

(1) Transcrição de trecho do folheto da VIGOR - Filial de São Luís do Paraitinga, entregue aos produtores - s/d .

1.3.3 "pé direito" mínimo de 2,00 m, a contar da face inferior do tensor da tesoura até o piso do retiro;

1.3.4 lugar apropriado para guarda de latões de leite e demais objetos necessários à ordenha.

## 2. DA HIGIENE DA PRODUÇÃO DO LEITE

2.1. O gado leiteiro deve ser sadio, sob controle de parasitos, mamites, brucelose, tuberculose e outras doenças que possam comprometer o estado sanitário do rebanho, observadas as Normas de Defesa Sanitária Animal, da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária;

2.2. O pessoal que trabalha na ordenha deve observar hábitos higiênicos;

2.3. Úbere e tetas devem ser cuidadosamente limpos; para tal recomendando-se o uso de solução de hipoclorito de sódio a 10% (1 colher de sopa em 10 litros de água);

2.4. No ato da ordenha, deve ser preferentemente usado o balde de abertura lateral, sem costuras e soldas que dificultem a sua limpeza;

2.5. Devem ser rejeitados os três primeiros jatos de cada teta, preferencialmente sobre fundo de uma caneca de fundo escuro, a fim de se eliminar o leite de maior contaminação e ser verificada eventualmente ocorrência de mamite;

2.6. O animal portador de mamite deve ser ordenhado por último, não servindo o seu leite à alimentação humana;

- 2.7. Em caso de aplicação de antibióticos, o animal assim tratado somente poderá ter o seu leite destinado à ali mentação humana, após o terceiro dia do término do tra tamento;
- 2.8. O leite deve ser coado logo após a ordenha em instru- mento apropriado, abolindo-se o uso de panos para essa finalidade.

ANEXO

"MODIFICAÇÕES DA DOUTRINA COOPERATIVA"

Doutrina Cooperativa	Modificações da Doutrina Cooperativa	
	Em países de economia de mercado	Em países de economia centralizada integralmente planejada
<p><b>1. Finalidade principal</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Corrigir e modificar o meio econômico-social, pacificamente e gradativamente, com base nas cooperativas de consumo (hegemonia do consumidor); "O consumidor deve ser tudo"</li> <li>- prestar serviço</li> <li>- eliminar a concorrência</li> <li>- eliminar o salarizado</li> <li>- eliminar o lucro</li> <li>- obter o "justo preço"</li> <li>- realizar a "República Cooperativa"</li> </ul>	<p><b>1. Finalidade principal</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Corrigir as distorções da economia de mercado e do capitalismo competitivo.</li> <li>- prestar serviço</li> <li>    Mas não consegue:</li> <li>- eliminar a concorrência</li> <li>- eliminar o salarizado</li> <li>- eliminar o lucro</li> <li>- obter o "justo preço"</li> <li>- realizar a "República Cooperativa"</li> </ul>	<p><b>1. Finalidade principal</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Efetuar a transição entre o capitalismo e o socialismo, pela criação de mentalidade "coletivista", principalmente entre os camponeses (porque coloca em comum os instrumentos de produção e cria o sentimento de "nós").</li> <li>- prestar serviço</li> <li>    Consegue:</li> <li>- eliminar a concorrência</li> <li>- eliminar o salarizado</li> <li>- eliminar o lucro</li> <li>    Mas não consegue:</li> <li>- obter o "justo preço"</li> <li>- realizar a "República Cooperativa"</li> </ul>
<p><b>2. Meio Utilizado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- cooperativas organizadas segundo os "Princípios" dos Pioneiros de Rochdale(*):</li> <li>- adesão livre</li> <li>- gestão democrática</li> <li>- retorno "pro rata" das operações</li> <li>- taxa limitada de juros ao capital</li> <li>- difusão da educação</li> <li>- cooperação entre as cooperativas</li> <li>- neutralidade política</li> <li>- neutralidade religiosa</li> <li>- neutralidade racial e social</li> <li>- vendas pelo "justo preço"</li> <li>- vendas a dinheiro</li> <li>- transações apenas com os membros</li> <li>- aspiração à "República Cooperativa"</li> </ul>	<p><b>2. Meio Utilizado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- cooperativas especializadas, de múltiplas categorias, que seguem alguns dos "Princípios" de Rochdale, codificados pela ACI (Aliança Cooperativa Internacional):</li> <li>- sim</li> <li>- sim</li> <li>- mais ou menos(**)</li> <li>- sim</li> <li>- mais ou menos</li> <li>- mais ou menos</li> <li>- mais ou menos</li> <li>- mais ou menos</li> <li>- mais ou menos</li> <li>- mais ou menos</li> <li>- preço do mercado</li> <li>- não</li> <li>- operações com terceiros</li> <li>- não</li> </ul>	<p><b>2. Meio Utilizado</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- cooperativas (principalmente de produção agrícola e de consumo), que seguem alguns dos "Princípios" de Rochdale codificados pela ACI ou estabelecidos pela Doutrina Cooperativa (sobretudo aqueles relativos a comunidades inteiras):</li> <li>- mais ou menos</li> <li>- sim</li> <li>- não</li> <li>- não</li> <li>- não (***)</li> <li>- não (***)</li> <li>- não (***)</li> <li>- não</li> <li>- sim</li> <li>- preço fixado pelo Estado</li> <li>- não</li> <li>- operações com o Estado</li> <li>- não (***)</li> </ul>

Fonte: PINHO, 1973:39

(\*) Reunimos as principais normas (ou "Princípios"), inclusive as debatidas pelos Pioneiros e, depois de 1985, em Congressos da ACI (recomendações aprovadas).

(\*\*) Em 1966 a ACI aprovou modificações nessa norma (cf. Quadro nº 1)

(\*\*\*) A orientação emanava do Estado, através de planos autoritários.



## ANEXO

### "A administração de preços e o Estado"

A questão do abastecimento como campo de intervenção do Estado, remonta o início da década de 50, quando da instituição da Comissão Central de Preços - CCP -, implantando-se a partir daí, a fase precursora da administração de preços. "Tanto mais que a estratégia seguida tenha uma finalidade básica de combater prioritariamente a "chamada especulação", evitando-se as crises via intervenção no mecanismo de preços" (FRÓES, 1978: 13). Dada a "fragilidade dos instrumentos postos à disposição da CCP" para a consecução de seus objetivos, foram criados a Comissão Federal de Abastecimento - COFAP (em caráter provisório) - com suas ramificações estaduais - COAPs - e municipais - COMAPs, além do Conselho Coordenador do Abastecimento - CCA, iniciando-se efetivamente o período interventivo de todo o sistema governamental.

"Mas não parou aí o elenco de providências adotadas (...), pois o Congresso chancelava (...) a ação da polícia para reprimir os abusos consubstanciados na área do abastecimento incidindo o peso de sua severidade diretamente sobre os agentes da comercialização (...).

Portanto, estava configurado todo um esquema de ação destinado a debelar as crises do abastecimento, imputadas naquele momento da vida nacional às manobras de sonegação e especulação de preços, verificadas nos gêneros alimentícios e serviços

essenciais" (FRÓES, 1978:13-14).

Com isso o tabelamento de preços passou a ser logo uma função do Estado configurando-se como um expediente, manejado pelo mesmo, para promover a acumulação urbana e industrial de capital, regulando assim a relação agricultura-indústria, e mais diretamente a relação capital-trabalho.

"Como uma das funções clássicas da agricultura, deveria ela ceder mão-de-obra barata para o setor industrial, que dela se beneficiaria, como um dos meios, para capitalizar-se mais rapidamente.

(...) Também era necessário a agricultura subsidiar o processo de industrialização, produzindo matérias primas a baixo custo para utilização do setor secundário.

De igual modo a produção de alimentos para a classe assalariada, em bases acessíveis, constituir-se-ia em elemento de sustentação da industrialização, tendo em vista que a manutenção de um nível de vida barato não contribuiria para pressionar aumentos salariais e, portanto, os custos de produção industrial".

(FRÓES, 1978:17-20)

Mas encarado na sua expressão mais simples, voltando-se preferentemente para o último elo da cadeia "numa missão espinhosa de combater os efeitos, sem se reportar para uma terapêutica sintomática", nas palavras do próprio FRÓES, o problema do abastecimento só pôde se agravar. Articulando-se no seio das contradições do modo capitalista de produção, as instituições, que além do mais enfrentavam dificuldades de entrosamento institucional, tanto no plano exógeno como endógeno, não expressavam senão o desgaste do regime.

De dentro da própria crise institucional, brotou uma nova sistemática que foi implantada para o setor, através do Decreto-Legislativo, número 9, de 27/08/1962 com a criação da Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB, cuja soma de poderes outorgados, "conferia-lhe um peso específico jamais alcançado por qualquer outra entidade estatal na condução dos problemas no campo do abastecimento, talvez em decorrência dos matizes socializantes dominantes à época" (FRÓES, 1978:22).

Entretanto, a SUNAB hibernou por alguns anos, sendo efetivamente implantada após a Revolução de março de 1964.

Como descreveu FRÓES no estudo no qual estamos nos baseando, o que se pretendia com esse órgão, era dar unidade e uniformidade de ação aos problemas relacionados com a produção, ampliação e racionalização das condições de armazenagem, transporte, distribuição e comercialização dos produtos; assim como através da política de preços estimular tanto o produtor como o consumidor, mediante a oferta de produtos a baixo preço conforme seu baixo poder aquisitivo.

Além disso a administração de preços era usada como um instrumento para combater a inflação.

Assim, a "nova sistemática", de nova, só tinha o contexto no qual se encontrava: problemas novos criados pelas novas formas em que a contradição fundamental - socialização da produção/privatização da apropriação do produtos sociais -, ia assumindo.

E do mesmo modo que com a CCP, deram-se alterações, com

desdobramentos, instituições de novos órgãos<sup>(1)</sup>, formação de várias comissões, delegação de poderes à Ministros (da Agricultura, além de um Ministro Extraordinário), etc.. No fim das contas, o que se tinha era a redução de competências da SUNAB, pulverizadas por instituições que - sem contar os limites da ordem sobre a qual se moviam - mal se articulavam. O resultado era um tratamento do problema do abastecimento marcado pela baixa presteza de informações e baixa agilidade no desencadeamento de ações, o que sem dúvida causava sérios problemas, especialmente tendo em vista as características que envolvem a produção agrícola: sazonalidade, perenibilidade, etc..

Novamente o sistema de abastecimento implantado pelo Estado manifestava-se como inadequado, expressando mais uma vez as contradições do regime de produção sob o qual se movia.

Novas mudanças. Novas formas de atuação para contornar os novos impasses criados pelas novas formas que assumia a contradição principal....

Os resultados ... é o que tentamos discutir no capítulo 3, especificamente para o pequeno produtor mercantil.

---

(1) Como por exemplo, a Comissão Nacional de Estabilização de Preços - CONEP -, que deveria coordenar, analisar e aprovar os pedidos de reajustamentos de preços de bens e serviços da órbita dos setores secundário e terciário, mais tarde transformado no atual Conselho Interministerial de Preços - CIP -, que hoje assume a administração de preços no seu sentido lato.

## ANEXO

### "Os trabalhadores de Catuçaba e o lazer"<sup>(1)</sup>

Incluimos este anexo especialmente para ressaltarmos alguns pontos que chamaram nossa atenção sobre o lazer - das formas que assume de como é experimentado diferencialmente entre os produtores mercantis e entre os assalariados, e de algumas reflexões que estas diferenças nos sugeriram.

No quadro 1 tentamos agrupar os tipos de divertimentos indicados como mais comuns nas famílias entrevistadas<sup>(2)</sup>.

O que se destaca imediatamente é o item 2 - "caseiros individuais" - entre os não-produtores, mostrando como a capacidade de disfrute é restrita nestes caso, limitando-se ao local de residência, e a poucas e restritas atividades.

Se atentarmos para o número de famílias entre os assalariados que deram a resposta "nenhum", independente de um possível viés ideológico existente, acreditamos que estamos diante de casos de abstinência do disfrute, que não é nada impos-

---

(1) Nossa expectativa é grande em relação ao trabalho em elaboração, pelo antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, também na área de Catuçaba. Certamente completará esta discussão sobre o lazer, e outras de nosso trabalho.

(2) As respostas foram dadas como mutuamente exclusivas, embora se saiba que no caso das festas religiosas, a participação é maciça.

sível nem surpreendente pelo que vimos de suas condições de existência. Relacionando essas respostas com outras informações de nossos questionários, observamos que esses casos coincidem em primeiro lugar com as famílias de menor renda familiar, e secundariamente com as famílias de assalariados que trabalham mais horas por semana. O que evidencia o quanto a capacidade do disfrute para esses trabalhadores é limitada, porque são limitadas as suas condições materiais de existência<sup>(1)</sup>. Evidencia uma tendência geral do capital, em transformar os indivíduos em animais que trabalham quase que exclusivamente sem margem para outras realizações. Assim, evidencia como para esses trabalhadores, a possibilidade do desenvolvimento pleno de sua individualidade é limitada. Porque no capital, a criação de tempo de não-trabalho, de tempo livre, está pressuposta como tempo de não-trabalho para alguns.

Por outro lado, o quadro 1 também destaca os divertimentos caseiros sociais - como reuniões para jogar baralho - e os recreativos externos, como um dos mais frequentes nos dois grupos. Cabe ressaltar aqui entre esses, e provavelmente mais vivenciado do que o nosso quadro mostra, a atividade social e

---

(1) "A economia efetiva - poupança- consiste na poupança de tempo de trabalho, (mínimo (e redução do mínimo) dos custos de produção); porém esta poupança se identifica com o desenvolvimento da força produtiva. De modo algum, pois, abstinência do disfrute, mas desenvolvimento (...) de capacidades para a produção, e, portanto, tanto das capacidades como dos meios de disfrute. A capacidade de disfrute é uma condição para este, portanto primeiro meio do disfrute" (MARX, 1977(a) vol.2: 236).

Quadro 1

Catuçaba - sede

DIVERTIMENTOS MAIS COMUNS NA FAMÍLIA

Março - 1982

Divertimentos	Produtores	Não Produtores
- Não informaram	5	4
- Caseiros individuais (rádio e TV ou só rádio)	4	10
- Religiosos e recreativas externos ou só religiosos	1	4
- Caseiros sociais (baralho), recreativos externos (TV, caçar, futebol, sinuca, beber, conversar)	11	10
- Festas e passeios fora	-	8
- Nenhum	2	20
- Outros (praia)	1	3
Total	24	59

Fonte: Pesquisa de Campo

política, à tardinha e à noite. SHIRLEY em seu estudo sobre o município vizinho de Cunha, já tinha chamado a atenção para esta atividade social sem formalidade, que à primeira vista parece igual à tanto passatempo e diversões sem objetivo, mas que em verdade exerce muitas funções importantes, na elaboração da política local.

São suas<sup>as</sup> palavras:

"A importância da política na vida brasileira já foi mencionada, como a maneira pessoal e informal na qual as redes da política são criadas e mantidas. A 'panelinha', uma das instituições mais importantes no processo de tomada de decisões políticas, é em grande parte, uma organização sem formalidade. O ponto a ser assinalado é que num sistema político altamente personalizado, (...), os contatos sociais são muito importantes para se progredir social e economicamente. Por isso esse 'movimento', perambulando, fazendo amigos e colhendo informações é muito importante para qualquer um que tenha ambição" (1977: 200).

Reconhecemos a existência desse tipo de atividade social e política em Catuçaba, mas há que se relativizar sua importância. Mesmo porque, como SHIRLEY mesmo observou, a tradicional política de clientela, está perdendo a integridade porque novos estilos estão surgindo. "A nova classe de pecuaristas comerciais, que começa a dominar o município, está menos interessada na política local do que na melhoria dos serviços e na proteção de seus interesses comerciais em nível estadual e federal. Num sentido a cooperativa funciona para eles como uma espécie de grupo de pressão" (1977: 132). É bem o que pareceu-nos ocorrer em São Luís do Paraitinga.



Outro elemento de definição do lazer, e ao mesmo tempo da sociabilidade vicinal é a vida lúdico-religiosa, complexo de atividades que ultrapassa o âmbito da família, e que embora menos intensamente do que outrora, ainda contribuem para a preservação da sociabilidade, assim como para marcar o ciclo de vida tanto dos produtores mercantis como dos outros trabalhadores. Catuçaba centraliza essas práticas quando não há coincidência de atividades e festejos religiosos em São Luís do Paraitinga (sede). Nem sempre, por exemplo, há missa rezada em Catuçaba e assim a população desloca-se para São Luís, indo à missa, visitando parentes e amigos. Mas mesmo assim, além das atividades e festejos menos formais e promovidos em caráter doméstico (novenas, etc), Catuçaba também se torna o lugar de festejos mais amplos, como a festa de São Pedro (padroeiro da vila) uma das mais importantes<sup>(1)</sup>.

Na verdade ainda se configura uma associação de trabalho e religião, rompendo com a sucessão cada vez maior igual

---

(1) Especialmente nesse particular é ainda evidente a função diretiva da Igreja na organização da comunidade no tempo: - calendário das festas. A ação da Igreja local tem sido caracterizada, de um lado, pelo seu reformismo, reacionarismo, devido entre outras coisas a uma preocupação em não "promover o lado profano das festas" e em "não assumir funções políticas"; mas de outro, acaba assumindo atitudes autoritárias e, embora incoscientemente, políticas conforme mencionamos na breve história de Catuçaba.

dada pela cotidianidade<sup>(1)</sup> com que vem assumindo mais recentemente a existência do homem do campo.

É com base nessa associação de trabalho e religião, que o tempo aparece para os produtores mercantis de leite, onde o ritmo de sua vida é determinado pela alternativa de trabalho e repouso, definidas de um lado pela expectativa da época "das águas" e "da sêca", ou da época "das vacas gordas" e "das vacas magras"; de outro pela expectativa das festas religiosas principalmente.

Mestre Luís de Catuçaba na música que transcrevemos abaixo, refere-se a passagem do festeiro de casa em casa, "esmolando" ajuda para as despesas da festa de algum santo, provavelmente do "Divino" (Divino Espírito Santo).

#### FULIA

Autor: Mestre Luiz de Catuçaba

"Aqui chegou na nossa frente

Essa bandeira sagrada

Bate-hora canta-galo

Ai meu senhor

Sereno da madrugada

Ai meu Deus

---

(1) Essa cotidianidade, esse caráter igual, repetitivo, do trabalho e da existência como um todo vem se dando aos poucos, fruto do processo que transforma os indivíduos em puros trabalhadores, e no caso, que transforma os camponeses em puros agricultores ou puros pecuaristas. Já mencionamos esse ponto no capítulo 3, quando discutimos a dissolução da indústria doméstica.

Tão contente ele chegou  
 De bem longe ele vem vindo  
 Venha logo abrir a porta  
 Ai meu senhor  
 Que o sereno está caindo  
 Cantemos Reino da Glória  
 Ai meu Deus"

E quando chega o dia da Festa do "Divino", geralmente comemorado em São Luís, "a cidade se transforma num verdadeiro palco" num desfilar de canções, danças, fantasias, rezas, que Marco Rio Branco descreve muito bem na contracapa do disco do Paranga, "Chora Viola Canta Coração", grupo de músicos e cantores locais, que revivem num som muito peculiar, a vida em São Luís do Paraitinga e redondezas.

"Estrela friccionando estrela brilha.  
 E isso deixa São João invocado,  
 Que promete a qualquer hora tocá fogo  
 No mundo azul e encarnado  
 Nas fitas de um Moçambique.  
 O céu e a rua nos mastros da Igreja do Rosário.  
 Transcedental beleza.  
 Ela estava tão bonita ao vento cochichando pro verde.  
 Linguagem sonora, acordes metálicos,  
 Metafísica caipira,  
 Cai sereno, cai.  
 A cidade de São Luiz se transforma num verdadeiro palco  
 Para segurar a barra, seja no Carlito,

Na praça, ou no mercado para comemorar suas festas.

Paranga não podia ser outra coisa.

Festas, fogos, pára-raios. Delírio.

As portas e janelas se abrem para ouvir o ranger das violas, das vozes, dos violões, dos tropéus de cavalos das caixas. Tudo é folia.

Tudo descambando prum baile caipira.

Morenas vestidas de chita e o sertão dentro por fora.

Esverdeando a cidade com os cânticos dos fuliões de reis.

Divino.

O espírito das marchinhas juninas se apaixona pelas fulias das colombinas, dos pierrôs.

"São" João Paulino e Maria Angu em singular frenesi, correm espontaneamente ao som de um furioso dobrado.

Bandeirinhas, confetes, quentão, serpentina,

Pinga, bolo de fubá, esfarelam pelos olhos do povo.

Tudo é magia. Carnaval. Suor de babar ao sabor de um "fogado".

Onde terminam as marchas juninas e começam as carnavalescas?

O grupo sabe o tempero exato.

Uma das bandas da bunda rola o ano inteiro.

Pela zona do agrião. O Jazz fica "BOBÃO".

Na risada dissonântica de Elpídio dos Santos.

Nira e suas estórias.

Seu Galvão e dona Cida preferem atinar os ouvidos.

Regina, Leca e Vânia santíssimas pelo começo.

Fabinho pelas canjas.

Ah !!! Esta arquitetura musical.

O som alimenta num só instante todos os nossos  
prazeres,

seja ele do céu, da chuva, do alto-falante.

Chora viola canta coração.

São Luiz do Paranga, dezembro/82

Marco Rio Branco".

## ANEXO

### "Os ex-produtores de leite de Catuçaba"

Das 59 famílias de não-produtores de leite entrevistadas, 16 pertenciam a ex-produtores de leite (vide quadro 1):

Quadro 1

Catuçaba - sede

CHEFES DE FAMÍLIA QUE JÁ FORAM PRODUTORES - SEGUNDO O PERÍODO EM QUE PERMANECERAM NA OCUPAÇÃO

Março - 1982

Período em anos em que permaneceram como produtores	Não-produtores
Menos de 1	1
De 1 a 4	7
De 5 a 8	4
De 10 a 15	4
Total	16

Fonte: Pesquisa de Campo

Quando se verifica a história de vida dos chefes dessas famílias, evidencia-se de um lado, o abandono do trabalho que produz leite C com vista à uma atividade mais lucrativa .

Portanto guiado por uma racionalidade capitalista com vista a fins, mas entre poucos deles. De outro lado, fica visível um processo de expropriação sucessiva (MARTINS, 1973: Introdução) a que muitos trabalhadores proprietários foram submetidos .

O que evidencia de novo, como se estão diante de um processo das diferenças.

Dos 4 informantes que abandonaram a produção de leite por problemas de saúde (vide quadro 2), todos tiveram que vender a propriedade para pagar as despesas com saúde. É o que nos relata um ex-produtor: "perdi a saúde, vendi as vacas pra pagar o tratamento de saúde ... Depõe perdi tudo". Ou ainda uma viúva: " meu marido adoeceu, gastei muito dinheiro com hospital e aí tive que vender o terreno".

Desses 4 informantes, 2 vivem de aposentaria e 2 como assalariados (1 na lavoura, outro como pedreiro e lavrador) .

Dos 5 que pararam de produzir leite porque não compensava (Quadro 2), 4 foram vendendo aos poucos o que tinham até transformarem-se em lavradores assalariados.

Dos 4 informantes que não eram proprietários e tiveram problemas com a terra, dois trabalhavam em terras do pai , que tendo que arrendá-las a terceiros, os filhos tiveram que abandonar a produção de leite, "porque não tinha condição de arrendar terra" acrescentou um deles, o qual tornou-se lavrador assalariado. Os outros 2 não conseguiram manter-se em terras arrendadas sendo que um deles tornou-se comerciante. O outro não nos informou.

Quadro 2

Catuçaba - sede

MOTIVO DE ABANDONAREM A PRODUÇÃO DE LEITE

Ex-produtores de leite

Março - 1982

---

"Opção por atividade mais lucrativa"	3
"Porque não compensava"	5
"Não era proprietário e teve problemas para pagar a terra"	4
"Problemas de saúde"	4
<hr/>	
Total	16

---

Fonte: Pesquisa de Campo



## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

### Livros, artigos e documentos

AB'SABER, Aziz Nacib

1953 - "A região de Sta. Isabel" in Anais da A.G.B. São Paulo, Tomo I, Vol.V, pp.79-126.

1970 - "Províncias Geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil" in Geomorfologia. São Paulo, IG - USP, nº20.

AB'SABER, Aziz Nacib e BERNARDES, Nilo

1958 - Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e arredores de São Paulo. Rio de Janeiro, CNG, XVIII Congresso Internacional de Geografia, Guia de Excursão nº 4.

ABLER, ADAMS e GOULD

1971 - "Science and Scientific Explanation" in Spatial Organization - The Geographer's view of the world. New Jersey, Prentice Hall, pp.23-53.

ACKOFF, R.L.

1967 - "O significado da pesquisa e experimentos metodologicamente planejados" in Planejamento de Pesquisa Social. São Paulo, Herder/USP, pp.1-17.

AGUIAR, Mário

1949 - "São Luís do Paraitinga (Usos e costumes)" in Revista do Arquivo Municipal. São Paulo, ano XV, Vol. CXXI, jan.

ALMEIDA, Vicente Unzer de

1956 - Condições de vida do pequeno agricultor no município de Registro. São Paulo, Escola de Filosofia e Política de São Paulo, pp.44-51, 86-104.

1961 - "Agricultura e desenvolvimento econômico" in Estudos de Economia teórica e aplicada. São Paulo, Sociologia e Política, Boletim nº 14, pp.3-19.

ANDRADE, Ivo F. e CÔSER, Antonio Carlos

1981 - "Manejo de pastagem para gado de leite" in Informe Agropecuário. Belo Horizonte, 7(78) jun., pp.16-21.

ASSIS, Francisco de Paula

1964 - "Investigação sobre os fatores que limitam a produção de leite no Estado de São Paulo" in Zootecnia. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Departamento de Produção Animal, Vol.II, nº 1.

BARAN, Paul

1976 - Desenvolvimento do capital monopolista. Rio de Janeiro, Zahar.

- BESKOW, Paulo Roberto  
 1980 - "Agricultura e capitalismo no Brasil" in Encontros com a Civilização Brasileira. Coletânea de Textos, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp.113-125.
- BOLAFFI, Gabriel  
 s/d - "O papel da renda fundiária nos processos de concentração da renda urbana". São Paulo, FUNDAP: Apostilado.
- BRANDT, Sergio Alberto e CRISCUOLO, Paulo David  
 1965 - "Estrutura da demanda de leite pasteurizado e de ovos de granja no mercado de São Paulo" in Agricultura em São Paulo, São Paulo, Secretaria da Agricultura, ano XXI, n<sup>o</sup>s.9/10, set./out., pp.63-75.
- BUKARIN, N.  
 1977 - Tratado de materialismo histórico. Centro do Livro Brasileiro. Trad. revista por Edgard Carone. São Paulo, Sociais, pp.301.312.
- BUNGE, Mário  
 1963 - La ciência, su método y su filosofía. Buenos Aires, Siglo Veinte, Cap.I e II, pp.7-49 e 51-59.
- CALABI/INDOVINA  
 1973 - "Sobre o uso capitalista do território" in Archivio di Studi urbani regionali, ano IV, n<sup>o</sup> 2, jun., pp.3-20, trad.Liliana Lagana Fernandes e Moacyr Marques. Apostilado.
- CARDOSO, Fernando Henrique  
 1969 - Mudanças Sociais na América Latina. São Paulo, DIFEL, Cap.V e VIII, pp.104-139 e 186-198.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri  
 1979 - Reflexões sobre o espaço geográfico. São Paulo, Departamento de Geografia, FFLCH-USP, Tese de mestrado.
- CARVALHO, Limírio de Almeida  
 1981 - "Capim-elefante: formação e utilização de uma capineira" in Informe Agropecuário. Belo Horizonte, 7(78), jun., pp.31-37.
- CASTELLS, Manuel  
 1972 - Problemas de la investigación en sociologia urbana. 2a.edición. Argentina. Siglo Veintiuno.
- 1976 - "La ideologia urbana" in La cuestión urbana. México, Siglo XXI, pp.91-137.
- 1977 - "A questão urbana (pós-facio)" in Seleção de Textos 3. São Paulo, AGB, set., pp.1-38.
- CASTRO, Antonio Barros de  
 1971 - "A herança regional do desenvolvimento brasileiro" in 7 ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro, Forense, pp.11-100.

## COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIOS PAULISTA

s/d - Normas para produção e beneficiamento de leite pasteurizado - Gordura 3,2% - Consumo direto. São Paulo, C.C.L., Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo.

## COELHO, Cecília Carmen Pontes Durão

s/d - "Caracterização sociológica da propriedade pecuária leiteira no município de São José dos Campos". Relatório elaborado no curso de Sociologia Rural, Cadeira de Sociologia II, do curso de Ciências Sociais da FFLCH-USP. CERU. Apostilado.

## COOPERATIVA DO MÉDIO VALE PARAÍBA

1977 - Estatutos e ata de reforma aprovados em assembléia geral extraordinária realizada em 31/01/1977. Taubaté. s/ed.

## CONDEPHAAT

1980 - Casa de Osvaldo Cruz - São Luís do Paraitinga. São Paulo, Secretaria de Estado da Agricultura/CONDEPHAAT-Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado.

## CONFEDERAÇÃO DO TRABALHADOR AGRÍCOLA

s/d - Estatuto do trabalhador rural. Rio de Janeiro, CONTAG, Coleção CONTAG, Documento 7.

## CUEVA, Agustin

1974 - "La concepcion marxista de las classes sociales" in Debate & Crítica. São Paulo, HUCITEC, n°3, pp.83-106.

## DAMIANI, Amélia Luiza

1980 - Documento sobre qualidade de vida. São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento-CAR. Apostilado.

## DE FONTAINES, Pierre

1947 - "Investigações sobre os tipos de povoamento no estado de São Paulo" in Boletim Geográfico. São Paulo, IBGE, CNG, ano V, n° 51, jun., pp.249-252.

## DHOQUOIS, G.

1971 - "La formation economico-sociale comme combinaison de modes de production" in Revue de la Pensée. Paris, n° 159, out., pp.67-71.

## D'INCAO E MELLO, Maria Conceição

1975 - O "bóia-fria": acumulação e miséria, 2a.ed., Petrópolis, Vozes.

## DIEESE

1973 - Nível alimentar da população trabalhadora da cidade de São Paulo, 2a.ed., São Paulo, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Estudos Sócio-Econômicos 1.

1976 - Dez Anos de Política Salarial. 2a.ed., São Paulo, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Estudos Sócio-Econômicos 3, dez.

DIEESE

- 1977 - Análise da evolução da estrutura orçamentária familiar na cidade de São Paulo. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, dez.

ENGELS, Friedrich

- s/d - "Contribuição ao problema da habitação" in Textos 2, MARX/ENGELS, São Paulo, Sociais, pp.41-116.

FARIA, Vilmar

- 1974 - "Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade (críticas, sugestões e um projeto de pesquisa)" in Estudos CEBRAP. São Paulo, CEBRAP, jul./set., pp.131-151.

FARIA, Vidal Pedroso de

- 1981 - "Pecuária leiteira no mundo e no Brasil" in Informe Agropecuário. Belo Horizonte, 7(78) jun., pp.3-7.

FERNANDES, Florestan

- 1959 - "A história de vida na investigação sociológica: a seleção dos sujeitos e suas implicações" in Ensaio de sociologia geral e aplicada. São Paulo, Pioneira, pp.251-269.

- 1972 - Fundamentos empíricos da explicação sociológica, 2a. ed., São Paulo, Nacional.

- 1979 - Da guerrilha ao socialismo - a revolução cubana. São Paulo, T.A. Queiroz, Biblioteca de Estudos latino-americanos, Vol.1.

FERNANDES, Liliana Laganá

- 1978 - "Introdução a um estudo geográfico de bairros rurais em São Paulo" in Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, A.G.B., nº 55, nov., pp.31-46.

FERREIRA, José Joaquim

- 1981 - "Cana-de-açúcar como volumoso para vacas leiteiras" in Informe Agropecuário. Belo Horizonte, 7(78), jun., pp.28-31.

FLEURY, Maria Tereza Leme

- 1983 - "Os processos de reprodução e transformação de categorias de produtores agrícolas - um estudo de caso" in Ciência e Cultura. São Paulo, SBPC, ano 35, nº 2, pp.169-178.

FREDERICQ, Antoniette

- 1980(a) - "O ciclo do leite" in Cadernos do CEAS - Centro de Estudos e Ação Social. Salvador nº 66, mar./abr., pp. 18-38.

- 1980(b) - "A 'babá' do Brasil. Algumas informações sobre a Nestlé e seus fornecedores de leite" in Cadernos do CEAS - Centro de Estudos e Ação Social. Salvador, nº 67, mai./jun., pp.23-33.

- FREDERICQ, Antoniette  
 1982 - "A 'babá' dos Brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro" in Agricultura, Cooperativas e Multinacionais. Rio de Janeiro, Zahar, pp.91-184.
- FREMONT, Armand  
 1974 - "Pesquisas sobre o espaço vivido". Trad.preliminar de Regina Sader, extraído de L'espace geographique, nº 3, pp.231-238.
- FRÓES, Ney José Fortuna  
 1978 - A administração de preços e o abastecimento interno. Sugestões para um modelo. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas - Escola Interamericana de Administração Pública - EIAP. Apostilado.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
 1971 - Pesquisa sobre as características econômicas das explorações rurais. Resultados Preliminares. São Paulo, F.G.V.  
 1971 - Orçamentos familiares rurais. Centro de estudos agrícolas. Rio de Janeiro, F.G.V./I.B.E.
- FURTADO, Celso  
 1969 - Formação econômica do Brasil. 9a.ed., São Paulo, Nacional.
- GALVAN, Cesare G.  
 1980 - "A renda da terra na evolução do capitalismo" in Temas de Ciências Humanas. São Paulo, Ciências Humanas, nº 7, pp.67-98.
- GARRETA, Marilisa Matos  
 1977 - Origem e destino da produção leiteira no Vale do Paraíba. São Paulo. Apostilado.
- GOLDMANN, Lucien  
 1967 - Ciências humanas e filosofia. São Paulo, Difel.
- GONZALES, Elbio e BASTOS, Maria Ines  
 1977 - "O trabalho volante na agricultura brasileira" in Capital e trabalho no campo. São Paulo, HUCITEC, pp. 25-48.
- GOOD, J.William e HATT, Paul K.  
 1977 - Métodos em pesquisa social. 6a.ed., São Paulo, Nacional, pp.3-97 e 155-170.
- GRAZIANO DA SILVA, José Francisco e QUEDA, Oriowaldo  
 1977 - "Distribuição da renda e posse da terra na produção e consumo de alimentos" in Capital e trabalho no campo. São Paulo, HUCITEC, pp.127-146.
- GRAZIANO DA SILVA, José Francisco (coord.)  
 1978 - Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, HUCITEC.

- GRAZIANO DA SILVA, José Francisco  
 1981 - Estrutura Fundiária e Relações de Produção no campo brasileiro in Anais 2º Encontro Nacional da ABEP. São Paulo, Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
- GRUPPI, Luciano  
 1978 - O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro, Graal (Série Teoria Política nº 1 - Biblioteca Estudos Humanos).
- HARVEY, David  
 1980 - A Justiça Social e a cidade. Trad.Armando Corrêa da Silva. São Paulo, HUCITEC, Parte I e Cap.V da Parte II.
- HEGENBERG, Leônidas  
 1973 - Explicações científicas: introdução à filosofia da ciência. 2a.ed. São Paulo, EPU/USP, Cap.8, 10 e 19.
- HOBSBAWN, Eric J.  
 1981 - Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado. Trad.Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp.72-112 e 128-132.
- IANNI, Octavio  
 1977 - "As relações de produção na agricultura" in Seleção de Textos 2. São Paulo, AGB, jun., pp.1-29.
- KAUTSKY, Karl  
 1980 - A questão agrária. 3a.ed., São Paulo, Proposta, pp. 9-36, 51-112, 216-235, 282-304.
- KOSIK, Karel  
 1976 - Dialética do concreto. 2a.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LACOSTE, Yves  
 1977 - A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra. Lisboa, Iniciativas, pp.1-78.
- LALANDE, André  
 1972 - Vocabulaire technique et critique de la philosophie. 11a.ed., Paris, Presses Universitaires de France.
- LANGE, Oskar  
 1967 - Moderna economia política. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, pp.11-54.
- LEFEBVRE, Henri  
 1962 - Introdução à modernidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.  
 1968 - Sociologia de Marx. Rio de Janeiro, Forense, pp.17-41.  
 1969 - O direito à cidade. São Paulo, Documentos.

LEFEBVRE, Henri

1970 - "Problemas de sociologia Rural" in Introdução crítica à sociologia rural / José de Souza Martins [organizador]. São Paulo, HUCITEC, 1981.

1973 - "Estrutura social: a reprodução das relações sociais" in Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia (compilação de textos por) Marialice Men-carini Foracchi (e) José de Souza Martins. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1980, pp.219-252.

1975 - "Os movimentos do pensamento" in Lógica formal e lógica dialética. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp.90-130.

1976 - Espacio Y Política. El derecho a la ciudad, II. Barcelona, Península.

LENIN, V.I.

1979 - El desarrollo del capitalismo en Rusia. El proceso de la formación del mercado interior para la gran industria. Preparada pelo Instituto de Marxismo - Leninismo adjunto ao CC do PCUS, Moscou, Progreso.

LIPIETZ, Alain

1977 - O capital e seu espaço (trad.preliminar Manuel Fernandes Ceabra). Paris, Maspero. Apostilado.

LOBATO, Monteiro

1946 - Cidades mortas. São Paulo, Brasileira Limitada, Obras Completas, la.série, Vol.2.

LOJKINE, Jean

1977 - "Elementos para un análisis materialista del Estado" in El marxismo, el estado y la cuestión urbana. México, Siglo XXI, pp.76-112.

LOPES, Juarez Rubens Brandão

1977 - "Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)" in Cadernos CEBRAP. São Paulo, Estudos CEBRAP, nº 22, pp.41-110.

1978 - Do latifúndio à empresa - Unidade e diversidade do capitalismo no campo. 2a.ed., São Paulo, Brasiliense.

LUKACS, Georg

s/d - Trabalho e teleologia. Um capítulo inédito da "Ontologia do ser social". Trad.Carlos Nelson Coutinho. CAAE/1. Apostilado.

MABOGUNJE, Akin L.

1972 - "Systems approach to a theory of rural-urban migrations" in Man space and environment. New York, Oxford University Press, pp.193-209.

MADALENA, F.E.

- 1981 - "Raças e cruzamentos para a produção de leite" in Informe Agropecuário. Belo Horizonte, 7(78), jun., pp.12-14.

MARKUS, Gyorgy

- 1974 - Teoria do conhecimento no jovem Marx. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MARTINS, José de Souza

- 1973 - A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo, Pioneira, (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).
- 1975 - Capitalismo e tradicionalismo; estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).
- 1979 - O cativo da terra. São Paulo, Ciências Humanas, (Brasil Ontem e Hoje, 6).
- 1980 - Expropriação e Violência: a questão política no campo. São Paulo, HUCITEC.
- 1980 - Sobre o modo capitalista de pensar. 2a.ed., São Paulo, HUCITEC, Série Linha de Frente.
- 1981 - "A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária" in Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, pp. 151-185.
- 1983 - "A morte e o morto: tempo e espaço nos ritos fúnebres da raça" in A morte e os mortos na sociedade brasileira. São Paulo, HUCITEC, pp.258-269.

MARX, Karl

- s/d - A questão judaica. São Paulo, Moraes.
- 1974 - Teorias sobre la Plusvalia. Trad. Floreal Mazía. Buenos Aires, Cartago, Tomos I e II.
- 1977(a) - Elementos fundamentales para la critica de la economia política (Grundisse) 1857-1858. 9a.ed., México, Siglo XXI, Vol.1 e 2.
- 1977(b) - El Capital. Critica de la economia política. Trad. Pedro Scaron, 5a.ed., México, Siglo XXI, Libro I, 1a., 2a. e 3a. Seccion.
- 1977(c) - Formações econômicas pré-capitalistas (trad. João Maria), 2a.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1978 - El Capital - Crítica de la economia política, 13a.ed., México, Fondo de Cultura Económica. Vol.III, Sección 6a.e 7a., pp.573-818.

MARX/ENGELS

- s/d - A ideologia alemã I, 3a.ed., Lisboa, Presença, Parte I, pp.7-102.



- MATOS, Leogildo Lopes  
1981 - "Criação de bezerros" in Informe Agropecuário, Belo Horizonte, 7(78), jun., pp.62-66.
- MELO, Filho G.A.de e SOUZA, R.M.  
1981 - "A pecuária de leite em Minas Gerais" in Informe Agropecuário, Belo Horizonte, 7(78), jun., pp.8-10.
- MELLO, João Manuel Cardoso de  
1975 - O capitalismo tardio; contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado. Apostilado.
- MELLO, N.T.Cardoso de  
1979 - "Custo de produção e análise de renda da cultura de arroz de sequeiro no município de Olímpia - DIRA de São José do Rio Preto, ano agrícola 1973/74" in Agricultura em São Paulo. Secretaria da Agricultura, IEA, ano XXVI, Tomo I, pp.217-242.
- MELLO, N.T.Cardoso de e ARRUDA, S.Toledo  
1981 - Análise comparativa de custos de produção e renda na cultura de cana-de-açúcar, regiões de Ribeirão Preto e Piracicaba, Estado de São Paulo, Ano agrícola 1975/76. São Paulo, Secretaria da Agricultura/IEA.
- MELLO e SOUZA, Antonio Cândido  
1979 - Os parceiros do Rio Bonito. 5a.ed., São Paulo, Duas Cidades.
- MERLEAU-Ponty, Maurice  
1973 - Ciências do Homem e Fenomenologia. São Paulo, Sarai-va.
- MILLIET, Sérgio  
1941 - Roteiro do café e outros ensaios. Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil, 3a.ed., São Paulo, Coleção Departamento de Cultura, Vol.XXV.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
1967 - Normas higiênico-sanitárias e tecnológicas para leite e produtos lácteos. Brasília, Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária. Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários e materiais agrícolas.
- 1978 - Normas higiênico-sanitárias e tecnológicas para o leite e produtos lácteos. Brasília, Divisão de Inspeção de leite e derivados. Serviço de Inspeção Federal.
- 1978 - PERSAGRI - Pesquisa da evolução recente da situação da agricultura brasileira. Brasília, BINAGRI. Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola - SUPLAN.
- MORAES, Antonio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias  
1980 - A Geografia e Processo de Valorização do Espaço. São Paulo. Apostilado.

- MOREIRA, Ruy  
1981 - O que é Geografia. São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, nº 48.
- MORSE, Richard M.  
1971 - La investigación urbana latino-americana: tendencias y planteos. 1a.ed., Buenos Aires, SIAP, pp.9-56.
- MÜLLER, Nice Lecocq  
1951 - Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo. Tese. São Paulo, Universidade de São Paulo.  
1969 - "Industrialização do Vale do Paraíba in Geografia das Indústrias. São Paulo, Instituto de Geografia-USP, nº 1.  
1969 - O fato urbano na bacia do rio Paraíba - São Paulo. Rio de Janeiro, FIBGE, IBGE.
- NOGUEIRA, Oracy  
1968 - Os conceitos de método e de técnica e enumeração das principais modalidades de método e técnica usadas pelas ciências sociopsicológicas in Pesquisa Social. São Paulo, Nacional/USP, pp.73-83.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino  
1982 - "Espaço e tempo: compreensão materialista dialética" in Novos rumos da geografia brasileira (org.Milton Santos). São Paulo, HUCITEC, pp.66-110.  
1982 - "A pequena produção agrícola mercantil no Brasil" in Anais do 5º Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, AGB, Livro 2, Vol.II, pp.179-211.
- OLIVEIRA, Francisco de  
s/d(a)- O estado e o urbano no Brasil. São Paulo, PUC. Apostilado.  
s/d(b)- "O terciário e a divisão social do trabalho" in Estudos CEBRAP. Petrópolis, Vozes/Brasileira de Ciências, nº 24, pp.139-169.  
1975 - A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo, CEBRAP, (Seleções CEBRAP 1).  
1976 - "A acumulação Capitalista Estado e Urbanização: a nova qualidade do conflito de classes" in CONTRAPONTO. São Paulo, nº 1, pp.5-13.  
1977 - Elegia para uma re(li)gião - SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PEROSA JR., Roberto e NAKANO, Yoshiaki  
1978 - "Formas de comercialização na agricultura brasileira" in Recursos Agrícolas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. São Paulo, (Projetos 1).

PETRONE, Pasquale

- 1959 - A região de São Luís do Paraitinga - Estudo de Geografia Humana. IBGE/CNG, Rio de Janeiro, Separata da "Revista Brasileira de Geografia", nº 3, ano XXI, jul./set., pp.239-335.

PINHO, Carlos Marques

- 1973 - "O Estado Brasileiro e as Cooperativas" in A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico. Org. Diva Benevides Pinho, São Paulo, Fundação Friedrich Naumann, pp.107-132.

PINHO, Diva Benevides

- 1973 - "A doutrina cooperativa e a problemática do desenvolvimento econômico" in A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico. São Paulo, Fundação Friedrich Naumann, pp.15-47.

PINTO, Lauro

- 1982 - Gênese da produção leiteira no Brasil. São Paulo. Apostilado.

PIZA, Marcelo

- 1924 - Os municípios do Estado de São Paulo. Informações interessantes. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, Serviço de Publicações.

PRADO JR., Caio

- 1960 - "Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil" in Revista Brasiliense. São Paulo, nº 28, mar./Abr.
- 1966 - A revolução brasileira. 2a.ed., São Paulo, Brasiliense.
- 1969 - Evolução política do Brasil. 6a.ed., São Paulo, Brasiliense.
- 1979 - "Teoria Marxista do Conhecimento e Método Dialético Materialista" in Seleção de Textos. São Paulo, AGB, nº 6.

PRANDI, José Reginaldo

- 1972 - História de vida computacional. São Paulo, CEBRAP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO PARAITINGA

- s/d - Breve histórico do município.

- s/d - Síntese dos dados históricos do município de São Luís do Paraitinga.

PRETECEILLE, Edmond

- 1977 - Equipamentos coletivos e consumo social. São Paulo, FUNDAP. Apostilado.

QUAINI, Massimo

- 1979 - Marxismo e geografia. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de  
 1950 - "A estratificação e a mobilidade social nas comunidades agrárias do Vale do Paraíba entre 1850 e 1888" in Revista de História. São Paulo, ano I, nº 2, abr./jun.
- 1973 - O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. São Paulo, USP.
- RODRIGUES, Aparecida Maria Perdigão  
 1983 - "Estado e produção de leite" in Anais da AGB. Porto Alegre, AGB, Vol.2, pp.427-432.
- RODRIGUES, José Albertino  
 1961 - "Padrão de vida da população brasileira" in Revista de Estudos Sócio-Econômicos. São Paulo, DIEESE, ano 1, nº 3, nov., pp.39-52.
- RODRIGUES FILHO, João  
 1982 - "O homem na sociedade capitalista" in Ciência e Cultura. São Paulo, Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência - SBPC, Vol.34, nº 8, ago., pp. 1017 - 1025.
- RODRIGUES, Leôncio Martins  
 1981 - "A legislação sindical. O sindicalismo corporativo" in Movimento. 24 a 30/08/81, pp.10-12.
- SAIA, R. e TRINDADE, J.B.  
 1977 - São Luís do Paraitinga. Levantamento métrico-arquitetônico e fotográfico e estudos da formação de uma cidade tradicional paulista. São Paulo, CONDEPHAAT, Publicação nº 2.
- SANDRONI, Paulo  
 1980 - Questão agrária e campesinato - A "Funcionalidade" da Pequena Produção Mercantil. São Paulo, Polis, Coleção Teoria e História 9.
- SANTIAGO, Theo  
 1974 - "As sociedades pré-capitalistas" in Debate & Crítica. São Paulo, HUCITEC, nº 5, pp.87-104.
- SANTOS, Milton  
 1977 - "Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os 2 sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais" in Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, nº 53, fev., pp.35-60.
- 1977 - "Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método" in Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, AGB, nº 54, pp.81-99.
- 1977 - Reformulando a economia, a sociedade e o espaço. São Paulo, abr. Apostilado.

SCHAEFER, Fred K.

- 1953 - "Exceptionalism in geography: a methodological examination" in Annals of Association of American Geographers, Vol.43, nº3, sept., pp.226-249.

SCHMIDT, Carlos Borges

- 1942 - O meio rural - Investimentos e estudos das suas condições sociais e econômicas. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.
- 1943 - Pas agens rurais - o Paraíba e o Paraitinga. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria de Publicidade Agrícola. Separata da Revista de Sociologia, Vol.V, nº1, mar.
- 1946 - O meio rural. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Diretoria de Publicidade Agrícola.
- 1949 - "A habitação rural na região do Paraitinga" in Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº 3, out., pp.34-50.
- 1951 - A vida rural no Brasil. A área do Paraitinga, uma amostra representativa. São Paulo, Secretaria de Agricultura do Estado. Boletim de Agricultura, nº único. Diretoria de Publicidade Agrícola.

SECRETARIA DA AGRICULTURA

- 1975 - Diagnóstico/75 - Região Metropolitana de São Paulo - Condições urbanas: abastecimento. Pêrsio Carvalho Junqueira (coord.). São Paulo, Secretaria da Agricultura, Conclusão.
- 1981 - Sinopse do cooperativismo agrícola no Estado de São Paulo 1977 a 1979. São Paulo, Departamento de Cooperativismo, Vol.II, jun.
- 1979 - Estudo Técnico-econômico em propriedades leiteiras do Vale do Paraíba visando dar subsídios à assistência técnica. Pindamonhangaba, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Apostilado.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

- 1978 - Plano Regional do Macro-Eixo Paulista. São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento, Coordenadoria de Programação Orçamentária.

SHIRLEY, Robert W.

- 1971 - O fim de uma tradição. São Paulo, Perspectiva.

SEIXAS QUEIRÓS, Vitorino e ARANTES JÚNIOR, Lourenço

- 1933 - Os municípios do Estado de São Paulo. Informações interessantes. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola.

SELLTIZ/JAHODA/DEUTSCH/COOK

- 1972 - "O processo de pesquisa" in Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo, Edusp/Herder, pp.3-30.

SIGAUD, Lygia

- 1977 - "A percepção do salário entre trabalhadores rurais" in Capital e trabalho no campo. São Paulo, HUCITEC, pp.50-69.

SILVA, Armando Corrêa da

- 1982(a) - Natureza do trabalho de campo em Geografia Humana e suas limitações. São Paulo, FFLCH-USP, Separata nº1 da Revista do Departamento de Geografia, pp.49-54.
- 1982(b) - "O espaço como ser: uma auto-avaliação crítica" in Geografia: Teoria e crítica. O saber posto em questão, Org. Rui Moreira, Petrópolis, Vozes, pp.75-92.
- 1982(c) - Produção, circulação, troca e consumo de serviços no capitalismo monopolista de Estado. (Fundamentos de Economia Política do Monopólio). São Paulo. Apostilado.

SILVA, Sérgio

- 1977 - "Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo" in Capital e trabalho no campo. São Paulo, HUCITEC, (Col. Estudos Brasileiros, 7), pp. 7-24.
- 1981 - Valor e Renda da Terra - o movimento do capital no campo. São Paulo, Polis.

SILVEIRA, Paulo

- 1978 - Do outro lado da história (uma leitura crítica da obra de Althusser). São Paulo, Polis.

SINGER, Paul e CARDOSO, Fernando Henrique

- 1972 - A cidade e o campo. São Paulo, CEBRAP, Caderno nº 7.

SINGER, Paul

- 1973 - Curso de introdução à economia política. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, pp.57-88, 146-172.
- 1973 - Economia política da urbanização. São Paulo, Brasiliense, pp. 29-60, 117-133.
- 1973 - "Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil" in Debate & Crítica. São Paulo, nº1, jul./dez., pp.67-94.
- 1974 - Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo, Nacional, pp.1-79.
- 1977 - "Capital e trabalho no campo" (Organizado por Paul Singer) in Capital e trabalho no campo. Vários autores, São Paulo, HUCITEC, Coleção estudos brasileiros. Introdução, pp.1-6.

SINGER, Paul

- 1978 - O uso do solo urbano na economia capitalista. São Paulo, publicações da disciplina AUP-237. Apostilado.

STEIN, Stanley J.

- 1961 - Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba. Trad. Edgard Magalhães, São Paulo, Brasiliense.

SUPLAN

- 1975 - Produção e Abastecimento. Perspectivas e proposições 1975/76 - Leite. Brasília, Ministério da Agricultura. Apostilado.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente

- 1978 - Os colonos do vinho - Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital, São Paulo, HUCITEC.

TEIXEIRA, Maria Aparecida Serapião

- 1983 - A adversidade e diversidade dos produtores de leite. Dissertação de mestrado sob orientação Prof. Dra. Léa Goldenstein, DG.USP, São Paulo. Apostilado.

TEXIER, Jacques

- 1971 - Désaccords sur la définition des concepts: "Mode de production", "Formation économique", "Formation sociale" in Revue de la Pensée. Paris, n° 159, out.

THEOTONIO NEGRÃO (org.)

- 1981 - Brasil, Leis, decretos, etc. Código civil e legislação civil em vigor: atualizada até 1981. São Paulo, Revista dos Tribunais, Cap. I e Cap. II (Da enfiteuse ou do aforamento), pp.126-128.

TSETUNG, Mao

- 1979 - Obras escolhidas de Mao Tsetung, São Paulo, Alfa-Omega, Tomo III, pp.1-92.

VÁRIOS AUTORES

- 1973 - "Situação da pecuária leiteira em São Paulo" in Boletim Técnico do IEA. São Paulo, Secretaria da Agricultura, ano XX, Tomo I, pp.1-42.

- 1976 - São Paulo, 1975. Crescimento e pobreza. 4a.ed., São Paulo, Loyola.

- 1976 - "Metodologia de custo de produção utilizada pelo IEA", in Boletim Técnico do Instituto de Economia agrícola. São Paulo, Secretaria da Agricultura, ano XXIII, Tomo I, pp.123-139.

- 1979 - Estudo técnico-econômico em propriedades leiteiras do Vale do Paraíba, visando dar subsídios a assistência técnica. Estudo preliminar. Campinas, Secretaria da Agricultura e Abastecimento - CATI.

VELHO, Otávio Guilherme

- 1976 - Capitalismo autoritário e campesinato; um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo, DIFEL (Corpo e Alma do Brasil).

VERGOPOULOS, Kostas

- 1977 - Capitalismo disforme. O caso da agricultura no capitalismo in AMIN, S./VERGOPOULOS/K. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 43-177.

VIEIRA PINTO, Álvaro

- 1969 - Ciência e existência. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Cap.9, 10 e 14.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel

- 1979 - O camponês: um trabalhador para o capital. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. Grupo de Estudos Agrários. Versão preliminar. Apostilado.

WILLEMS, Emílio

- 1961 - Uma vila brasileira: tradição e transição. São Paulo. Difusão Européia do Livro.

#### Dados estatísticos

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

- 1948 - Conselho Nacional de Estatística. Sinopse estatística do município de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo. Subsídios para o estudo da evolução política. Alguns resultados estatísticos, 1945. Principais resultados censitários. Rio de Janeiro. IBGE.

- 1954 - Conselho Nacional de Estatística. VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Vol.XXV, Tomo I, Estado de São Paulo. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, IBGE.

- 1973 - Censo Agropecuário 1970. Rio de Janeiro, FIBGE-IBE.

- 1977 - Departamento de Estatísticas de População. VII Recenseamento Geral do Brasil, 1960. Série Regional: São Paulo, Vol.I, Tomo XIII, Censo Demográfico, Rio de Janeiro, IBE.

- 1978 - Tabulações Especiais - 1970 - Agricultura, Comércio, Serviço e Indústria. Rio de Janeiro, FIBGE, Convênio SEP-CAR.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA

- 1973 - Departamento de Censos. VIII Recenseamento Geral do Brasil, 1970. Série Regional, Vol.I, Tomo XVIII, Censo Demográfico. Rio de Janeiro, IBE.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- 1916 - Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912. Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Estatística, Vol.I e II.

- 1926 - Recenseamento do Brasil, realizada em 1 de setembro de 1920. Diretoria Geral de Estatística, Vol.IV, 1ª parte. População do Brasil por Estados, Municípios e Distritos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade.



Material cartográfico

## CASA DA AGRICULTURA

- 1974 - Mapa da distribuição das propriedades rurais com bovinos e sem bovinos. São Luís do Paraitinga. Casa da Agricultura. 1:25.000.

## INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

- 1973 - Carta topográfica. Lagoinha. Rio de Janeiro, IBG. 1:50.000.
- 1974 - Carta topográfica. São Luís do Paraitinga. Rio de Janeiro, IBG. 1:50.000.
- 1974 - Carta topográfica. Natividade da Serra. Rio de Janeiro, IBG. 1:50.000.
- 1980 - Carta base dos setores censitários do município de São Luís do Paraitinga. Rio de Janeiro, IBG. 1:50.000.
- 1980 - Planta de zona urbana do distrito de Catuçaba. (Croquis - Setor Censitário nº 11). Rio de Janeiro. Sem escala.

## SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

- 1978 - Carta topográfica. Catuçaba. São Paulo, CAR, D.G. 1:10.000.
- s/d - Carta topográfica. Ubatuba. São Paulo, CAR, D.G. 1:50.000.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffe.ch.usp.br/>.

